

Este exemplar contém a redação
final da tese defendida pelo Sr.
Plínio Guimarães Moraes e apro-
vada pela Comissão Julgadora.
Campinas, 26 de fevereiro de 1988.

Plínio Moraes

CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO "BLOCO REGIONAL CAFEIRO PAULISTA":

1889-1919

Plínio Guimarães Moraes

Dissertação de Mestrado em Ciência
Política, apresentada ao Departa-
mento de Ciências Sociais do Insti-
tuto de Filosofia e Ciências Huma-
nas da Universidade Estadual de
Campinas

Orientador:

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes

Campinas - 1987

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Em meus antepassados busquei a inspiração.

*No apoio da parceira Soninha, obtive a
força para escrever estas linhas.*

*Fico na crença da transformação futura de
nosso país, personificada em Afonso meu
filho.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um esforço conjunto onde o produto final é da responsabilidade do autor. Todavia, fica ele devedor em suas diversas etapas a vários companheiros, em especial a: Maria Angélica de Carvalho e Silva Pereira, Eglantina Lôbo Gozzi, Manoel Carlos Guimarães Moraes, Gilberto Leite de Barros, José Gomes da Silva, José Graziano da Silva, Wilson Cano, José Roberto do Amaral Lapa, Héctor Hernán Bruit, Sérgio S. Silva, Helena Salles Guimarães, Roberto A. de Oliveira Santos, Violeta Relfkalefsky Loureiro, Lúcia Seixas, José Arruti Rey, Tamás e Irene Szmrecsányi, Catharina Santoro, Maria Nicácia Nascimento da Silva, Orlando Carlos Furlan, Onivando Silva dos Santos, Maria Helena Pupo Lizzardí.

Do Núcleo de Estudos Regionais (NER) da UNICAMP e Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) fica a convicção de que o debate propiciado em seu interior foi vital para esta Dissertação.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, através do Departamento de Ciência Política, o agradecimento pela concessão da Bolsa de Incentivo Acadêmico durante o ano de 1986.

A Décio Azevedo Marques de Saes, meu orientador, a homenagem especial pela atenção, presteza e dedicação com que leu e releu cada página. Sua postura democrática nas nossas reuniões quinzenais nos faz acreditar no trabalho acadêmico. À seriedade, competência e pertinácia que muitas vezes afetou a sua própria saúde, devo o término desta jornada.

Aos que não mais estão presentes mas que propicia-

ram, ajudaram e inspiraram esta empreitada, desde sua antiga origem à concretização atual — materializados em meus falecidos pais Saulo e Lúcia — fica a expectativa de que o esforço não tenha sido em vão.

LISTA DE ANEXOS

Nº	TÍTULO	página
1	Permanência em Postos de Elite.	163
2	Programa do Partido Operário de São Paulo em 1890 . . .	175
3	Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873.	177
4	Manifesto do Clube Republicano do Pará de 1886. . . .	180
5	Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888.	194
6	Manifesto "Aos Republicanos de São Paulo" de 1901 . . .	204
7	Carta de Júlio Mesquita a Carlos Guimarães.	210
8	Manifesto do Centro dos Lavradores Paulistas.	213
9	Caderneta Agrícola de Lázaro Moreno Rodrigues	214
10	Planta da Divisão Judicial da Faz. Santana do Baguassú	215
11	Planta das Divisas da Fazenda Santana do Baguassú de Novembro de 1918.	216
12	Planta das Divisas de Pirassununga e Santa Cruz das Palmeiras em 1900	217
13	Mapa das Estações Ferroviárias de Laranja Azeda, Emas e Baguassú e Pesqueiro do Coronel Floriano.	218
14	Trechos de Processo onde Carlos Guimarães atua como Juiz, onde têm presença, parentes e amigos do Coronel Floriano Álvaro	219
15	Adesão de Antonio Lôbo ao PRP	220
16	Carta de Francisco Glicério a Antonio Lôbo.	222
17	Cartas de Antonio a José Lôbo	223
18	Quadro Comparativo do Progresso de São Paulo de 1889 a 1930.	233

LISTAS DE QUADROS

Nº	TÍTULO	página
1	1850 - 1910.	5
2	A Decomposição do Complexo Rural	8
3	Principais Propriedades dos Prados em 1904-1905. 40	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Am ^o	: Amigo
Anhambi	: Editôra Anhambi Sociedade Anônima
BANESPA	: Banco do Estado de São Paulo Sociedade Anônima
Bel.	: Bacharel
Bernardino	: Bernardino de Campos
Brasiliense	: Editora Brasiliense Sociedade Anônima
Brazilian Warrent Co.Limited:	Brazilian Warrent Company Limited de Londres
CAIs	: Complexos Agroindustriais
CEBRAP	: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIESP	: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Civilização Brasileira	: Editora Civilização Brasileira Sociedade Anônima
CMU	: Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas
Coll ^a	: Colega
COMIND	: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo Sociedade Anônima
CONDEPHAAT	: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
Coronel Floriano Álvaro	: Coronel Floriano Álvaro de Souza Carmargo
Cortez	: Cortez Editora
CRIH	: Cartório de Registro de Imóveis de Pirassunga
Cr ^o	: Caro
C.Salles	: Manoel Ferraz de Campos Salles
Cultura 70	: Cultura 70 Livraria e Editora Sociedade Anônima
DI	: Departamento de Bens de Consumo
DIFEL	: Difusão Editorial Sociedade Anônima
Doc	: Documento

Ed	: Edição
Ed.Cupolo	: Editora Cupolo Limitada
Ed.Perspectiva S/A	: Editora Perspectiva Sociedade Anônima
EDUSP	: Editora da Universidade de São Paulo
Exma.	: Excelentíssima
FASC, FAC, FA	: Floriano Álvaro de Souza Camargo
FFLCH	: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGV	: Fundação Getúlio Vargas
FIESP	: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Globo	: Editora Globo
Graal	: Edições Graal Limitada
Guimarães	: Carlos Augusto Pereira Guimarães
HUCITEC	: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Limitada
Ind.Gráfica Jair	: Indústria Gráfica Jair
INL	: Instituto Nacional do Livro
IPE/USP	: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
Johnston Co.	: Johnston Company de Londres
J.Olympio	: José Olympio Editora
Jr.	: Júnior
LAB	: Liga Agrícola Brasileira
LÊNIN, V.I.	: Vladimir Ilich Lênin
Ltda.	: Limitada
MEC	: Ministério da Educação e Cultura
Mimeo	: Mimeografado
MPC	: Modo de Produção Capitalista
NER	: Núcleo de Estudos Regionais
obs ^o	: Obsequioso
Op.cit.	: <u>Opus citatum</u> (opúsculo citado)
Orgs.	: Organizadores
P.	: Página
P.	: por
Paz e Terra	: Editora Paz e Terra Sociedade Anônima
PD	: Partido Democrático
PHD	: Philosophy Doctor
Polis	: Editora Polis Limitada
PNB	: Produto Nacional Bruto
PRC	: Partido Republicano Conservador

PRF : Partido Republicano Federal
PRI : Partido Revolucionário Institucional
do México
PRP : Partido Republicano Paulista
1ª República : Primeira República
Prudente : Prudente José de Moraes Barros
R.Alves : Francisco de Paula Rodrigues Alves
S/A : Sociedade Anônima
Salamandra : Salamandra Consultoria Editorial So-
ciedade Anônima

SAP : Sociedade de Agricultores Paulistas
sgs : seguintes
SNA : Sociedade Nacional da Agricultura
SPA : Sociedade Paulista de Agricultores
SRB : Sociedade Rural Brasileira
t. : Tomo
T.A.Queiróz : T.A.Queiróz Editor Limitada
Tchê : Editora Tchê de Porto Alegre
Tonico : Antonio Carlos Ferraz de Salles
UDN : União Democrática Nacional
UnB : Universidade de Brasília
UNICAMP : Universidade Estadual de Campinas
UNESP : Universidade Estadual Júlio de Mesqui-
ta Filho

USP : Universidade de São paulo
v. : vide
V. : Vossa
V.Exa. : Vossa Excelência
Vol. : Volume
Vozes : Editora Vozes Limitada
Zahar : Zahar Editores

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	1
I. ESTRUTURA SOCIAL: CLASSE DOMINANTE, BLOCO NO PODER E HEGEMONIA NA REPÚBLICA VELHA	17
1.1. Considerações Preliminares	17
1.2. Surgimento de Nova Fração de Classe Dominante.	19
1.3. Bloco no Poder durante a República Velha	25
1.4. Hegemonia do "Bloco Cafeeiro Regional Paulista" no País	27
1.5. Considerações sobre o Empresariado Paulista na República Velha: Fatos e Mitos.	31
II. O PRP: VEÍCULO DE REPRESENTATIVIDADE DE CLASSE.	54
2.1. Considerações Gerais sobre o Partido	54
2.2. O PRP: das Origens a 1889.	57
2.3. A Questão das Dissidências no PRP.	62
2.4. A Dissidência de 1901 e a Tentativa de "Oposição Consentida"	67
2.5. O PRP: Um Partido Dominante, Predominante ou Hegemônico?	74
III. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOMINANTE FRENTE AO SISTEMA PARTIDÁRIO.	83
3.1. Considerações Gerais	83
3.2. Algumas Organizações Corporativas Patronais em São Paulo	86
3.3. Associações de Classe Patronal, o Sistema Partidário e as "Transformações Vindas de Cima"	95

IV. PATRIMÔNIO TÍPICO DOS CAPITALS MÉDIOS ORIUNDOS DO "BLOCO REGIONAL CAFEIRO PAULISTA": CORONEL FLORIANO ÁLVARO DE SOUZA CAMARGO E CARLOS AUGUSTO PEREIRA GUIMARÃES	100
4.1. Considerações Históricas Gerais	101
4.2. Floriano Álvaro parte para Pirassununga: Surge a Fazenda Santana do Baguassú.	104
4.3. Coronel Floriano Álvaro: Fatos e Histórias.	108
4.4. Carlos Guimarães: De Juiz de Direito a Político	115
4.5. Patrimônio Oriundo de Capitais Cafeeiros Médios: Floriano Álvaro de Souza Camargo e Carlos Augusto Pereira Guimarães.	122
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS: "O BLOCO CAFEIRO PAULISTA" NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O CARÁTER DAS TRANSFORMAÇÕES BURGUESAS NO BRASIL	132
5.1. Recolocação do Problema	132
5.2. O Brasil e as Transformações "Vindas do Alto"	134
5.3. Perspectivas e Breve Sumário Conclusivo	137
BIBLIOGRAFIA CITADA.	142
BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR	153
ANEXOS	162

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado se preocupa em captar o "modus atuandi" da burguesia cafeeira do "Oeste Paulista", no período que vai de 1889 a 1919.

Assim sendo, parte dos conceitos de "complexo cafeeiro", "bloco cafeeiro regional", "região" e "fração de classe social", procurando descrever de que forma surge em São Paulo — sede do capitalismo brasileiro — uma determinada fração de classe dominante. Esta, atuando com racionalidade empresarial, chega a exercer a hegemonia a nível nacional, estando suas congêneres de outros estados sempre atreladas aos seus ditames.

O elemento unificador desta atuação bem estruturada é principalmente o café em sua marcha do "Oeste Velho" (Campinas) para o "Oeste Novo" (Ribeirão Preto). Além da urbanização e da nova inserção do país na economia mundial, que também influenciam este cenário.

Para atingir seus objetivos principais, esta fração de classe da burguesia interior, detentora, governante e hegemônica cria um partido político — o PRP — que durante 40 anos, através do estado de São Paulo, dita as regras de funcionamento ao país. As associações corporativas patronais surgidas no período — SNA, SAP, SPA, LAB, SRB — se bem tivessem importância, foram menos relevantes na defesa dos interesses de classe que o PRP, mesmo com suas cisões.

Dando uma corrida de olhos sobre alguns estudos de caso já feitos, procuramos enfatizar a atuação multifacetada (agrária, comercial, financeira e industrial) dos homens de negó-

cio paulistas, relembrando alguns mitos existentes sobre eles, especialmente os referentes à antiguidade dos patrimônios de um lado, e da tradição dos "self made man" imigrantes, de outro.

Numa ilustração de enfoque específica sobre o patrimônio de um fazendeiro de Pirassununga, analisamos sua formação a partir de capitais médios e a forma como o seu genro atua politicamente, através da Dissidência do PRP de 1901.

Por fim, retomando estas colocações, perguntamos sobre a permanência do latifúndio até nossos dias, as mesmas grandes propriedades rurais que no início do século propiciaram a concentração da terra, da renda e de poder. E de que forma este fator e o caráter das transformações burguesas ocorridas no Brasil — especialmente no período 1888 a 1891 — foram condicionadas pela peculiar "via prussiana" de desenvolvimento capitalista ocorrida no Brasil.

"A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras." (1)

(1) HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.32.

"O uso da bebida do café teve origem em Kaffa, na Abissínia, hoje Etiópia, quando um pastor chamado Kaldi observou que as suas cabras ficavam mais espertas e saltitantes ao comer as folhas e os frutos do cafeeiro. Ele experimentou os frutos do cafeeiro e se sentiu mais alegre e com maior vivacidade (...)

O conhecimento dos efeitos da bebida disseminou-se e no século XVI o café era utilizado no Oriente, sendo torrado pela primeira vez na Pérsia.

(...) e até os doutores maometanos aderiram à bebida para favorecer a digestão, alegrar o espírito e afastar o sono, segundo os escritores da época.

Na Arábia, a infusão do café recebeu o nome de 'Kahwah' ou 'Cahue' que significa em árabe 'força'.

Em 1675, o café foi levado para a Turquia e para a Itália, mas a bebida, considerada maometana, era proibida aos cristãos e somente foi liberada após o Papa Clemente VIII provar o café.

(...) No Brasil [em 1727] essas sementes e mudas foram plantadas em Belém do Pará [vindas da Guiana Francesa] (...) Em 1773 (...) trouxe para o Rio de Janeiro (...) atingindo em 1825 o Vale do Paraíba, tendo alcançado daí os Estados de

São Paulo e Minas Gerais". (2)

(2) MATIELLO, José Braz e CARVALHO, Francimar. Do Cafezal ao Cafezinho. s.l., IBC, s.d., p.
3 e 4.

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação pretende ser a primeira etapa de um estudo mais longo e mais abrangente, que procurará captar a essência do "modus atuandi" das classes dominantes com interesses na agropecuária brasileira. Nesta fase, analisando-se parte do período conhecido como 1ª República ou República Velha, qual seja, aquele que cobre os anos de 1889 a 1919, vamos desenvolver um esforço para vislumbrar o que é realmente a chamada burguesia agrária do "complexo cafeeiro" do Estado de São Paulo, na fase conhecida por expansão do "Oeste Paulista".

Numa outra fase de pesquisa e estudo e portanto não aqui, vamos tentar entender o que ocorre depois e o que é hoje a chamada "burguesia agrária" brasileira, já entre aspas pelas características multifacetadas que o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro impõe. De especial semelhança entre as várias épocas, está a intocabilidade da propriedade privada da terra como esteio de poder político e econômico.

A proposta básica que apresentamos neste momento é procurar desenvolver algumas idéias, já lançadas por outros autores (3) em estudos econômicos, sociológicos, históricos e polí-

(3) AURELIANO, Liana. No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981. CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo, DIFEL, 1977. FAUSTO, Bóris. Expansão do Café e a Política Cafeeira, in História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano III. São Paulo, DIFEL, 1975, vol.8. RÉGO, Walquiria Domingues Leão. Estado e Revolução Burquesa no Brasil: Um Ensaio Sobre a Questão da Hegemonia Durante a Primeira República. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981, mimeo. SAES, Décio Azevedo Marques de. A Formação do Estado Burguês no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 5ª ed., São Paulo, Alfa Omega, 1981. VILLARDO, Franceschina. A Burguesia Cafeeira Paulista e a Política Econômica na Primeira República. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, 1986, mimeo.

ticos, em torno do que acontece na região centrada à época em Campinas e cujo raio se espraia em várias direções e cujo rumo é ditado à época senão, exclusiva pelo menos essencialmente, pela procura de terras propícias para o cultivo do café. A estes estudos vamos acrescentar alguns outros elementos que são mais específicos da Ciência Política.

Partimos de uma das hipóteses de trabalho apresentadas por Décio SAES em sua tese de livre docência, através da qual "o processo de formação do Estado burguês no Brasil se estendeu essencialmente de 1888 a 1891, englobando os processos tradicionalmente designados como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Assembléia Nacional Constituinte." (4) Neste período assume o poder uma fração regional da classe burguesa — a burguesia do "complexo cafeeiro paulista" — que exerce a hegemonia político-econômica no Brasil ao longo de toda a 1ª República e de forma incontestada, pelo menos entre os anos 1894 e 1919.

A questão do problema regional é hoje motivo de muitos estudos e discussões, evoluindo de proposições fortemente impregnadas de teor positivista, empirista, culturalista, geográfico enfim, uma gama vasta de colocações importantes, sem dúvida, mas que não cobrem todo o leque da idéia de região na Ciência Política. Assim sendo, para nós aqui será relevante captar esta idéia de região, como uma realidade histórica concreta, dentro de uma determinada formação social.

Dessa forma, chamaríamos a atenção para a sugestão de Francisco de OLIVEIRA de que "privilegia-se aqui um conceito da região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas

(4) SAES, D.A.M. de. Op.cit., 1985, p.16.

de luta de classes e do conflito social em escala mais geral." (5) A partir desta proposição podemos captar a essência do relacionamento entre as diversas regiões e no nosso caso, da relação entre o "Oeste Paulista" cafeeiro, com outras regiões brasileiras nas primeiras décadas deste século, quando um capitalismo específico, periférico e dependente torna-se dominante no país, diminuindo a importância das outras relações sociais e de produção pré-capitalistas. Estas relações de qualquer forma, atravessarão o século XX até nossos dias.

Para Paulo Henrique N.MARTINS, "existe uma certa similitude entre o surgimento da nação moderna e da região moderna sob o capitalismo". Ambas se organizam, segundo este autor, a "partir da matriz espacial descontínua e fracionada do capitalismo" (6) levando-nos ao conceito de região moderna. "Região moderna (...) diz respeito ao espaço social construído a partir de regulações econômicas, políticas e culturais das relações sociais em dado momento" (7). A ênfase ao aspecto político do conceito em tela não exclui por outro lado, o fato da região ser "um conceito descritivo de uma unidade na qual se verifica a diversidade." (8) E, por fim, enfatizamos as colocações de Héctor Hernán BRUIT de que "a região não pode ser confundida nunca, em sua totalidade, com o espaço geográfico, porque esse espaço é fixo, ainda que os elementos geográficos integrem a região e às vezes a definem". (9)

(5) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.27.

(6) N.MARTINS, Paulo Henrique. Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Teóricos, in História Regional, Uma Discussão. UNICAMP-Núcleo de Estudos Regionais. Campinas, Editora da UNICAMP, 1987, p.37/38.

(7) Idem, p.55.

(8) GEBARA, Ademir. A Importância dos Estudos Regionais para as Ciências Sociais, in História Regional, Uma Discussão. UNICAMP-NER. Campinas, Editora da UNICAMP, 1987, p.15.

(9) BRUIT, Héctor Hernán. Região, Estado e Capitalismo, in História Regional, Uma Discussão. UNICAMP-NER. Campinas, Editora da UNICAMP, 1987, p.63. Chamamos a atenção daqueles que tiverem interesse em aprofundar-se na questão regional para o debate contido na obra citada, que além dos autores já mencionados possui ainda contribuições de Ana Lucia LANNA e José Roberto do Amaral LAPA.

Colocadas essas premissas acerca de como vemos a questão regional neste estado, podemos passar a outro conceito básico a ser utilizado aqui e que se refere à idéia de "*complexo cafeeiro paulista*", um complexo econômico regional, portanto, e cujo estudo detalhado foi desenvolvido por Wilson CANO. Este autor propõe a conceituação de "*complexo econômico*", como um "*conjunto de atividades sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto.*" (10) Ao analisar a dinâmica de crescimento de uma determinada economia, CANO aponta para a necessidade de se analisar quais partes compõem esta economia, como cada uma delas atua neste processo de crescimento e quais os graus e tipos de interrelacionamento entre elas existente que propicia o surgimento de um conjunto econômico integrado. A este conjunto na economia brasileira, do período que vai dos fins do século XIX ao término da terceira década deste século, CANO chama "*complexo cafeeiro capitalista de São Paulo*". (11)

Agregada a esta concepção econômica que já se torna clássica nas análises brasileiras do período em tela, Décio SAES propõe uma conceituação política para englobar as classes dominantes paulistas ligadas a este "*complexo cafeeiro capitalista*", elaborando a idéia de "*bloco regional cafeeiro*". (12)

Juntando-se aos conceitos de região, "*complexo cafeeiro*" e "*bloco cafeeiro*", julgamos relevante relembrar, também, o posicionamento das pesquisas atuais sobre possíveis diferenças entre os cafeicultores do Vale do Paraíba (fluminense e paulista) e os do "*Oeste Paulista*". (13) Sabe-se do deslocamento do eixo

(10) CANO, W. Op.cit., p.17.

(11) Idem, p.42.

(12) SAES, D.A.M. de. Op.cit., 1985, p.255.

(13) Utilizaremos "Oeste" entre aspas, dado que a região cujo eixo sai de Campinas ("Velho Oeste") e direciona-se para Ribeirão Preto ("Novo Oeste") localiza-se, na verdade, ao norte do estado de São Paulo.

econômico e político de dominação, de uma região do país para outra, na segunda metade do século XIX. Vários autores se debruçaram sobre a diferenciação que propicia a ascensão de um segmento às custas da perda de poder do outro ou, pelo menos, o avanço de um novo segmento à medida em que o anterior perde sua posição privilegiada. Sem entrar nesta discussão, julgamos todavia, ser relevante listar a comparação feita por José Roberto do Amaral LAPA, a "grosso modo" conforme este autor mesmo enfatiza: (14)

QUADRO 1

1850-1910

VALE DO PARAÍBA	VELHO OESTE PAULISTA
1. Formas tradicionais de ocupação e uso da terra	1. Formas capitalistas de ocupação e uso da terra
2. Fracionamento dos latifúndios	2. Predomínio da grande propriedade
3. Estagnação econômica	3. Progresso
4. Mentalidade tradicional na administração da fazenda	4. Mentalidade empresarial capitalista
5. Investimento improdutivo dos lucros	5. Investimento produtivo dos lucros
6. Agricultura arcaica	6. Agricultura moderna
7. Fazendas auto-suficientes	7. Fazendas dependentes
8. Aristocracia escravocrata e conservadora	8. Aristocracia imigrantista e liberal
9. Senhorio voltado para a gestão agrícola	9. Senhorio empresarial, desdobrando-se em iniciativas urbanas
10. Dependência do patrocínio oficial	10. Iniciativa privada independente
11. Estioliamento e regressão urbana	11. Desenvolvimento urbano
12. Formação das classes médias por um movimento de descenso da aristocracia	12. Formação das classes médias por um movimento de ascenso de segmentos inferiores
13. Indiferença política	13. Ativismo na prática política
14. Resistência ao movimento abolicionista	14. Aceitação do movimento abolicionista
15. Ideologia monarquista	15. Ideologia republicana
16. Inércia cultural	16. Intensidade do movimento cultural
17. Impermeabilidade ao processo de adaptação cultural	17. Fácil adaptação a novas imposições culturais
18. Relações paternalistas	18. Relações sociais capitalistas
19. Relações sociais de produção escravistas	19. Relações sociais de produção capitalistas
20. Forças produtivas escravistas	20. Forças produtivas capitalistas
21. Administração direta do trabalho	21. Administração indireta do trabalho
22. Unidade de produção tradicional (fazenda)	22. Unidade de produção capitalista (empresa)

No processo de formação deste "complexo regional cafeeiro", no chamado "oeste" de São Paulo, a expansão cafeeira está intimamente correlacionada à industrialização, impulsionadas pela expansão ferroviária e constituindo, em última instância, a base da acumulação de capital no Brasil.

Ao lado das conceituações de CANO e de SAES, anteriormente apresentadas, ser-nos-á de especial valia o conjunto de idéias e conceitos apresentados por Sérgio SILVA em seu estudo sobre as origens da indústria brasileira como reflexo da expansão cafeeira. (15)

Segundo este autor, o capital cafeeiro constante do "complexo agrário" em estudo, possui diversos aspectos que o especificam: apresenta características de capital agrário, de capital industrial, de capital bancário e de capital comercial, correspondendo a diferentes funções do capital as quais, à medida em que o capitalismo se desenvolve, tendem a "constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes". Às funções diferentes do capital, segundo SILVA, correspondem frações de classe particulares como burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc. Somente quando o estágio de desenvolvimento capitalista se tornar mais forte é que estas frações apresentar-se-ão ou poderão apresentar-se relativamente autônomas. Dessa forma, no período por nós estudado, "não havia uma burguesia agrária, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções".

Conforme veremos nos capítulos II e III, interessante é apontar para o fato que a organização corporativa das classes

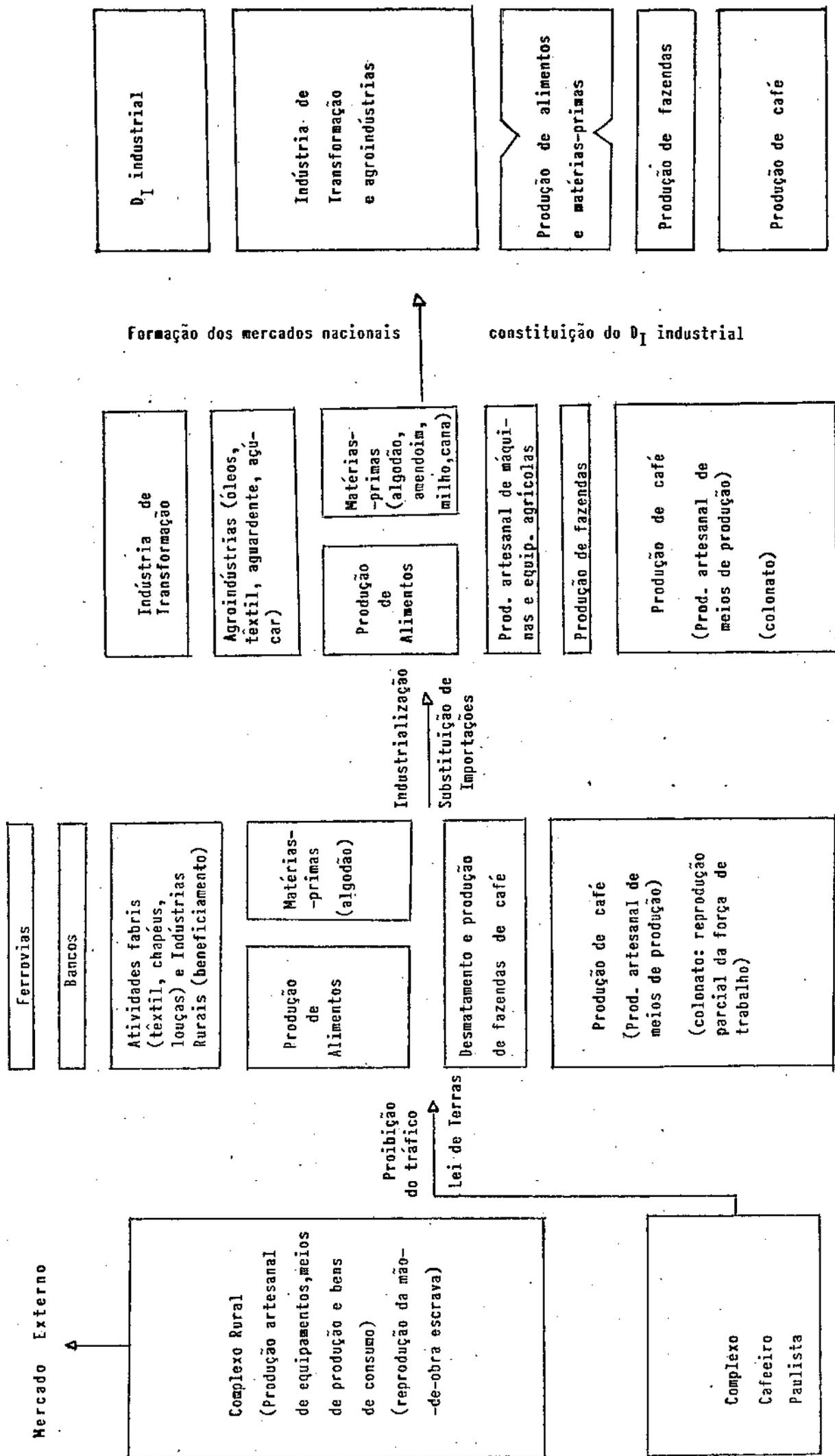
(15) SILVA, S. Op.cit., p.60:67, passim.

dominantes paulistas (as mais fortes no país, à época) tenderá a fortalecer-se somente na década de 20 (CIESP, FIESP, SRB, etc.), exatamente no momento em que a representação partidária destas frações da burguesia, englobadas num determinado "bloco no poder", começa a enfraquecer-se. Enquanto as frações de classe da burguesia cafeeira não se definem de forma autônoma, o partido político lhes é melhor veículo de reivindicações do que a associação de classe. Quando esta diferenciação se inicia e se acentua, as organizações classistas tomam uma feição mais nítida e fortalecida. Também é neste momento (final da década de 20) que a crise do complexo cafeeiro se aprofunda, começando a surgir outros produtos agrícolas na pauta de exportações, além do café. Ampliam-se as atividades tipicamente urbanas acentuando-se a industrialização; altera-se a divisão de trabalho que até então era incipiente, prepara-se, enfim, o longo processo de passagem do "complexo agrário" para o que Angela KAGEYAMA e José GRAZIANO DA SILVA, têm chamado de Complexos Agroindustriais (CAIs). Nestes ocorre, por fim, a fase de integração dos mercados nacionais. (16)

Paralelamente às alterações econômicas propiciadas pelo desenvolvimento do capitalismo — características da revolução burguesa brasileira (lato senso) desencadeadas especialmente em 1850, até o processo de substituição de importações que atinge o início da década de 30 — surgem novas classes sociais. É então que o Estado burguês se forma mais nitidamente. Para captar a essência das transformações relacionadas à decomposição do "complexo rural cafeeiro paulista" mostramos, a seguir, o Quadro 2, bastante ilustrativo das alterações econômicas que ocorrem conjuntamente com as sociais e políticas.

(16) KAGEYAMA, Angela e GRAZIANO DA SILVA, José. A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas, Convênio IPEA-IPLAN/FECAMP, 1987. Relatório Parcial de Pesquisa (mimeo), p.15.

QUADRO 2 - A DECOMPOSIÇÃO DO COMPLEXO RURAL



1850

1870-90

1929/33

1955/62

FONTE: KAGEYAMA, Angela e GRAZIANO DA SILVA, José - Op. cit. 1987.

Ao chegar nos anos 20, quando as frações de classe referentes à burguesia cafeeira paulista iniciam a sua individualização mais nítida, o grande capital cafeeiro tende a depender não mais só do café. Segundo SILVA, durante a 1ª República há uma divisão entre os grandes e médios capitais. Os grandes açambarcam a "camada superior da burguesia cafeeira — [que] definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais — isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira — definem sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza, resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo a nível de produção, a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra." (17)

Ao ocorrer a diferenciação citada nos anos que vão de 1920 a 1930, "rompe-se a unidade do capital cafeeiro", conforme nos expõe Flávio de Azevedo Marques de SAES. (18) Segundo este autor, a introdução maciça dos capitais estrangeiros em setores antes dominados pelo grande capital cafeeiro nacional, quebra a unidade então existente. Esta unidade se produz quando um mesmo indivíduo é fazendeiro, diretor ou acionista de alguma estrada de ferro, banqueiro, sócio de casa comissária, acionista de indústria ou de empresa de serviços urbanos. Casos típicos que exemplificam este caso, são os do Conselheiro Antonio Prado e do Conde Álvares Penteado que analisaremos no Capítulo I.

Este é o cenário que nos acompanhará neste trabalho. Um cenário, de qualquer forma, já estudado por outros pesquisadores, ao qual procuraremos agregar algumas preocupações no tocante ao partido político e às associações classistas. Inclue-se neste

(17) SILVA, S. Op.cit., p.61.

(18) SAES, Flávio Azevedo Marques de. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira: Um Estudo sobre o Desenvolvimento do Grande Capital em São Paulo: 1850-1930. São Paulo, HUCITEC, 1986, p.276.

rol as transformações "vindas do alto", logo após os eventos que caracterizam a revolução política burguesa no Brasil, parte de um processo mais amplo e abrangente que caracteriza a revolução burguesa no país.

Assim, no primeiro capítulo desta Dissertação procuraremos verificar de que modo a hegemonia foi exercida pela burguesia cafeeira paulista, quais as características principais desta fração de classe dominante e de que forma se forjou o bloco no poder por ela liderado.

A preocupação é conferir a atuação desta burguesia no contexto de uma sociedade de classes, onde as classes dominadas (ex-escravos, classe média, pequena burguesia, entre outras) não se estruturam adequadamente, para levar adiante um projeto de sociedade mais justa e equânime. A grande contribuição destas classes subordinadas naquela época se dá durante 1888 a 1891, e Décio SAES define este momento como sendo o da revolução burguesa política (ou em sentido estrito). Estas classes, porém, acabam desarticulando-se, e, em seguida é a burguesia que domina e toma as rédeas do processo de alterações profundas, propiciando uma feição autoritária e não democrática. (19)

No segundo capítulo é nossa intenção captar a importância que teria tido o Partido Republicano Paulista (PRP) como veículo e instrumento do exercício da hegemonia citada.

Além disso, perceber em que medida a representatividade de classe existente neste partido político teria dado condições ao processo de hegemonia. Vale dizer que é nosso intuito conferir este processo de interação.

Da mesma maneira, é através de uma visão geral das principais dissidências, cisões, ligas, coligações, das rupturas enfim havidas no PRP, que vamos insistir — segundo as conclusões de alguns autores que se dedicaram ao estudo detalhado do tema — na tese de que estas dissidências representam conflitos menores, meramente de orientação da política econômica ou apenas confronto de grupos, não se constituindo em corte de caráter ideológico. (20) Entre essas cisões escolhemos a de 1901 para um aprofundamento maior, dado que no período estudado é a que organicamente melhor se estrutura tendo, inclusive, funcionado como partido independente por alguns anos.

Já no capítulo III, tentamos descrever em linhas gerais uma ou duas associações de classe dominante ligadas aos interesses agropecuários, levantando a hipótese seguinte: por mais antigas ou bem estruturadas que sejam essas associações de classe patronal é o PRP, naquele período, a instituição mais eficaz para atingir os objetivos de defesa dos interesses da classe dominante. O partido político terá sido altamente eficiente, organicamente bem montado, razão pela qual fica mais de 40 anos no poder estadual e em aliança, no federal. Perguntamos: em toda a história política partidária do Brasil, qual outro partido esteve por tanto tempo diretamente ligado às decisões político-econômicas no principal estado e no país tomado globalmente?

Para o capítulo IV levantamos dados de forma não exaustiva visando uma ilustração de enfoque. Num estudo de caso, descrevemos como foi efetuada a formação de uma propriedade rural

(20) CASALECCHI, José Enio. O Partido Republicano Paulista - Política e Poder (1889-1926). Tese de Livre Docência em História apresentada à UNESP de Araraquara, 1985, mimeo. PRADO, Maria Lígia Coelho. A Democracia Ilustrada, São Paulo: 1926-1934. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1982, mimeo. ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. O PRP e os Fazendeiros de Café: Um Estudo de Caso sobre a Estratégia e Proposta do Partido Republicano em São Paulo: 1870-1889. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, 1984, mimeo.

típica desta fase de expansão do café paulista. Esta propriedade, situada no município de Pirassununga, é formada e por muitos anos, pertencente ao campineiro Coronel Floriano Álvaro de Souza Camargo. Este estudo também demonstra a formação de um patrimônio significativo e representativo dos capitais médios da época — investimentos rurais ao lado de investimentos urbanos na capital do estado de São Paulo — que se dá pelo casamento da única filha do Coronel com um político do PRP, Carlos Augusto Pereira Guimarães (participante das dissidências de 1901 e 1915).

No último capítulo, procuramos retomar as referências apresentadas nos anteriores tanto no que concerne ao partido político e às associações classistas, quanto no que se refere aos patrimônios formados na República Velha. Aqui se procura relacionar estes fatos ao caráter das transformações "vindas do alto", nesta peculiar "via prussiana" que houve no Brasil.

Outrossim, é importante alertar que o estudo se dedica de modo especial, ao estado de São Paulo no período de 1889 a 1919. Porém, à medida que levamos nossa argumentação, de um lado de forma a acreditar na existência da hegemonia de classe e, de outro, no fato de que os postos políticos do governo federal foram sendo ocupados por pessoas originadas e com orientação emanada essencialmente de São Paulo, a Dissertação extrapola para um âmbito mais amplo. Ora, desde que são vencedoras as políticas econômicas implementadas por esta fração de classe dominante (resultado de suas lutas políticas) e desde que passam a abranger todo o território nacional, as propostas aqui colocadas transbordam para outra dimensão, como nos aponta Franceschina VILLARDO. (21)

Como fecho desta Introdução comporta esclarecer a ra

(21) VILLARDO, F. Op.cit., p.XI.

zão pela qual escolhemos o período de 1889 a 1919 — exatos trinta anos — evitando com isto entrar na década de 20. Que os anos precedentes ao movimento de 1930 são realmente específicos, alguns autores já o apontaram. Convém, no entanto para nossa finalidade enumerar, ainda, as seguintes ponderações:

a) O período de 1888-1891 caracteriza a revolução burguesa política no Brasil em sentido estrito;

b) Surgem novas demandas econômicas ao fim da 1ª Grande Guerra Mundial, com nova redivisão internacional do trabalho e o fortalecimento do setor industrial;

c) Inovam-se exigências político-sociais por parte das classes trabalhadoras, através da organização operária e ocorrências das grandes greves de 1917;

d) Surge em 1919 a Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das mais importantes associações do patronato rural existente até hoje;

e) Segundo alguns estudiosos, no final da década de 1919 termina de fato o século XIX iniciando-se a fase contemporânea do capitalismo mundial (Paul SINGER);

f) Após a morte de Rodrigues Alves em 1919, ocorre o fim do que se tem chamado o período da República forte, com o início dos presidentes "fortes e autoritários" (Afonso Arinos de Mello FRANCO);

g) Nos anos 20 os fazendeiros de São Paulo veem-se ameaçados no controle do setor de exportação, por um grupo de pequenos proprietários imigrantes (Maurício Augusto FONT);

h) Está prestes a encerrar a fase "a" do 3º ciclo de Kondratief (1896-1921), período onde — segundo Ignácio RANGEL — a economia brasileira é requisitada a abrir-se ao exterior;

i) A década de 20 denota claros indícios da desagregação

do grande capital, passando suas frações a serem mais diferenciadas;

j) Rompe-se a unidade original da burguesia cafeeira e inicia-se o divórcio entre grandes e médios capitais;

k) Os setores médios se estruturam melhor e propiciam nos anos 1922, 1924 e 1926 eventos significativos.

Estas colocações nos parecem importantes de modo a propiciar uma unidade ao período estudado, razão que nos leva a delimitar o término em 1919. (22)

(22) FONT, Maurício Augusto. The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil (1889-1930). PhD in University of Michigan, 1983, mimeo. FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo. 2 vol. Rio de Janeiro, J.Olympio, São Paulo, Ed. USP, 1973, p.736. RANGEL, Ignácio. O Papel dos Serviços de Utilidades Públicas. Mimeo, s.d. SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional: 1889-1930. História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano - III - Estrutura do Poder e Economia. São Paulo, DIFEL, 1975, vol.8, p.347.

"É de justiça assinalar que as elites, onde quer que seja, raramente enfrentam as ameaças à sua hegemonia com transformações fundamentais de suas práticas econômicas ou sociais. Uma exceção a isso, muito debatida - a transição relativamente suave dos cafeicultores paulistas do trabalho escravo para o assalariado (...). Es se foi um caso inteiramente incomum; as reações mais típicas das elites são a omissão, ou reformas menores, quando factíveis." (23)

(23) WEINSTEIN, Barbara. A Expansão da Borracha na Amazônia: 1850-1920. Tese de Doutorado. to. s.d., mimeo, p.416.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA SOCIAL: CLASSE DOMINANTE, BLOCO NO PODER E HEGEMONIA NA REPÚBLICA VELHA

I.1. Considerações Preliminares

Inicialmente, é nosso intuito delimitar alguns conceitos que vamos utilizar ao longo deste trabalho de forma a enquadrar o enfoque que nos preocupa.

A essência destes conceitos, especialmente os referentes a fração de classe social, poder, bloco no poder e hegemonia, encontram-se em duas obras básicas de Nicos POULANTZAS^(24). Assim, segundo este autor, chama-se:

poder, "a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos (...)" (25);

bloco no poder, "a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do estado capitalista (...)" (26)

e

hegemonia, "exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes duma formação social capitalista". (27)

- (24) POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista. 2 vols. Porto, Portucalense Editora, 1971. _____ . As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- (25) POULANTZAS, Nicos. Op.cit., 1971, vol.1, p.119.
- (26) Idem. Op.cit., 1971, vol.2, p.67.
- (27) Idem, ibidem. Op.cit., 1971, vol.1, p.167.

A relevância no enquadrar bem estes três conceitos deve-se ao fato de que, em especial o de hegemonia, é utilizado sob diversos enfoques, o que poderá turvar a vista de quem venha ler estas linhas.

O termo hegemonia é muito difundido entre os estudiosos e militantes do movimento revolucionário russo no período de 1890 a 1917. Lênin, Plekânov, Axelrod entre outros, detêm-se no seu uso na maioria das vezes sob o enfoque mais específico de dominação do operariado no processo transformador até a tomada final do poder de Estado.

Anos após, é Gramsci quem melhor sistematiza o conceito de hegemonia, à medida em que propõe incidirem elementos novos como direção e consentimento ativo, por parte daqueles que são parte do exercício hegemônico. A atenção deste autor à problemática da hegemonia é tão grande que até nossos dias o seu nome é automaticamente ligado ao dos estudos sobre o tema.

Por trás da preocupação com o assunto, muito atual diga-se de passagem, está a busca em compreender as relações entre subordinados e dirigentes. Como diz Oliveiros F. FERREIRA, *"procura(r) compreender não como o fisicamente forte serve ao fraco, mas como aquele amplo setor de despossuídos (...) não apenas suporta a dominação de grupos restritivos, como frequentes vezes, objetivamente se move para sustentar os valores e as estruturas sociais e políticas em que se patenteia sua subordinação (...)"* (28)

De que forma enfim os dominados acabam por defender os instrumentos usados por aqueles que os dominam.

(28) FERREIRA, Oliveiros F. Os Quarenta e Cinco Cavaleiros Húngaros: Uma Leitura dos Cadernos de Antonio Gramsci. Brasília, Editora da UnB, São Paulo, HUCITEC, 1986, p.5.

A origem do termo, como muitos outros na Ciência Política, tem uma conotação militar. Segundo Luciano GRUPPI, o "termo hegemonia deriva do grego eghestai, que significa 'conduzir', 'ser guia', 'ser líder', ou também, do verbo eghemoñeu, que significa 'ser guia', 'preceder', 'conduzir', e do qual deriva estar 'à frente', 'comandar', 'ser o senhor'. Por eghemonia, o antigo grego entendia a direção suprema do exército." (29)

Após estas breves considerações a propósito dos estudos de Gramsci sobre hegemonia insistimos que, para nosso intento neste trabalho, a conceituação de POULANTZAS anteriormente citada, é suficiente, pois a matéria é tão vasta que comporta um estudo por si só detalhado.

Ainda em POULANTZAS vamos buscar a conceituação de fração de classe e fração autônoma: "designamos por frações autônomas de classe as que constituem o sustento de eventuais forças sociais e por frações, os conjuntos sociais susceptíveis de se tornarem frações autônomas (...)"

e

camadas sociais reservamos para "indicar os efeitos secundários da combinação dos modos de produção, numa formação social nas classes (...) nas categorias

(29) GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p.1.

Quanto ao conceito em Antonio GRAMSCI ele se encontra disperso por toda sua obra. Para este estudo utilizamos três delas: Obras Escolhidas, São Paulo, Martins Fontes, 1978; A Concepção Dialética da História, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984 e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

(...) e nas frações." (30.)

As ponderações iniciais nos parecem necessárias à medida em que "a classe burguesa apresenta-se no modo de produção capitalista, constitutivamente dividida em frações de classe". (31) Neste sentido, nossa preocupação se justifica, dado que o período que aqui nos propomos a estudar é exatamente aquele no qual as relações capitalistas começam a predominar no país, é formado o Estado burguês brasileiro e, ademais, manifestam-se ainda de forma pouco nítida as frações do capital e de classe.

A análise da burguesia do "complexo cafeeiro" paulista — "o bloco regional cafeeiro paulista" — existente no fim do século XIX e início deste e que atua através de diversas frações — é que detém a essência de nossa inquietação. A seguir, ocupar-nos-emos do surgimento desta fração específica dentro dos parâmetros conceituais apresentados na Introdução.

1.2. Surgimento da Nova Fração de Classe Dominante

Partimos do já exposto que, no final do século XIX através de eventos que já completam 100 anos, é formado o Estado

(30) POULANTZAS, N. Op.cit., 1971, vol.1, p.96. Quanto à definição de classes optamos pela mais ampla de LÊNIN, que a nosso ver é suficientemente abrangente para nossos propósitos. Chama-se "classes" a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apoderar-se do trabalho de outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social". LÊNIN, V.I. Obras Escolhidas em Três Tomos, Edição Avante, Lisboa, Edições Progresso, Moscou, 1977, t.3, p.150. Apud ERMAKOVA, A. e RATNIKOV, V. Que são as Classes e a Luta de Classes? Edições Progresso, Moscou, 1986, p.20/1.

(31) Idem. Op.cit., 1971, vol.2, p.64.

burguês brasileiro. De fato isto ocorre através de transformações verdadeiramente revolucionárias, e dentre estas destacamos: a formação de novas relações de produção (dominantes), novas formas de divisão do trabalho, nova ideologia dominante, nova estrutura do Estado com laicização do aparelho estatal e constitucionalização, divisão de poderes e, em especial, novas classes sociais. (32) Estas alterações profundas de todas as nossas instituições, características enfim da predominância das relações capitalistas, propiciam a derrubada da "velha ordem" e com ela dos detentores do poder, se bem que aspectos anteriores tenham permanecido.

Sob o enfoque das classes dominadas, pode-se argumentar que elas participaram do processo de transformação institucional da sociedade, sem contudo preservar o poder após as mudanças.

Já entre as classes dominantes houve uma alteração profunda, à medida em que os velhos proprietários de terras que exerciam o controle da política e da economia no Império, deram lugar à nascente burguesia. Não há dúvida de que alguns participantes do "ancien régime" conseguiram preservar postos na nova ordem, o que de resto não é de se estranhar, pois este fato ocorre em outros lugares e em circunstâncias semelhantes. (33) Toda-

(32) SAES, D.A.M. de. Op.cit. 1985, p.16.

(33) Este assunto tem sido matéria para muitos debates. O recente livro de Arno MAYER intitulado A Força da Tradição - A Persistência do Antigo Regime (1848-1914) recentemente traduzido para o português, detém-se em analisar o quanto a burguesia européia "se prendeu" a valores da nobreza que havia sido derrocada. Em artigo de jornal sobre esta obra, Marilena CHAUI chama a atenção para o perfil "obsequioso, subserviente, bajulador, inseguro da burguesia". Fascinada pelo autoritarismo absolutista, pelos símbolos nobiliárquicos (...) desejosa de privilégios (...) imitando a nobreza. (...) agressiva economicamente (...) foi incapaz de criar uma contra-elite, um contra poder e uma contra cultura (...) a burguesia jamais triunfou" (grifo nosso). Fica a pergunta não elaborada nesta tese, se tudo isto se aplica à burguesia brasileira, em especial à recém nascida de uma das duas únicas monarquias latinoamericanas do século XIX. Permanece, também como dúvida, a colocação de Friederich ENGELS: "A burguesia adquire a sua paulatina emancipação social ao preço da sua renúncia imediata a um Poder político próprio". CHAUI, Marilena. A Burguesia no Espelho da Nobreza. Edição da Folha de S.Paulo de 29 de agosto de 1987, p.A-31 e ENGELS, Friederich. As Guerras Camponesas na Alemanha. Portugal, Editorial Presença; Brasil, Livraria Martins Fontes, 1975, p.25.

via, como regra geral, a nova classe detentora através de sua fração mais dinâmica ocupa todo o espaço disponível e exerce a hegemonia já a partir de 1894.

Segundo POULANTZAS, "conviria não confundir, classe ou fração hegemônica, aquela que, em última análise, detem o poder político, com classe ou fração que constitui o 'detentor' do aparelho de Estado". Esta última é, em Marx,

a classe detentora do aparelho de Estado,
"a classe ou fração em que se recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc., que ocupa as 'cúpulas' do Estado".

e ainda chama-se de

"classes ou frações reinantes, [usado depois por Marx como governantes] aquelas cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares dominantes da cena política". (34)

Dessa forma, podemos afirmar que a burguesia agrária chega a ser no estado de São Paulo desde 1889 e no país a partir de 1894, a fração de classe hegemônica, detentora do aparelho de Estado e governante. O controle das políticas públicas, em especial a referente ao café, é sintoma claro de que as burguesias de outros estados brasileiros ficam à margem das grandes decisões, exceto quando em aliança com São Paulo.

A observação quanto ao ano de 1894 deve-se ao fato de que no período conhecido como "Jacobino", que vai dos anos 89 até aquela data, temos no nível federal governos militares liderados pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Apesar de terem representantes civis das burguesias de São Paulo e Minas em seus Ministérios, como foi o caso de Francisco Glicé-

rio, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Demétrio Ribeiro e Antônio de Faria, não se caracterizam por serem civis. O predomínio do segmento não militar só ocorre com a eleição do primeiro presidente civil da República, já em 1894.

Nos anos que constituem o início do período aqui estudado encontra-se, na verdade, a base da modernização autoritária brasileira e que, como diz Elisa Maria da Conceição Pereira REIS, será deslançada nos governos de Getúlio Vargas. (35)

Além do mais, no Brasil, da época de seu descobrimento até o último quartel do século XIX, tem-se uma característica essencial nas relações de dominação: a persistência do latifúndio.

Grandes quantidades de terras são distribuídas primeiramente a sesmeiros e, após 1850, para todos os que possuem dinheiro para as adquirir ou herdar. Dessa forma, mesmo com um interregno de 28 anos (1822 a 1850) — quando temos um período de meras ocupações (um regime de posses) e, quando se expande a pequena propriedade rural —, o que se verifica de concreto é que o poder se assenta (e hoje ainda continua assim), sobre a propriedade da terra monopolizada.

Neste cenário, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República não são resultado de um processo revolucionário nos moldes clássicos. Diferentemente, nos Estados Unidos e na França ocorrem casos paradigmáticos, onde uma incisão profunda na questão agrária propicia um novo quadro mais democrático. Aqui, a ordem liberal burguesa-autoritária é introduzida a partir de he-

(35) REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930. Phd in Massachusetts, Institute of Technology, 1979, mimeo.

ranças patrimonialistas que condicionam o futuro do país, em confronto com as reivindicações populares que a historiografia oficial nem sempre expõe com clareza.

Quando José GRAZIANO DA SILVA nos aponta o que ele chama de modernização conservadora e dolorosa da agricultura brasileira, acelerada nas recentes décadas de 1960 e 1970 pela constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), suas raízes políticas devem ser buscadas na 1ª República. Essas raízes aparecem no Império através da Lei de Terras de 1850 e, posteriormente, como pá de cal, na revolução brasileira em sua manifestação essencialmente autoritária, conservadora, com "quase cinco séculos de latifúndio". (36)

De tudo isto, podemos tirar algumas ilações no que tange à peculiaridades que forja, nos anos 1888 a 89 no Brasil, a nova classe dominante. Neste país de dimensões continentais, a questão agrária também constitui a base da revolução burguesa. Quando LÊNIN aponta dois modos ou vias de desenvolvimento capitalista — a prussiana e a americana — resguardada a peculiaridade dos países que na Europa saíam do feudalismo em comparação com o caso brasileiro egresso do escravismo, vislumbramos aqui características básicas da "via prussiana". A fração de classe dominante surgida, se bem desempenha funções na área industrial, mercantil e financeira (e não meramente na agrária) além de acumular capital através das funções mercantis, assenta no entanto e definitivamente seu poder político e econômico na apropriação da ter-

(36) GRAZIANO DA SILVA, José. A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Para aprofundamento nas questões referentes: a) ao histórico da legislação fundiária brasileira, pode-se consultar, MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. O Estado e a Propriedade Agrária no Brasil: Fórmulas Jurídicas e Vigência Política. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP, 1987, mimeo; b) à influência portuguesa e patrimonialista em nosso país ver o clássico, FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª ed., Porto Alegre, Globo, 1976, 2 vol.

ra e na rigidez deste quadro. Aquele aspecto apontado para a "via americana" de um desenvolvimento "intimamente mais amplo, mais livre, mais rápido, graças à enorme extensão do mercado interno, à elevação do nível de vida, ao aumento da energia, da iniciativa e ao progresso da cultura de toda a população" através da destruição do latifúndio, não ocorre no Brasil. (37) E até os dias de hoje são fatores essencialmente políticos que exercem papel decisivo para assegurar as vastas extensões de terra, à semelhança do que ocorre na Alemanha no final do século XIX, conforme nos lembra REIS. (38)

A racionalidade deste panorama ao mesmo tempo que desloca a classe dos antigos detentores de terra existentes no Império escravista colocando outra classe — agora "proprietária" das terras cativas — respalda-se também nos escritos de LÊNIN, citados por POULANTZAS. (39) Assim se expressa este último:

"Não obstante podemos constatar, no estabelecimento do M.P.C. [modo de produção capitalista] na agricultura sob direção política de classe 'nobre' ou 'burguesa' do processo, as características seguintes:

a) Esse estabelecimento da dominância do M.P.C. opera-se, de fato, e por razões principalmente políticas e ideológicas, por meio de propriedade privada da terra.

b) Esse estabelecimento opera-se através da concentração da grande propriedade fundiária."

Aí está o amálgama da história da questão agrária brasileira e da sociedade deste país, através de uma de suas raí-

(37) LÊNIN, V.I. Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907(Excerto), in Aliança da Classe Operária e do Campesinato. Moscou, Edições Progresso, 1983, p.150 e sgs. (No capítulo V voltaremos com mais vagar a este tópico).

(38) REIS, E.P. Op.cit., p.269.

(39) POULANTZAS, N. Op.cit., 1971, vol.2, p.63.

zes mais profundas ; sociedade esta que propicia nos dias atuais, um cenário dos mais concentrados do mundo, em terra, em renda, em poder.

1.3. Bloco no Poder durante a República Velha

A presença da grande propriedade de café no estado de São Paulo e de uma burguesia com características dinâmicas, atuando através de várias frações que muitas vezes se confundem, são causas importantes para o surgimento do bloco no poder. De peculiar, é a relação entre o Estado burguês nascente e a burguesia do "complexo cafeeiro", através de suas frações no processo que induz a essa interação.

O conceito de bloco no poder, como também aponta POULANTZAS, "reporta-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos". Existe um determinado tipo de articulação do Estado com as frações de classe e delas entre si, que se reporta essencialmente ao nível político e "recobre o campo das práticas políticas". Na concepção de POULANTZAS, o conceito de bloco no poder distingue-se do de aliança, a qual implica também em unidade e contradição entre os interesses das classes ou frações de classes aliadas. Todavia, a distinção reporta-se à natureza desta contradição, relativamente a uma determinada "forma" que o Estado Capitalista pode tomar num estágio específico de desenvolvimento. No caso do bloco no poder, pode-se decifrar o que este autor chama de um limiar, a partir do qual se distinguem com nitidez as contradições entre as classes e frações, dada uma forma de Estado num estágio particular. No caso da aliança, não. (40.)

(40) POULANTZAS, N. Op.cit., 1971, vol.2, p.67-75, passim.

O bloco no poder que estamos analisando envolve várias frações da burguesia, os antigos proprietários de terras, a pequena burguesia e os setores médios (em especial a camada militar) sob a hegemonia da burguesia cafeeira paulista.

As peculiaridades deste bloco no poder na República Velha brasileira produz uma discussão, ainda não resolvida, sobre o âmbito nacional de classe e acerca da hegemonia ou não de uma das frações sobre as demais. Seria a mercantil? A agrária? Ou já a industrial? Estas ponderações é que levam Liana AURELIANO a considerar como "estranha" uma hegemonia de fração de classe que, em nenhum momento consegue mesmo detendo o poder do Estado, realizar seu projeto universal. (41) O que nos parece mais claro hoje, é que, dada sua formação regional a burguesia cafeeira paulista, mesmo não se constituindo em classe de âmbito nacional, tem, outrossim, expressão política nacional. E esta expressão nacional manifesta-se através de políticas econômicas que atendem a seus interesses imediatos, com concessões que não afetam as questões essenciais.

A postura dos presidentes da República originários de São Paulo — muitas vezes contraditória — é sintoma desta hegemonia. Na verdade, hoje precisamos rever os estudos acerca do regional e do nacional num país de dimensões vastas como o Brasil. No capítulo II vamos tentar fazê-lo no que tange ao partido político.

O bloco no poder existente no principal estado da federação, uma "aliança" enfim, abriga interesses agrários, mercantis, financeiros e industriais, de forma a constituir a unidade e a contradição apontada por SILVA nas relações entre os inte-

(41) AURELIANO, L. Op.cit., p.85. VILLARDO, f. Op.cit., p.IV:XI, passim.

resses exportadores e a indústria nascente. (42) Estes aspectos é que dão a tônica de força a esta burguesia frente a outras, de outras áreas do Brasil.

1.4. Hegemonia do "Bloco Cafeeiro Regional Paulista" no País

Se por um lado podemos levantar a realidade de um bloco no poder a nível de estado de São Paulo, que congrega diversas frações da burguesia cafeeira, a nível federal podemos fazer exercícios comparativos acerca de situações semelhantes.

Não se tem acesso a muitos estudos de caráter político sobre as burguesias agrárias dos demais estados. De qualquer forma, mesmo no caso paulista, os estudos mais tocam no problema do que o resolvem.

De todas as burguesias agrárias da época — como por exemplo a cacaueteira da Bahia, a do leite em Minas, a do babaçu no Maranhão, mesmo a decadente canavicultora pernambucana ou as nascentes da pecuária gaúcha e matogrossense, até a mais efêmera que foi a da borracha na Amazônia — nenhuma delas obteve junto ao governo federal o poder político suficiente para ditar regras econômicas como a paulista.

No caso específico da amazônica, o fastígio foi tão rápido que sobram somente algumas belas construções arquitetônicas e urbanísticas para atestar a sua existência. Segundo Otto A. OHLWEILLER (43) *"a borracha, produzida segundo métodos primiti-*

(42) SILVA, S. Op.cit., p.103.

(43) OHLWEILLER, Otto Alcides. Evolução Sócio-Econômica do Brasil. Porto Alegre, Tchê, 1987, p.94. ASMAR, Salem Rachid. A Economia da Microrregião Cacaueira. Itabuna, 5ª ed., 1985. _____ . A Sociologia da Microrregião Cacaueira. Itabuna, 1982.

vos, não chegou a originar uma categoria social que se organizasse na defesa de seus interesses. A extrema dispersão dos seringueiros na imensidão da mata contribuiu para a formação de grandes propriedades rurais para a exploração da borracha (...) Os donos dos seringais formavam uma categoria de aventureiros, inexperientes a respeito de comércio, que não costumavam reinvestir seus lucros na produção." Se comparada com o espírito capitalista altamente empreendedor da burguesia cafeeira paulista, o contraste é nítido. As palavras de Roberto SANTOS neste sentido, são taxativas: "O status de dependência, rompido em relação a Portugal, reproduz-se com nova feição a partir de 1912, relativamente ao centro dinâmico do país, após um intervalo histórico de subordinação direta aos centros mundiais do capitalismo industrial e financeiro." (44)

A burguesia da Amazônia no início do século compreende essencialmente os homens de negócios do Pará. e da Amazonas. O que ocorre é que a comunidade mercantil (em especial a paraense), longe de se constituir num núcleo burguês consciente de si mesmo, cuja ideologia enfatize o desenvolvimento regional ou nacional, apresenta "pouca preocupação com os problemas econômicos mais globais e raramente expressa sentimentos nacionalistas", no dizer das palavras de WEINSTEIN. (45) Grande é o contraste desta região com aquela do "complexo cafeeiro paulista", sendo que nesta última — essencialmente capitalista — o capital gerado se distribuiu para fora da economia cafeeira. Já na região da borracha os lucros, se bem são significativos, são apenas reinvestidos na própria atividade extrativa ou comercializadora (seringueiro - seringalista - aviador) sendo, também, destinada a

(44) SANTOS, Roberto A. de Oliveira. História Econômica da Amazônia. São Paulo, I.A. Queiroz, 1980, p.311/2.

(45) WEINSTEIN, B. Op.cit., p.271.

despesas luxuosas, gastos extravagantes, dispêndios conspícuos. A agravar o quadro, o grande número de intermediários que participam de cada transação acaba por fragmentar os lucros, montando o perfil de uma burguesia dependente e não autônoma. O surgimento de uma economia paralela e realmente capitalista na Malásia, sela a falência definitiva desta experiência tropical brasileira. (46)

O que se tem de concreto é que a "expansão da borracha não fez surgir uma transformação fundamental da sociedade amazônica ficando como lembrança, o famoso — para não dizer famigerado — teatro de ópera de dois milhões de dólares em Manaus." (47)

Ao se comparar a burguesia amazônica com a paulista podemos, com pouca margem de dúvida, generalizar as conclusões para outros estados e regiões brasileiras da época. Na verdade, a de São Paulo é essencialmente uma burguesia interior. Não chega a ser uma burguesia nacional, todavia não é uma mera burguesia compradora. Segundo POULANTZAS, entende-se por

"burguesia nacional a fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições como o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria",

"burguesia compradora é a fração burguesa que não tem base própria de acumulação de capital, que age de algum modo, como sim-

(46) Idem, p.522.

(47) Idem, ibidem, p.384 e 531. O exaustivo estudo de WEINSTEIN, a nosso ver, cobre toda a vasta gama de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais sobre a expansão he veícola, de forma quase definitiva.

ples 'intermediária' do capital imperialista estrangeiro",

e

"burguesia interior coexiste com setores propriamente compradores, não possui mais, em graus certamente desiguais nas diversas formações imperialistas, as características estruturais da burguesia nacional (...) por outro lado, não se trata de uma simples burguesia compradora: ela possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios ao mesmo tempo, no interior de sua formação social (...) Mesmo no nível político-ideológico, ela continua a apresentar especialidades próprias". (48)

A burguesia cafeeira paulista do início do século XX possui mais acentuada esta característica de burguesia interior do que os outros casos. É interna se bem dependa do imperialismo externo nas suas relações comerciais, industriais e financeiras, é autônoma, assumindo internamente ao país a hegemonia de fração de classe; tem dimensão nacional, sem ser uma classe ou fração nacional; tem ressonância junto às demais burguesias estaduais, porém não assume externamente este papel, o que a diferencia de uma autêntica burguesia nacional. É nacional geograficamente, no sentido da influência sobre os políticos de todos os estados do país; não o é enquanto relação com o exterior, enquan-

(48) POULANTZAS, N. Op.cit., 1978, p.76-78, passim. Em outro texto, POULANTZAS define a burguesia entreguista, talvez uma variante da burguesia compradora. Seria a "fração da burguesia cujos interesses estão constitutivamente ligados ao capital imperialista estrangeiro, o da principal potência imperialista estrangeira, e que se acha assim inteiramente enfeudada, do ponto de vista político-ideológico, ao capital estrangeiro". POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais, in Estudos CEBRAP 3, Edições Brasileiras de Ciências Ltda., Rio de Janeiro, 1973, p.24. Ver também sobre a peculiaridade da burguesia interior brasileira: MARINI, Ruy Mauro. El Estado en America Latina. (mesa redonda) in, Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales. Año XXI, Nueva Época nº 82, Octubre-Diciembre, 1975, p.9-47, passim.

to sua unidade própria não tenha autonomia para enfrentar o capital internacional, chegando a unificar as classes dominantes no país "para dentro", todavia não conseguindo fazê-lo "para fora".

A unidade própria implantada pelos homens de negócio de São Paulo, com interesses em todo o processo relativo à produção de café, foi avassaladora. Quem captou esta unidade apontando inclusive para o fato de que a acumulação cafeeira seria em grande medida uma acumulação urbana, foi João Manuel CARDOSO DE MELLO. Segundo suas palavras, "o capital cafeeiro é ao mesmo tempo agrário, industrial, mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos)." (49) Assim funcionam os homens paulistas de empresa no início do século XX, se bem tenham permanecido junto à história alguns mitos.

1.5. Considerações sobre o Empresariado Paulista na República Velha: Fatos e Mitos

O primeiro dos mitos que nos ocorre apontar refere-se à origem no tempo dos patrimônios das chamadas famílias tradicionais. Segundo Joseph LOVE, as famílias paulistas que possuem patrimônio considerável no período por nós estudado, mais se aproximam dos portenhos investidores na pecuária do que de

(49) CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982, p.128/9.

outros segmentos da sociedade brasileira de classes. Assim, este autor é levado a quebrar um dos mitos mais caros às famílias paulistas mais antigas qual seja, de serem quatrocentonas em sua tradição e patrimônio. Segundo LOVE, as grandes propriedades do interior são quase todas estabelecidas após meados do século XVIII, de modo que "a aristocracia do estado de São Paulo é mais contemporânea de seus pares argentinos do que dos pernambucanos" ou por outro lado, as famílias da época da fundação de São Paulo pouco tinham a ver com as que possuem poder econômico e político no início do século XX. (50)

Quando se afirma que a burguesia cafeeira paulista exerce uma determinada hegemonia a nível do país com um todo, partimos do pressuposto que ela age de forma racional e dinâmica, alcançando resultados altamente compensadores possíveis numa burguesia interior de um país periférico. E que estes resultados ocorrem em detrimento dos obtidos pelas burguesias semelhantes em outras regiões.

Enfatiza-se, por outro lado, que durante o período estudado, esta classe atua através de funções várias que não definem diretamente frações autônomas de classe. Este quadro descrito na Introdução deve-se ao grau ainda fraco de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que não propicia que as frações agrária, comercial, financeira ou industrial apareçam individualizadas. Elas só passam a tomar uma feição mais própria e diferenciada na década de 20, à medida em que sua parcela industrial toma corpo e autonomia. Sintoma desta "especialização" — das frações da burguesia cafeeira paulista no pós 20 — é a organização classista patronal que segmenta-se, conforme teremos

(50) LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.22.

oportunidade de conferir no capítulo III.

O que nos apresenta é a atuação destas frações em torno da política de exportação de um só produto — o café — sendo que entre os estudos e documentos por nós analisados, não é possível detectar com clareza qual fração/função predomina em São Paulo nestes 30 anos. Alguns autores consideram ser a mercantil, outros a agrária, mas o tema precisa ser melhor aprofundado, visto que não nos parece tão nítida esta hegemonia dentro do estado de São Paulo. A hegemonia existe sim, mas com relação aos outros estados como tivemos oportunidade de apontar anteriormente.

Dentro da preocupação de captar o "como" atua a classe dominante paulista, outro aspecto que a nosso ver se transformou em mito da história brasileira refere-se aos patrimônios formados por imigrantes que vieram para São Paulo desde meados do século XIX. O que as informações confirmam, é a regra geral de virem com algum capital para sua nova terra, o que lhes facilita novos empreendimentos. Casos existem de ex-colonos ou ex-parceiros acumularem capital suficiente para desenvolver atividades próprias, porém esta não é tônica. O mito ou tradição inventada do "self made man" no Brasil, muito difundidos pelo capitalismo, são raros por aqui em especial na constituição dos patrimônios industriais.

Segundo Eric HOBBSBAWN, por "tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas: tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado". Segundo o historiador inglês, as tradições inventadas desde a Revolução Indus-

trial podem se enquadrar em três categorias superpostas:

"a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais;

b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridades, e

c) aquelas cujo propósito primordial é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento". (51)

Para insistir na afirmação sobre a origem do capital de imigrantes, baseamo-nos em vários autores que se debruçaram sobre o assunto muitos deles fazendo estudos de casos. Demonstram que o impulso dado pela 1ª Grande Guerra à industrialização é muito importante e que ocorre realmente uma aliança entre os imigrantes e as famílias mais antigas na elaboração de patrimônios, que refletem em última análise, o potencial de riqueza acumulada propiciado pelo café. (52)

Assim temos Alexandre Siciliano, os Noschese, os Simonsen, John Kenworth, Guilherme Giorgi, Pedro Morganti, Rodolfo

(51) HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.) A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, págs. 9 e 17.

(52) CARONE, Edgar. A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889-1930. Vol.1, Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL, 1978. DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945), 2ª ed., São Paulo, DIFEL, s.d. HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945). Petrópolis, Vozes, 1978. LOVE, Joseph, Op.cit. MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa: Estudo de Sociologia do Desenvolvimento. 2ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1976. MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895. São Paulo, HUCITEC e Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC e Polis, 1984. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Grupos Econômicos e o Modelo Brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo, 1972, mimeo. SAES, Flávio de Azevedo Marques. Op.cit. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986.

Crespi, Matarazzo, Scarpa, Byinton, Weiszflog, Lion, Jafet entre outros, cujos consórcios com famílias tradicionais da terra são altamente benéficos. Do lado das antigas famílias, algumas decadentes poucas em ascensão, há o interesse quer na consolidação da riqueza já acumulada, quer na recuperação do "status" perdido, muitas vezes por incompetência gerencial ou por excessos pseudo-aristocráticos. Enfim, como já apontamos anteriormente, é grande o fascínio que a nobreza exerce sobre a burguesia.

O que podemos afirmar é que a origem da maior parte destes patrimônios, quer rurais, quer urbanos, quer imóveis, quer móveis, especialmente os industriais, é primeiramente o comércio (por e de muares), depois de açúcar e por fim de café. Daí talvez a conclusão de alguns autores de que haja hegemonia das funções mercantis sobre as demais, o que de resto para nós ainda não está claro.

Como casos já estudados de representantes da burguesia do "complexo cafeeiro paulista", vemos a seguir alguns exemplos. Nossa preocupação aqui mostra-se abrangente, iniciando-se com o multiempresário de família mais antiga até os imigrantes do século XIX e procurando chamar atenção para os seguintes elementos:

a) Desempenho de várias funções (agrárias, mercantis, financeiras, industriais) pelos mesmos indivíduos;

b) Acúmulo de riqueza recente (século XVIII em diante), ao invés da idéia de que tivesse ocorrido desde o descobrimento;

c) Casamentos de imigrantes recentes com famílias da terra, permitindo o fortalecimento do patrimônio existente ou em formação;

d) Imigrantes que formam patrimônios industriais maiores já vêm, regra geral, com algum capital para o Brasil;

e) A região que possui Campinas como centro espraiando-se em direção a Ribeirão Preto, propicia a maior parte destes patrimônios, originados do comércio de mulas, de açúcar e por fim de café;

f) O desempenho dinâmico desta fração de classe no capitalismo, já imperialista a nível mundial, extrapola as fronteiras de São Paulo, constituindo-se numa hegemonia nacional, mesmo sem se constituir em classe nacional. O exercício desta hegemonia é necessariamente contraditório, daí sua estranheza; (53)

g) Dos detentores destes patrimônios multi-facetados somente os mais antigos têm íntima relação com o PRP e suas dissidências, funcionando dentro de uma relação "coronelistas" peculiar a São Paulo. Esta peculiaridade, como veremos no capítulo II, deve-se à força que o partido político possui nos estados mais desenvolvidos da nação, comparativamente aos outros menos favorecidos, onde é decisiva a posição municipal do coronel;

h) Forte ligação rural-urbana com a cidade de São Paulo, fortalecendo a acumulação de capital nas diversas atividades.

Colocadas estas premissas que balizam nossas próximas observações, começaremos por um dos paradigmas desta fração

(53) Segundo RÊGO, a natureza contraditória do bloco no poder na 1ª República brasileira, manifesta-se especialmente no modo de atuar da fração de classe hegemônica. Esta "não se constitui em classe de âmbito nacional" logrando por outro lado, "o controle e a direção política do Estado até a ruptura de 30". Esta autora insiste na tese de que "uma classe ou fração de classe pode ser hegemônica sem se constituir em classe nacional, por que ao se apoderar do Estado, que é 'nacional', a classe ou fração acaba 'nacionalizando' seus interesses". Dessa forma, por vários momentos a burguesia cafeeira paulista impõe às demais burguesias, políticas públicas de seu interesse, como é o caso da valorização do café. A defesa da hegemonia política obriga muitas vezes a que esta burguesia abra mão de seus interesses corporativos, puramente econômicos". Daí a estranheza apontada por AURELIANO e também a contradição que, com detalhes, RÊGO expõe em seu trabalho. RÊGO, W.L. Op.cit., p.267 e 268.

de classe que foi a família Silva Prado, representativa de patrimônio iniciado no século XVIII.

Os Silva Prado têm em Antonio da Silva Prado (o 1º deste nome), a fundação da família no Brasil. Este imigrante português chega a São Paulo nos primeiros anos dos 1700, adquirindo pequena área rural em Santana do Parnaíba e investindo em expedição mineradora a Goiás, à procura de ouro. O terceiro Antonio Prado, Barão de Iguape, apresenta-se como grande investidor e proprietário, comerciante de açúcar, coletor de impostos, estando também ligado ao negócio de mulas e escravos. Sua filha Veridiana, casada com um meio-irmão de Antonio chamado Martinho, (portanto seu tio), será a mãe do quarto Antonio Prado, o Conselheiro do Império.

Martinho Prado compra sua primeira fazenda Campo Alto, em Mogi Mirim, no ano de 1839. Segundo o biógrafo dos Silva Prado, esta aquisição é efetuada logo após o casamento, por 16 contos originados do dote de Veridiana. Planta cana-de-açúcar e depois café. Por fim torna-se sócio da Casa Comissária Martinho e Wright, localizada em Santos. Junto com seus filhos (principalmente Martinico e Antonio), ocupa a vanguarda da abertura de fazendas no "Oeste Paulista" entre 1866 e 1889. (54)

O filho de Martinho e Veridiana, o terceiro Antonio Prado, recebe de presente de casamento em 1868 a fazenda Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras. Abre pessoalmente outras propriedades, chega a ser presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, financia pesquisadores (Engelberg), inicia o fabrico de vidros, couro e carne congelada. É empreendimento seu a 1ª fábrica de garrafas de vidro no Brasil (e maior, durante

(54) LEVI, Darrel E. A Família Prado. São Paulo, Cultura 70 Livraria e Editora S/A, 1977, p.161.

anos) — a Vidraria Santa Marina — e o 1º frigorífico brasileiro localizado em Barretos, o qual em 1915, durante a guerra, começa a exportar carne congelada para o exterior. Chega a possuir 6 milhões de pés de café. Na política ocupa o Ministério da Agricultura do Império onde incentiva a imigração criando a Sociedade Promotora da Imigração, desenvolve estradas de ferro e portos, e digno de nota, funda o Instituto Agrônômico de Campinas. (55) Como prefeito de São Paulo no período de 1889 a 1910, inicia o processo de modernização e embelezamento da cidade, tendo sido Deputado Estadual, Federal e Senador. Presidente de honra do Partido Democrático (PD) em 1926, é ainda presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e sócio da Comissária e depois exportadora Companhia Prado-Chaves. (56)

As mais famosas fazendas da família Silva Prado, especialmente a Santa Veridiana, São Martinho e Guatapará, aparecem como exemplos a serem seguidos pelos fazendeiros da época, produzindo uma quantidade espantosa de café, conforme nos mostra

(55) PRADO, Nzareth. Antonio Prado no Império e na República, Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia. Editores, 1929, p.43, descreve com muita riqueza de detalhes, a organização do tempo do Conselheiro quando acumulava várias funções. Às 6 horas da manhã inspecionava obras da Prefeitura, às 9 horas ia ao Cortume Água Branca, em seguida à Vidraria Santa Marina. Às 10:30 horas almoçava em sua residência, às 11:30 horas despachava na Prefeitura até às 13:30 horas quando ia à Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Às 15:00 horas ia ao COMIND, às 16:00 horas à Companhia Prado-Chaves, às 17:00 horas ao Automóvel Clube e às 18:00 horas novas inspeções às obras municipais. À noite jantar com parentes, amigos e políticos e em alguns dias, visitava suas fazendas.

(56) O COMIND, banco originado da pujança da economia cafeeira paulista, teve em Antonio Prado seu primeiro presidente. Foi fundado em 20 de dezembro de 1889, contando 100 acionistas e possuindo capital inicial de 10 mil contos de réis. Em sua primeira diretoria tinham acento Joaquim Egídio de Souza Aranha (Marquês de Três Rios), o Barão de Piracicaba, Antonio de Souza Queiroz e Carlos Phelippe Nielsen, além do Conselheiro e portanto, todos os cinco vinculados a interesses da cafeicultura. A primeira operação em favor de uma administração governamental, ocorrida em fevereiro de 1890, foi de 15 contos para a Intendência Municipal de Campinas, sede do "complexo cafeeiro" do "Velho Oeste Paulista". Nos anos 80 do século XX, o COMIND foi liquidado judicialmente. Maiores detalhes ver: 90 Anos, COMIND: 1889-1979, Edição Comemorativa. s.l., s.e., s.d., p.4:7, passim.

o Quadro 3 a seguir.

Dos 32.944 alqueires que a família possui com café (no quadro a fazenda Campo Alto localiza-se em Araras ao invés de Mogi-Mirim, como em outros documentos por nós consultados), 4.107 estão cobertos com cafeeiros (13,53%), existindo 4.503.688 pés de café num total de 417.000 arrôbas, utilizando 260 trabalhadores de um total de 2.869. As propriedades da Companhia Prado-Chaves no período de 1906-1909, totalizam 4.955 alqueires, contendo 2.877.000 pés de café em 17 municípios, indo de Campinas e Jundiaí até Brodosqui e Ribeirão Preto.

As residências urbanas na capital, de Veridiana Prado (atual Clube São Paulo na Avenida Higienópolis), de seu filho o Conselheiro Antonio Prado (Chácara do Carvalho, nos Campos Elíseos) e de sua filha Anésia Prado Pacheco e Chaves (Palácio dos Campos Elíseos), são testemunhos atuais do requinte arquitetônico propiciado por gerações que acumularam muita riqueza. (57) Veridiana, grande matriarca paulista da época, promove saraus culturais em seu palacete sendo Eça de Queiroz e Raimundo Ortigão contados entre suas relações de amizade. Empreendedora, decidida, voluntariosa, escandalizou a sociedade da época ao se separar de seu marido Martinho, quando este fato era absolutamente inusitado.

Se os Silva Prado são considerados uma espécie de paradigma de multiempresário paulista entre as famílias mais antigas do lugar, outros casos existem de alguma forma semelhantes,

(57) Elias Antonio Pacheco e Chaves era sócio de Antonio Prado na Companhia Prado-Chaves. Seu palacete na Avenida Rio Branco, em São Paulo, foi por vários anos do governo estadual. Denominado "Palácio dos Campos Elísios" por Rodrigues Alves, para aproveitar as iniciais de seu primeiro proprietário (EPC) entrelaçadas nas grades, foi construído entre 1896 e 1899 pelos arquitetos Haussler e Rossi, sendo uma cópia de um castelo francês (provavelmente o de Écouen). Pertence hoje à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

QUADRO 3 - PRINCIPAIS PROPRIEDADES DOS PRADO EM 1904-1905

NOME	MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO	ÁREA CULTIVADA SOBRE TOTAL DE ALQUEIRES	PÉS DE CAFÉ
Campo Alto	Araras	Veridiana	450/1.700	322.988
Mattão	Mattão	Antonio	108/ 388	200.000
Guatapará	Ribeirão Preto	Martinico.	1.111/6.268	2.112.700
São Martinho	Sertãozinho	Veridiana e filhos	1.588/13.988	1.268.000
Sta.Veridiana	Sta.Cruz das Palmeiras	Antonio	350/ 600	600.000
T O T A L			4.107/32.944	4.503.688

FONTE: Estado de São Paulo, Estatística Agrícola e Zootécnica (5 v. São Paulo, 1906-1910) apud LEVI, D. Op.cit., p.329.

que por outro lado não tiveram a oportunidade de possuir estudos biográficos ricos em detalhes.

É o caso do Conde Álvares Penteado — Antonio Álvares Leite Penteado — filho do Coronel Penteado, fazendeiro de café em Santa Cruz das Palmeiras (Fazenda Aurora). Sogro de três Prados (Antonio Jr., Caio e Martinho Neto), o Conde também é simbólico do homem de negócios paulista com desempenho nas diversas frações de capital discriminados na Introdução. Ao lado da propriedade rural paterna acrescenta ele outra em Jaú, introduzindo em ambas a mão-de-obra assalariada, junto aos que primeiro o fazem em São Paulo. Pioneiro da indústria têxtil paulista, funda a Fábrica de Juta de Santana, e seu filho, a Companhia Paulista de Aniagens. Presidente da Mogiana, na atividade urbana o Conde constrói prédios em São Paulo como o Teatro Santana, o Hotel dos Estrangeiros, o Cine Majestic, além de instalar a Escola de Comércio Álvares Penteado no largo São Francisco. Sua residência na capital é tombada pelo patrimônio histórico (prédio velho da FAU), considerada um dos exemplos mais importantes do estilo "art nouveau" em São Paulo, projetada pelo arquiteto austríaco Carlos Eckman que também constrói a Escola anteriormente citada.

Também filho de fazendeiros, Rodolfo Miranda ficou mais conhecido como político republicano representante do Marechal Hermes da Fonseca em São Paulo. Possui propriedade em Avaré e Pirajú, a Fábrica de Tecidos Aretusina (com 600 operários) em Piracicaba e uma de chapéus em São Paulo (com 300 operários).

Outra família com características empreendedoras e já capitalistas, desenvolvendo atividades em várias funções como a agrária, bancária e comercial, é a dos Paes de Barros. Os irmãos Bento (Barão de Itu) e Antonio (Barão de Piracicaba) são

fazendeiros em Piracicaba e Rio Claro, sendo o último ligado à Estrada de Ferro Ituana e à Fábrica São Luis de Tecidos em Itu. Um terceiro membro da família, Antonio Aguiar de Barros (Marquês de Itu), tem fazendas e investimentos. O inventário do filho de Bento, Francisco Paes de Barros, aberto em 1890, possui discriminados: casa em São Paulo, uma fazenda de 440 alqueires em Descalvado (com 281 mil pés de café), 1856 ações da Companhia Paulista, 250 do Banco de São Paulo, 910 do Banco União, além de ser diretor da Companhia de Tecidos Anhaia Fabril. Seu irmão Rafael mantém patrimônio ainda maior, segundo mostra seu inventário aberto em 1889. Este último desenvolve atuação política, além de participar como sócio na Casa Comissária de Café e Algodão Amaral Rocha e Cia. (58)

Diversas outras famílias têm o perfil das aqui apontadas. Simplesmente juntar o material de fonte secundária existente, por si só seria motivo de uma dissertação à parte. Os Sousa Queirós, os Queirós Telles, os Sousa Aranha, os Monteiro de Barros, os Rodrigues Alves, os Cardoso de Mello, os Lara Campos, os Almeida Prado, os Pereira de Queirós, os Lacerda Franco enfim um perder de nomes de famílias paulistas algumas delas preservando seu patrimônio até os dias de hoje.

Julgamos agora apropriado tomarmos pelo menos um caso de grupo migrante recente qual seja, dos séculos XIX e XX, que confirmando a regra geral, dirige-se mais para a indústria e comércio do que para a agricultura e os bancos. Apontaremos depois uns dois ou três exemplos representativos de famílias que se transformaram em "padrão industrial", a partir da atividade agrícola, e que satisfaz (como se esta fosse a regra geral), a

crença popular dos que sobem a partir do zero, de "baixo para cima".

O caso clássico e o mais estudado de multiatividades é sem dúvida o da família Matarazzo. O império privado paradigma no Brasil começa a ser constituído com o Conde Francisco Matarazzo, que chega ao Brasil em 1881 aos 27 anos de idade. Na bagagem vinda de Castelabate, Salerno, na Itália Meridional, vem com algum capital e um lote de banha de porco que se perde no mar ao chegar no porto de Santos. Francisco Matarazzo é filho de um proprietário e advogado prestigioso na localidade italiana citada e emigra para o Brasil na leva da crise produzida pela chegada do capitalismo à Itália. Vem para comerciar, estabelecendo-se em Sorocaba, que era o centro tropeiro da época. Abre uma "venda" (botequim), instala casa comercial em 1882, trabalha com tropa de carga percorrendo a região onde, como diz José de Souza MARTINS em seu detalhado estudo, "tudo comprava e tudo vendia", sendo a indústria de gordura um desdobramento secundário do comércio rural. (59) Associa-se a seus irmãos José e Luís na expansão dos negócios e em 1890 já está na capital do estado de São Paulo. Em 1900 funda um moinho de trigo no Brás e a partir deste empreendimento desdobra as atividades industriais do grupo. Em 1911 funda as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo que já englobam interesses industriais, comerciais e agrícolas. Participa da fundação de bancos (Banco Italiano del Brasile, Banco Commerciale Italiano di São Paulo), e parte para investimentos no exterior (Argentina).

Na disputa por mercados tempos mais tarde, o grupo que possui melhores ligações com Washington Luís do que com Ge-

(59) MARTINS, J. de S. Op.cit., p.19.

túlio Vargas, perde o monopólio do raion para o grupo Ermírio de Moraes/Klabin. Também não ganha o monopólio de um sistema de desodorização do óleo do caroço de algodão que vai para o mesmo grupo e não obtém as facilidades que dão ao conglomerado Klabin/Láfer o monopólio do papel, através do Banco do Brasil. (60) Compra fazendas, constitui usinas de açúcar e álcool, expande os negócios e transforma-se durante longo período no maior grupo agroindustrial privado do país. Se bem declare ser admirador de Mussolini apoiando-o financeiramente, o que se vê é a ausência da atividade político-partidária por parte de Francisco Matarazzo e seus descendentes. (61) Se a elite política é compelida a aceitar a associação com os industriais imigrantes na administração do governo, isto ocorre de forma dissimulada e ainda refletindo o setor economicamente marginal na economia que é a indústria. O que há de concreto, é que os industriais no Brasil (talvez como na França), raramente têm tido atuação político-partidária, o que de resto precisa ser melhor estudado. (62)

Já exemplo típico de patrimônio na área financeira a partir da agricultura, é o de Theodoro Quartim Barbosa. Após herdar com os irmãos a fazenda Santa Bárbara em Itapira, onde chegou a possuir 250.000 pés de café, Quartim Barbosa vai presidir o IBC já no início da década de 30 e se liga à área bancá-

(60) Idem, p.40.

(61) Idem, ibidem, p.66.

(62) Relembre-se aqui, que os dois edifícios mais representativos da família Matarazzo ainda existentes em São Paulo, o Edifício Matarazzo na Praça do Patriarca (atual prédio do BANESPA) e o palacete Matarazzo na avenida Paulista, foram projetados pelo arquiteto oficial do fascismo italiano, Marcelo Piacentini. O edifício do centro era ainda na década de 1950, considerado o maior prédio em mármore travertino construído no mundo. Ver DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. Architettura Italiana a San Paolo. São Paulo, Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1953, p.78/9.

ria, vindo a ser o presidente do COMIND por longos anos. (63)

Antes de entrarmos diretamente nos casos de patrimônios gerados dentro da agricultura a partir da ascensão de ex-colonos, convém relembrar que a origem dos dois patrimônios de casos emblemáticos já analisados neste estudo — os Silva Prado e os Matarazzo — são separados por quase dois séculos sendo que o primeiro, o sargento-mór Antonio da Silva Prado chega na primeira década do século XVIII e o segundo, Francisco Matarazzo, aporta em 1881. A aproximá-los está o início da acumulação de capital e riqueza através do comércio com tropa de burros e a atuação em várias funções como o comércio, a agricultura, as indústrias, os bancos, os serviços. Difere-os a existência de atuação político-partidária no primeiro clã e a ausência no segundo.

Como casos de ascensão "*na agricultura a partir da própria agricultura*", temos três casos extremos, que como tal, não refletem a regra geral. Esta, na verdade, mostra a dificuldade com que os colonos e parceiros têm para, a partir de seu próprio trabalho, subir na escala social. Para nossos propósitos neste estudo, comporta apontá-los como ex-colonos que melhoram sua condição sócio-econômica acumulando muito capital.

O primeiro é Geremia Lunardelli, cujos pais emigram do norte da Itália para São Paulo em 1886, quando ele tem

(63) Theodoro Quartim Barbosa presidiu o COMIND até seu falecimento em 1968. liderou a transformação do banco comercial em um verdadeiro conglomerado, envolvendo Corretora de Títulos e Valores, Crédito Imobiliário, Companhia de Seguros e propriedades rurais, entre outras atividades.

um ano de idade. Os membros da família trabalham como colonos na fazenda Dumont até que Geremia compra seu primeiro sítio em 1904, já aos dezenove anos, e em sociedade com amigos e parentes. (64) Lunardelli constrói sua base financeira principal na segunda década deste século como intermediário de café, comprando lotes dos imigrantes que não tinham vínculo maior e tradicional com as casas comissárias estabelecidas em Santos. Muito provavelmente adquirindo daqueles que não conseguem saldar suas dívidas. Com grandes fazendas, aproveita a expansão cafeeira ainda existente na década de 20 e já em 1927 é o Rei do Café, envolvendo principalmente propriedades no estado de São Paulo (Ribeirão Preto, Olímpia, Catanduva, Guarantã, Bauru e Aguapeí). Posteriormente compra reservas de terras no norte do Paraná onde também planta café.

Aquele que precede Lunardelli como Rei do Café, é Francisco Schmidt. De origem alemã, nascido em 1850 e chegando ao Brasil seis anos depois, trabalha inicialmente como colono. Compra uma fazenda em 1890 e já em 1908 possui 7.500.000 pés de café concentrados na região de Ribeirão Preto. (65) Em 1918, a Companhia Agrícola Francisco Schmidt é dona de 52 fazendas que produzem 300.000 sacos de café nas cercanias de Ribeirão Preto.

O terceiro caso a ser visto aqui de ascensão de imigrantes através da acumulação na agricultura paulista, tem especial interesse dado ter se transformado no maior conglomerado agroindustrial sucroalcooleiro do Brasil. Trata-se do grupo Ometto-Dedini. Segundo Maurício Vinhas de QUEIRÓZ, a origem do

(64) HOLLOWAY, I. Op.cit., p.217 e segs.

(65) MONBEIG, P. Op.cit., p.163. Como se pode notar, tanto Lunardelli quanto Schmidt centram seus investimentos iniciais na região de Ribeirão Preto, prenunciando o que se conhece como "Oeste Novo".

grupo não é tão modesta como a de Pereira Ignácio. Conforme QUEIROZ, Antonio Pereira Ignácio, fundador do Grupo Votorantim e avô da atual geração dos Ermírio de Moraes (pai da mãe deles, Elisa), é considerado por este autor como dos poucos casos demonstrados em sua pesquisa que realmente começaram do zero. Teria vindo em 1885 da região do Porto, em Portugal, com onze anos de idade, estabelecendo-se em Sorocaba, da mesma forma que Francisco Matarazzo. Nesta cidade ajuda o pai numa oficina de sapateiro, estudando à noite para aprender a ler. Associado mais tarde a Francisco Scarpa, após estagiar nos Estados Unidos inclusive como operário, arrenda a Votorantim que já possui mais de 5.000 operários e pertence ao Banco União de São Paulo. Com a falência do banco, a morte do sócio e a desistência do filho deste, Nicolau Scarpa, Pereira Ignácio vem a controlar a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim. Torna-se então um dos maiores industriais do país possuindo também a Companhia Telefônica do Sul de São Paulo, a Usina de Luz e Força do Pilar, a Fábrica de Tecidos São Bernardo, a Fábrica de Cimento Rodovalho, a Fábrica de Algodão do Bom Retiro, a Fábrica Luzitana de Tecidos, além de fontes de água mineral. Uma especial exceção que se transforma em mito através talvez, da "tradição inventada". (66)

Mas voltando aos Ometto Dedini, teria o grupo se iniciado com a vinda de Pedro Ometto, camponês de Pádua a noroeste da Itália, em 1888 com a mulher e dois filhos. Nas palavras de QUEIROZ, "*devia ser, pelo menos, camponês remediado, posto que a mulher, para financiar a viagem, vendeu cordões de ouro, apurando 200 francos*". (67) Durante quatro anos trabalham co-

(66) QUEIROZ, M.V. de. Op.cit., p.66.

(67) Idem, ibidem, p.69. Há outra versão sobre a origem dos Ometto no Brasil. O grupo teria se iniciado com a chegada em 21 de setembro de 1887 de Caterina Biasio e Antonio Ometto na Hospedaria dos Imigrantes, no Brás, São Paulo. Daí teriam ido trabalhar numa das fazendas do Visconde de Indaiatuba (Joaquim Bonifácio do Amaral), em Amparo. Conforme "O Estado de S.Paulo", edição de 21 de outubro de 1987, p.11 do Suplemento Agrícola.

mo colonos em Amparo. Ao todo, Pedro Ometto teve sete filhos os quais, em 1906, já após a morte do velho, possuem um sítio em Água Santa, bairro de Piracicaba. Em 1911 adquirem mais 23 alqueires, arrendam terras, montam engenho, passam a utilizar empregados. Com o mercado interno propício durante e após a 1ª Guerra Mundial, expandem os negócios e compram a fazenda Iracema. Já em 1930, um dos sete filhos de Ometto compra a fazenda Costa Pinto, em sociedade com Mário Dedini, fazenda que mais tarde torna-se uma das mais potentes usinas de açúcar de São Paulo. O império foi crescendo e nos dias de hoje, mesmo subdividido, ainda é considerado o mais poderoso na área de cana e do álcool do país.

Segundo HOLLOWAY (68), para o "planalto ocidental como um todo, os nativos da Itália possuíam em 1923, quase um terço das fazendas de café. Mais de doze mil fazendas, pertencentes a italianos, espanhóis e portugueses, compreendiam 40 por cento das propriedades de café". Para este autor, "os japoneses que começaram a chegar em pequeno número, em 1908, possuíam mais de 1.000 propriedades rurais, em 1920". (69). A pergunta que nos fica é sobre a representatividade destas propriedades em área, de forma a confirmar a expansão e ascensão social e verificar a sua dimensão.

Os resultados muito interessantes da pesquisa de QUEIRÓZ (70), mostram que os "grupos multibilionários nacionais cuja origem mais ou menos se encontram no latifúndio, são apenas meia dúzia de um total de 23" que é o universo da pesquisa deste autor. Finaliza que metade deles não formam impérios

(68) HOLLOWAY, I. Op.cit., p.235.

(69) Idem, ibidem, p.230.

(70) QUEIRÓZ, M.V. de. Op.cit., p.80:82, passim.

industriais, porém bancos, relacionados de uma maneira ou outra com a agricultura, como o caso do COMIND e do Banco de São Paulo. Também conclui que aqueles que se transformam em impérios industriais, isto só foi possível através de uma intermediação, pois nunca é o próprio grande proprietário de terra que se torna empresário industrial; são seus filhos ou netos, muitos com estudos na Europa.

Baseados nos estudos de casos dos autores anteriormente citados, podemos inferir como regra geral que não se apresenta como fácil o acúmulo de capital e riqueza por parte dos imigrantes, exclusivamente originados na agricultura, no trabalho como colonos e parceiros. Outra conclusão que podemos tirar é que os casamentos entre imigrantes e famílias mais antigas de São Paulo, prestam-se ao fortalecimento do patrimônio inicial, sendo bons exemplos destas uniões a de Alexandre Siciliano com Laura de Mello Coelho e de Fábio Prado com Renata Crespi.

Em vários casos, além do casamento, "*a especulação com terras, a intermediação de produtos agrícolas, agiotagem, atividade gerencial em outros grupos mais antigos e last but not least, proteção governamental*" ajudam substancialmente os grupos a crescerem. (71)

Ainda devemos enfatizar que os imigrantes se dirigem mais para o comércio (inclusive casas comissárias) e indústria, ao passo que os nomes mais tradicionais direcionam-se para a agricultura e os bancos passando pela indústria de transportes, mesmo que alguns também tivessem negócios com o comércio de café.

Em toda esta análise feita, alertando sempre que

(71) *Idem*, p.72.

cada ítem por si só comporta um trabalho à parte, nos fica uma conclusão de fundo: no período estudado — 1889 a 1919 — não há nenhum sobrenome de imigrante nos postos políticos da máquina governamental do Estado em São Paulo. O que existem são representantes de famílias antigas, a maioria delas com origem ou interesses no meio agrário. Mesmo depois da 1ª Guerra Mundial e na década de 20, quando Jorge Street e Roberto Simonsen passam a liderar o fortalecimento dos industriais a nível de associações de classe, eles não participam da atividade político-partidária do estado de São Paulo e do país. Eles ficarão fora da figura de cena da área política por muito tempo.

Para fortalecer esta posição, reportamo-nos à pesquisa efetuada por LOVE onde *"a elite política é definida como composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, entre 1889 e 1937"* Segundo esse critério, a elite paulista inclui um total de 263 pessoas (grifos nossos). Chama-nos especial atenção a um correr de olhos sobre estes 362 nomes, que tenhamos encontrado menos de 10 sobrenomes estrangeiros (Duprat, Smith, Bayma, Whatley, Marrey e alguns Whitackers) e nenhum deles reconhecidamente italiano (Anexo 1). E sabe-se da predominância desta origem entre os colonos e industriais paulistas, cujo patrimônio surge em torno do período aqui estudado como é o caso dos: Puglisi, Pinotti-Gamba, Matarazzo, Pignatari, Noschese, Lunardelli, Selmi-Dei, Comenale, Scarpa, Siciliano, Giorgi, Morganti, Ometto, Dedini, Crespi, Falchi, Gatti, Regolli, Dell'Acqua.

Assim sendo, neste capítulo partimos de uma civilização de profundas raízes rurais, onde o patrimônio e a riqueza acumuladas quer pelo comércio, quer pela indústria, têm sua origem na área rural saindo deste meio suas lideranças que compõem

a elite política. Entrelaçados ao meio rural, convivem imigrantes e antigos do lugar, numa simbiose peculiar a São Paulo e às raízes portuguesas.

Neste cenário é que o capitalismo brasileiro em sua manifestação mais dinâmica, propicia o surgimento de um "complexo econômico" baseado na cultura do café, e cuja acumulação de capital permite o aparecimento de uma nova classe — a burguesia — e nesta de uma fração específica — a burguesia cafeeira do "Oeste Paulista" — a qual exercerá a hegemonia política e o predomínio econômico por mais de três décadas. Esta interação ocorre através do "bloco regional cafeeiro". Seu vigor e predomínio são incontestes se comparados a outras burguesias surgidas à época em outras regiões do país. Mesmo não sendo uma classe nacional, impõe ao país um novo tipo de "imperialismo interno", em aliança, na maioria das vezes, com os homens de Minas Gerais.

O desenrolar destas transformações ocorre durante a revolução burguesa política brasileira, parte de um processo mais amplo, mais abrangente, "uma revolução lenta, (...) segura e concentrada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional" (grifos nossos), conforme as palavras de Sérgio Buarque de HOLLANDA as quais, apesar de escritas na década de 1930, são ainda atuais. (72) Todas as outras crises institucionais ocorridas no país, como é o caso dos movimentos de 1930 e de 1964, constituem-se em desdobramentos desta revolução, que como já dissemos, não chega a ter um caráter essencialmente democrático-liberal como nos casos clássicos. (73)

(72) HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 18ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1984, p.126.

(73) COUFINHO, Carlos Néilson. Notas sobre a Questão Cultural no Brasil. Revista Escrita-Ensaio nº 1, São Paulo, Editora Abril, 1977, p.9.

A burguesia cafeeira paulista, inserida no cenário anteriormente mostrado, quer por seus representantes mais antigos, quer pelo segmento mais recente, atua de modo a dominar as ações, agindo como uma fração de classe da burguesia interior, hegemônica, detentora e governante. (74)

E para atingir seus objetivos, cria instrumentos que são utilizados com maestria, no intuito de controlar o aparelho de Estado e tentar fazer universal o seu projeto. Através de partidos políticos e de associações de classe, vamos conferir agora o "como" esta fração de classe atingiu seus objetivos.

(74) A questão referente à hegemonia da burguesia cafeeira paulista sobre as demais de outros estados brasileiros, ainda não é ponto pacífico e faz parte de discussões teóricas. Se de um lado há o posicionamento do tipo anteriormente descrito por nós, a partir da tese de RÊGO, cujas considerações nos orientam neste trabalho, de outro há autores como CANO, que não têm clareza da existência desta hegemonia, pelo seu acentuado caráter contraditório. Informação verbal ao autor em 25 de setembro de 1987, por Wilson Cano.

"A história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos (...)

Na verdade, pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novas missões e encargos e no sentido de que, para determinados partidos, é verdadeiro o paradoxo de que eles só se completam e se formam quando deixam de existir, isto é, quando a sua existência se tornou historicamente inútil". (75)

(75) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.24-5.

CAPÍTULO II

O PRP: VEÍCULO DE REPRESENTATIVIDADE DE CLASSE

2.1. Considerações Gerais sobre o Partido

O propósito que nos move ao escrever sobre o Partido Republicano Paulista (PRP), não se prende a contar sua história toda ou captar a sua estrutura orgânica global. Outros estudiosos já o fizeram e em condições praticamente definitivas. (76)

A nós, neste momento, prioriza captar "se", o "como" e o "por que" o PRP se transforma em um veículo representativo da classe burguesa, em sua manifestação mais incisiva que é o estado de São Paulo.

Nesta linha de raciocínio, julgamos relevante retomar as palavras de Antonio GRAMSCI acerca do que deve ser um partido político, além de outras considerações por ele feitas sobre o assunto.

O autor italiano, num de seus felizes e inspirados momentos, nos mostra que "escrever a história de um partido sig-

(76) Exemplo clássico do estudo de José Ênio CASALECCHI, citado anteriormente.

nifica exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico". (77) Assim, captar o que é o Brasil na República Velha, no centro de seu capitalismo mais forte, num Estado burguês em formação, e onde uma fração de classe dominante funda um instrumento para ser veículo de suas reivindicações, é a essência de nossa preocupação.

Quando o PRP como partido torna-se "historicamente necessário", continuando a utilizar a terminologia gramsciana ? Qual o momento em que ele vislumbra a perspectiva de "transformação em Estado" e com isto cria as condições de seu "triunfo"? A análise feita por GRAMSCI para um partido operário socialista, serve plenamente ao nosso caso.

Há durante a segunda metade do século XIX no Brasil um longo processo de transformação de suas instituições maiores e de suas estruturas mais profundas. Este processo culmina (mas não finda) com a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, quando efetivamente se forma o Estado burguês brasileiro. A Assembléia Nacional Constituinte é o fecho jurídico à sucessão de fatos transformadores desta sociedade. A formação de novas relações de produção, de novas formas de trabalho, o surgimento de novas classes sociais, a divisão dos poderes, constitucionalização e laicização da estrutura do Estado, é permeada por uma nova ideologia da passagem à dominação das relações capitalistas. (78)

Esta nova ideologia liberal-autoritária burguesa, engloba não só elementos dispersos de conhecimento, noções, mas

(77) GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.24-34, passim.

(78) SAES, D. Op.cit., p.16.

também a simbolização, os novos mitos, o "gosto", o "estilo", a "moda", um novo "modo de vida em geral", uma concepção de mundo enfim, conforme aponta POULANTZAS a partir também de propostas de GRAMSCI. (79)

Ao lado de todas estas alterações de fundo, que se gestam muito antes dos eventos de 1889-99 e que continuam século XX adentro, surge a organização de grupos de homens pertencentes ou não às classes dominantes do período imperial que, muito por influência européia e norte-americana, passam a discutir mais sistematicamente as possíveis mudanças a serem implantadas no país.

Assim, segundo o traçado histórico proposto por José Maria dos SANTOS (80), surge o primeiro embrião organicamente constituído do Partido Republicano Paulista. É o Clube Radical fundado em São Paulo em 1868, nos moldes daquele de mesmo nome orientado no Rio de Janeiro por José Bonifácio (o moço). Aí se reúnem homens como Francisco Glicério, Bernardino e Américo de Campos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luis Gama, Antônio Lôbo e outros. Inicialmente um razoável número de seus integrantes toma posição abolicionista, sendo que a preocupação com o federalismo já é a tônica acentuada.

Nas colocações primeiras deste grupo de homens, manifesta-se a proposta de GRAMSCI de que "cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe" (81). Em sua maior parte,

(79) POULANTZAS, N. Op.cit., 1971, vol.2, p.31 e segs.

(80) SANTOS, José Maria dos. Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República. Rio de Janeiro. José Olympio, 1960.

(81) GRAMSCI, A. Op.cit., 1984, p.25.

os republicanos paulistas são originários ou ligados à classe detentora rural, se bem hajam exceções, como é o caso de Luis Gama.

2.2. O PRP: das Origens a 1889

Da formação do Clube Radical de São Paulo além de outros no interior, e dos primeiros Centros Republicanos de 1871 a 1872 (haviam 16 na Província), chega-se à Convenção de Itu ocorrida em 18 de abril de 1873 nesta cidade que, por ironia do destino, havia recebido do Imperador D. Pedro II o título de "*Fidelíssima*". A escolha de Itu acontece principalmente pelo maior número de republicanos oriundos daquela cidade nas reuniões preparatórias, sendo derrotada a sugestão de Bernardino de Campos, para que fôsse em Campinas ou São Paulo. Para ASSIS CINTRA, a reunião decisiva à Convenção ocorre em 17 de janeiro de 1872, portanto mais de um ano antes do evento. (82)

Na Convenção de Itú, entre os 133 convencionais contaram-se 78 lavradores, que comparados aos 55 de outras profissões, entre advogados, médicos, "*capitalistas*", farmacêuticos, músicos e até 1 joalheiro e 1 alfaiate, forma uma predominância de origem rural. (83) Estes números nos mostram a esmagadora maioria de proprietários rurais que participam da citada Convenção, número que sem dúvida pode aumentar se raciocinarmos que

(82) ASSIS CINTRA. Bernardino de Campos e seu Tempo. São Paulo, Ed. Cupolo, 1953, p.35.

(83) SANTOS, José Maria dos. Os Republicanos Paulistas e a Abolição. São Paulo, Livraria Martins, 1942, p.146.

alguns que declararam outras profissões (advogados, principalmente) têm interesses, são representantes ou possuem laços familiares muito próximos com a classe dominante rural.

Se compararmos a origem dos republicanos de São Paulo com a dos equivalentes no Rio de Janeiro, veremos que são diferentes. Em seu estudo, CASALECCHI nos mostra que em 1878 São Paulo tem 30% de proprietários rurais nos quadros do PRP contra 2% na Província do Rio de Janeiro, onde 60% são (ou declaram ser), profissionais liberais. (84) Este é um sintoma político claro e cristalino da mudança do eixo econômico da sede da Corte para o "Oeste Paulista"; é a manifestação político-partidária das vastas transformações que ocorrem após 1850.

De qualquer forma, é plenamente compreensível hoje que não fôsse um partido abolicionista em sua essência: antes era republicano e federalista ponderavam — pragmaticamente — os que eram contra. (85) A interpretação destes republicanos é que a "questão servil devia ser solucionada pelos monarquistas e não pelos republicanos". (86) Na verdade defendem a não desestruturação da economia, na época baseada no escravismo, a ponto da própria terra não ter o valor para avais e fianças existente nos escravos. O fato de aparecer entre os convencionais um negro e ex-escravo — Luis Gama — além de outros comprometidos com a abolição da escravatura, como os irmãos Bernardino e Américo de Campos, o concreto é que o PRP nasce durante

(84) CASALECCHI, J.E. Op.cit., p.38.

(85) ASSIS CINTRA. Op.cit., p.45.

(86) Há um debate ainda em andamento sobre o posicionamento do PRP frente à questão servil. Chamáremos a atenção para a tese já citada de ZIMMERMANN, M.E. e para o estudo de SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. São Paulo, HUCITEC, Brasília, INL, Fundação Pro-Memória Nacional, 1986.

o Império já para defender os interesses de uma classe em gestação, que não é constituída pelos então proprietários de terras pura e simplesmente (enquanto classe social), mas que também não estava desvinculada dos interesses ligados à propriedade rural.

Manifestação incontestada da postura contraditória (racionalmente explicável) do PRP frente ao problema da abolição, é mencionada por George C.A. BOEHRER, reportando-se a José Maria dos SANTOS, quando este último sugere que Campos Salles é quem dá a tônica pró-escravista no partido. O que acontece é que o futuro presidente da República tem profundos interesses na área rural, tanto que só alforria seus escravos em 1887, apenas um ano antes da abolição total e após todas as outras leis que beneficiaram os cativos. Talvez a imagem deste republicano, também tenha sido motivo de outro dos vários mitos apresentados em nossa História. (87)

Quando ocorre o Congresso Republicano em São paulo, dois meses após a Convenção, a abolição já não faz parte do programa do partido e os representantes individuais por município não fogem muito à regra do comprometimento patronal com as questões da terra. Entre os 28 presentes, 9 eram declaradamente fazendeiros e 13 se nomearam advogados. Entre os primeiros, nomes como Manuel Moraes Barros (irmão de Prudente de Moraes), João Tibiriçá Piratininga, Rafael de Barros e Martinho Prado, mantêm íntima relação com os outros representantes, mesclando os laços familiares aos interesses políticos tanto no

(87) BOEHRER, George C.A. Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870 a 1889). Tese de Doutorado em Filosofia, apresentada à "Graduate School of Arts and Sciences", da Universidade Católica dos Estados Unidos. Serviço de Documentação do MEC, s.l., s.d., p.76.

Império, quanto na futura República. Uma análise mais detalhada que ainda precisa ser feita acerca das atividades reais de cada um dos 133 convencionais de Itu e dos 28 do Congresso posterior, jogará muita luz sobre o assunto. De qualquer forma, os elementos de que dispomos nos parecem suficientes para pensar numa tendência inclusive do que Maria Lígia Coelho PRADO chama de "vocalização agrarista" [que] se constitui num dos pilares ideológicos de sustentação de uma certa visão de mundo da classe dominante". (88) Este enfoque acompanha o Brasil desde seus primórdios; dá época das sesmarias e das capitânias hereditárias, até o Império, chegando à República até nossos dias. O debate ocorrido entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen nas décadas de 1930 a 50, e o discurso das associações patronais de classe rural de nossos dias, são claro exemplo disto. Mesmo em situação secundária dentro do novo bloco no poder, a classe dominante com interesses rurais tem utilizado o mito da vocação agrária do país para perpetuar sua dominação, onde a latifundização da terra tem sido a mais gritante causa e reflexo.

Ao aproximar-mo-nos dos anos 1888 a 1889, acentuam-se as contradições na sociedade brasileira. Se no seio do PRP as discussões pró e contra o abolicionismo se acirram e esta medida de justiça social já começa a ser vista como viável pelos dominantes (enfim, a imigração dos colonos já está em andamento), no âmbito da sociedade civil em geral (fora dos partidos), a pressão aumenta. É no "Oeste Paulista" a região onde mais aparecem as publicações oficiais e oficiosas em defesa dos novos tempos como é o caso do O Diabo Coxo e do Cabrião, desde

(88) PRADO, M.L.C. Op.cit., p.272.

os anos 60, portavozes dos caifazes de Antonio Bento. Aí também é atuante a imprensa comprometida com a abolição, como a Gazeta de Campinas, onde escrevem os ex-convencionais de Itu, Francisco Quirino dos Santos e Elias Álvares Lobo. (89) E por isto mesmo é aí, especificamente em Campinas, que a reação se faz mais forte e incisiva, como no episódio da tentativa de expulsão do ituano Antonio Lobo da cidade, por ser advogado de ex-escravos. (90)

Campinas já então sedia a vitalidade do capitalismo cafeeiro. À sua volta, Amparo, Itatiba, Jundiaí, Rio Claro, Araras, Pirassununga, refletem o fortalecimento das idéias republicanas, sendo que a criação de diretórios do PRP, faz-se acompanhar de forte movimento contrário para preservação dos privilégios da ordem vigente.

Nos parece razoável supor que o PRP tenha tido função essencial e papel preponderante no processo de transformações da sociedade brasileira da época, se bem haja debate ainda sobre o tema. (91) Preservando as contradições em seu inte-

(89) Segundo Décio SAES, o jornal O Diabo Coxo foi fundado pelo advogado Luis Gama em 1864 deixando de sair em 1865 e O Cabrião editado em 1866, por Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis. Propugnavam o fim da escravidão e da monarquia. O sucessor de Luis Gama (morto no início dos anos 80 do século XIX) na coordenação do movimento de fugas de escravos, foi o advogado paulista Antonio Bento. Este grupo, chamado caifazes, era formado por advogados, militares, comerciários, etc. e reunia-se na Confraria da Nossa Senhora dos Remédios. Organizou ao longo da década de 1880 fugas de escravos por toda a Província de São Paulo: Campinas, Amparo, Limeira, Jacareí, Caçapava, Capivari, etc. Ao mesmo tempo, foi responsável pela organização do quilombo suburbano do Jabaquara, em Santos. SAES, D.A.M. de. Op.cit., 1985, p.307/8.

(90) Antônio Lobo teria recebido um "ultimatum" para que se retirasse de Campinas num prazo exíguo, sob pena de ser dali expulso à força; o "ultimatum" fracassa somente pela intervenção de Rangel Pestana e Rafael Corrêa da Silva que levam o assunto para discussão na Assembléia Provincial de São Paulo. Para detalhes ver: São Paulo e seus Homens no Centenário, 1ª vol., São Paulo, Typografia Piratininga, 1922, p.125.

(91) SAES, D. Op.cit., p.51.

rior, o partido demonstra ser o mais vigoroso, o mais estruturado organicamente, a única força civil coesa e organizada em todo o país para enfrentar os dias de 1889. Preenche condições básicas para ocupar a cena política principal — em São paulo e no país — em íntima correlação de apoio até 1894 com os militares golpistas. Após este ano, com alianças civis (Partido Republicano Mineiro, principalmente), constrói as condições para que a fração de classe que representa venha a ser a dominante e hegemônica do bloco no poder que então se forma.

2.3. A Questão das Dissidências no PRP

No período que estamos estudando, poucos são os partidos que conseguem se formar no estado de São Paulo, assim como a nível nacional, se bem manifestações conflitantes dentro do PRP tenham existido.

Na terra paulista surgem tentativas de Partidos da Lavoura, os partidos socialistas (o primeiro em 1892 que é o Partido Socialista Brasileiro e o segundo, em 1902, denominado Partido Socialista), o Partido da Mocidade, o Partido Republicano de Oposição liderado por Cândido Rodrigues e fundado em 1895, e as diversas cisões do PRP chamadas dissidências, as quais veremos logo adiante. Convém ainda apontar ainda o caso do Partido Operário de São Paulo de 1890, cujo Programa apresentamos no Anexo 2 e algumas fracas manifestações anarquistas.

Como reflexo do regionalismo, a nível federal apontamos como dignos de nota somente dois partidos, que na verdade tiveram vida efêmera e se desfizeram quando o objetivo primeiro que os originou foi atingido ou o maior líder morreu. No primei-

ro caso, existe o Partido Republicano Federal (PRF), fundado por Francisco Glicério e companheiros em abril de 1893, com a finalidade precípua de agregar apoios estaduais à candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República, em 1894. Eleito este, não completando mais que 5 anos, em fins de 1897 o PRF deixa de existir. Quanto ao outro, o Partido Republicano Conservador (PRC), nascido em 1909 e obra de Pinheiro Machado, visa dar alternativa aos gaúchos para enfrentarem o poderio da aliança paulistas-mineiros. Não sobrevive ao assassinato de seu fundador em 1915. Comporta ainda lembrar aqui o Partido Republicano Liberal de 1913 e a Liga Nacionalista de 1917.

Se no âmbito nacional poucas manifestações de expressão oposicionistas ocorrem, o mesmo não acontece nas terras de Piratininga. Aqui, se bem tenha o PRP predominado e sido hegemônico, ele enfrenta diversas dissensões internas, algumas delas com abalos. Todavia, se elas ocorrem, não caracterizam por outro lado um corte ideológico nem mesmo superficial. Não passam na verdade de confronto de grupos e sub-grupos dentro do partido, descontentes com os rumos que as questões econômicas (café) ou políticas (sucessões estaduais) tomam em determinadas ocasiões. Em muitos casos, as divergências chegam ao nível pessoal, possuindo ainda razões táticas, orgânicas e inorgânicas mescladas.

As mais representativas dissidências paulistas do PRP acreditamos totalizar cinco: 1891, 1901, 1915, 1924 e 1926.

A primeira ocorre em consequência do golpe intra-militar desfechado a nível federal em 23 de novembro de 1891. O almirante Custódio de Melo, futuro Ministro da Marinha de Floriano Peixoto, obriga o Marechal Deodoro da Fonseca a renunciar à presidência da República em favor do outro marechal que exerce

a vice-presidência. (92) Em São Paulo, a 4 de março deste mesmo ano, Deodoro demite Jorge Tibiriçá (do grupo de Prudente de Moraes) e coloca na presidência do estado Américo Brasiliense, outro republicano histórico. Com o ato do primeiro marechal presidente, cria-se em São Paulo uma dissidência no PRP que não aceita a intervenção. (93) Com a queda de Deodoro oito meses após, Brasiliense também é tirado do posto, junto inclusive com os "restos monarquistas" que alguns argumentam ter permanecido no governo de São Paulo. Caracteriza-se, portanto, por ser uma cisão intrapartidária, relacionada com grupos políticos (ligados ou não aos militares), todos eles comprometidos com a nova ordem.

Já a segunda dissidência ocorrida em 1901, merecerá um destaque especial na sub-seção subsequente.

A terceira dissidência acontece em 1915, originando-se de uma disputa pela sucessão estadual entre os dissidentes de 1901 e o PRP. Aqueles, liderados por Júlio Mesquita, indicam em 1911 o nome de Carlos Guimarães para o cargo de presidente do estado, mercê de sua atuação como Secretário do Interior no governo Albuquerque Lins que está expirando. Dois outros grupos lançam nomes diferentes: o de Rodrigues Alves indica Rubião Júnior e o de Jorge Tibiriçá, o nome de Fernando Prestes. Sob o argumento de que o governo federal então ocupado por um militar (Marechal Hermes da Fonseca), está a intervir nos estados e isto seria "inadmissível" em São Paulo, acabam por fechar a ques

(92) Para se captar o clima que perdurou nos chamados anos da "República Jacobina" vide Anexo 17, onde temos algumas cartas trocadas entre os irmãos políticos de Campinas, Antonio e José Lôbo, quando o primeiro estava no Rio de Janeiro, no início de 1894 (época da Revolta da Armada).

(93) O governo provisório de São Paulo era constituído por Prudente de Moraes; Joaquim de Souza Murça e Rangel Pestana, conforme Decreto de 18 de novembro de 1889 quando São Paulo adere à República.

tão no nome de Rodrigues Alves para presidente do estado (por ser nome respeitado pelo marechal) e cedem a vice-presidência aos ex-dissidentes de 1901, na pessoa de Carlos Guimarães. Assumem assim o compromisso de, na próxima sucessão, estes terem a possibilidade de indicação ao cargo máximo nas eleições estaduais. As palavras de Júlio Mesquita a Olavo Egídio (portavoz do partido, que apresenta a proposta conciliatória), são sintomáticas. Diz o diretor d'O Estado de S.Paulo: "*Vá dizer aos que o mandam (...) que aceito a sugestão, embora saiba que acabo de assinar o atestado de óbito de meus amigos na política de São Paulo*". (94) Não deu outra. Quando em 1915 se apresenta o problema da sucessão presidencial do estado de São Paulo, Rodrigues Alves rompe o pacto com que se comprometera a indicar para seu sucessor, Carlos Guimarães, indicando Altino Arantes. Estava instalada a dissidência de 1915 que propicia em 1916 e 1917 o surgimento da Liga Nacionalista e que só se harmonizará novamente com o PRP em 1920, na abertura de negociações para a sucessão de Altino Arantes.

A quarta dissidência do PRP surge nos acertos para a sucessão de Washington Luís em fins de 1923. O nome indicado por este é o do deputado Carlos de Campos, enquanto uma ponderável ala do PRP sugere o nome do senador Álvaro de Carvalho. Aparadas as arestas e acertados os ponteiros em torno do nome indicado pelo governo estadual, enfim já estamos na época dos presidentes autoritários, surge com surpresa outro nome para a vaga do senador em tela. Qual seja: numa manobra política, os adeptos de Washington Luís não só tiram Álvaro de Carvalho da sucessão pre-

(94) MESQUITA FILHO, Júlio. Júlio Mesquita e a República, in Centenário de Júlio Mesquita. São Paulo, Anambi, 1964, p.47-49, passim.

sidencial do estado, como indicam Lacerda Franco para a vaga senatorial. Assim, nasce em 1924 a quarta dissidência — conhecida como Coligação — em consequência destas indicações por parte da Comissão Diretora do PRP. Integram a Coligação além do senador sacrificado, Olavo Egídio, Altino Arantes, Prudente de Moraes Filho, Elói Chaves, Rodrigues Alves Filho (o senador Álvaro de Carvalho fora genro do velho Rodrigues Alves), entre outros. (95) Mais uma dissidência no PRP que de qualquer forma, também se apresenta como uma "ação entre amigos".

A última dissidência do PRP ocorrida em 1926 e portanto, como a anterior, fora do período por nós estudado, resulta na fundação do Partido Democrático (PD). Segundo PRADO, em seu detalhado trabalho sobre o PD (96), este novo partido foi "capaz de engendrar um projeto alternativo de dominação social". Ainda elitista e conservador, apresenta-se como opção aos eleitores, porém não no que tange ao ideológico, à medida em que do seio descontente do PRP saem seus fundadores. Numa atitude reveladora, escolhem como figura de patrono o velho Conselheiro Imperial Antonio Prado, já entrado nos oitenta, inclusive pela sua tenaz oposição à Washington Luís, agora presidente da República. Com pouca margem de dúvida, podemos dizer que o PD surge como defensor dos interesses dos cafeicultores, já agora entrelaçados mais intimamente e diferenciadamente com os dos industriais. Seu discurso moralista abre as portas para a futura União Democrática Nacional (UDN), que surgirá na Quarta Repú-

(95) AZEVEDO, Aroldo de. Arnolfo Azevedo: Parlamentar da Primeira República. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968, vol. 346, p. 348-350, passim.

(96) PRADO, M.L.C. Op.cit., p. 298 e 299.

blica em 1945, passando antes pelo Partido Constitucionalista de São Paulo durante os anos 30.

2.4. A Dissidência de 1901 e a Tentativa de "Oposição Consentida"

A pretensiosa proposta de "*Oposição Consentida*" entra aqui despida de aprofundamento teórico. Nada mais significativo do que a aceitação por parte da burguesia agrária paulista enquistada no PRP, de que uma parcela dos "seus", uma sub-fração sua, uma camada interna, possa se organizar como oposição partidária. (97) Isto ocorre em todas as dissidências já descritas e em especial na de 1901, visto já os aspectos táticos e orgânicos que caracterizam essas dissensões.

A de 1901 é uma manifestação significativa onde 17% do grupo então dominante opõe-se à liderança do PRP, tendo em Prudente de Moraes seu líder maior. Conforme se vê no seu manifesto-programa do partido que se forma — o Partido Republicano Paulista Dissidente — as propostas de alteração somente escondem disputas políticas em torno de interesses grupais. Sob a capa de uma reforma da Constituição (estadual e federal), ocultam-se acomodações entre os "*362 representantes da elite política de São Paulo*". Aqui, como nas outras cisões que descrevemos

(97) Conforme poderá ser notado desde o início desta Dissertação, resistimos à utilização do termo facção. Se bem seja durante o conflito social que as facções emergem, como grupos políticos em conflito e, segundo alguns autores, ter sido esta a origem dos partidos, consideramos a terminologia hoje muito específica. Lembramos que o termo já era utilizado na antiguidade grega por Tucídides, Platão e Aristóteles, assim como em Roma e em Constantinopla. Apesar de modernamente (pós século XVIII) ser usado para designar disputas de lideranças em partidos, optamos pelos termos fração, sub-fração camada e grupo para evitar a conotação sectária que muitas vezes acompanha o uso de facção. Maiores detalhes sobre o assunto ver: a) SCHMIDT and STEFFEN W. et alii. Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism. Berkeley, University of California, 1977, 2 vols., p.57; e b) Dicionário de Ciências Sociais, FGV, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1986, p.454.

anteriormente, não há um confronto com tintura ideológica.

A dissidência de 1901 que irá até 1908, mostra-se no governo estadual de Rodrigues Alves e federal de Campos Salles. Aflora origens bem anteriores, que se manifestam agora contra a política dos governadores (ou dos estados, como prefere denominar Campos Salles). São na verdade divergências na cúpula do PRP que por motivos menores, extravasam. (98)

Campos Salles indica Rodrigues Alves e Bernardino de Campos para, respectivamente, virem a ser ratificados pelo partido como candidatos à presidência da República e de São Paulo. Membros da Comissão Central do PRP não aceitam esta postura autoritária, julgando ser prerrogativa desta Comissão indicar os candidatos. A primeira manifestação destas alas contra o introdutor da política dos governadores, ocorre já quando ele se afasta do governo paulista para ser presidente da República (31 de outubro de 1897). Quem o substitui naquela ocasião é Fernando Prestes de Albuquerque, por indicação de Júlio Mesquita. Membros do grupo de Campos Salles como Arnolfo Azevedo e Luis Piza, insistem para que se aguarde o retorno de Salles da Europa para a indicação do substituto. São derrotados nas suas ponderações, a ponto de perderem espaço na própria Câmara dos Deputados de São Paulo.

Por trás destas disputas, está também a omissão de Prudente de Moraes quando da indicação de Campos Salles para sucedê-lo, reflexo talvez deste último não ser um republicano histórico tão comprometido com certas causas, como tivemos oportu-

(98) Dois estudos que detalham muito bem a Dissidência de 1901 são os de CARONE, E. Op.cit. 1977, p.200:204, passim e TELAROLLI, Rodolfo. A Organização Municipal e o Poder Social no Estado de São Paulo, na Primeira República. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP. 1981, mimeo, p.207.

nidade de apontar antes no tocante à questão servil.

Interessante ilustração deste estado de coisas, é contada por FRANCO, quando Prudente de Moraes vai ao palácio informar Campos Salles que lhe fará oposição de agora em diante, organizando a Dissidência. (99) Campos Salles, em resposta, lhe diz: "Agradeço-lhe o aviso, mas você vai perder (...) por causa desta cadeira. Eu estou sentado nela; e quem nela se senta não pode ser vencido, dentro do Estado", manifesta-se batendo a palma da mão na poltrona em que está sentado. Tinha razão e este é bem um exemplo do alto poder centralizado nos presidentes tanto nos estados quanto no país ao longo de todo o século XX, e que inclusive permeia toda a discussão do Congresso Constituinte no ano de 1987.

A disputa entre os dois grandes líderes paulistas levará à formação de vários confrontos, sendo o primeiro expresso no Manifesto de 7 de setembro de 1901, denominado "Aos Republicanos de São Paulo" (Anexo 6), e outro mais abrangente e que chega a ter repercussão no Rio de Janeiro, datado de 5 de novembro de 1901, conhecido como "Manifesto Político aos Nossos Concidadãos", data esta da Convenção do Partido Republicano Dissidente de São Paulo. (100)

(99) FRANCO, A.A. de M. Op.cit., p.182.

(100) O Partido Republicano Paulista Dissidente foi organizado como partido em convenção ocorrida no Salão Steinway com a presença de 100 representantes dos Municípios, quando o programa partidário foi aprovado. Quanto ao primeiro dos dois manifestos ("Aos Republicanos de São Paulo"), foi publicado na edição do dia 8 de setembro de 1901 de "O Estado de S. Paulo" que era o porta-voz dos dissidentes, em confronto com o "Correio Paulistano", governista. Possuía as assinaturas de Prudente de Moraes, de 6 senadores e 15 deputados estaduais, 1 senador e 7 deputados federais. O segundo manifesto também foi publicado no "O Estado de S. Paulo", em 6 de novembro de 1901.

Em ambos os documentos são retomados os reflexos do Império sobre a nascente República, reclama-se da "pureza democrática", acusa-se Campos Salles e Rodrigues Alves de deturparem a vontade da coletividade e as normas democráticas, propõe-se uma reforma eleitoral, defesa do voto uninominal, reformas na instrução pública e no judiciário, reorganização do serviço de colonização, sugere-se para o nível federal a 1ª revisão constitucional da República. Chama a atenção a idéia de reforma constitucional com supressão do cargo de vice-presidente e alteração dos períodos presidenciais. Rodrigues Alves, representando bem o sentimento autoritário de Campos Salles, fecha questão no mandato de quatro anos e na permanência do cargo de vice-presidente. Como se pode notar, as discussões de nossos dias em Brasília e dirigidas pelos aliados de José Sarney, são bem comuns em nossa história republicana.

Rica em detalhes sobre o estado de espírito que irá permear o segundo semestre de 1901, é a carta trocada entre dois dissidentes, no tocante à situação global e a intermediação do conflito (Anexo 7). Diz Júlio Mesquita (líder da Dissidência) dirigindo-se a seu colega Carlos Guimarães:

"O Tônico foi e voltou do Rio. Achou o Bernardino acabrunhadíssimo - chorando até e que estimaria muito uma aproximação com o Prudente. O C. Salles nem tentou resistir - queixava-se, fazia-se de vítima de tudo. Estavam bem informados de nossa força no Estado (...) O Tônico podia propor o que quizesse. Elles acceitariam. Propôs apenas o seguinte: que o R. Alves e o Prudente fôsem aqui árbitros da situação com illimitados poderes. Elles

aceitariam. Para nós, ótimo. O R. Alves está absolutamente rendido.

"Não me iludo, porém, seu nº 2. O C. Salles fez apenas um movimento de flanco para cair a fundo sobre nós em momento oportuno (...)" (101)

O espírito contido nesta carta diz tudo. Na verdade, o "movimento de flanco" desenvolvido por Campos Salles foi profundo e eficaz. As eleições municipais havidas após a formalização do novo partido, em 16 de dezembro de 1901, um mês e meio após o segundo manifesto, são a "primeira prova da inviabilidade de novo partido (...) os resultados mostram-se decepcionantes" como nos descreve CARONE. (102) A máquina partidária enfrenta implacavelmente os dissidentes no interior, com utilização inclusive da Força Pública. Apesar do legislativo paulista possuir número expressivo de opositoristas (21 dissidentes contra 39 senadores e deputados governistas, sendo que o presidente da Câmara dos Deputados de São Paulo, Carlos Guimarães, é um dissidente), além de muitos órgãos da imprensa interiorana e o já poderoso "O Estado de S. Paulo" apoiando-a, o resultado apresenta-se frustrante. A pressão da máquina partidária já àquela época mostra-se arrasadora.

Em resumo, depois de menos de oito anos de existência o Partido Republicano Paulista Dissidente se extingue, voltando ao seio do PRP. Isto ocorre no final do governo de Jorge

(101) Carta de Júlio Mesquita a Carlos Guimarães, em 16 de junho de 1901. O Tônico é Antonio Carlos Ferraz de Salles. Original em posse de Carlos Augusto Pereira Guimarães Neto.

(102) CARONE, E. Op.cit., 1977, p.204. Interessante exemplo do que ocorreu nas eleições municipais desta data descrevemos no capítulo IV com o caso de Pirassununga, forte reduto dissidente.

Tibiriçá (1908) com o nome de Congraçamento, após terem em 1905 se unido a outros grupos oposicionistas formando a Liga Republicana. A "oposição consentida" durou pouco mais de meia década. Foi esta experiência, ao lado do PD em 1926, os casos mais significativos de tentativas de oposição formal ao PRP.

O que se pode depreender deste evento e que na próxima sub-seção nos dificulta enquadrar o PRP dentro da taxonomia partidária que vamos utilizar, é que ele sempre foi dominante em São Paulo, em especial nos trinta anos aqui analisados. As suas dissidências são no fundo manifestações menores, não ideológicas, conflitos grupais muitas vezes pessoais, visando maior espaço de poder no interior do partido. São "brigas entre os 362", onde a problemática mais crucial do tipo de Estado burguês que se forma no Brasil, fica ocultada e onde as classes dominadas ainda não chegam a organizar-se partidariamente de forma relevante. Na verdade, as grandes greves por melhorias econômicas eclodem após a 1ª Guerra Mundial e o Partido Operário de São Paulo fundado em 1890, não consegue ainda um número expressivo de adeptos. Ainda na fase de lutas reivindicatórias básicas, as classes subalternas ainda demorarão um prazo longo para passar das lutas de "classe em si", visando as lutas de "classe para si", e daí organizar-se partidariamente de forma mais vigorosa.

Entre os trinta signatários da Dissidência de 1901 (103), mostra-se novamente o entrelaçamento familiar. Assim é que Adolfo Gordo, líder parlamentar dissidente, é cunhado de Prudente de Moraes; Cerqueira César é cunhado de Campos

(103) Eram dez os parlamentares da Dissidência do estado de São Paulo: Júlio Mesquita, Carlos Guimarães, Pedro de Toledo, Cândido Motta, Alfredo Pujol, José Pereira de Queiroz, Antonio Mercado, Eduardo Canto, João Sampaio e Antonio Moraes Barros. Relembre-se aqui que na República Velha há Câmara de Deputados e Senado estaduais, os quais juntos formam o Congresso Estadual.

Salles, , de quem é irmão de Alberto Salles, outro dissidente; Júlio de Mesquita é genro de Cerqueira César, há dois irmãos de Prudente (Manoel e Antonio Moraes Barros), o que leva alguns autores como FRANCO, a considerar como oligárquico o caráter do regime. (104) Consideramos procedente esta colocação se, como alertam CARONE e Décio SAES, juntarmos ao sentido primitivo da palavra oligarquia ("*governo de poucos*") uma peculiaridade latino-americana: a de governo baseado na estrutura familiar patriarcal e na fundamentação do poder sobre a propriedade agrária. (105)

A peculiaridade que diferencia no Brasil a oligarquia paulista das outras, em especial as nordestinas, é a força do partido político. Aqui as relações familiares são levadas para dentro do partido e lá são administradas. Daí o caráter peculiar do "*coronelismo*" em São Paulo: um coronelismo que em muitos aspectos se assemelha aos de outros locais do país, especialmente em seu esteio na propriedade agrária, porém com caracteres próprios e definidores. (106) A diferença definitiva talvez seja à constituição de um partido com alta complexidade organizacional e burocrática, bem estruturado, com atuação contínua por mais de três décadas, com forte orientação ideológica burguesa liberal-autoritária (com as peculiaridades que este termo assume no Brasil, conforme nos aponta Maria Stella BRESCIANI), eficaz enfim ao defender os interesses da classe que repre-

(104) FRANCO, A.A. de M. Op.cit., p.186.

(105) CARONE, E. Op.cit., 1977, p.269 e SAES, D.A.M. de. O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930), 1971, mimeo, p.3.

(106) Segundo Décio SAES "o coronelismo indica, ao contrário do que se sugere frequentemente, a posição subalterna dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco no poder". Ver SAES, D.A.M. de. Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma Reinterpretação, in Revista Escrita-Ensaio(Nova), Ano IV, nº 9, 1982, p.118.

sentá. (107)

Sob novo enfoque, deve-se hoje ser repensada a insistência de alguns teóricos de que nossa tradição é de partidos políticos frouxamente organizados. (108) O PRP dominou o cenário do estado de São Paulo de 1889 a 1930 e no país de 1894 a 1930, em alianças específicas que conformam um tipo de bloco no poder. Sua fragilidade pode ser apontada em não conseguir transformar-se em nacional. Mas, será que ele quer? Será que precisa? A finalidade e os objetivos a que se propõe o partido, ele os atinge nacionalmente.

2.5. O PRP: Um Partido Dominante, Predominante ou Hegemônico?

Segundo GRAMSCI, para que um partido exista é obrigatória a confluência de três elementos fundamentais:

"a) Um elemento difuso, de homens comuns, médios cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido também não existia 'somente' com eles (...)

"b) O elemento de coesão principal que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas

(107) Para esta autora, fica uma certeza, a mais intrigante segundo suas palavras, e que se refere à natureza cristalizada e difusa da ideologia liberal, "onde tudo cabe e através da qual tudo se justifica". Ver BRESCIANI, Maria Stella Martins. Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um Estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese de Doutorado apresentada ao Depto. de História da FFLCH da USP, 1976, mimeo, p.413.

(108) LAMOUNIER, Bolivar e MCNEGUELO, Rachel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.11, 26 e 27.

a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; (...)

"c) Um elemento médio que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só 'físico', mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem 'proposições definidas' entre estes elementos, e o máximo de eficiência é alcançado quando tais 'proposições definidas' são realizadas." (109)

O PRP surge no bôjo do processo de preparação do Estado burguês brasileiro, a partir de uma proposta nacional em 1870 e especificamente em São Paulo, em 1873. Possui como "elemento difuso" o fato de ser representativo de uma fração de classe dominante — a burguesia cafeeira paulista — que como dissemos anteriormente, apesar de regional, age nacionalmente. Este elemento funciona como fator político, relacionado às providências econômicas que visam a sustentação do café. Carrega consigo, aquele trio de coordenadas legais que Maria do Carmo Capello de SOUZA discrimina em seu clássico estudo: federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo. (110) Surge assim carregado de reivindicações de participação decisória por parte de São Paulo, Província que durante a Colônia e o Império sempre esteve relegada a segundo plano.

Este partido reflete um posicionamento claro em favor do presidencialismo, em contraste com a monarquia, e um federalismo peculiar que ainda precisa ser melhor analisado em outros estudos. Estes fatores — presidencialismo e federalis-

(109) GRAMSCI, A. Op.cit., 1984, p.26.

(110) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político - Partidário na Primeira República in, Brasil em Perspectiva, 7ª ed., São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, p.163.

mo — constituem o "elemento de coesão principal" que organiza forças as quais, dispersas, abandonadas a si mesmas, pouca importância têm. Esta defesa de um novo regime partidário, serve inclusive para unir o PRP a outros PRs que surgem nos diversos estados brasileiros. Tem-se presente aqui de qualquer forma, que GRAMSCI pensa muito mais num partido político de abrangência nacional na Itália e não regional, mesmo que no caso do PRP ele transforme em universal o seu projeto.

Expressa o PRP, em última análise, o deslocamento do eixo de dominação política e econômica da sede da Corte, para os lados paulistas de Campinas e Ribeirão Preto e depois para a própria capital de São Paulo.

Convém aqui alertar para um aspecto neste deslocamento, muito bem lembrado por SILVA, qual seja: se o café é importantíssimo, essencial mesmo na expressão capitalista do sudeste brasileiro, outros fatores têm relevância também. É o caso da urbanização, da modernização das grandes cidades como o Rio de Janeiro, com o prefeito Pereira Passos nomeado por Rodrigues Alves e de São Paulo, com o prefeito Antonio Prado, além da ampliação dos portos, especialmente o de Santos. O dinamismo que a região obtem e que propicia um PRP melhor estruturado deve-se, além do café, à urbanização e à nova inserção do país na divisão internacional do trabalho, sendo que fatores predominantemente comerciais aí têm peso, extrapolando meramente o mercado interno. Aspectos sociais, econômicos e políticos são acompanhados de perto por outros, de ordem cultural e antropológica, que se inexistem ou são inexpressivos, não ajudam a explicar os palacetes luxuosos preocupados com a arquitetura da elite européia e as atenções de ordem intelectual de uma Veridiana Prado. A modernização do Estado brasileiro enfim, reflete e é refletida

pelo cenário que é construído no Sudeste do país, em contraste com o que ocorre no Nordeste decadente e na efêmera pujança das cidades do Norte, como Belém e Manaus. (111)

Sem dúvida é um desafio nesta altura do trabalho, arriscarmos uma pergunta: em que medida se aplica ao espaço ocupado pela burguesia cafeeira paulista, a noção de modernidade desenvolvida por Marshall BERMANN para cidades como Paris e São Petersburgo (Leningrado) e outros centros bafejados pela expansão do capitalismo no século XIX? (112)

A ideologia integradora do PRP — a da vocação agrícola, do progresso e da modernização do Brasil — exerce um forte poder, condicionando a concepção de mundo, o modo de agir de seus homens, o estilo, a moda, os hábitos, os costumes, a cultura.

Um partido enfim que consegue a façanha de transformar seu discurso em nacional, propiciando que as políticas públicas afetem a todos direta ou indiretamente.

Colocada a premissa de que o PRP é regional, se bem tenha efetivamente influenciado e, às vezes, controlado as políticas públicas a nível federal, podemos passar à tentativa de conceituá-lo.

O primeiro esforço em captar uma definição que possa enquadrar partidos do tipo do PRP, é feita em 1951 por Maurice DUVERGER quando define o que ele chama de partido dominante

(111) SILVA, S. Informação verbal dada ao autor em 1º de outubro de 1987.

(112) BERMANN, Marshall. Tudo o Que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo, Companhia das Letras, 1986. A este respeito é relevante conferir o debate entre BERMANN e Perry ANDERSON sobre o assunto, disperso em artigos de revistas e jornais. Ver o jornal Retrato do Brasil, edição de 3 de setembro de 1987, p.32.

te. Qualifica então um sistema pluralista de partidos, e dentro deste, o tipo de partido dominante quando tivesse os seguintes caracteres: "a) nítido afastamento de seus rivais na totalidade de um período (mesmo que acontecesse, excepcionalmente, de ser ultrapassado em uma eleição; b) identificar-se com a totalidade da nação, suas doutrinas, suas idéias, seu estilo de certo modo, coincidindo com os daquele período." (113)

A primeira, e talvez a maior dificuldade que encontramos nesta conceituação do autor francês, é que sua preocupação volta-se para a Índia, a Turquia e a África quando faz seus estudos. As peculiaridades do sub-contidente latino-americano não são por ele estudadas, o que sem dúvida restringe sua classificação.

Como outra ponderação restritiva apontamos que, segundo ainda a definição geral de DUVERGER, o PRP é mesmo dominante. Mas isto não é suficiente, é muito amplo e abrangente como pondera Giovanni SARTORI em seu estudo, este sim, já mais detalhado. (114)

Segundo o teórico italiano a terminologia de DUVERGER confunde "inapelavelmente" três casos bem diferentes: partido predominante, partido hegemônico é qualquer partido importante que se distancie dos outros em qualquer tipo de sistema partidário.

Para SARTORI, "o sistema de partido predominante existe na medida em que, seu principal partido é apoiado de maneira constante por uma maioria vencedora (a maioria absoluta de

(113) DUVERGER, Maurice. Sociologia Política. Rio de Janeiro, Forense, 1968, p.386.

(114) SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Ed. Brasileira rev. e ampl., Rio de Janeiro, Zahar; Brasília: Ed.UnB, 1982, p.259.

cadeiras) dos eleitores". (115) Enquadra-se claramente entre os sistemas competitivos e os melhores exemplos são os da Índia, do Japão, do Uruguai e da Turquia, em algum momento de suas vidas.

Já o sistema de partido hegemônico não se trata de sistema multipartidário, mas na melhor das hipóteses, de "um sistema em dois níveis no qual um partido tolera e distribui de maneira discricionária, uma fração de seu poder a grupos políticos subordinados". (116) Este último sistema enquadra-se nos não-competitivos, leva à aparência da política competitiva mas não à subsistência pois na verdade, não permite a disputa clara e a contestação efetiva. SARTORI chega a subdividir este último em partido ideológico-hegemônico e partido pragmático-hegemônico. Exemplo do primeiro é a Polônia e do segundo, o México com seu Partido Revolucionário Institucional (PRI). O que ocorre no sistema predominante é que "a rotação não ocorre na realidade", sendo que o mesmo partido consegue "sempre uma maioria absoluta de cadeiras, (não necessariamente de votos), no parlamento". Segundo esta taxonomia, "predominância" seria menos forte, semanticamente, do que "dominância", sendo usada no caso como contraposição a "hegemonia". (117)

No caso do PRP se torna muito difícil enquadrá-lo num ou noutro dos dois tipos apresentados por SARTORI. Poderíamos dizer que ele se encontra a meio caminho das duas definições, em especial no que tange ao seu caráter oligárquico e à sua permanência monopolista no poder, eleição após eleição.

(115) Idem, p.225.

(116) Idem, ibidem, p.259.

(117) Idem, p.225.

A colocação do autor italiano de que as vitórias seguidas "não pode [m] ser imputada [s], razoavelmente, à desonestidade conspícua ou à fraude das urnas", é claro que não se aplica à América Latina. A suposição de que se possa fechar os olhos às irregularidades eleitorais, imaginando que numa situação de competição honesta o partido predominante continua a conquistar a maioria absoluta de cadeiras nos legislativos, é a nosso ver, um quadro ideal e hipotético. Uma democracia burguesa como a brasileira e suas vizinhas que se formam no início do século XX, não pode ser enquadrada neste caso. As eleições à "bico de pena" no interior de São Paulo e dos demais estados do país, nos apresentam um quadro peculiar e específico que as taxonomias existentes não cobrem.

Dessa forma, não encontramos elementos conceituais suficientes para enquadrar o PRP (ou outro partido da 1ª República no país) como dominante, predominante ou hegemônico. Dir-se-ia mesmo, arriscando-se uma colocação, que se encontra a meio caminho entre os dois últimos conceitos, inserido numa situação de sub-competitividade partidária.

O que é real e concreto é que o PRP foi um partido forte, estruturado complexamente, ficou no poder estadual de 1889 a 1930 e no federal de 1894 a 1930, e portanto demonstra acentuado vigor. Não podemos aceitar que a duração efêmera dos partidos de âmbito nacional, como o PRF, o PRC e o Partido Republicano Liberal de 1913, sejam características de fragilidade do sistema partidário. O que ocorre é a peculiar forma apresentada pela federação brasileira, a qual assume acentuado caráter oligárquico e uma "política dos governadores" que não exige, não necessita de partidos fortemente nacionais. Alguns regionais (em especial o PRP) desempenham a contento esta missão.

Altamente relevante para nosso intuito, é apontar que o PRP surge com convicção férrea, de que uma determinada solução dos problemas vitais torna-se necessária, para novamente usarmos as palavras de GRAMSCI. (118) Para propiciar o funcionamento de um tipo de Estado burguês como o brasileiro, que se forma no final do século XIX na periferia do mundo capitalista, o partido aparece como instrumento eficiente e eficaz das propostas e reivindicações da burguesia cafeeira paulista. Como veículo destas solicitações, este partido político demonstra um alto poder de convencimento e uma vontade férrea, e se a "*política dos governadores*" o substitui em alguns momentos, por outro lado, é ele que permite a constituição desta "*política*".

Depreende-se enfim, que este partido exerce melhor a representatividade de classe do que as próprias associações classistas que surgiram no período estudado. Seria reflexo das frações de classe não diferenciadas? É possível, mas isto já é matéria para um outro estudo que foge aos nossos propósitos do momento.

(118) GRAMSCI, A. Op.cit., 1984, p.27.

"Historicamente, para as empresas, a exigência de associar-se surge, ou para se tutelarem perante a intervenção dos Governos em matéria de legislação social e econômica, ou para se defenderem perante a ação organizada dos sindicatos dos trabalhadores (...). Em ambos os casos, trata-se de reações defensivas perante possíveis ameaças às liberdades empresariais: o primeiro objetivo facilitará o surgimento de organizações de dimensão nacional (para manter relações com os Governos e para exercer pressões sobre eles); o segundo solicitará soluções organizativas paralelas às dos sindicatos dos trabalhadores." (119)

(119) BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, p.67.

CAPÍTULO III

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOMINANTE FRENTE AO SISTEMA PARTIDÁRIO

3.1. Considerações Gerais

O aparecimento das associações corporativas patronais, ou melhor, a sua sistematização, começa a ocorrer em São Paulo já em meados do século XIX. Na verdade, elas surgem quer para enfrentar o problema criado pela questão servil — a imigração, o fornecimento de mão-de-obra enfim — quer para enfrentar o Governo Imperial no tocante à política do café. Reflete a classe burguesa em elaboração, que permitirá a organização dos lavradores em torno de objetivos específicos.

Assim surgem os Clubes da Lavoura no estado paulista, o de Campinas sendo o mais importante e representativo, já exprimindo a importância do município e da região. Nos anos 80 do século passado, este organismo classista tem uma atuação incisiva e poderosa nas articulações republicanas. Insistimos aqui num ponto que já foi levantado anteriormente, qual seja, que estes órgãos defendem benefícios e apoio à política cafezista, o federalismo (fortalecimento de São Paulo) e o republicanismo. Todavia, assim como os futuros Clubes Republicanos (o de Campinas é fundado em 14 de julho de 1886), também os Clubes de Lavoura deixam pragmaticamente de lado a questão servil. Manifestação clara

desta postura é o parecer sobre a problemática escravista dado em 1880 pelo Clube da Lavoura e Comércio de Campinas, onde entre várias assinaturas ressalta aos nossos olhos a de Campos Salles. Tratando da questão de braços para a lavoura, o parecer em tela apóia a "*conduta prudente, moderada e refletida*", tomada por parte do Presidente do Conselho de Ministros sobre o assunto. Assinam o parecer sete expoentes da fração da classe dominante em processo de organização, intimamente ligados aos interesses agrários e republicanos: Visconde de Indaiatuba [Joaquim Bonifácio do Amaral], Cândido F. da Silva Camargo, Manoel Carlos Aranha, M. Ferraz de Campos Salles, Bento Quirino dos Santos, Cândido Braga e Raphael de Abreu Sampaio. (120)

Também dignas de nota nos anos Pré-República, são as ações desenvolvidas pela Associação Comercial e Agrícola de São Paulo. Frise-se que até o início dos anos vinte deste século, a Associação Comercial nas terras paulistas terá uma representatividade muito grande, compondo contraditoriamente os interesses agrícolas e comerciais. Em meados da década de 80, esta Associação promove a "*1ª Exposição Provincial*", que é inaugurada a 25 de janeiro de 1885. No relatório referente a este evento, com 255 amostras de café procedentes de Araras, Campinas, Casa Branca, São Carlos, Ribeirão Preto entre outras cidades, vemos que o primeiro prêmio vai para Martinho da Silva Prado, com cafés ainda de sua fazenda de Araras (Campo Alto) e o segundo para Antonio da Silva Prado, pela fazenda Santa Veridiana. Ambos lídimos representantes da burguesia cafeeira, já analisados anteriormente. Também já encontramos aí um prêmio para a nascente indústria manufatureira, ganhando a Metalúrgica Lidgerwood

(120) Parecer do Club de Lavoura e Comércio de Campinas. Campinas, Typografia da "Gazeta", 1881.

de Campinas, através de peças de ferro fundido. (121)

Estes são exemplos de promoções a partir das classes dominantes e que representam a atuação da nascente burguesia do "bloco cafeeiro paulista".

No período que nos interessa, acontece o que Fernando Henrique CARDOSO aponta como o "aparecimento de uma 'consciência de classe' no país, que despontou quase exclusivamente, a princípio, ao nível das camadas superiores, mantendo-se ausente das camadas médias e inferiores." (122) Assim, esta "consciência de classe" exprime-se já no início do século XX, através de organizações patronais como o Patronato Agrícola, a Federação da Indústria Animal, a Cooperativa de Cafeicultores, Associações Comerciais, a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade de Agricultores Paulistas, a Sociedade Paulista de Agricultores, as Ligas Agrícolas, além dos movimentos tipicamente cívicos como a Liga Nacionalista, a Liga da Defesa Nacional, a Liga do Voto Secreto, até a tentativa de organização partidária com o Partido da Mocidade e o Partido da Lavoura, estes últimos esvaziados pelo PRP.

O grande problema que perpassa a organização corporativa da burguesia agrária paulista no início da República, é o enfrentamento do que é conhecido por "bolsa de comissários" de café. O poder que estes comissários (negociantes de café) têm

(121) GONÇALVES, João Pinto. Relatório da Comissão do Júri da "1ª Exposição Provincial". São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typografia King, 1855. A "The Lidgerwood Manufacturing C^o Ltd", foi fundada nos Estados Unidos em 1801, no Brasil e na Escócia em 1860 e em Java em 1868. Em nosso país surge primeiro em Campinas, no ano de 1868 e na capital do estado em 1889. As suas antigas instalações à Avenida Andrade de Neves no centro de Campinas, foram recentemente motivo de confronto entre conservacionistas e empresas imobiliárias da cidade, resultando em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT. Maiores detalhes ver BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Typografia do "Diário Oficial", 1901, p. 159.

(122) CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles. História Geral da Civilização Brasileira III, v.8, p.186.

àquela época, já foi motivo da atenção de outros autores, os quais mostram inclusive a fundação de bancos regionais, como reflexo da acumulação propiciada por esta atividade. (123) Este comissariado começa numa primeira etapa entre nacionais, posteriormente com imigrantes e numa terceira etapa, já com capital estrangeiro (inglês), constata-se o fato dos fazendeiros ficarem cada vez mais presos a esta teia do financiamento - comercialização, à qual levará muitos à perda de seus patrimônios. Parte-se de sociedades nacionais como a Prado-Chaves, a Villares, a Netto até chegar às estrangeiras como a Theodor Wille, culminando com a Companhia Paulista de Armazéns Gerais. Esta última, criada em 1895 e ligada à Johnston Co., é talvez a maior exportadora de café brasileiro no período. Em 1910, a Companhia Paulista de Armazéns Gerais é absorvida pela Brazilian Warrent Co. Limited e em 1917 a Warrent encampa a Johnston, como nos detalha CASALECCHI. (124)

3.2. Algumas Organizações Corporativas Patronais em São Paulo

A primeira organização que gostaríamos de citar aqui, inclusive para colocar uma dúvida sobre as ponderações de CARONE, é a Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, cuja sede provisória é em Paris. Fundada para incentivar e ra-

(123) GRANZIERA, Rui Guilherme. A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil (Moeda e Vida Urbana na Economia Brasileira). São Paulo, HUCITEC, UNICAMP, 1979. SAES, Flávio Azevedo Marques de. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986.

(124) CASALECCHI, José Ênio. Da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d'Oeste Paulista à Cambuhy Coffee and Cotton Estates: 1912-1933 (Contribuição ao Estado da Presença Inglesa na Estrutura Agrária do Estado de São Paulo). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia e Ciências, Letras de Araraquara, 1973. Mimeo, p.139.

cionalizar a agricultura no final do Império, tendo Assis Brasil e o Barão do Rio Branco no seu Conselho Diretor, CARONE a usa para exemplificar a "ânsia organizatória da classe" burguesa. Pondera este autor que a "burguesia é incapaz de se organizar em formas políticas, ao contrário das classes agrárias, que desde o Império se constituem em partidos; profissionalmente, dá-se o inverso pois a burguesia possui desde o Império as suas Associações Comerciais e Industriais, ao contrário das classes agrárias, que não se articulam profissionalmente no Império nem na República." (125)

Por tudo que já dissemos até aqui no tocante à organização partidária na República e pelo que estamos colocando neste capítulo, julgamos que a burguesia do "bloco cafeeiro regional paulista" tem competência, é capaz de se organizar partidaricamente quando assim o deseja e sente necessidade. A diferença talvez seja de "como" o autor vê o conceito de burguesia e a maneira por nós apresentada, centrados como o fizemos em outros momentos, em conceitos de POULANTZAS. Chamamos a atenção que para este último teórico, há três aspectos desdobrados da relação de produção no capitalismo, que identificam a burguesia:

a) a propriedade jurídica, que é a propriedade consagrada no Direito, uma superestrutura;

b) a propriedade econômica, a qual significa o controle econômico real dos meios de produção, isto é o poder de afetar os meios de produção para determinar utilizações e dispor assim dos produtos obtidos e a

c) posse, que significa a capacidade de dinamizar

os meios de produção, isto é, o domínio do processo de trabalho. (126)

Outra associação merecedora de citação é a que surge em 1896, também como pressão junto ao Estado visando defesa frente à "bolsa de comissários". A economia cafeeira que de 1886 a 1902 apresenta vigoroso crescimento, entra em 1893 numa de suas cíclicas crises, com queda internacional de preços e consequentes medidas internas. A partir do Clube da Lavoura de Campinas, por proposta do deputado estadual e lavrador Alberto Sarmiento, defende-se a unidade e organização da classe. O Estado através do Governo de São Paulo, prontamente absorve a proposta e organiza a Sociedade de Agricultores Paulistas (SAP) (127) Seus onze pontos que serão a base da tentativa futura de criação de um Partido da Lavoura, são:

"promover a união da lavoura, seu progresso e bem estar; promover a prosperidade material e cultura primitiva da lavoura e outras classes cujas funções a ela se relacione [grifos nossos]; cooperar afincadamente para maior e melhor colonização; manter jornal ou revista de agricultura; velar pela redução da tarifa de transportes de gêneros alimentícios, café e outros produtos agrícolas, instrumentos, máquinas e adubos químicos para a lavoura; auxiliar a execução das medidas do governo tendentes a assegurar ordem, facilidade e garantia eficazes no engajamento dos colonos; promover por todos os meios ao seu alcance a organização do crédito agrícola direta ou indiretamente, com oportunidade;

(126) POULANTZAS, N. Op.cit., 1978, p.19. Para um detalhamento da questão das classes sociais no meio rural, sugere-se CARVALHO, Horácio Martins de. Estrutura de Classes Sociais no Campo. Texto preliminar para discussão, mimeo.

(127) Descrição detalhada da formação desta Sociedade, encontra-se em CASALECCHI, U.E. Op. cit., 1985, p.86-98, passim.

auxiliar permanentemente a propaganda do café e exposições regionais; organizar estatísticas das exportações de caráter permanente e das respectivas produções e exportações anuais; promover adoções de leis municipais, sob a sanção de multas, garantindo a lavoura contra a instabilidade dos seus operários [grifos nossos]; representar a lavoura sob todas as relações, tanto no interior como no exterior e representar aos seus poderes constituídos solicitando medidas e auxílios em bem da lavoura". (128)

Conforme se vê, há um chamamento às "outras classes cujas funções se relaciona", uma preocupação em se preservar da "instabilidade dos (seus) operários" que trabalham na agricultura e por fim, a defesa decidida de políticas públicas que atendam aos interesses agrícolas e agrários. Quanto a estes últimos, a situação já começa a se agravar, com fortes greves por parte dos colonos contra a redução de seus salários, como as que aparecem em Campinas, Pirassununga e outras localidades. (129)

Anos mais tarde, no final da década dos vinte, acirra-se aquela separação dentro do "bloco cafeeiro paulista", que SILVA aponta como uma diferenciação entre grandes e médios capitais. (130) Aos primeiros estariam vinculados os que têm interesses em várias atividades e funções (indústrias, bancos, casas comissárias, etc.) e aos segundos — os demais fazendei-

(128) Idem, p.87 e 88.

(129) Idem, ibidem, p.28.

(130) SILVA, S. Op.cit., p.67-75, passim.

ros — incorporam-se os que Flávio SAES aponta como os que "fazem da 'lavoura' sua única fonte de renda". (131) Nesta linha de preocupações, o último autor neste mesmo estudo cita PESTANA acerca da estrutura agrária paulista no início do século. Em 1904/5, de um total de 56.931 propriedades agrícolas em São Paulo, 21.535 (37,8%) possuíam menos de 10 alqueires e 11.735 (20,6%) estariam no estrato de 10 a 25 alqueires, totalizando 58,4% de propriedades com menos de 25 alqueires. (132)

Voltando ao final dos anos 90, o Centro dos Lavradores Paulistas que congrega muitos Clubes da Lavoura Municipais, desencadeia uma ampla ação de aumento de associados, incentivando os homens do comércio e da indústria a que "se agridem em associações que trabalhem em harmonia e solidariamente com a lavoura na defesa dos seus interesses comuns". Aparecem aí os prenúncios dos conflitos entre grandes e médios capitais que apontamos logo atrás. Bom exemplo deste estado de espírito pode ser captado no pequeno manifesto de sete pontos distribuído pelo Clube da Lavoura de Campinas aos seus associados, em atenção ao chamamento do Centro citado (ver Anexo 8).

Várias outras associações de classe surgem neste período congregando os componentes do "bloco regional cafeeiro", como a União dos Lavradores, o Centro Agrícola Paulista (1912) e a Sociedade Paulista de Agricultores (SPA).

(131) SAES, F.A.M. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista:1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986, p.132.

(132) PESTANA, P.R. L'Etat de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1923. Apud SAES, F.A.M. de. Op.cit., 1986, p.132. Com relação à época de origem das pequenas propriedades rurais e pertencentes a ex-colonos, há uma discordância entre HOLLOWAY e FONT. Segundo FONT elas teriam surgido entre 1910 e 1920 e não antes como pondera HOLLOWAY. Para se aprofundar no assunto, lembramos, além dos estudos destes dois autores, o trabalho de STOLCKE, Verena. Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense, 1986. Ainda com relação à estrutura agrária nos anos 1920 da Primeira República, ver quadro em MORAES, S.H.N.G. Op.cit., 1987, p.140.

Esta última, surgida em 1902 em São Paulo e vinculada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), tem a finalidade primordial de fazer frente aos exportadores estrangeiros, reclamando ao governo suas reivindicações, em especial as referentes à política agrícola (preços, comercialização, armazenagem, crédito). Também a SPA como antes a SAP, nasce com o apoio estatal, dentro da própria Secretaria Estadual da Agricultura. (133)

Já no final dos anos 10 especificamente em 1919, surge a Sociedade Rural Brasileira (SRB), outra das associações patronais rurais existente até hoje. Aparece como sintoma e reflexo das transformações ocasionadas pelo fim da 1ª Guerra nos setores econômicos, sociais e políticos. Segundo FONT, a SRB reflete a insatisfação dos agricultores com a inexistência (ou ineficácia?) de canais reais de reivindicação junto ao poder público. (134) Na verdade, o que ocorre é que o PRP como partido político predominante ou hegemônico, havia ocupado o espaço que ora estava sendo reclamado, incorporando as demandas a seu ver razoáveis e eliminando as demais. Propugnando um papel análogo ao desempenhado pela poderosa Sociedade Rural Argentina, a Sociedade Rural Brasileira vem intimamente relacionada aos interesses de frigoríficos e de grupos internacionais. Segundo LOVE, *"um dos seus fundadores teria sido Artur Diederichsen, da firma Theodor Wille"*, e entre os primeiros dirigentes desta Sociedade *"contavam-se dois representantes de frigoríficos estrangeiros, [mas] a maioria era composta, sem dúvida, de membros da aristocracia cafeeira"*. (135) A ênfase dos primeiros anos é

(133) A SNA é reconhecida como de utilidade pública em 1918. Entidade civil, estipula o artigo 2º de seus estatutos, ter como "finalidade o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesses dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais de indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por leis às entidades sindicais, no que se refere à defesa e representação classistas". Existe até hoje, com sede no Rio de Janeiro.

(134) FONT, M.A. Op.cit., p.160 e 161.

(135) LOVE, J. Op.cit., p.130.

no apoio à criação de gado e à industrialização de carne, perseguindo além do modelo portenho congênere, também as iguais associações francesa e inglesa. Cabe lembrar o grande interesse do capital estrangeiro já em 1916 no estabelecimento de frigoríficos (Caçapava, Barretos, Osasco, Armour, Swift), pois ingleses e americanos já estavam de olho nesta fatia do mercado, como alerta CASALECCHI. (136) É bastante provável que a SRB viesse com propostas alternativas à crise do café, cultura abalada em São Paulo pela geada catastrófica ocorrida em 1918, já iniciando a exploração do algodão. Nos anos vinte, durante a gestão do presidente Paulo Moraes Barros (1921-24), a SRB reorienta sua ação, vindo seus membros a desempenhar papel de proa na formação do Partido Democrático (PD). Já nos anos trinta, englobará as demais associações patronais paulistas existentes, todas agora sob a sua denominação.

Numa rápida análise sobre o exaustivo trabalho de FONT, que sob muitos aspectos esgota várias das facetas de nossas preocupações aqui expostas, conferimos que este autor insiste na tese da organização classista como reflexo da agitação política, refletindo os movimentos emergentes que nos levarão aos acontecimentos dos anos vinte. (137) Assim é com as Ligas Agrícolas, a LAB, a SRB, a Liga Nacionalista, a Liga Defensiva Brasileira, projeções de uma determinada fase de construção do Estado brasileiro. Demonstram uma nova etapa da revolução burguesa brasileira que terá no movimento de 1930, um de seus cortes mais significativos.

A última organização classista ligado ao bloco re-

(136) CASALECCHI, J. Op.cit., 1973, p.60 e 61.

(137) FONT, M.A. Op.cit., p.339.

gional cafeeiro e que julgamos relevante apontar, é a Liga Agrícola Brasileira (LAB), e tal se dá pela sua especificidade. Segundo LOVE, ela difere bastante da SPA e da SRB. (138) É fundada em 1921 como reflexo das idéias do economista americano Henry George, especialista em imposto territorial trabalhando então no Uruguai. Sua idéia é aperfeiçoar o sistema tributário estadual, com alguns líderes da LAB defendendo em 1922, a criação de um imposto "razoável" sobre a propriedade que substituísse o imposto de exportação. Segundo um destes líderes, a "criação do imposto territorial e a suspensão do de exportação contribuiriam para a desagregação gradual dos latifúndios, cujos donos seriam forçados a progredir com mais eficiência ou vender a terra".(139) Subjacente a este argumento, está o conflito já lembrado por nós entre os grandes e os médios capitais cuja tônica se acirra nestes anos.

A proposta da LAB pretende justamente penalizar os especuladores de terras, os proprietários de grandes extensões, latifúndios improdutivos enfim, enquanto busca proteger o pequeno agricultor. A reação imediata se faz sentir através de representantes da SRB — como Carlos Leôncio Magalhães (140) — com o argumento de que "em última análise, era o consumidor de café que pagava os impostos de exportação, por intermédio de preços mais elevados no varejo". (141) A peculiaridade da LAB, em

(138) LOVE, J. Op.cit., p.310 e segs.

(139) Idem, ibidem, p.311.

(140) Carlos Leôncio Magalhães, o Nhonhô Magalhães de Araraquara, é proprietário da Companhia D'Oeste de São Paulo que originará a Cambuhy Coffee and Cotton. A sesmaria de sua propriedade - chamada Cambuí - possui área de 31.510 alqueires, ocupa os atuais municípios de Araraquara, Matão, Nova Europa, Nova Paulicéia e Gavião Peixoto. Sua residência urbana na capital, também símbolo de requinte e poder, localiza-se ainda na Av.Higienópolis, esquina com a Rua Albuquerque Lins, sediando hoje a Secretaria de Segurança de São Paulo.

(141) CASALECCHI, L.E. Op.cit., 1973, p.311.

contraste com as demais que lhe precedem (e que lhe sobrevivem), é que volta-se para a defesa da pequena propriedade. (142)

Quanto à discussão em torno do surgimento e do número de pequenas propriedades rurais no estado de São Paulo, pelos estudos a que tivemos acesso, não caracterizam ainda um processo de ascensão social de colono a pequeno proprietário. Enfatizamos novamente os dados de PESTANA mostrados atrás na página 90, onde 41,6% das propriedades são maiores do que 25 alqueires, ocupando muito provavelmente o melhor solo agricultável das terras paulistas.

Neste prisma, José Carlos BARREIRO mostra como alguns fazendeiros lucram neste período com a falência de outros, na mesma linha de raciocínio que procuramos mostrar quando citamos a formação do patrimônio de Geremia Lunardelli. Segundo este pesquisador, a Companhia Prado-Chaves cujos sócios eram Antonio Prado e Elias Pacheco e Chaves, havia em 1909 "*adquirido 17 propriedades de fazendeiros falidos*", sendo que duas transformam-se em pequenas propriedades e as demais são modernizadas e vendidas a sócios da firma. Portanto, não são redistribuídas entre novos pequenos proprietários. (143)

(142) A discussão em torno da validade que tem a tributação sobre a terra improdutiva em nosso país, é atual nos dias de hoje. No bojo para captar qual o tipo de Reforma Agrária é viável e possível, o então Ministro do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) - Marcos Freire - pouco antes de sua morte, apresentou pelos jornais da grande imprensa paulista, que mais de Cr\$ 5 bilhões estavam na dívida ativa da União, provenientes de impostos territoriais rurais (IIR) não pagos. Cerca de 80% deste valor refere-se a grandes propriedades. Edição de 28 de agosto de 1987, da Folha de S. Paulo, p.A-4.

(143) BARREIRO, José Carlos. Campe sinato e Capitalismo. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986, p.56 e 83.

3.3. Associações de Classe Patronal, o Sistema Partidário e as "Transformações Vindas de Cima"

A organização patronal da burguesia agrária paulista, que apontamos de maneira superficial nas duas sub-seções anteriores, serve para nos mostrar um aspecto: sua implantação já denota uma "consciência de classe" que exige (e permite) que seus anseios sejam corporificados. As idéias de classe ou fração dominante em cada época, transformam-se nas idéias dominantes daquele período. Como nos mostram MARX e ENGELS, "os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe, e determinam todo o âmbito de uma época histórica [grifos nossos] é evidente que o façam em toda sua extensão (...) e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época". (144)

São estas idéias dominantes que perpassam pelas associações de classe dominantes e o PRP, propiciando uma determinada concepção de mundo, que açambarca "todo o âmbito" da época aqui analisada, qual seja: "Oeste Paulista" no período 1889 a 1919. De qualquer maneira, ao se analisar o "como" estas idéias se materializam, vemos que o PRP até 1919 consegue obter resultados mais compensadores do que a SPA, a SRB e a LAB, que juntas, não contam em 1930 com mais de 2.400 membros, sendo 1.500 da SRB, 400 da SPA e 500 da LAB, além do fato de que muitos pertencem a mais de uma delas. (145)

(144) MARX, Karl e ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã (Feuerbach), 5ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1986, p.72.

(145) LOVE, J. Op.cit., p.310-314, passim.

Esta dominância é que toma diversos aspectos e aparências, inclusive no âmbito jurídico. Exemplo deste último, é a Lei nº 1999-A de 27 de dezembro de 1911 que cria o Patronato Agrícola, com o discurso (oficial) de possuir as atribuições principais de defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas. A análise, mesmo que não muito detalhada da regulamentação desta lei, nos mostra que ela reflete a organização do aparelho estatal e das suas relações trabalhistas, sob o enfoque de dominação e hegemonia deste Estado. O Código Civil de 1916 que incorpora tais normas, reflete juridicamente o estágio de desenvolvimento do Estado burguês brasileiro. (Ver no Anexo 9 a Caderneta Agrícola nº 26.636 do apanhador de café de origem espanhola Lázaro Moreno Rodrigues, contratado em 21 de junho de 1913 pelo Sr. Daniel Monteiro de Abreu, proprietário da fazenda Santo Antonio da Boa Vista em Campinas, onde se lê em português e castelhano a Lei citada e a regulamentação de outras leis afins). (146)

Já para Décio SAES, a Caderneta Agrícola criada por lei em 1904, é a consagração legal da dominação pessoal. (147)

Ao chegarmos na década de 1920, a organização classista começa a se diferenciar como reflexo das frações de classe, e em função da ruptura dentro do capital cafeeiro que tende à individualização. Assim, o Centro Industrial do Brasil fundado em 1904 no Rio de Janeiro (a partir da oitocentista Sociedade

(146) Para se aprofundar nesta questão ver: MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. Notas sobre a Legislação Fundiária e a Legislação do Trabalho Rural no Brasil. Campinas, 1982, mimeo. Esta autora pondera que, de qualquer forma, houve um avanço nas relações trabalhistas sob a ótica dos despossuídos ao se adotar a Caderneta Agrícola. Informação verbal, dada em agosto de 1987.

(147) SAES, D.A.M.de. Op.cit., 1985, p.352.

Auxiliadora da Industria Nacional de 1820), refletir-se-á de forma acentuada em São Paulo, estado onde a industrialização toma corpo mais definido. (148) Desmembram-se os industriais das Associações Comerciais e Industriais e surge em meados dos anos 20, o Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), embrião da poderosa futura Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). (149)

Assim é que, retomando nossas colocações dos primeiros capítulos, temos que a organização classista patronal e o PRP, como resultados dos processos interativos de construção do Estado burguês brasileiro e do surgimento da burguesia do "bloco cafeeiro paulista", refletem uma determinada maneira da revolução brasileira agir, uma forma específica que o processo de "state-building" toma no Brasil conservando uma direção autoritária, onde são lançadas as bases do "projeto de modernização pelo alto" ou de "transformações vindas de cima", que se consolidará nos anos 30 a 50 deste século, como nos aponta REIS. (150)

Esse processo é contínuo, inacabado (ou mal acabado) até nossos dias, onde as classes subordinadas não têm tido o

(148) LEME, Marisa Saenz. A Ideologia dos Industriais Brasileiros: 1919-1945. Petrópolis, Vozes, 1978, p.9.

(149) Para maior detalhamento, sobre a questão da industrialização brasileira na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século ver: CATTAPAN-REVIER, Elizabeth. L'Industrie à L'Époque de L'Encilhamento, in, La Préindustrialisation du Brésil: essais sur une économie in transition: 1830/50. Édition du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1984. Chamamos também a atenção novamente, para a necessidade de maiores estudos sobre a relação entre o fortalecimento da associação corporativa industrial e a ausência de atividade político-partidária ao longo de praticamente todo o século XX. Mister se faz lembrar, que o industrial imigrante que desenvolveu programas sociais mais avançados tendo sido chamado até de "empresário socialista" - Jorge Street - perdeu tudo e morreu pobre em 1939, completamente desconhecido do operariado. Enquanto o fascista Francisco Matarazzo, tenaz opositor das reivindicações operárias ao longo das três primeiras décadas do século, morreu milionário em 1937, admirado pelo operariado como "o homem que se fez, rico pelo trabalho incessante". MARTINS, J. de S. Op.cit., p.97. Matéria sem dúvida para maiores estudos da Ciência Política.

(150) REIS, Elisa Pereira. Interesses Agro-Exportadores e Construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930, in Economia e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.194.

controle, e em muitos momentos, nem uma atuação importante. Estas transformações modernizadoras do Estado brasileiro "vindas de cima", a "partir do alto", autoritárias, reacionárias em última instância, é que propiciam na década dos oitenta deste século, uma sociedade em "pré-convulsão civil", onde a violência rural assassina centenas de pessoas por ano, onde a violência urbana não permite mais que os cidadãos trafeguem pelas ruas sem sobressaltos, onde enfim o capitalismo mais selvagem e predador tem guarida, transformando a vida de seus mais de 141 bilhões de habitantes, em verdadeiro inferno e caldo de cultura com tónus explosivo. Vimos aqui, como a gestação e o início deste processo de construção do Estado burguês e de modernização autoritária se deu na República Velha, através das forças produtivas mais fortes e desenvolvidas localizadas em São Paulo, influenciando e condicionando as outras regiões do país. (151)

(151) Para detalhamento da questão da "revolução vinda de cima", ver MOORE JUNIOR, Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia (Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno). São Paulo, Martins Fontes, 1983, p.407-446, passim.

"Aqueles que iniciam uma fase de crescimento econômico muitas vezes parecem incapazes de transferir seu capital e seus talentos para formas mais complexas de produção. Por essa razão Henri Pirenne insistiu em que, para cada fase da história econômica, 'existe uma classe distinta e separada de capitalistas'. Os proprietários de terras latino-americanos, particularmente, são considerados tão presos à existência solarenga e aos serviços de uma classe abjeta de camponeses, que se recusam a presidir a uma arriscada transformação das suas sociedades (...). A serem amplamente aplicáveis essas teorias, os fazendeiros de São Paulo surgem como extraordinária anomalia. Os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe; mas também dirigiram a passagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar, no princípio do século XIX para um complexo sistema industrial nos meados do século XX." (152)

CAPÍTULO IV

PATRIMÔNIO TÍPICO DOS CAPITAIS MÉDIOS ORIUNDOS DO "BLOCO REGIONAL CAFFEEIRO PAULISTA": CORONEL FLORIANO ÁLVARO DE SOUZA CAMARGO E CARLOS AUGUSTO PEREIRA GUIMARÃES (153)

"Rogo-lhe o favor de dizer-me se encontrou algum furo nos autos do processo que movem contra os meus colonos. Pois, fiquei admirado quando soube que estavam pronunciados, por que não há prova nenhuma contra os ditos homens, faltando por esse motivo, matéria para pronunciar. Se eu visse que estes homens são realmente criminosos seria o primeiro a ajudar a justiça, mas no caso presente que não há um motivo nem ao menos para suspeita, inquirese tantas testemunhas e estas nada depõem contra os ditos colonos, acho duro que se conserve retidos dois chefes de família que tem deveres a cumprir e que por esta prisão injusta (...) Peço-lhe ver se descobre algum ponto de nulidade no processo (...) Rogo-lhe avisar-me (...)" (154)

- (153) Especial agradecimento na elaboração deste capítulo, devemos ao Eng.Agr.José Gomes da Silva, atual proprietário da Fazenda Santana do Baguassú, que nos propiciou acesso aos arquivos da propriedade e ao Biólogo Consultor M.P. de Godoy, historiador de Pirassununga. Consideração igual devemos aos descendentes dos aqui estudados, Carlos Augusto Pereira Guimarães Neto, Manoel Carlos Guimarães Moraes e Helena Salles Guimarães.
- (154) Carta do Cel.Floriano Álvaro de Souza Camargo a seu advogado Dr.Ribeiro, em 10 de abril de 1890. Copiador de Cartas da Fazenda Santana do Baguassú, período de 1889-1903, p.153.

"O povo paulista sentia-se orgulhoso por ver o seu vice-presidente em exercício sair do palácio e dirigir-se para sua residência particular a pé, completamente só, confiando o prestígio de sua autoridade à guarda do povo e dando o melhor e mais belo exemplo de democracia, simplicidade e modéstia, num meio tão inclinado e propício ao luxo, à riqueza, à vaidade fôfa e ao aparato fútil e ruidoso." (155)

4.1. Considerações Históricas Gerais

Conforme tivemos oportunidade de expor anteriormente, nas últimas décadas do século XIX, surgem patrimônios familiares como reflexo dos capitais gerados pela expansão cafeeira através do "Oeste Paulista". Estes capitais, segundo a definição de SILVA, distribuíram-se em grandes e médios. Aos primeiros ligam-se aqueles patrimônios que extrapolam a área produtiva rural - a fazenda - e expandem em direção ao mundo urbano, ao capital comercial e industrial. Aí surgem fábricas, bancos, casas de comércio, enfim o capital se diversifica e como exemplo emblemático deste caso, vimos no capítulo I Antonio Prado e o Conde Álvares Penteado.

Quanto aos segundos — os chamados capitais médios — a maioria diga-se de passagem, concentram-se essencialmente nas fazendas, qual seja, principalmente no capital agrário. Quando se aventuram em outras áreas na cidade de São Paulo,

(155) EGAS, Eugênio. Galeria dos Presidentes de São Paulo. 2 vols., II e III. São Paulo, Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1927, p.414.

tal se dá em investimentos imobiliários e na compra de ações pertencentes a companhias e bancos. Não têm poder de acumulação suficiente para fundar indústrias, bancos ou casas comissárias. A fraqueza desta fração da burguesia primordialmente agrária, resulta do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção, aproximando-a de uma simples classe de proprietários de terra. (156)

Caso típico da riqueza propiciada por estes capitais médios, é o complexo de bens acumulado pelo Coronel Floriano Álvaro de Souza Camargo e seu genro Carlos Augusto Pereira Guimarães. (157)

Floriano Álvaro de Souza Camargo nasce em Campinas, em 25 de janeiro de 1848, dentro de tradicionais troncos da elite de proprietários de terras da região. Filho do Ajudante (militar) Álvaro Xavier de Camargo e Silva e de Maria Brandina de Souza Aranha, tinha os dois avôs intimamente ligados a grandes patrimônios rurais.

O avô paterno, o Capitão-Mór agregado Floriano de Camargo Penteado, era proprietário de vários engenhos de açúcar em Campinas recebidos em sesmarias ou comprados. (158) Havia o

(156) SILVA, S. Op.cit., p.61.

(157) Para Pierre BOURDIEU, a história de um indivíduo se desvenda como uma "variante estrutural" do habitus de seu grupo ou de sua classe, o estilo pessoal aparece como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, uma classe ou um grupo social. Pierre BOURDIEU. Sociologia. Org. da Coletânea Renato ORTIZ. São Paulo, Ática, 1983, p.18.

(158) Segundo Maria Thereza Schorer PETRONE, a cidade de Campinas deve sua origem ao fabrico do açúcar. Quando ocorre o primeiro recenseamento em 1775, já há aí três engenhos produzindo aguardente. Em 1798 há 37, em 1818 existem 60 engenhos e no ano de 1836, considerado o período de apogeu da produção açucareira em Campinas, o município possui 93 engenhos de açúcar (158.447 arrôbas) e 93 destilarias de aguardente (7.399 canadadas). Ultrapassa, em muito, neste ano, a produção de Itu, fornecendo 1/3 da produção do açúcar e 1/6 da de aguardente da Província. O café que surge é cultivado ainda em 1836, em 9 fazendas, com 8.081 arrôbas. Ver PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1968, p.45 e 46.

denominado Ponte Alta (atual Fazenda Monte D'Este), Sertão de Cabras (que originou mais de dez fazendas entre as quais: Guariroba, Capoeira Grande, Rocio, São José, Santa Luzia, Palmeiras, Boa Vista, Bonfim, Três Pedras), Boa Vista (Hoje é o Lar dos Velhinhos) e Duas Pontes. No recenseamento de 1798, figura no primeiro lugar em volume de produção de açúcar (1550 arrôbas), com seu engenho Ponte Alta. (159)

Por outro lado o avô materno, Coronel Francisco Egídio de Souza Aranha, foi o primeiro agricultor a cultivar café — regularmente — na região de Campinas. Em terras adquiridas por seu pai (bisavô de Floriano Álvaro), o Tenente-Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo em 1806, onde agora se localiza a Fazenda Mato Dentro, às margens da estrada Sousas e hoje pertencente à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, Francisco Egídio sistematizou este plantio. No chamado "pasto do Burrico" plantou 10.000 pés de café alinhados, sendo portanto considerado o primeiro plantio organizado da região. Entre os cafeicultores desta época, Francisco Egídio ocupava o terceiro lugar em número de escravos com 76 cativos, após os 106 de Teresa Miquelina do Amaral Pompeu e os 236 de Antonio Manuel Teixeira. (160)

No recenseamento de 1851, Francisco Egídio aparece como fazendeiro de café e como senhor de engenho, assim como o pai de Floriano Álvaro — Álvaro Xavier — surge como fazendei-

(159) PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e Juventude. Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras nº 20, 1969, p.62.

(160) Conforme Celso PUPPO em outra obra, as primeiras sementes de café foram introduzidas em Campinas em 1798 pelo senhor de engenho Raimundo Alvares dos Santos Prado. Vindas de Jundiaí, a difusão da cultura cafeeira se deve aos pioneiros e maiores cultivadores: Antonio Manuel Teixeira, Teresa Miquelina do Amaral Pompeu, José Teixeira Nogueira de Camargo, Bernardo José de São Paio, Antonio Francisco de Andrade e Francisco Egídio de Souza Aranha. PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas, Município no Império: Fundação e Constituição, Usos Familiares, A Moda, Sesmarias, Engenhos e Fazendas. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S/A, 1983, p.26.

ro de café, (161) sendo as residências urbanas destes e dos outros ancestrais citados anteriormente consideradas extremamente modernas para o interior do país na época.

Desta forma, fica caracterizada a ascendência de Floriano Álvaro como privilegiada, quer no tocante ao patrimônio material, quer no aspecto da tradição e do "status" familiar, pois eram "antigos do lugar". Sua avó, Maria Luzia Souza Aranha, foi a primeira e única viscondessa de Campinas. (162)

Com o casamento dos pais de Floriano Álvaro em 1836, estes herdaram a Fazenda Mato Dentro de Baixo (conhecida depois como Vila Brandina), propriedade de solo massapé que em 1885 possui 230 mil cafeeiros.

4.2. Floriano Álvaro parte para Pirassununga: Surge a Fazenda Santana do Baguassú

Originado em famílias abastadas como as que descrevemos anteriormente, o futuro Coronel da Guarda Nacional — Floriano Álvaro de Souza Camargo — começa sua atividade profissional tomando conta da fazenda de seu pai, a Mato Dentro de Baixo. (163)

(161) Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p.239-241, passim.

(162) Segundo BOURDIEU, "os critérios de pertinência de uma classe variam de uma classe para outra: as classes inferiores se referem sobretudo ao dinheiro, as classes médias ao dinheiro e à moralidade, enquanto as classes superiores acentuam o nascimento e o estilo de vida". BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. 2ª ed., São Paulo, Ed.Perspectiva S/A, 1982, p.24.

(163) Se não houver observação específica neste estudo, sempre que utilizamos a terminologia Coronel, Tenente-Coronel, Major, etc., estaremos nos referindo à hierarquia da Guarda Nacional no estado de São Paulo. A Guarda Nacional foi criada por lei imperial em 1831, confirmando o caráter dual das Forças Armadas escravistas. Por esta lei, competia ao Exército/Marinha defender as fronteiras e combater os inimigos externos, cabendo à "Guarda Nacional, a função de reprimir a revolta das classes populares (escravos, camponeses, artesãos) e de, portanto, moderar a luta de classes dentro da formação social escravista brasileira", segundo as palavras de SAES, D.A. M. de. Op.cit., 1985, p.174-176, passim.

(continua)

Ao receber sua parte na herança do pai, forma tropa de burros e inicia o transporte de café entre a capital e Campinas. Conta a tradição oral familiar, que assim ele continua acumulando o capital que investe mais tarde em terras. No caminho entre as mencionadas cidades, especificamente em Jundiá, acampa muitas vezes para descanso perto de uma grande árvore, chegando a comer "feijão pixelado" (queimado), na falta de tempo para preparar outro novo.

Já no final da década dos 60 do século XIX, Floriano Álvaro é levado a manter contato com as terras roxas da região do eixo Campinas-Ribeirão Preto, as quais já estavam começando a ser exploradas pelos Silva Prado. (164) Levado por seu amigo também de Campinas, Luis Antonio de Pontes Barbosa — o "Lulu" de Pontes — membro do 1º Conselho de Intendentes de Campinas e pertencente à Diretoria do Clube da Lavoura desta cidade, Floriano Álvaro vê a perspectiva de adquirir algumas terras. Do terraço da Fazenda São Luiz de propriedade de "Lulu" de Pontes (165), ele decide comprar as terras que formarão a Santana do Baguassú, uma homenagem à grande quantidade desta variedade de coqueiro lá existente. (166) Também como aficionado

Continuação

- (163) Fundada no recrutamento censitário e obrigatório (só cidadãos alistáveis eleitoralmente, o que excluía os pobres), chegou a ter nesta época cerca de 200 mil homens, que comparados aos no máximo 14.300 membros do Exército imperial, por si só demonstra sua força. O Coronel Floriano Álvaro pertencia ao 8º Batalhão do Serviço Ativo de Campinas, sendo que em 1896, o Coronel Comandante em Campinas era seu irmão Cândido Álvaro de Souza Camargo. Maiores detalhes ver em: BRITO, Jolumá. História da Cidade de Campinas, 12º volume, Campinas, s.e., 1961, p.155-181, passim.
- (164) Os Prado partem de Moji-Mirim/Araras (Campo Alto) em 1839, para Santa Cruz das Palmeiras (Santa Veridiana) em 1865, em direção a Ribeirão Preto e Sertãozinho (Guataparã e São Martinho), em 1880 e 1889.
- (165) A fazenda São Luiz passou a José Vasconcelos de Almeida Prado em 1895. Hoje pertence ao Grupo Ometto-Bedini, assim como a Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras e formada pelos Prado.
- (166) Segundo M.P.Godoy, em carta enviada ao autor em 25 de setembro de 1987, se por um lado na antiga mata primitiva da fazenda existisse (e exista) grande quantidade do coqueiro "baguassú" Orbigania sp, por outro, a região no tempo da ocupação Tupi-Guarani se chamava "iba guassú", que significa "região rica em frutas". Das duas fermas, deve ter surgido a denominação Santana do Baguassú.

da pesca, é bem possível que o Coronel tenha se "enfeitiçado" com os dourados e a beleza do rio Moji-Guaçú, em eventuais pescarias rio acima efetuada com amigos. Assim, sensibilizado por fatores econômicos e culturais, prepara-se para tomar a decisão de compra, influenciado por "Lulu" de Pontes, Coronel Penteado (Fazenda Aurora) e vislumbrando o sucesso dos Silva Prado.

Casa-se aos 26 anos em 1874 com Brasilisa Engler Barbosa, filha do Tenente Antonio Corrêa Barbosa (um dos fundadores de Piracicaba) e de Ana Carolina Engler Barbosa, cujo patrimônio rural neste outro município é bastante vasto, vindo a propiciar possibilidades mais tranquilas para levar adiante seu projeto. Daí que segundo as estórias contadas por seus descendentes, diz que comprou as terras do Baguassú com o dinheiro da mulher. Sentado no terraço contemplando o terreiro, tendo à frente a paisagem de uma lagoa e do trem da antiga Paulista a passar e rememorando os tempos, é capaz que haja contado esta versão do capital trazido pela mulher. De qualquer forma, vem este acrescentar-se ao já existente herdado e trabalhado por ele.

Segundo GODOY, a fundação da fazenda dá-se em 1869 estando em posse de "Lulu" de Pontes até 1880, baseando-se nas anotações contidas num processo, arquivado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas (CRIH) de Pirassununga (Arquivo: Doc. nº 15 M10 - 1880). Já segundo a tradição familiar, em especial as informações verbais de Helena Salles Guimarães, as terras teriam sido de um "tal de Procopinho", sendo Luis de Pontes Barbosa proprietário somente da vizinha São Luiz. O Coronel a teria fundado, sendo que conheceu sua mulher na fazenda do amigo, pois Luiz de Pontes também era Barbosa, como Brasili-

sa. (167)

Floriano Álvaro, que antes de possuir a propriedade já frequenta Pirassununga, tendo sido jurado num processo criminal no Tribunal do Júri de Pirassununga em 19 de junho de 1878, adquire a fazenda no início da década de 1880, por "oitenta contos de réis", conforme informação do administrador da Baguassú ao seu tempo, Atílio Berto, fornecida a GODOY. (168)

A fazenda em tela localiza-se no município de Pirassununga, a uma distância da capital de 231,5 km por estrada de rodagem e 262 km por estrada de ferro, situando-se a 8 km da Cachoeira das Emas e a 20 km de Pirassununga. Possui substancial parte de terra roxa e terras de 2ª qualidade, sendo que o rio Moji-Guassú limita a fazenda em quase 1 km, com queda neste trecho de aproximadamente 2,28 m. O pesqueiro utilizado pelo Coronel Floriano existe praticamente intacto até nossos dias, preservado pelo atual proprietário o Engenheiro-Agrônomo José GOMES DA SILVA. (Anexo 13) Suas construções incluem na época em que estamos analisando, sede, casas para colonos, capela, grandes terreiros com pisos atijolados, máquina de beneficiar café, casa de administrador e uma pequena usina elétrica movida a água de um açude. No caso da sede original (chamada "casa velha"), chama atenção a construção com portas e grades das janelas em peroba cortadas a machado, e uma alcova central, rodeada de salas, escritório e quarto, alcova esta que à época da escri-

(167) GODOY, M.P. de. Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga. 2 Volumes. 1ª edição. Pirassununga, Ind.Gráfica Jair, 1975, p.307^{eb} carta citada anteriormente e enviada ao autor e Helena Salles Guimarães, carta ao autor em 4 de outubro de 1987. Segundo a cópia da planta da divisão judicial da fazenda, datada de maio de 1917, a Santana do Baguassú tem cinco origens. São terras de: Emerenciano Alves de Moraes, Prudenciana G.Meirelles, ausentes, Melchiades e Vilella, e por fim, Joaquim Procópio de Araújo. Este último pode ser o "tal de Procopinho" citado pelos descendentes. Ver Anexo 10.

(168) GODOY, M.P. de. Carta citada, p.2.

vidão foi o dormitório de Zurica, a filha do Coronel. Existe olaria no local, possuindo a maioria dos tijolos as iniciais FASC, FAC e FA (iniciais do Coronel).

O documento mais antigo existente nos arquivos da fazenda, é a menção de um velho levantamento topográfico realizado em 1882 por C.H.Rohe, sendo o primeiro registro da contabilidade então existente datado de 1883. (169) A planta referente à conformação definitiva data de 1918 (Anexo 11).

4.3. Coronel Floriano Álvaro: Fatos e Histórias

De compleição alta, pele morena, olhos azuis, o Coronel Floriano Álvaro de Souza Camargo é considerado por aqueles que o conheceram como um homem decidido, tipo comum entre os empreendedores da burguesia cafeeira paulista da época. Pertence à "velha estirpe de fundadores de fazenda", marcando fortemente sua passagem pela região, a ponto de ser a fazenda até recentemente conhecida como "Fazenda Floriano", entre os velhos moradores da localidade. (170) Anda sempre vestido com um lenço no pescoço e terno de brim.

Começa montando a propriedade com escravos, sendo a primeira casa muito simples no chamado retiro ao lado da lagoa (açude). Possui escravos, apesar de adepto das idéias republica-

(169) GOMES DA SILVA, José. Informações Gerais. Campinas, s.e., 1967. Esclareça-se todavia que, se bem a área total da propriedade em nossos dias seja aproximadamente a mesma da época do Coronel Floriano, ocupa ela outras regiões. As terras que se encontram em torno da sede, da estação ferroviária, as que margeiam o rio, continuam as mesmas. Porém dos 345 alqueires vendidos no final dos anos 50 deste século aos atuais proprietários (de uma área inicial de 660 alqueires), a retomada se deu noutra direção. Daí hoje possua uma parte maior de terra especificamente roxa de primeira qualidade, do que na época.

(170) GOMES DA SILVA, U. Op.cit., p.8.

nas e desde cedo defendia a substituição da mão-de-obra servil pelos imigrantes europeus. No Almanach de Pirassununga de 1885, de autoria de J.P.da MOTTA JÚNIOR, vê-se que a propriedade do Coronel Floriano "*contém duzentos mil pés de café, serviço feito por cinquenta escravos e dez famílias com quarenta pessoas nacionais (...)* A colheita de 1883 foi de 150.000 kilos". (171)
 Dessa forma, em 1883 a fazenda mantém senzala para 50 escravos, e casas de colonos para 10 famílias totalizando 40 pessoas brasileiras. (172)

A segunda moradia, a chamada "*casa velha*", com seus anexos descritos na página anterior, é construída entre 1889 e 1893, sendo esta primeira data até hoje vista no frontispício da capela. Já a "*sede nova*", um pouco mais elaborada e bem mais ampla, é de meados dos anos 10 deste século.

No tocante às famílias de escravos, relevante chamar a atenção para uma em especial — que continua a trabalhar na fazenda após a extinção do cativo. São filhos da ama do Coronel Floriano a qual, quando ele se casa, pede que a leve junto. Dessa forma, compra escravos para substituir a família, e leva consigo a ex-ama, o marido e os dois filhos já nascidos. Alguns destes cinco filhos (Martinho, Cassiano, Paulo, Eleonor e Nicola) são vivos ainda na década de 1950, perto já do centenário de vida. Cola, como é conhecido Nicola, chama a atenção como trabalhador de alta competência pois é quem lida com a

(171) MOTTA JÚNIOR, J.P. de Almanach de Pirassununga. Pirassununga, Typografia Rio Branco, 1885, p.41 e 42 apud GODOY, M.P. de, Carta citada, p.3.

(172) GODOY, M.P. de Carta mencionada, p.3. A senzala, hoje inexistente, provavelmente era localizada ao lado do curral e chiqueiro de porcos, onde uma imensa figueira teria sido plantada por escravos no quintal de suas casas. Outras versões dão conta da senzala ter sido no local onde está a cocheira (construída com material excessivamente resistente e acabado) e até nos porões da "casa velha", esta última, bastante improvável.

máquina de beneficiar café e com a usina elétrica da propriedade. Conta-se que quando um fazendeiro vizinho compra uma máquina de beneficiar muito moderna, não são os representantes locais da firma que a fazem funcionar; é o Cola. Assim como comporta registrar que seu irmão Martinho, cocheiro e motorista particular do Coronel, ao dirigir o Ford "bigode" então existente, muda as marchas do veículo no caminho para o pesqueiro, de acordo com os acidentes naturais (determinada árvore, certo poste, um pontilhão específico, são as referências para as mudanças de marcha). (173)

Se por um lado o Coronel age como "capitalista", não deixa por outro lado de ter relações peculiares com os empregados. Nesta linha de raciocínio, além dos ex-escravos que continuam a trabalhar na propriedade, relevante é transcrever um trecho do livro de Zuleika M.F. ALVIM, onde esta autora mostra o ponto de vista de colonos italianos recém imigrados à região, através da fala de um deles, Michele Castelan:

"Como o Sr. sabe, eu e meus dois filhos, um dos quais já está casado agora, chegamos em São Paulo há 15 anos atrás (1886). Na Hospedaria dos Imigrantes tivemos a felicidade de encontrar um fazendeiro honesto, o qual vendo-nos, os três, todos fortes e adultos, nos contratou para sua fazenda, que se encontra a uma hora daqui, e nos encarregou de escolher um grupo de boas famílias. Nós

(173) Extremamente interessante é um diário existente nos arquivos da Baguassú, intitulado "Relatório de Serviços", datado de 1933-34 e assinado por F. Guimarães, onde se descreve o funcionamento na sede diariamente, quem chega, quem sai, quem são os convidados. Ao final da tarde, quase que invariavelmente, o automóvel leva o Coronel Floriano a pescar em seu refúgio. Até a colheita de flores no campo para enfeitar a casa por parte de netos do Coronel, quando da visita de Fernando Costa, é lançada neste diário. Como não encontramos nenhuma via referente ao período por nós estudado (1889-1919), deixamos de publicar excertos como Anexo, se bem comporte esta anotação.

lhe indicamos algumas, de excelentes camponeses nossos campatriotas e todos juntos viemos para Baguassú. O patrão era honeto e nós éramos bons trabalhadores, os tempos foram propícios e assim em quatro anos tínhamos economizado alguns contos de réis. Pedimos ao Sr. Floriano permissão para comprar este pedaço de terra e montar uma oficina mecânica e uma carpintaria, profissões estas exercidas por nós na Itália, como também para fabricar tijolos (...) Hoje temos aqui bois, vacas, mulas, cavalos, galinhas em quantidade. Por pior que vão os negócios, o arroz, o feijão, o milho e os ovos não faltam nunca". (174)

A análise do "Copiador de Cartas" da fazenda referente ao período de 1889-1892, nos mostra a versatilidade no trato dos negócios por parte de seu proprietário. Desde a carta dirigida ao seu advogado defendendo os colonos da Baguassú e transcrita no início deste capítulo, até outros assuntos variados na área comercial, social e doméstica. Através dos três procuradores destes anos citados — Carlos Basílio de Vasconcellos, João Bicudo Teixeira e Joaquim de Toledo Pacheco — a fazenda se relaciona com as mais variadas firmas e pessoas. Nestas mais de 300 cópias de cartas, muitas delas ricas em detalhes, vemos com clareza o funcionamento da relação fazendeiro-comissário-ensacador-corretor-exportador tão bem descrita por CANO. (175) Pedidos de dinheiro, de gêneros alimentícios (vi-

(174) ROSSI, A. "Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo", in Bollettino dell'Emigrazione apud ALVIM, Zuleika, M.F. Brava Gente! Os Italianos em São Paulo: 1870-1920. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.146.

(175) CANO, W. Op.cit., p.70.

nagre, azeite, açúcar, bacalhau), pacotinhos de rapé, envio de sacas de café, adiantamentos financeiros, todas as operações são fartamente mostradas neste Copiador.

Relacionam-se as missivas principalmente com estabelecimentos em Santos: Aranha, Irmão e Moraes; Telles, Netto e Cia.; Bento de Souza e Cia.; Floriano Ferreira de Camargo Andrade; Floriano Ferreira e Irmãos e em Campinas, terra natal do Coronel, como: Santos, Irmão e Nogueira; João Proost Rodovalho e Cia.; Elisiário Ferreira Penteado; Malfati e Massagli; Ferreira e Armbrust. Chama-nos especial atenção duas cópias de carta constantes, uma da página 249 e dirigida a um Banco Campineiro, que diz:

"Baguassú, 2 de junho de 1891

Ao Banco de Lavradores Campinas

Rogo-lhes, remeter por m/c para a estação de Emas, os artigos abaixo mencionados:

*50 Caixas de sabão (Flor Paulistana),
100 Litros de azeite,
100 (...) de vinagre,
10 KG de assucar,
10 Ditas de arroz Carolina,
2 Tiras de bacalhau,
5 Caixas de Kerozene,
(...) e factura em Pirassununga.*

*p. Floriano Álvaro de Souza Camargo
João Bicudo Teixeira". (176)*

(176) As entregas são feitas nesta época na estação ferroviária de Emas. Após 1891, com a construção de uma estação dentro da propriedade com o nome Baguassú, para atender especificamente ao Coronel Floriano, o transporte de café e dos gêneros começa a ser entregues mais perto da sede.

Segundo Odilon Nogueira MATOS, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro chega a Pirassununga em 24 de outubro de 1878 e em Porto Ferreira, às margens do rio Moji-Guassú, em janeiro de 1880. MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias. Coleção Monografias nº 3, São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1981, p.84.

Conforme consta na biografia dos Prado, "em 1877, quando a construção posterior até Pirassununga foi ameaçada pela falta de fundos, Antonio Prado, cuja fazenda ainda fica além do terminal [o município de Santa Cruz das Palmeiras, onde se localiza a Santa Veridiana, fica logo após Pirassununga] comprometeu-se a pagar pessoalmente os custos". LEVI, D. Op.cit., p.183.

Vemos de modo cristalino como um banco funciona numa cidade do interior do estado de São Paulo, quando se trata de atender aos chamamentos de um "Coronel". A outra carta situa-se à página 4 do citado Copiador e refere-se ao compromisso com a saúde pública de Campinas, assolada por violenta epidemia de febre amarela que acaba por deixar marcar profundas em seus habitantes. Dirigindo-se a "Santos, Irmão e Nogueira", nessa cidade, em 5 de abril de 1889, diz o procurador do Cel. Floriano:

*"Rogo-lhe entregarem p.m/a à Municipalidade a quantia de cem mil réis para socorro dos affectados da epidemia. Peço-lhes também o favor de mandar dizer ao meu jardineiro que ponha pelos vãos debaixo das portas pannos com acido phumico ou qualquer outro desinfectante. No caso de V.Sas. achem que seja preciso abrir a caza e desenfec-tar por dentro, fação o favor de uzar toda franqueza visto que as chaves da caza acham em poder de V.Sas.(...)
Sempre às suas ordens (...)*

Amº e Crº

p. Floriano Álvaro

*Carlos Bazílio de Vasconcel-
los". (177)*

Quanto à expansão dos mais de 600 alqueires do Coronel Floriano século XX adentro, ela propicia já em 1906, que dos 9 milhões de cafeeiros existentes em Pirassununga, 330.000 pertençam à Baguassú, com colheita anual de 17 a 25.000 arro-

(177) Muito provavelmente a casa do Coronel Floriano em Campinas a esta época, localiza-se à Rua Direita nº 39. Atual Barão de Jaguara.

bas, produção esta que é duramente afetada em dezembro deste ano, quando uma praga de gafanhotos invade a região. (178)

Na cidade de São Paulo para onde começa então a deslocar seus investimentos urbanos, forma um significativo patrimônio imóvel e em ações, já em situação "casada" com seu genro Carlos Augusto Pereira Guimarães que analisaremos mais à frente. "Na roça o Coronel; na cidade, o genro doutor e político".

Não poderíamos deixar de apontar no final desta seção 4.3 uma outra faceta do Coronel Floriano, típica de seus pares àquela época e que se trata do contato com a Europa. De um lado seus irmãos ligados à política campineira — Lafayette que mais tarde vem a ser Prefeito de Campinas e Antonio por mais de uma legislatura vereador e o "intelectual" da família, Joaquim; (179) de outro, a família de músicos onde cada irmão toca um instrumento. De um lado o chefe da família patriarcal, que lança em 1919 no "Livro Caixa de Custeio", um mero bilhete de loteria comprado pela mulher Brasilisa, de outro, o amigo do Dr. Camargo, cujo nome é dado ao Hospital do Câncer em São Paulo, médico familiar e companheiro das andanças parisienses. Os objetos de decoração ainda existentes em algumas das residências de seus descendentes e trazidos do velho continen-

(178) GOODY, M.P. de. Op.cit., p. 240. Em 1918 houve nova praga de gafanhotos que, junto com os efeitos da guerra, uma vasta gripe entre os trabalhadores e a famosa geada, constitui o que LEVI chama de os quatro "gês", que devastam as plantações de toda a região. LEVI, D. Op.cit., p.265.

(179) A ligação de "Quim" Álvaro, como era conhecido este irmão do Coronel, com as idéias republicanas, era muito antiga. Já em 1882 quando vai estudar Direito na Faculdade do Largo São Francisco, "Quim" Álvaro mora com alguns companheiros (Júlio Mesquita, Pádua Salles, Antonio Candido Camargo, Olavo Egídio, Joviano Ferreira, Pérsio Pacheco e Salustino Penteado), na "República da Figueira", situada na antiga chácara da Marquesa dos Santos, na área da baixada do Carmo, na capital. Local de grandes discussões sobre "a nova era", ele chefia a república sendo da mesma turma de faculdade de Carlos Guimarães.

te, denotam o bom gosto e a opulência que os ganhos do café propiciam. E estes mesmos lucros é que permitem ao Coronel Floriano trazer algumas raparigas da "cidade-luz", para prodigamente sustentá-las nas capital do estado. As jóias dadas de presente à esposa (ou exigidas, segundo alguns) ao longo de sua vida, são uma compensação ao "peso da consciência".

4.4. Carlos Guimarães: De Juiz de Direito a Político

O Coronel Floriano Álvaro e sua mulher não chegam a ter filhos. Assim, adotam como filha e herdeira — Maria Engler — prima-irmã de Brasilisa. O pai de Maria, Dorismundo Manfred Engler, é irmão da sogra do Coronel, Carolina Engler Barbosa, ambos filhos do botânico austríaco Carlos Engler e netos do Barão Alfred von Engler, de Viena, Áustria. (180)

Educada dentro das normas costumeiras à elite campineira da época, o casamento de Maria (conhecida como Zurica), é "acertado" com o então Juiz de Direito da 1ª Vara de Campinas, Carlos Guimarães. Diz o documento referente ao evento:

"Floriano Álvaro de Souza Camargo e sua senhora participam a V. ___ e Exma. família ter contractado o casamento de sua filha adotiva Maria Engler com o Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães.

Campinas, agosto de 1894"

Carlos Augusto Pereira Guimarães nasce em 15 de janeiro de 1862 na cidade de Paraibuna (SP) onde seu pai — o

(180) Maria pertence ao mesmo tronco dos Camargos do Cel. Floriano. Sua mãe - Maria Amélia de Camargo Leite - também descende de Josepe Camargo, primeiro deste sobrenome no estado e Juiz Ordinário em São Paulo no ano de 1611.

Desembargador Francelízio Adolpho Pereira Guimarães — exerce as funções de Juiz Municipal (é ele Desembargador da Relação de Porto Alegre, e teve os filhos em várias cidades do país por que passou como: São Borja, Lages, Paraibuna, São Paulo). Ligado a troncos tradicionais oriundos de Portugal, via Bahia, Guimarães é bisneto materno do Fidalgo Escudeiro da Casa Real portuguesa — Bernardo Moniz Barreto do Couto — que no final do século XVIII mora em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, nos Açores.

Faz carreira primeiro na magistratura como Promotor Público (Jundiaí), Delegado de Polícia (Itatiba) e Juiz de Direito (Jundiaí, Mocóca e Campinas). É, junto com Alcebiádes Uchôa, um dos dois primeiros juizes da era republicana em Campinas, por quatro anos a partir de 1892.

No exercício da função de Juiz de Direito, Carlos Guimarães tem oportunidade de manter contato com a família e amigos do Coronel Floriano em Campinas, como atesta o Anexo 14. Este Anexo mostra algumas cópias, referentes ao processo de penhora de bens movido pelo Barão de Ibitinga, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, contra João Ferraz de Campos Souza, em 1893. Num documento, o irmão do Coronel Floriano — o Tenente-Coronel Antonio Álvaro de Souza Camargo — nomeado avaliador na citada execução, alega junto ao juiz (Carlos Guimarães) impedimento pelo fato de seu cunhado — Antonio Carlos do Amaral Lapa — (casado com Euphrosina Álvaro), já estar designado para mesma função. Noutro, os avaliadores emitem seu parecer em 20 de março de 1893 e entre as três assinaturas, vê-se: Antonio Carlos do Amaral Lapa, José Corrêa de Moraes e Luis Antonio de Pontes Barbosa, o mesmo "Lulu" de Pontes que leva o Coronel Floriano para os lados de Pirassununga. Um dos resultados deste en

trelaçamento e do convívio de interesses numa cidade provinciana, é o casamento com Zurica, filha do Coronel Floriano, estando Carlos Guimarães já na situação de viúvo.

Por outro lado, Carlos Guimarães desempenha também funções comerciais e de serviços, sendo vice-presidente do COMIND, presidente da Estrada de Ferro de Mato Grosso e da Associação Bancária.

Mas é na política que seu nome fica mais conhecido, projetando-se por todo o estado de São Paulo. Atua como vereador e presidente da Câmara de Campinas, deputado estadual e presidente da Câmara dos Deputados de São Paulo (1898-1902), Secretário do Interior e da Fazenda de Albuquerque Lins, vice-presidente do Estado e presidente em exercício por mais de um ano — de 1913 a 1915 — por doença de Rodrigues Alves. (181) Pertence ao Diretório Republicano do PRP das cidades onde vem a morar, sendo membro da Comissão Executiva Central do partido em 1898. NO PRP liga-se ao grupo de Prudente de Moraes e Júlio Mesquita, qual seja, dos dissidentes que analisamos no capítulo II.

A atuação mais importantes de Carlos Guimarães na administração pública ocorre no período de 1908 a 1911, quando exerce a Secretaria do Interior (engloba as atuais da Saúde, Educação e Interior). Seu plano de construção de escolas em larga escala em todo o estado, custeado por uma operação especial de crédito de 10 mil contos de réis (quantia significativa

(181) Na crise que origina em 1901 a Dissidência do PRP, Carlos Guimarães, como um de seus membros, renuncia à presidência de uma das casas do Legislativo estadual (Câmara dos Deputados).

para a época), manifesta-se amplo e marcante. (182) É fruto deste plano a construção da Escola Normal de Pirassununga, um imenso prédio de estilo eclético (influência art-nouveau) recuperado de incêndio há poucos anos e tombado pelo CONDEPHAAT. No centro do salão nobre, o quadro a óleo de Guimarães situa-se ao centro.

No período em que exerce a presidência de São Paulo, em substituição ao Conselheiro Rodrigues Alves, chamamos a atenção para um trecho referente à situação econômica e financeira paulista e constante da Mensagem enviada ao Congresso do estado em 14 de julho de 1914, cujo teor bem se aplica aos nossos atuais anos oitenta do século XX. Escreve Carlos Guimarães:

"Os problemas de ordem política que vêm agitando o nosso Paiz, de ha tempos e e esta parte, e o mau estado das finanças brasileiras, geraram excessiva desconfiança sobre os negócios do Brazil. E este sentimento, que tão pronunciado se revelára nas praças européias, a ponto de quasi desviar do crédito brasileiro as sympathias e o acolhimento que sempre e merecidamente nellas tem gosado, em alto grau, se manifestou entre nós. Uma errônea noção das cousas públicas actua sempre no espirito dos particulares que em tais casos se deixam dominar por temores infundados, perdendo a confiança em tudo e em todos. Por esta razão, uma grande massa de

(182) ALVES, Odair Rodrigues. Os Homens que Governaram São Paulo. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1986, p.129.

numerário foi distraída do seu gyro natural, e guardada nos cofres particulares". (183)

Ao terminar este tópico comporta anotar a estranha ironia do destino que leva Carlos Guimarães a ligar-se a uma família que possui negócios agrícolas em Pirassununga, como é o caso do Coronel Floriano. Pois é justamente nesta cidade do interior paulista, que os ânimos conflitantes entre os partidários de Prudente de Moraes de um lado (dissidentes), e os de Rodrigues Alves de outro (governistas), se chocam de forma extremamente violenta nas eleições municipais de dezembro de 1901. O relacionamento de Carlos Guimarães com Prudente de Moraes é antigo e profundo apesar de formal, contando ser Prudente "ascético e firme como um calvinista", possuindo uma "inflexibilidade orgulhosa" para utilizar as palavras de FRANCO. (184) Sintoma deste relacionamento, é encontrado na carta que o ex-Presidente da República encaminha a seu correligionário político, indicando uma pessoa para emprego no Legislativo estadual:

"Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Carlos Guimarães

Venho reiterar a Va. Exa. o meu pedido em favor do Sr. Edmundo Braga, filho do Cel. Braga, candidato a um lugar vago (...) na Secretaria da Câmara dos Deputados de que é V. Exa. digno Presidente. Estou bem informado de que esse candidato tem bastante aptidão para bem exercer o cargo que pretende e o Coronel Braga é merecedor da proteção dos repu-

(183) Mensagem enviada ao Congresso do Estado, a 14 de julho de 1914, pelo Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice-presidente do Estado de São Paulo. Coleção de Mensagens Presidenciais, Arquivo do Estado de São Paulo, s.d., Repartição de Estatísticas e Archivos do Estado, p.635/6.

(184) FRANCO A.A. de Mello. Op.cit., p.36 e 182/3.

blicanos pelos serviços que prestou [grifos nossos]: A proteção que V.Exa. dispensar ao Sr. Edmundo Braga será um acto de justiça e um obséquio a quem é, com estima e consideração.

De V.Exa.

Colla. e am^o ob^o

Prudente de Moraes

São Paulo, 23 de agosto de 1900". (185)

Pirassununga dos primeiros anos do século XX é considerada um dos dois últimos grandes redutos dos "prudentistas", ao lado de Piracicaba terra de adoção do ituano Prudente. A ala ligada à Dissidência no município é liderada por um primo de Prudente de Moraes, o promotor Manoel Jacinto Vieira de Moraes, o qual detém o controle da Câmara Municipal, chefiando o grupo conhecido como os "Araras". De outro lado, como governistas ligados a Rodrigues Alves e a Campos Salles, estão os "Jagunços", cuja chefia é exercida pelo Tenente-Coronel Manoel da Silveira Franco, o qual controla a Polícia. No confronto ocorrido nas eleições de 16 de dezembro de 1901, morrem 4 e ficam feridos mais de 50 correligionários dos dissidentes. Dos 800 eleitores existentes em Pirassununga em 1901, só votam 204, todos pertencentes ao grupo de Silveira Franco, que acaba por eleger a totalidade da bancada de vereadores. (186)

Uma das conclusões tiradas deste escrutínio típico da 1ª República, onde até destacamento da Força Pública da Capital é enviado para "manter a ordem", trata-se do que apontamos

(185) Original em posse do neto do político, Carlos Augusto Pereira Guimarães Neto.

(186) Rica descrição dos fatos acontecidos neste episódio, é mostrada por GODOY, M.P. Op. cit., p.189-208, passim.

no capítulo II, sobre a dificuldade em se formar partidos opo-
sitores à época, e a feição que o "coronelismo paulista" toma
em algumas ocasiões. Em eventos como o aqui descrito, as práti-
cas de dominação e dependência pessoal proporcionadas pelas re-
lações de produção pré-capitalistas, que têm como objeto a ces-
são da terra e com isto, o fortalecimento do poder dos "coro-
néis", são gritantemente demonstradas. Como aponta Décio SAES ,
estas "relações de dominação e dependência pessoal que [os gran-
des proprietários de terras] entretêm com as massas do campo lhe
conferem uma capacidade de manipulação de comportamento eleito-
ral dessas massas". (187) Aos poucos vai se diferenciando a
fraqueza política dos proprietários de terras representantes da
velha ordem, em confronto com a ordem burguesa que se instala e
que no caso exemplificado, é personificada no magistrado Vieira
de Moraes que é Promotor Público. A alteração definitiva destas
práticas demorará ainda algumas décadas, até 1930 quando o novo
Estado burguês apresenta uma inflexão acentuada.

Neste ano de 1901, dos 162 municípios existentes em
São Paulo (em 160 há eleições), existem dissidentes em oitenta.
Somente em três a Dissidência logra vitória: Piracicaba, Ribeiri-
ão Bonito e Moji-Mirim. (188) No ano seguinte, em 1902, o
conflito persiste, acentuando-se e propiciando o embate das duas
correntes no Congresso Estadual, quando ocorre a revogação de
atos deliberados por algumas Câmaras Municipais interioranas. (189)

Este é o quadro municipal que Carlos Guimarães, um

(187) SAES, D.A.M. de. Op.cit., 1982, p.112/3.

(188) CASALECCHI, J.E. Op.cit., 1985, p.110.

(189) TELAROLLI, R. Op.cit., 1981, p.207/8.

dos próceres da Dissidência do PRP, frequentará nos seus deslocamentos de São Paulo (onde reside agora) até a fazenda de seu sogro, em Pirassununga. O Coronel Floriano, que se saiba, "*nunca se envolveu nas e com as questões políticas locais*", sendo tipicamente um benemérito, apoiando os eventos caritativos municipais de Pirassununga, através da Sociedade São Vicente de Paulo. (190)

4.5. Patrimônio Oriundo de Capitais Cafeeiros Médios: Floriano Álvaro de Souza Camargo e Carlos Augusto Pereira Guimarães

Se bem seja difícil caracterizar o patrimônio de Carlos Guimarães como diretamente oriundo de capitais do café, o que é bem nítido no caso do Coronel Floriano, temos que quase a metade do valor total dele refere-se a títulos. Dentre estes, sobressaem os do COMIND, da Bolsa Oficial de Café de Santos e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, portanto intimamente relacionados a instituições ligadas ao "*complexo cafeeiro paulista*". (191)

O primeiro dos dois a falecer é Carlos Guimarães, em fevereiro de 1927, com 65 anos. Deixa em testamento à viúva Zurica, a relação de bens a seguir discriminados, que totalizam na época, o montante global de 2.367.892 \$400 contos de réis.⁽¹⁹²⁾

(190) GODDY, M.P. de. Carta citada. Notas adicionais.

(191) É no governo de Carlos Guimarães, através da Lei nº 1416 de 14 de julho de 1914, que se cria em Santos uma Bolsa Oficial de Café e uma Câmara Sindical de Corretores de Café.

(192) Formal de Partilha pertencente à herdeira Lucia Guimarães, Cartório do 5º Ofício de Órfãos de São Paulo. Cópia no arquivo do autor.

O valor total é dividido em 1.265.000\$ contos de réis em imóveis, 1.003.410\$ em títulos e 159.419\$ em dinheiro, não constando no valor dos títulos, aqueles que dispôs livremente.

Assim, é a seguinte relação de bens:

Imóveis na Capital:

- Palacete à Rua Albuquerque Lins, nº 130;
- Rua das Palmeiras, nºs 37 e 39;
- Rua Santa Efigênia, nº 87, 87-A e 129;
- Rua Aurora, nºs 3, 5 e 7;
- Rua Conto de Magalhães, nº 17;
- Rua São Caetano, nºs 81 e 83;
- Terreno à Rua Jorge Schmidt;
- Terreno à Rua Ipiranga.

Títulos deixados aos herdeiros:

- 250 ações do COMIND;
- 600 ações do BANESPA;
- 511 ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro;
- 100 ações da Companhia Paulista de Seguros;
- 200 apólices da Dívida Pública Federal.

Títulos doados (parte que dispôs livremente):

- Diversas obrigações nominativas deixadas à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Instituição de Caridade Santa Therezinha de Jesus, Orfanato Christovam Colombo, Asilo e Creche do Padre Gaspar Liberal Pinto;
- 50 obrigações nominativas do empréstimo interno do estado de São Paulo à sua irmã, Maria Antonietta Guimarães;

- Também a esta irmã solteira, passa o legado deixado por um tio a seu filho do primeiro casamento Alcides, falecido jovem, e constituído de bens na Ilha da Madeira.

Em dinheiro:

- 159.419.400 contos de réis

TOTAL: - 2.367.892\$400 contos de réis.

Vê-se o investimento em títulos e ações de empresas e bancos ligados aos interesses do café, sendo que Guimarães exerce em alguns destes organismos função proeminente, como já descrevemos anteriormente.

Já no caso do Coronel Floriano, a expansão do patrimônio a partir da herança recebida de seu pai e do dote que sua mulher trouxe ao casamento, é mais clara. À medida em que seu genro tinha acesso aos postos governamentais em São Paulo, sede dos negócios e da política estaduais, Floriano Álvaro tem visão e oportunidade de investir seus lucros em outras atividades, quer imóveis, quer mobiliárias. É conhecida até nossos dias, a importância que tem o acesso à informação para se fazer um bom investimento; costuma-se dizer que 60% do caminho está percorrido.

A análise dos bens deixados pelo Coronel é efetuada analisando-se o Formal de Partilha de uma de suas netas, referente ao falecimento de Zurica ocorrido em 1944. Isto porque, quando o Coronel vem a falecer, praticamente a totalidade de seu patrimônio já está em mãos de sua herdeira, quer por legado de Brasilisa em 1925, quer por doação sua, ficando ele como usufrutuário até sua morte que ocorre em meados de 1943, meses antes

da morte de Zurica. (193)

Assim, a relação de bens deixados por Zurica Guimarães, englobando o legado mencionado, os herdados de seu marido Carlos em 1927, e os doados pelo Coronel Floriano até sua morte, é a seguinte:

Imóveis na Capital:

- Palacete à Rua Albuquerque Lins, nº 948 (antigo nº 130);
- Rua das Palmeiras, nºs 271, 275, 279, 283, 287, 291 e 295 sendo este último uma vila, com 7 casas (antigos nºs 37 e 39);
- Rua Santa Efigênia, nº 741 (antigos nºs 87, 87-A e 129);
- Rua Aurora, nºs 25 e 27 (antigos nºs 3, 5 e 7);
- Rua Couto de Magalhães, nº 153 (antigo nº 17);
- Rua Washington Luís, nºs 356 a 360;
- Rua Dr. Costa Júnior, nºs 242 e 244;
- Prédio (6 andares) na Rua da Quitanda, nºs 139 e 145;
- Rua Rego Freitas, nºs 57 a 73;
- Rua Pedro Tomaz, nº 44;
- Rua Rangel Pestana, nºs 2218, 2230 e 2232;
- Rua Veiga Filho, nº 169;
- "Uma sorte de terras" no bairro Guarapiranga, à beira da represa de Santo Amaro, contendo

(193) Carta de Sentença Cível de Formal de Partilha, extraída dos Autos do Inventário (testamento cerrado), dos bens deixados por Maria Engler Guimarães, passada a favor da herdeira Lucia Guimarães Moraes. Cópia nos arquivos do autor. Quanto ao inventário específico do Cel. Floriano, em 1944 ainda se processava no Juízo da 2ª Vara da Família e Sucessões, Cartório do 4º Ofício da Capital. Nada tem de expressivo que altere substancialmente as conclusões aqui apresentadas.

59.132 m².

Imóveis no Interior:

- Fazenda Santana do Baguassú com 660 alqueires, em Pirassununga.

Títulos:

- 12.000 ações do COMIND;
- 240 ações da Companhia Paulista de Seguros;
- Obrigações de Guerra;
- CR\$ 40.777,00 em subscrição compulsória;

Em dinheiro:

- CR\$ 21.670,00 no banco

TOTAL: - CR\$ 11.851.839,40

Se analisarmos a parte dos títulos, vemos que somem do patrimônio familiar os referentes à Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do BANESPA, os primeiros provavelmente pela situação pouco cômoda que aquela empresa ferroviária passa a ter nos anos 40 deste século; ainda, a conferir as Obrigações de Guerra cujo valor não aparece no documento. Quanto aos imóveis, há um substancial acréscimo de patrimônio, todo ele advindo de Floriano Álvaro e sua senhora. Também não se vê mais nada digno de nota na cidade de Campinas, onde o patrimônio teria se iniciado, a comprovar o deslocamento dos investimentos urbanos para a capital.

Atentando-se para o total em valor deixado por Zúrica Enqler Guimarães de CR\$ 11.851.839,40, a ser dividido entre 10 herdeiros, é relevante apontar para as seguintes características:

- a) O bem mais valioso é o prédio da rua da Quitan-

da, perto da Praça do Patriarca, no centro de São Paulo. Este imóvel possui seis pavimentos além do térreo, seis escritórios por andar, e é construção nova em concreto armado, avaliado em CR\$ 3.008.000,00;

b) O segundo bem mais valioso é o conjunto de prédios e vila com casas na Rua das Palmeiras, no bairro de Santa Cecília, também na capital, no valor de CR\$ 1.593.300,00;

c) Somente em terceiro lugar, avaliada em CR\$ 900.000,00, é que surge a Fazenda Santana do Baguassú, com seus 660 alqueires mas em péssimas condições, cuja metade foi doada pelo Coronel à sua filha em 1926 após o legado da outra metade deixado em 1925 por Brasilisa.

Para captar o estado desta fazenda em 1944, transcrevemos, a seguir, o trecho do Formal de Partilha que descreve em 1944, o quadro da decantada propriedade agrícola da República Velha, como a chamava o jornalista e político Júlio Mesquita (Anexo 7):

"A fazenda possui mais ou menos seiscientos e sessenta (660) alqueires paulistas de terras, em sua maior parte de segunda e terceira qualidades. As terras de primeira foram ocupadas por cafeeiros desde a formação da fazenda há mais de sessenta anos pelo Coronel Floriano Álvaro de Souza Camargo. Por ocasião do inventário de sua mulher, dona Brasilisa Barbosa de Camargo, processado no ano de mil novecentos e vinte e cinco, existiam trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois pés de café de dois a cinquenta anos de idade, devendo ocupar duzentos alqueires aproximadamente. Atualmente a maior parte desta lavoura foi abandonada restando apenas cerca de cento

e cinquenta mil pés de café de todas as idades, com muitas replantas e muito mal tratados. A maioria destes cafeeiros têm pouco mais de um metro de altura e todos os espaços entre suas filas são ocupados por plantações de milho e feijão, feitas pelos colonos. A falta de adubação desses cafeeiros, agravada pelas sucessivas geadas que tem sofrido, duas delas no ano passado, e também pela antiguidade da lavoura primitiva, deu causa às insignificantes produções dos últimos anos que citaremos logo adiante, resultando daí sucessivos prejuízos mesmo com a alta de preços dos últimos tempos. O anterior proprietário, Coronel Floriano Álvaro de Souza Camargo, nos últimos anos de sua longa vida, considerava este imóvel como estação de repouso [grifos nossos], não dando a necessária atenção ao trato de seus cafezais (...) erosão superficial, proveniente das áreas pluviais sem ter havido providências para combatê-la. Dos seiscentos e sessenta alqueires existentes, só cerca de cem alqueires estão ocupados pela lavoura de café e o restante por campos nativos e alguns pastos formados, além de algum mato que podemos classificar de capoeirão. Existem cento e noventa e duas cabeças de gado comum e quatorze animais de carroças. A renda daquele gado é insignificante, pois não há venda de leite, sendo ele conservado principalmente para a produção de adubo para os cafezais (...). A produção [dos cafeeiros] neste ano não chegará a mil e duzentas arrôbas (...) dando uma renda bruta (...) de cem mil cruzeiros em números redondos. Sendo o custeio de cento e cinquenta mil cruzeiros por ano, é bem fá

cil de se calcular o valor econômico dessa propriedade. Os atuais proprietários, [Guimarães] estão iniciando a plantação de algodão para melhorar esta situação." (194)

Descrito este cenário sobre a situação da Santana do Baguassú em 1944, é de se prever o que ocorrerá com o patrimônio herdado de Floriano Álvaro e Carlos Guimarães. Na verdade, nos anos oitenta deste século, praticamente nada mais existe em mãos dos descendentes, a não ser os poucos imóveis que foram vinculados. A inadaptação destes às novas épocas de desenvolvimento da economia brasileira foi total; não souberam, não quiseram ou não puderam, o que dá no mesmo, acompanhar o avanço do desenvolvimento capitalista brasileiro, perdendo a fazenda, os imóveis urbanos, os títulos. Não se constituíram estas novas gerações, no que LEVI chama de "*família de elite modernizante*". (195) Ficaram somente alguns objetos de arte e jóias, para testemunhar um passado opulento; de qualquer forma, um fim não muito raro entre as famílias antigas do estado de São Paulo. (196)

Aos 93 anos de idade, com o auxílio somente de uma bengala dentre as muitas que compunham sua coleção, o Coronel Floriano leva uma de suas netas ao altar. O vigor de uma existência saudável e repleta de realizações, ainda exala daquele ancião de bigodes e cabelos literalmente brancos, sobre a pele queimada do sol. Dois anos mais tarde, em 15 de junho de 1943,

(194) Formal de Partilha de Zurica Guimarães. P.34-35-verso, *passim*. Já em 1919 o Coronel Floriano planta algodão, conforme os papéis da Baguassú.

(195) LEVI, D. Op.cit., p.316.

(196) A fazenda foi vendida em 1958 aos irmãos Manuel e Clóvis Arruda. Em 20 de abril de 1959 foi adquirida por Francisco Graziano (72%) e seu genro (28%) José Gomes da Silva, sendo este último hoje o proprietário, por aquisição da parte da sogra viúva. A recuperação da propriedade se deu ao longo destes quase trinta anos sendo que já em 1966 foi a campeã da 4ª Zona Conservacionista de São Paulo. Hoje possui policultura (café, cana, laranja e seringueira) resistindo bravamente à invasão exagerada da canavicultura pela região.

morre, já com mais de 95 anos. Fica doente de manhã e às 16 horas vem a falecer. Um vagão fúnebre da Companhia Paulista de Estradas de Ferro é enviado à estação Baguassú, visando levar o corpo para a Capital, após os colonos terem — a pé — levado o caixão da sede até o trem.

No Cemitério da Consolação, em São Paulo, é enterado distante poucas quadras de seu genro. Ambos os túmulos — literalmente iguais — são em granito bruto cor rosa, com poucos enfeites em bronze escuro, demonstrando a austeridade, a firmeza e a discreção que, mesmo abandonados, escondem um poder econômico e político de outras épocas.

"Os mais bem sucedidos dos regimes conservadores fizeram muito, não só ao destruírem a ordem antiga mas ao estabelecerem a nova ordem" (197)

"O preço de evitar uma revolução tem sido muito elevado" (198)

"Em outras palavras, as velhas elites primaram por ingerir, adaptar e assimilar, de maneira seletiva, novas idéias e práticas, sem ameaçar seriamente seu status, temperamento e perspectiva tradicionais. Qualquer que tenha sido a diluição e depreciação da nobreza, ela foi gradual e benigna.

Esta adaptação prudente e circunscrita foi facilitada pela avidez da burguesia em relação à cooptação e ao enobrecimento. Enquanto a nobreza era hábil na adaptação, a burguesia primava pela emulação. Ao longo de todo o século XIX e do início do século XX, os grands bourgeois se negaram a si mesmos, ao imitarem e se apropriarem dos modos da nobreza, na esperança de ascender a ela". (199)

(197) MOORE JÚNIOR, Barrington. As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 434.

(198) Idem, p.310.

(199) MAYER, Arno J. A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime, 1848-1914. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.23.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS: "O BLOCO CAFEIEIRO PAULISTA" NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O CARÁTER DAS TRANSFORMAÇÕES BURGUESAS NO BRASIL

5.1. Recolocação do Problema

Ao fazermos um esforço para dar fecho ao nosso trabalho dissertativo, vamos procurar recolocar as premissas que julgamos essenciais para compreender o que ocorre na República Velha, algumas delas, condicionando a história brasileira até nossos dias.

Partindo da proposta inicial de Décio SAES, de que a revolução burguesa política brasileira propicia, no período de 1888 a 1891, alterações profundas em nosso país, não é demais relembrar, que estas transformações fazem parte de um processo mais amplo no tempo e no espaço, iniciando-se em meados do século XIX e chegando até o fim do século XX. (200)

Ocorre a mudança nas relações de produção capitalistas que se tornam dominantes, aparecem novas formas de divisão do trabalho com a substituição definitiva do escravismo

(200) SAES, D.A.M. de. Op.cit., 1985, p.16.

pelo assalariamento (mesmo que outras formas pré-capitalistas persistam por longo período), surgem novas classes sociais com a ascensão da burguesia e dá-se o fim da classe dos proprietários escravistas. Com a elaboração da Constituição de 1891 aparece a divisão entre três poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo — extinguindo-se o Moderador e implanta-se o regime republicano sobre o monárquico levando à laicização do Estado.

Os elementos-chave na ordem da sociedade burguesa, conforme insiste MOORE JÚNIOR, "são o direito de votar, a representação numa legislatura que faz as leis e, portanto, é mais do que uma chancela para o executivo, um sistema de leis objetivo que, pelo menos em teoria, não confere privilégios especiais em virtude do nascimento ou de uma situação herdada, segurança para os direitos de propriedade e eliminação das barreiras herdadas do passado no seu uso, tolerância religiosa, liberdade de palavra e direito a reuniões pacíficas. Mesmo que, na prática, falhem, estes são os marcos reconhecidos de uma sociedade liberal moderna." (201)

Se de um lado, o Brasil do período aqui estudado passa de alguma forma a possuir estas marcas "lato senso", há uma que, por ser muito relevante, chama atenção por não atender ao modelo geral. Trata-se da ideologia que perpassa todas estas transformações, incentivadora da "vocação agrícola" do país como uma "dádiva dos céus" e, antes de tudo, autoritária. Não se caracterizam as transformações burguesas no país como permeadas por uma ideologia liberal burguesa clássica, especialmente por duas razões básicas:

a) a peculiar "via prussiana" desta transforma-

ção burguesa; (202).

b) o não atendimento de uma das cinco condições para o desenvolvimento democrático. (203)

5.2. O Brasil e as Transformações "Vindas do Alto"

No caso da específica "via prussiana" de transformação burguesa, o que vemos é o seguinte. LÊNIN, ao analisar a situação russa no final do século XIX e início deste, apresenta duas possíveis passagens para o capitalismo: a primeira que ele chama de via americana e a segunda, a via prussiana, reflexos do ocorrido nos Estados Unidos da América e na Alemanha, respectivamente. Segundo o pensador russo, no caso norteamericano as transformações ocorrem a partir da extinção dos latifúndios, uma destruição revolucionária por parte dos camponeses. Com esta, o desenvolvimento das forças produtivas é mais rápido, há melhores condições de trabalho para a massa da população, propiciando um desenvolvimento mais rápido do capitalismo, com conseqüente transformação dos camponeses em pequenos proprietários.

Já a mudança do feudalismo para o capitalismo pela chamada "via prussiana", se dá através da transformação dos latifúndios e não pela sua destruição. Tal ocorre com a manutenção do máximo de submissão e de servidão com um desenvolvimento retardado do capitalismo e menos rápido das forças produtivas: "Implica calamidades e sofrimentos, exploração e o-

(202) LÊNIN, V.I. Obras Completas, Tomo XIII, Junho/1907-Abril/1908. Madrid, Akal Editor, 1977, p.241-286, passim. Tradução do autor.

(203) MOORE JÚNIOR, B. Op.cit., p.423-425, passim.

pressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses, e, por conseguinte, do proletariado". (204) As consequências sobre a superestrutura política, em especial sobre o Estado e a ideologia, visam conseqüentemente um autoritarismo e até um reacionarismo maiores.

Na mesma linha de preocupações, MOORE JÚNIOR analisa as formas de passagem do antigo regime para a democracia por parte de alguns países como a França, Inglaterra e Estados Unidos, contrastando-os com aqueles cujo resultado são governos fortes, muitas vezes ditatoriais e fascistas. É o caso do Japão, da Alemanha e da Itália.

Dessa forma, propõe um rol de cinco condições para que o desenvolvimento democrático ocorra, sendo que nos casos dos países citados por último, o que aconteceu foi a falta de uma ou mais condições, especialmente a quinta. Assim teríamos:

1ª - Desenvolvimento de um equilíbrio para evitar, uma coroa demasiado forte ou uma aristocracia demasiado independente;

2ª - Movimento no sentido de uma forma adequada de agricultura comercial;

3ª - Enfraquecimento de aristocracia proprietária;

4ª - Impedimento da coligação aristocrático-burguesa, contra os camponeses e operários, e

5ª - Uma ruptura revolucionária com o passado (grifos nossos). (205)

No caso do Brasil, a quinta alteração não chega a

(204) LÊNIN, V.I. Op.cit., 1977, p.246.

(205) MOORE JÚNIOR, B. Op.cit., p.423 e 424.

acontecer realmente em termos de participação popular. Os escravos rurais que vinham funcionando como força principal com o apoio da classe média, não logram deter o poder após o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889. Dá-se o que Carlos Nelson COUTINHO aponta como modificações através "da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação dos traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional". (206)

A marca colonial que caracteriza a "via prussiana" no Brasil, condiciona as outras esferas da sociedade, em especial a que se refere à cultura. Na grande maioria dos eventos essenciais de nossa história recente — da Abolição da Escravatura e Proclamação da República, até os movimentos de 1930 e de 1964 — o que se verifica é uma conciliação entre os detentores do poder, às custas da marginalização dos demais segmentos e classes subordinadas. As transformações através do alto, já um conceito "ampliado" como nos cita COUTINHO baseado em Gyorgy LUKÁCS, leva à modernização conservadora, reacionária, dolorosa, quer da agricultura brasileira em específico, quer da sociedade em geral. (207) São estes aspectos que levam COUTINHO, em outra obra, a apontar a ausência de uma verdadeira revolução democrático-burguesa vitoriosa na história brasileira. (208) Temos sim uma revolução burguesa mas, não democrática, com alterações vindas do alto, com prejuízos das clas-

(206) COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios. Rio de Janeiro. Salamandra, 1984, p.36.

(207) COUTINHO, C.N. Op.cit., p.133. Outros autores brasileiros já se detiveram sobre o estudo da "via prussiana" brasileira, entre eles José Chasin, Luiz Werneck Vianna, Ivan Otero Ribeiro, além do próprio Carlos Nelson Coutinho. Op.cit., 1984, p.36.

(208) COUTINHO, C.N. Notas Sobre a Questão Cultural no Brasil, in, Escrita/Ensaio n.º 1, Ano I, 1977, p.9.

ses desfavorecidas e a cada rearranjo do bloco no poder como reação às inflexões do capitalismo internacional (como em 1930 e 1964), permanecem os privilégios dados a uma minoria.

5.3. Perspectivas e Breve Sumário Conclusivo

As perspectivas no final da década de 20 eram até melhores, do que a realidade posteriormente demonstrou. A vulgarização do termo "revolução" em nossa história tem propiciado alguns viéses, não trazendo alterações essenciais mas agravando um quadro já de longe injusto e concentrador.

Agora, no final dos anos 80 do século XX qual seja, prestes a atingirmos o segundo milênio, temos que nos colocar algumas questões que ainda não foram suficientemente esclarecidas. As possíveis respostas podem vir a propiciar dias melhores à grande massa de excluídos do crescimento econômico, que coloca hoje o país entre os oito maiores PNB do mundo, ao mesmo tempo em que preserva uma das maiores concentrações de renda do planeta.

A primeira questão que se coloca é sobre o significado da permanência do latifúndio no país. A agricultura se desenvolveu, concorre no mercado mundial de café, açúcar, cacau, soja, pecuária e permite o surgimento de novas frações de classe dominante, algumas extremamente truculentas que têm atingido grandes segmentos, como é o caso da União Democrática Ruralista (UDR). Seria um rearranjo dos ciclos propostos por Ignácio RANGEL que propicia um novo bloco no poder, constituído pelo capitalismo industrial e pelo novo latifúndio moderni-

zado? (209)

A segunda questão a ser colocada para meditação é a relacionada à permanência de valores das classes do Antigo Regime, quando ocorrem as alterações analisadas neste trabalho. Estamos pensando como podem se aplicar ao Brasil, as discussões contidas no instigante trabalho de Arno J.MAYER. (210) Segundo este autor ao analisar a Europa de 1848 a 1914, a burguesia lá teria sido seduzida pelo aparato cultural, educacional, a ideologia da nobreza enfim, o que condicionou um processo minado em suas bases. E aqui? Não nos esqueçamos que o Brasil, ao lado do México, e este em menor escala, foi uma monarquia ao longo da maior parte do século XIX. É viável que a "via prussiana" aqui ocorrida, tenha também elementos que hajam preservado a aura da aristocracia, a par da fraqueza de organização das classes subalternas, que lamentavelmente ainda faz parte do cenário pré-século XXI?

Estas são questões que ficam no ar e que nós pretendemos nos ater em outros momentos. Aqui, conforme nos propusemos no início da Dissertação, fizemos um esforço para captar as condições básicas de funcionamento do "bloco cafeeiro regional do Oeste Paulista", como primeira etapa de um estudo mais amplo.

Para finalizar, chamamos a atenção para algumas colocações surgidas ao longo do texto, e que julgamos relevante ficar bem acentuadas. Não sei se podemos chamá-las de conclusões, todavia são as convicções do autor sobre a problemática até aqui discutida.

(209) RANGEL, Ignácio. O Século e o Milênio. Artigo da Folha de S.Paulo, edição de 29 de julho de 1987, P.A-20.

(210) MAYER, A.J. Op.cit.

1º Na República Velha, forma-se no estado de São Paulo um bloco no poder constituído de várias classes (burguesia, pequena burguesia, classes médias), no qual a hegemonia é exercida por uma fração da burguesia — a burguesia cafeeira do "Oeste Paulista";

2º Mesmo sem ser fração de classe nacional pois sua origem é regional, ela age nacionalmente, conformando as políticas públicas de acordo com seus interesses. As classes e frações dos demais estados brasileiros só são beneficiárias marginalmente ou em aliança com a burguesia do "complexo cafeeiro paulista";

3º Esta burguesia interior chega a ser hegemônica, governante e detentora;

4º Na formação dos patrimônios gerados por esta burguesia cafeeira paulista — envolvendo imigrantes recentes e antigas famílias do lugar — desenvolvem-se alguns mitos que precisam ser melhor aprofundados. É o caso da antiguidade das famílias e de seus patrimônios e a idéia do "self made man" industrial;

5º Na busca de seus objetivos maiores de classe, a burguesia cafeeira paulista utiliza-se do partido político como um dos principais instrumentos de ação. O PRP, regionalmente surgido, influencia as diretrizes nacionais. Em aliança com Minas Gerais de 1894 a 1930, exerce o controle dos postos do estado e orienta as políticas do Governo Federal, de acordo com suas premissas que no período eram essencialmente de defesa do café. Sem ser nacional, é um partido organicamente forte e estritamente bem montado — recolocando a discussão sobre a tradição brasileira de partidos políticos fracos;

6º A inexistência de partidos políticos formalmente nacionais, reflete o tipo de federalismo brasileiro, o qual alterna sua atuação com a chamada "política dos governadores";

7º A burguesia cafeeira paulista desempenha várias funções ao mesmo tempo: agrária, comercial, financeira, industrial até que nos anos 20, as frações de classe começam a se

diferenciar melhor a partir da ruptura do capital cafeeiro (médios e grandes). Somente quando ocorre esta quebra é que a associação de classe com interesses na agropecuária toma corpo e importância. Antes (até 1919), o PRP é melhor porta-voz dos interesses da classe dominante do que as organizações corporativas;

8º Ao analisar o patrimônio específico de um Coronel da Guarda Nacional em Pirassununga e de seu genro, juiz e político pertencente à Dissidência do PRP, procuramos ilustrar o enfoque de um patrimônio típico dos capitais médios da cafeicultura paulista, onde a expansão se dá na direção das terras rurais, dos imóveis urbanos e das ações de empresas públicas e privadas. Não ocorre o "salto" que o grande capital permite ao fundar bancos, abrir estradas de ferro, associar-se a casas comissárias, implantar indústrias. E, seguindo a regra mais geral, mesmo que a acumulação de capital se dê no agrário, no industrial, no financeiro, a origem é comercial (burros, ouro, açúcar, café, etc.);

9º Por fim, não menos importante, as transformações que ocorrem no Brasil de 1888-1891, aqui chamado de período da revolução burguesa política (estrito senso), são permeadas pela "via prussiana" brasileira, onde as alterações veêm do alto, excluindo as classes e camadas subalternas. Estas transformações condicionam o desenvolvimento do país ao longo de todo o século XX, onde vemos em 1987 o latifúndio intocável, podendo inclusive ser visto como sócio menor mas importante do novo bloco no poder. De 1888 a 1987, um centenário em que a grande propriedade rural continua a propiciar poder a uma pequena parcela de privilegiados e onde a revolução burguesa, ao contrário dos casos clássicos (Inglaterra, França, Estados Unidos) não alterou a posse e a propriedade intrínsecas à ela. No Brasil — diferentemente da Alemanha, Japão e Itália onde ocorrem reformas agrárias tardias — esta medida de transformação capitalista (Reforma Agrária), em geral embutida nas transformações burguesas, não ocorre.

Ao terminarmos permanece a certeza de que muito ainda há por caminhar. Esta Dissertação de Mestrado procura

despertar a atenção para alguns pontos de nossa história, pois como diz Marc BLOCH, "(...) a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete no presente, a própria ação". (211)

(211) BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965, p. 40, apud DANTAS, José Ibarê Costa. A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos Tenentes aos Coronéis. São Paulo, Cortez, Aracajú, Universidade Federal de Sergipe, 1983.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALVES, Odair Rogrigues

- 1986 Os Homens que Governaram São Paulo. São Paulo, Nobel/EDUSP.

ALVIM, Zuleika M. F.

- 1986 Brava Gente! Os Italianos em São Paulo: 1870-1920. São Paulo, Brasiliense.

ASMAR, Salem Rachid

- 1985 A Economia da Microrregião Cacaueira. Itabuna, 5ª ed.

-
- 1982 A Sociologia da Microrregião Cacaueira. Itabuna

ASSIS CINTRA

- 1953 Bernardino de Campos e seu Tempo. São Paulo, Ed. Cupolo.

AURELIANO, Liana

- 1981 No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense.

AZEVEDO, Aroldo de

- 1986 Arnolfo Azevedo: Parlamentar da Primeira República. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasileira.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco

- 1901 A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Typografia do "Diário Oficial".

BARREIRO, José Carlos

- 1986 Campesinato e Capitalismo. Campinas, Ed. da UNICAMP.

BERMANN, Marshall

- 1986 Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo, Companhia das Letras.

BOBBIO, Norberto et alii

- 1986 Dicionário de Política. 2ª Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BOEHRER, George C.A.

- Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870 a 1889). Tese de Doutorado em Filosofia, apresentada à "Graduate School of Arts and

Sciences", da Universidade Católica dos Estados Unidos.
Serviço de Documentação do MEC, s.l., s.d.

BOURDIEU, Pierre

1983 Sociologia. Org. da Coletânea, Renato Ortiz, São Paulo, Ática.

1982 A Economia das Trocas Simbólicas. 2ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva S/A.

BRESCIANI, Maria Stella Martins

Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um Estudo Sobre São Paulo de 1850 a 1910). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, mimeo.

BRITO, Jolumá

1961 História da Cidade de Campinas. 12º vol., Campinas, s/c.

BRUIT, Héctor Hernán

1987 Região, Estado e Capitalismo, in: História Regional, Uma discussão. UNICAMP - NER, Campinas, Editora da UNICAMP.

CARDOSO, Fernando Henrique

Dos Governos Militares a Prudente - Campos Salles. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - III.v.8.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel

1982 O Capitalismo Tardio: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense.

CANO, Wilson

1977 Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo, DIFEL.

CARONE, Edgar

1978 A República Velha: Instituições Classes Sociais (1889-1930). Vol. 1, Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL.

Carta enviada por SALLES GUIMARÃES, Helena 04 de outubro de 1987.

Carta enviada ao autor por GODOY, M.P. em 25 de setembro de 1987.

CARVALHO, Francimar

Do Cafezal ao Cafezinho. s/c, IBC, s/d.

CARVALHO, Horácio Martins de

Estrutura de Classes Sociais no Campo. Texto preliminar para discussão, mimeo.

CASALECCHI, José Ênio

1985 O Partido Republicano Paulista - Política e Poder (1889-1926). Tese de Livre Docência em História, apresentada à UNESP de Araraquara, mimeo.

1973 Da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d'Oeste Paulista à Cambuhy Coffee and Cotton Estates: 1912-1933. (Contribuição ao Estudo da Presença Inglesa na Estrutura Agrária do Estado de São Paulo). Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, mimeo.

CATTAPAN-REVTER, Elisabeth

1984 L'Industrie à l'Époque de L'Encilhamento, in: La Preindustrialisation du Brésil: essais sur une économie in transition: 1830/50. Paris, Édition du Centre National de la Recherche Scientifique.

CHAUÍ, Marilena

1987 A Burquesia no Espelho da Nobreza. Edição da Folha de São Paulo de 29 de agosto.

COUTINHO, Carlos Nélon

1977 Notas sobre a Questão Cultural no Brasil. Revista Escrita-Ensaio nº 1, São Paulo, Editora Abril.

1984 A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios. Rio de Janeiro, Salamandra.

DANTAS, José Ibarê Costa

1983 A Revolução de 1930 em Sergipe: dos Tenentes aos Coroneis. São Paulo: Cortez; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe.

DEAN, Warren

A Industrialização de São Paulo (1880-1945). 2ª ed., São Paulo, DIFEL, s/d.

DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita

1953 Architettura Italiana a San Paolo. São Paulo, Instituto Cultural Italo-Brasileiro.

Dicionário de Ciências Sociais FGV, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro. Editora da FGV.

DUVERGER, Maurice

1986 Sociologia Política. Rio de Janeiro, Forense.

EGAS, Eugênio

1927 Galeria dos Presidentes de São Paulo. 2 vols., II e III São Paulo, Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo.

ENGELS, Friederich

1975 As Guerras Camponesas na Alemanha. Portugal, Editorial Presença; Brasil, Livraria Martins Fontes.

ERMAKOVA, A. E. e RATNIKOV, V.

1986 Que são as Classes e as Lutas de Classes? Edições Progresso. Moscou.

FAORO, Raymundo

1976 Os Donos do Poder: Formação dos Patronato Político Brasileiro. 2 vols. 3ª ed., Porto Alegre, Globo.

FAUSTO, Bóris

Expansão do Café e a Política Cafeeira in: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. III, vol. 8.

FERREIRA, Oliveiros F.

1986 Os Quarenta e Cinco Cavaleiros Húngaros: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci. Brasília, Editora da UnB, São Paulo, HUCITEC.

FONT, Maurício Augusto

1983 The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil (1889-1930). PHD in: University of Michigan, mimeo.

Formal de Partilha pertencente à herdeira Lucia Guimarães, Cartório do 5º Ofício de Órfãos de São Paulo. Cópia do arquivo do autor.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello

1973 Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo. 2ª vol. Rio de Janeiro, J. Olympio, São Paulo, Ed. USP.

GEBARA, Ademir

1987 A importância dos Estudos Regionais para as Ciências Sociais, in: História Regional, uma discussão. UNICAMP-NER. Campinas, Editora da UNICAMP.

GODOY, M.P. de

- 1975 Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga, 2 vols., 1ª ed. Pirassununga, Ind. Gráfica Jair.

GOMES DA SILVA, José

- 1967 Informações Gerais. Campinas, s/e.

GONÇALVES, João Pinto

- 1855 Relatório da Comissão do Júri da "1ª Exposição Provincial". São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typografia King.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Pereira

- Coleção de Mensagens Presidenciais. Arquivo do Estado de São Paulo, s/d. Repartição de Estatísticas e Arquivos do Estado de São Paulo.

GUIMARÃES, F.

- 1933-34 Relatório de Serviços.

GRAMSCI, Antonio

- 1978 Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes.

-
- 1984 A Concepção Dialética da História. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

-
- 1984 Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRANZIERA, Rui Guilherme

- 1979 A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. (Moeda e Vida Urbana na Economia Brasileira). São Paulo: HUCITEC, UNICAMP.

GRAZIANO DA SILVA, José e KAGEYAMA, Angela

- 1987 A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, Convênio IPEA-IPLAN/FECAMP. Relatório Parcial de Pesquisa. Mimeo.

-
- 1981 A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.

GRUPPI, Luciano

- 1980 O Conceito de Hegemonia em Gramsci. 2ª ed. RJ, Graal.

HILL, Cristopher

- 1987 O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence

- 1984 A inveção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de

- Raízes do Brasil. 18ª ed., Rio de Janeiro, José Olimpio.

1984

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o Café: café e sociedade em

- 1984 São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Jornal "O Estado de S. Paulo", edição de 8 de setembro de 1901.

Jornal "Retrato do Brasil", edição de 03 de setembro de 1987.

Jornal "Folha de S. Paulo", edição de 29 de agosto de 1987.

Jornal "Folha de S. Paulo", edição de 29 de julho de 1987.

LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELLO, Rachel

- 1986 Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o Caso Brasileiro. São Paulo, Brasiliense.

LAPA, José Roberto do Amaral

- 1983 A Economia Cafeeira. São Paulo, Brasiliense.

LEME, Marisa Saenz

- 1978 A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945). Petrópolis, Vozes.

LENIN, V.I.

- 1977 Obras Completas, Tomo XIII, Junio/1907 - Abril/1908. Madrid, AKAL Editor.

- 1983 Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. (Excerto), in: Aliança da Classe Operária e do Campesinato. Moscou, Edições Progresso.

LEVI, Darrel E.

- 1977 A Família Prado. São Paulo, Cultura 70 Livraria e Editora S/A.

LOVE, Joseph

- 1982 A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MAYER, Arno J.

- 1987 A Força da Tradição: a Persistência do Antigo Regime, 1848-1914. São Paulo, Companhia das Letras.

MARINI, Ruy Mauro

- 1975 El Estado en America Latina (mesa redonda) in: Revista Mexicana de Ciencias Politicas y Sociales. Año XXI, Nueva Época nº 82, Octubre-Diciembre.

MARTINS, José de Souza

- 1976 Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa: (Estudos de Sociologia do Desenvolvimento). 2ª ed. São Paulo, HUCITEC.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich

- 1986 A Ideologia Alemã (Feuerbach). 5ª ed. São Paulo, HUCITEC.

MATIELLO, José Braz e CARVALHO, Francimar

- Do Cafezal ao Cafezinho. s/l, s/d.

MATOS, Odilon Nogueira de

- 1981 Café e Ferrovias. São Paulo, Edições Arquivo do Estado.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de

- 1985 Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895. São Paulo, HUCITEC e Prefeitura do Município de São Paulo.

MESQUITA FILHO, Júlio

- 1964 Júlio Mesquita e a República; in, Centenário de Júlio Mesquita. São Paulo, Anhambi.

MONBEIG, Pierre

- 1984 Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC e Polis.

Monografia Histórica do Município de Campinas.

- 1952 Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE.

MOORE JÚNIOR, Barrington

- 1983 As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia (Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno). São Paulo, Martins Fontes.

MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães

- 1987 O Estado e a Propriedade Agrária no Brasil: Fórmulas Ju

rídicas e Vigência Política. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP.

1982 Notas sobre a Legislação Fundiária do Trabalho Rural no Brasil. Campinas, mimeo.

N.MARTINS, Paulo Henrique

1978 Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Teóricos. in, História Regional, Uma Discussão. UNICAMP-NER. Campinas, Editora da UNICAMP.

Noventa Anos, COMIND: 1889-1979.

s.d. Edição Comemorativa. s.l., s.e.

OHLWEILER, Otto Alcides

1987 Evolução Sócio-Econômica do Brasil. Porto Alegre, Tchê.

OLIVEIRA, Francisco de

1977 Elegia para uma Re(li)gião. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Parecer do Club de Lavoura e Comércio de Campinas

1881 Campinas, Typografia da "Gazeta".

PETRONE, Maria Thereza Schorer

1986 A Lavoura Canavieira em São Paulo. São Paulo, DIFEL.

POULANTZAS, Nicos.

1971 As Classes Sociais. in, Estudos CEBRAP 3, Edições Brasileiras de Ciências Ltda.

1971 Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista. 2 vols., s.l., Portucalense Editora.

1978 As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar.

PUPO, Celso Maria de Mello

1969 Campinas, seu Berço e Juventude. Campinas. Publicações da Academia Campinense de Letras nº 200.

1983 Campinas, Município no Império: Fundação e Constituição, Usos Familiares, A Moda, Sesmarias, Engenhos e Fazendas. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado S/A.

PRADO, Maria Ligia Coelho

- 1982 A Democracia Ilustrada, São Paulo: 1926-1934. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP. Mimeo.

PRADO, Nazareth

- 1929 Antonio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia Editores.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de

- 1972 Grupos Econômicos e o Modelo Brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo. Mimeo.

RANGEL, Ignácio

- s.d. O Papel dos Serviços de Utilidades Públicas. Mimeo.

-
- 1987 O Século e o Milênio. Artigo da Folha de S. Paulo, edição de 29 de julho de 1987.

RÊGO, Walquíria Domingues Leão

- 1981 Estado e Revolução Burguesa no Brasil: Um Ensaio Sobre a Questão da Hegemonia Durante a Primeira República. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Mimeo.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira

- 1979 The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930. Phd in Massachusetts Institute of Technology.

-
- 1985 Interesses Agro-Exportadores e Construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. in, Economia e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo. Brasiliense.

SAES, Décio Azevedo Marques de

- 1985 A Formação do Estado Burguês no Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

-
- 1971 O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930). Mimeo.

-
- 1982 Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma Reinterpretação. in, Revista Escrita-Ensaio (Nova), Ano IV, nº 9.

SAES, Flavio Azevedo Marques de

- 1986 A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira: Um Estudo Sobre o Desenvolvimento do Grande Capital em São Paulo: 1850-1930. São Paulo, HUCITEC.

-
- 1986 Créditos e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930. São Paulo, IPE/USP.

SALLES, Iraci Galvão

- 1986 Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. São Paulo, HUCITEC; Brasília, INL/Fundação Pró-Memória Nacional.

SANTOS, Roberto A. de Oliveira

- 1980 História Econômica da Amazônia. São Paulo, T.A. Queiroz.

SANTOS, José Maria dos

- 1960 Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: Subsídios para a História da República. Rio de Janeiro, J. Olympio.

-
- 1942 Os Republicanos Paulistas e a Abolição. São Paulo, Livraria Martins.

São Paulo e seus Homens no Centenário

- 1922 1º vol. São Paulo, Typografia Piratininga.

SCHMIDT and STEFFEN W. et alii

- 1977 Friends, Followers and Factions: a Reader in Political Clientelism. 2 vols. Berkeley, University of California.

SARTORI, Giovanni

- 1982 Partidos e Sistemas Partidários. Ed. Brasileira rev. e ampl. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Ed. UnB.

SILVA, Sérgio

- 1981 Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 5ª ed. São Paulo, Alfa Omega.

SINGER, Paul

- 1975 O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano - III - Estrutura do Poder e Eco-

nomia. Vol.8. São Paulo, DIFEL.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de

- 1976 O Processo Político-Partidário na Primeira República. in, Brasil em Perspectiva. 7ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro, DIFEL.

STOLCKE, Verena

- 1986 Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo, Brasiliense.

TELAROLLI, Rodolfo

- 1981 A Organização Municipal e o Poder Social no Estado de São Paulo, na Primeira República. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP. Mimeo.

VILLARDO, Franceschina

- 1986 A Burquesia Cafeeira Paulista e a Política Econômica na Primeira República. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH, UNICAMP. Mimeo.

ZIMMERMANN, Maria Emília Marques

- 1984 O PRP e os Fazendeiros de Café: Um Estudo de Caso Sobre a Estratégia e Proposta do Partido Republicano em São Paulo: 1870-1889. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH, UNICAMP. Mimeo.

WEINSTEIN, Barbara

- s.d. A Expansão da Borracha na Amazônia: 1850-1920. Tese de Doutorado. Mimeo.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

ADDOR, Carlos Augusto

1986 A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Dois Pontos.

AGUIAR, Neuma (org.)

1974 Hierarquia em Classe. Rio de Janeiro, Zahar.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de

1978 Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Mimeo.

ANDERSON, Perry et alii

1986 As Antinomias de Gramsci. São Paulo, Joruês.

AZEVEDO, Fernando Antonio

1982 As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo

1973 Fazenda Santa Gertrudes. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFCL de Rio Claro. Mimeo.

BASSETTO, Sylvia

1982 Política de Mão-de-Obra na Economia Cafeeira do Oeste Paulista (período de transição). Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP. Mimeo.

BORGES, Ricardo

1983 O Pará Republicano: 1824-1929, Ensaio Histórico. Belém, Conselho Estadual de Cultura.

BRUIT, Hector Hernán et alii

1985 Estado e Burquesia Nacional na América Latina. Campinas(SP), Icône e Editora da UNICAMP.

CARDOSO, Fernando Henrique

1977 A Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina: Problemas e Algumas Questões de Método. in, Classes Médias e Política no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARELLI, Mário

1985 Carcamano e Comendadores: Os Italianos de São Paulo,

da Realidade à Ficção (1919-1930). São Paulo, Ática.

CARONE, Edgar

1973 A Primeira República (1889-1930): Texto e Contexto.
2ª ed. São Paulo, DIFEL.

1977 A República Velha: Evolução Política (1889-1930).
Vol. II, 3ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL.

1982 Nas Origens do Capitalismo Industrial: O Caso de Alexandre Siciliano (1860-1923). in, Nova Escrita/Ensaio, São Paulo, Ano IV, nº 10.

CARVALHO, José Murilo de

1987 Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras.

CASALECCHI, José Ênio

1981 A Proclamação da República. São Paulo, Brasiliense.

1986 A Oligarquia Paulista e a Questão Social: Visões Precursoras da Revolução de 1930. in, Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea. Campinas, Editora da UNICAMP.

CERRONI, Umberto

1982 Teoria do Partido Político. São Paulo, LECH.

CHAUÍ, Marilena

1982 O Que é Ideologia. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense.

CHIAVENATO, Júlio J.

1982 Coronéis e Carcamanos. São Paulo, Global.

COSTA, Emília Viotti da

1977 Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo.

1982 A Abolição. São Paulo, Global.

DEAN, Warren

1975 A Industrialização durante a República Velha. in, História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano - III, v.8.

-
- 1977 Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DE DECCA, Edgar Salvadori
1981 O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense.
- DOURADO, Anísio Brasileiro de Freitas
1984 Aspectos Sócio-Econômicos da Expansão e Decadência das Ferrovias no Brasil. in, Ciência e Cultura, (São Paulo), v.36, nº 5, maio.
- DRAIBE, Sonia Miriam
1972 Classes e Industrialização na Argentina: Contribuição à Análise das Relações entre Burguesia Exportadora e Burguesia Industrial. Tese de Mestrado apresentada junto à ELAS da FLACSO. Mimeo.
- DUVERGER, Maurice
1980 Os Partidos Políticos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília:UnB.
- ENGELS, Friederich
1979 A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FAUSTO, Bóris
1983 A Revolução de 1930. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense.
-
- 1976 A Revolução de 1930. in, Brasil em Perspectiva. 7ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL.
- FERNANDES, Florestan
1976 A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar.
- FLORENZANO, Modesto
1986 As Revoluções Burguesas. São Paulo, Brasiliense.
- FORMAN, Shepard
1979 Camponeses: Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FONT, Mauricio A.
1985 Padrões de Ação Coletiva dos Plantadores Paulistas de Café: 1932-1933. in, Economia e Movimentos Sociais.

na América Latina. São Paulo, Brasiliense.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho

1974 Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Ática.

F.SZMRECSÁNYI, Maria Irene de Q.

1984 Produção, Apropriação e Organização do Espaço na Economia Cafeeira: Contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930). in Sinopses, Revista da FAU/USP, Junho.

GEBARA, Ademir

1982 A Imprensa Republicana: Um Estudo de Caso. Separata dos Anais do Museu Paulista. Tomo XXXI. São Paulo, USP.

s.d. A Política Campineira, Ontem e Hoje: Republicanismo e Reformismo, 1870/1984. Mimeo.

GNACCARINI, José Cesar Aprilanti

1977 Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Mimeo.

GOMES, Eustáquio

1984 A Febre Amorosa. São Paulo, EMW.

GORENDER, Jacob

1978 O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática.

1981 A Burguesia Brasileira. São Paulo, Brasiliense.

HÉLIO SILVA

1987 O Primeiro Século da República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

HÉLIO SILVA e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas

1975 História da República Brasileira. Vol. 1. São Paulo, Editora Três.

1983 Os Presidentes: Deodoro. São Paulo, Grupo de Comunicação Três.

HOBSBAWN, Eric

- 1978 Os Camponeses e a Política. in, Ensaio de Opinião. Vol.8. São Paulo.

HOLLOWAY, Thomas H.

- 1978 Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A Primeira Valorização do Café. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

IANNI, Octávio

- 1984 Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco

- 1981 O Coronelismo: Uma Política de Compromissos. São Paulo, Brasiliense.

LEAL, Victor Nunes

- 1975 Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega.

LÊNIN, V.I.

- 1979 O Estado e a Revolução. São Paulo, HUCITEC.

-
- 1982 O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo, Abril Cultural.

LIMA SOBRINHO, Barbosa

- 1983 A Verdade sobre a Revolução de Outubro-1930. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega.

LIPSET, Seymour Martin

- 1966 A Sociedade Americana: Uma Análise Histórica Comparada. Rio de Janeiro, Zahar.

LOVE, Joseph

- 1975 Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira 1889-1937. in, História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano - III. V.8.

MARTINS, José de Souza

- 1981 O Cativo da Terra. 2ª ed. São Paulo, LECH.

MARX, Karl

- 1976 O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. s.l. Editorial Estampa.

MENDES, Evelyse Maria Freire

- 1981 Bibliografia do Pensamento Político Republicano (1870-1970). Brasília, UnB.

MERCADANTE, Paulo

- 1972 A Consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MILLIET, Sérgio

- 1982 Roteiro do Café e Outros Ensaios: Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil. 4ª ed. rev. e aum. São Paulo:HUCITEC; Brasília:INL.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha

- 1973 A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922). São Paulo, IEB/USP.

NOGUEIRA FILHO, Paulo

- 1965 O Partido Democrático e a Revolução de 1930: Ideais e Lutas de um Burquês Progressista. 2 vols. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.

NOZOE, Nelson Hideiki

- 1984 São Paulo: Economia Cafeeira e Urbanização (Estudo da Estrutura Tributária e das Atividades Econômicas na Capital Paulista (1889-1933)). São Paulo, IPE/USP-PNPE.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.)

- 1980 Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30. Rio de Janeiro:FGV; Brasília:INL.

OSÓRIO SILVA, Lígia Maria

- 1985 O Coronelismo e a Questão da Terra na Primeira República (1889-1930). Texto apresentado à ANPOCS, Águas de São Pedro. Mimeo.

P.DE QUEIRÓZ, Carlota

- s.d. Um Fazendeiro Paulista no Século XIX (Manoel Elpídio Pereira de Queiróz). São Paulo, Conselho Estadual de Cultura.

PEREIRA DE QUEIRÓZ, Maria Isaura

- 1976 O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega.

-
- 1978 Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil.
Rio de Janeiro:LTC; São Paulo:EDUSP:
-
- 1982 Um Republicano Paulista do Século XIX: Fazendeiro
Manoel Elípio. in, Ciência e Cultura, São Paulo, v.
34, nº 8, agosto.
- PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro
- 1973 A Idéia Republicana no Brasil através dos Documentos.
São Paulo, Alfa-Ômega.
-
- 1983 O Ideal Republicano e seu Papel Histórico no Segundo
Reinado: 1870-1889. São Paulo, Edições Arquivo do
Estado.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio
- 1977 Política e Trabalho no Brasil (dos anos 20 a 1930).
2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PINSKY, Jaime
- 1982 Classes Sociais e Formação do Estado Nacional no Bra-
sil. in, Ciência e Cultura, São Paulo, v.34, nº 6,
junho.
- POLANYI, Karl
- 1980 A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época.
Rio de Janeiro, Campus.
- PORTELLI, Hughes
- 1977 Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e
Terra.
- PORTO, Angela et alii
- 1985 Processo de Modernização do Brasil, 1850-1930: Eco-
nomia e Sociedade, uma Bibliografia. Rio de Janeiro,
Fundação Casa de Ruy Barbosa.
- POULANTZAS, Nicos
- 1974 Sobre El Estado Capitalista. Barcelona, Editorial
Laia.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de
- 1986 A Abolição da Escravidão. 3ª ed. São Paulo, Brasili-
ense.

-
- 1986 Os Radicais da República. São Paulo, Brasiliense.
- SAES, Flávio de Azevedo Marques de
- 1981 As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940: Expansão e Declínio do Transporte Ferroviário em São Paulo. São Paulo:HUCITEC; Brasília:INL.
- SALLUM JR, Brasílio
- 1982 Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades.
- SANTOS, José Maria dos
- 1930 A Política Geral do Brasil. São Paulo, J.Magalhães.
- SILVA, Eduardo
- 1984 Barões e Escravidão: Três Gerações de Fazendeiros e a Crise da Estrutura Escravista. Rio de Janeiro:Nova Fronteira; Brasília:INL.
- SOARES JÚNIOR, Rodrigo
- 1958 Jorge Tibiriçá e sua Época. 2 vols. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SODRÉ, Nelson Werneck
- 1976 História da Burquesia Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SORJ, Bernardo
- 1980 Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar.
- SPINDEL, Chejwa Rojza
- 1978 A Heqemonia do Café e as Mudanças nas Relações Sociais de Produção: Formação e Uso da Força de Trabalho no Estado de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP. Mimeo.
- SZMRECSÁNYI, Tamás
- 1980 Apontamentos para uma História Econômica do Brasil no Período 1920-50. in, Ensaio da FEE, Porto Alegre, v.1, nº 1, junho.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Orivaldo (orgs.)
- 1972 Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Editora Nacional.

TANNURI, Luiz Antonio

1981 O Encilhamento. São Paulo:HUCITEC; Campinas(SP):FUN-CAMP.

TELAROLLI, Rodolpho

1977 Poder Local na República Velha. São Paulo, Ed.Nacio-nal.

VELHO, Otávio Guilherme et alii (org.)

1981. Estrutura de Classes e Estratificação Social. 9ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.

WITTER, José Sebastião

1984 Partido Político, Federalismo e República. São Paulo, Edições Arquivo do Estado.

ZENTENO, Raul Benitez (coord.)

1977 As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

A N E X O S

ANEXO I

PERMANÊNCIA EM POSTOS DA ELITE^(1)
 (POSTOS ESTADUAIS)

Presidentes do Estado
 ou Interventores

Junta: Prudente de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e Joaquim Sousa	(16.11.1889-14.12.1889)
Prudente de Moraes Barros	14.12.1889-18.10.1891
Jorge Tibiriçá	18.10.1890-7.3.1891
Américo Brasiliense (de Almeida e Melo)	7.3.1891-15.12.1891
Sérgio Tertuliano Castelo Branco	(15.12.1891)
José Alves de Cerqueira César (interino)	15.12.1891-23.8.1892
Bernardino de Campos	23.8.1892-1.5.1896
Manuel Ferraz de Campos Salles	1.5.1896-10.11.1898
Fernando Prestes de Albuquerque	10.11.1898-1.5.1900
Francisco de Paula Rodrigues Alves	1.5.1900-3.7.1902
Bernardino de Campos	3.7.1902-1.5.1904
Jorge Tibiriçá	1.5.1904-1.5.1908
Manuel Joaquim de Albuquerque Lins	1.5.1908-1.5.1912
Francisco de Paula Rodrigues Alves	1.5.1912-1.5.1916
Altino Arantes Marques	1.5.1916-1.5.1920
Washington Luis Pereira de Sousa	1.5.1920-1.5.1924
Carlos de Campos	1.5.1924-27.4.1927
(Antônio) Dino da Costa Bueno	(27.4.1927-14.7.1927)
Júlio Prestes de Albuquerque	14.7.1927-26.3.1930
Heitor Teixeira Penteado	26.3.1930-24.10.1930
Hastínfilo de Moura (I)	(24.10.1930-28.10.1930)
José Maria Whitaker (I)	(30.10.1930-6.11.1930)
Plínio Barreto (I)	(6.11.1930-25.11.1930)
João Alberto Lins de Barros (I)	25.11.1930-24.7.1931
Laudo Ferreira de Camargo (I)	25.7.1931-13.11.1931
Manuel Rabelo (I)	13.11.1931-7.3.1932
Pedro de Toledo (I)	7.3.1932-2.10.1932
Herculano de Carvalho e Silva (I)	(2.10.1932-6.10.1932)
Valdomiro Castilho de Lima (I)	6.10.1932-27.7.1933
Manuel de Cerqueira Daltro Filho (I)	(27.7.1933-21.8.1933)
Armando de Sales Oliveira (I)	21.8.1933-11.4.1935
(governador constitucional)	11.4.1935-29.12.1936
Henrique Smith Brayma	(29.12.1936-5.1.1937)
José Joaquim Cardoso, Melo Neto	5.1.1937-25.4.1938

(1) LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.397:411, *passim*.

(I) Interventor.

* Não encontrei dados sobre nomeações de secretários até o governo de Cerqueira César, dezembro de 1891 a agosto de 1892. Note-se que era comum os secretários estarem à testa de dois órgãos, simultaneamente.

As chaves indicam um período inferior a 90 dias, considerado curto demais para ser contado num estudo de elites.

**Vice-Presidentes do Estado
(cargo abolido após 1930)**

José Alves de Cerqueira César (governador interino de 1891-1892)	13.6.1891-1896
Francisco de Assis Peixoto Gomide	1.5.1896-1.5.1900
Domingos Correia de Moraes	1.5.1900-1.5.1904
João Batista de Melo Oliveira	1.5.1904-1.5.1908
Fernando Prestes de Albuquerque	1.5.1908-1.5.1912
Carlos Augusto Pereira Guimarães	1.5.1912-1.5.1916
(Antônio) Cândido Rodrigues	1.5.1916-1.5.1920
Virgílio Rodrigues Alves	1.5.1920-21.9.1922
Fernando Prestes de Albuquerque	Jan.de 1924-14.7.1927
Heitor Teixeira Penteado	14.7.1927-26.3.1930

Secretário Geral*

Antonio Mercado	18(?).10.1890-7.3.1891
-----------------	------------------------

Secretários de Justiça

Manuel Pessoa de Siqueira Campos	Fev.del892-31(?).7.1893
João Álvares de Rubião Júnior	31.7.1893-27.2.1895
João Batista de Melo Peixoto	Mai de 1895-1.5.1896
Carlos de Campos	1.5.1896.27.4.1897
José Joaquim Cardoso de Almeida	(27.4.1897-15.6.1897)
José Getúlio Monteiro	15.6.1897-10.11.1898
José Pereira de Queiróz	10.11.1898-1.5.1900
José Pereira Bueno	1.5.1900-13.7.1902
(ocupou este posto juntamente com a Secret.do Interior, 1902-1905)	
José Cardoso de Almeida	(1.2.1906-13.3.1906)
Washington Luís Pereira de Sousa	13.3.1906-1.5.1912
Rafael de Abreu Sampaio Vidal	1.5.1912-11.10.1913
Elói de Miranda Chaves	11.10.1913-14.12.1918
(Uladsislau) Herculano de Freitas	14.12.1918-1.5.1920
Francisco Cardoso Ribeiro	1.5.1920-1.5.1924
Bento Pereira Bueno	1.5.1924-14.7.1927
Antônio Carlos de Sales Júnior	14.7.1927-28.3.1930
Mário Bastos Cruz	28.3.1930-24.10.1930
Plínio Barreto	(25.10.1930-5.12.1930)
Florivaldo de Vasconcelos Linhares	5.12.1930-24.7.1931
Abraão Ribeiro	25.7.1931-13.11.1931
Florivaldo de Vasconcelos Linhares	13.11.1931-15.3.1932
Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz	(15.3.1932-27.5.1932)
Valdemar Ferreira	27.5.1932-6.10.1932
Carlos Vilalva	6.10.1932-21.8.1933
Mário Mazagão	21.8.1933-15.12.1933
Valdomiro Silveira	15.12.1933-20.9.1934
Cristiano Altenfelder Silva	21.9.1934-2.4.1935
Márcio Pereira Munhoz	(2.4.1935-22.4.1935)
Silvio Portugal	22.4.1935-10.11.1937

**Secretários do Interior(denominado
Secretário da Educação e Saúde,após 1930)**

Vicente de Carvalho	26.2.1892-9.8.1892
João Alvares Rubião Junior	25.8.1892-3.2.1893
Cesário Mota	3.2.1893-1894

Alfredo Pujol	1894-1.5.1896
(Antonio)Dino da Costa Bueno	1.5.1896-dez.de 1897
João Batista de Melo Peixoto	dez.de 1897-1.5.1900
Bento Pereira Bueno	1.5.1900-1.5.1904
José Cardoso de Almeida	1.5.1904-30.1.1906
Gustavo de Oliveira Godói	1.2.1906-1.5.1908
Carlos Pereira Guimarães	1.5.1908-1.5.1912
Altino Arantes Marques	1.5.1912-1.5.1916
Oscar Rodrigues Alves	1.5.1916-1.5.1920
Alarico Silveira	1.5.1920-1.5.1924
José Manuel Lobo	1.5.1924-27.4.1927
João Galeão Carvalhal Filho	(27.4.1927-14.7.1927)
Fábio de Sá Barreto	14.7.1927-24.10.1930
José Carlos de Macedo Soares	(24.10.1930-25.11.1930)
Artur Neiva	(5.12.1930-12.2.1931)
Teodoro Augusto Ramos	12(?) .2.1931-21.7.1931
Antônio de Almeida Prado	25.7.1931-13.11.1931
Florivaldo de Vasconcelos Linhares	13.11.1931-13.11.1931
Francisco de Sales Gomes Junior	(7.3.1932-27.5.1932)
José Francisco Alves Sobrinho	27.5.1932-6.10.1932
Augusto Meirelles Reis Filho	6.10.1932-21.8.1933
Valdomiro Silveira	21.8.1933-11.4.1935
Márcio Pereira Munhoz	(11.4.1935-22(?) .4.1935)
Cantídio de Moura Campos	22.4.1935-10.11.1937
Secretários da Fazenda	
Martim Francisco Ribeiro de Andrade	março/1891-26.2.1892
Manuel Pessoa de Siqueira Campos	26.2.1892-23.8.1892
João Álvares Rubião Júnior	23.8.1892-15.4.1896
Paulo de Souza Queiroz	1.5.1896-1.5.1897
Firmiano de Moraes Pinto	1.5.1897-setembro 1897
João Batista de Melo Peixoto	set.1897-1.5.1900
Francisco de Toledo Malta	1.5.1900-13(?) .7.1902
Firmiano de Moraes Pinto	13.7.1902-12.8.1903
João Batista de Melo Peixoto	12.8.1903-1.5.1904
Manuel Joaquim de Albuquerque Lins	1.5.1904-31.10.1907
Olavo Egídio de Sousa Aranha	31.10.1907-6.8.1909
Carlos Pereira Guimarães	6.8.1909-6(?) .11.1909
Olavo Egídio de Sousa Aranha	6.11.1909-1.5.1912
Joaquim Manuel Martins de Siqueira	1.5.1912-11.10.1913
Rafael de Abreu Sampaio Vidal	11.10.1913-13.1.1915
José Cardoso de Almeida	13.1.1915-1918
João Galeão Carvalhal	1918-1.5.1920
Álvaro Gomes da Rocha Azevedo	1.5.1920-1.5.1924
Mário Tavares	1.5.1924-14.7.1927
Mário Rolim Teles	14.7.1927-11.10.1929
Antônio Carlos de Sales Junior	11.10.1929-24.10.1930
José Maria Whitaker	(25.10.1930-3.11.1930)
Erasmus Teixeira Assunção	(6.11.1930-5.12.1930)
Marcos de Sousa Dantas	5.12.1930-25.7.1931
Numa de Oliveira	25.7.1931-13.11.1931
Marcos de Sousa Dantas	(13.11.1931-26.11.1931)
José da Silva Gordo	26.11.1931-27.5.1932
Paulo de Moraes Barros	27.5.1932-6.10.1932
Artur Viveiros Costa	6.10.1932-1933
José Caetano Mascarenhas	21.8.1933-1933
Francisco Alves dos Santos	21.8.1933-1.1.1935
Francisco Machado de Campos	21.1.1935-22.4.1935
Clóvis de Paula Ribeiro	22.4.1935-10.11.1937

Secretários da Agricultura

Alfredo Maia	26.2.1892-12.12.1892
Jorge Tibiriçá	12.12.1892-26.6.1895
Teodoro Dias de Carvalho Júnior	29.6.1895-1.5.1895
Álvaro da Costa Carvalho	1.5.1896-2.7.1897
Firmiano de Moraes Pinto	2.7.1897-28.4.1898
Antônio Francisco de Paula Sousa	28.4.1898-10.11.1898
Alfredo Guedes	10.11.1898-1.5.1900
(Antônio) Cândido Rodrigues	1.5.1900-2.7.1902
João Batista de Melo Peixoto	13.7.1902-12.8.1903
Luís de Toledo Piza e Almeida	12.8.1903-1.5.1904
Carlos José Botelho	1.5.1904-1.5.1908
(Antônio) Cândido Rodrigues	1.5.1908-6.8.1909
Olavo Egídio de Sousa Aranha	6.8.1909-7.11.1909
Antônio de Pádua Sales	7.11.1909-1.5.1912
Paulo de Moraes Barros	1.5.1912-14.4.1914
Altino Arantes Marques	14.4.1913-30.7.1913
Paulo de Moraes Barros	30.7.1913-9.11.1915
Elói de Miranda Chaves	(9.11.1915-17.11.1915)
José Cardoso de Almeida	17.11.1915-1.5.1916
Cândido Nogueira da Mota	1.5.1916-1.5.1920
Heitor Teixeira Penteado	1.5.1920-1.5.1924
Gabriel Ribeiro dos Santos	1.5.1924-14.7.1927
Fernando Costa	14.7.1927-24.10.1930
Henrique de Sousa Queiróz	(25.10.1930-5.12.1930)
Edmundo Navarro de Andrade	5.12.1930-25.7.1931
Adalberto Queiróz Teles	25.7.1931-13.11.1931
Marcos de Sousa Dantas	(13.11.1931-26.11.1931)
Antônio Manuel Alves de Lima	26.11.1931-16.3.1932
Teodoreto de Camargo	(16.3.1932-27.5.1932)
Francisco da Cunha Junqueira	27.5.1932-6.10.1932
Eugênio Lefevre	12.10.1932-21.8.1933
Adalberto Bueno Neto	21.8.1933-22.4.1935
Luís de Toledo Piza Sobrinho	22.4.1935-9.11.1936
Valentim Gentil	9.11.1936-10.11.1937

Secretários de Segurança, 1930 (entre 1931 e 1935, esta secretaria foi agregada à de Justiça)

Miguel Costa	5.12.1930-24.7.1931
Artur Leite Barros Jr.	22.4.1935-10.11.1937

Secretários da Viação e Obras Públicas, 1927

José Oliveira de Barros	16.9.1927-24.10.1930
Francisco Paes Leme Monlevade	(25.10.1930-5.12.1930)
Alberto de Oliveira Coutinho	5.12.1930-25.7.1931
Francisco Emídio da Fonseca Teles	25.7.1931-13.11.1931
Luís Anhaia Melo	13.11.1931-7.3.1932
João de Mendonça Lima	7.3.1932-27.5.1932
Francisco Emídio da Fonseca Teles	27.5.1932-6.10.1932
Luís Silveira	6.10.1932-30.5.1933
Dilermundo de Assis	(30.5.1933-27.7.1933)
Teófilo Oswald Pereira de Sousa	(27.7.1933-21.8.1933)

Francisco Machado de Campos
Ranulfo Pinheiro Lima

21.8.1933-22.4.1935.
22.4.1935-10.11.1937

Secretários de Gabinete do Governador

Ataliba Nogueira
José Ulisses Luna
Márcio Pereira Munhoz
Carlos de Moraes Barros
Cassiano Ricardo (Leite)

6.10.1932-5.6.1933
(5.6.1933-27(?).7.1933)
21.8.1933-10(?).5.1935
10(?).5.1935-Junho(?)1935
Junho(?)1935-1937(?)

Prefeitos da Cidade de São Paulo

Vicente Ferreira da Silva
Clementino de Sousa e Castro
Carlos Augusto Ferreira Garcia
Pedro Vicente de Azevedo
Antônio Proost Rodovalho
Antônio (da Silva) Prado
Raymundo Duprat
Washington Luís Pereira de Sousa
Firminiano de Moraes Pinto
José Pires do Rio
José Joaquim Cardoso de Melo Neto
Luís de Anhaia Melo
Francisco Machado de Campos
Luís de Anhaia Melo
Henrique Jorge Guedes
Gofredo T.da Silva Teles
Teodoro Ramos
Oswaldo Costa
Antônio Carlos de Assunção
Fábio da Silva Prado

(Dez.1889-12(?).1.1890)
12.1.1890-17.12.1891
17.12.1891-1892
1892-1895
1896-1899
1899-1910
1911-1914
1914-1919
1920-1926
1926-24.10.1930
(24(?).10.1930-Dez,1930)
Dez.1930-25(?).7.1931
25(?).7.1931-13(?).11.1931
13(?).11.1931-Dez.1931)
Dez.1931-27(?).5.1932
27(?).5.1932-6(?).10.1932
Dez.1932-Maio 1933
(Maio 1933-27.5.1933)
Agosto 1933-Setembro 1934
Set.1934-Abril 1938

Chefes de Polícia

Bernardino de Campos
Paulo de Sousa Queirós
Pedro Augusto Carneiro Lessa
Virgílio Siqueira Cardoso
Raymundo Cavalcanti de Albuquerque
Lúcio A.Martins
Manuel Pessoa de Siqueira Campos
Teodoro Dias de Carvalho Júnior
Bento Pereira Bueno
José Xavier de Toledo
Francisco Martiniano da Costa Carvalho
Antônio Cândido de Almeida e Silva
Pedro de Oliveira Ribeiro
Joaquim José Saraiva Júnior
José Cardoso de Almeida
Luís Toledo Piza e Almeida
Antônio de Godói Moreira e Costa
Augusto Meireles Reis
Arthur Pinheiro Prado (substituído pelo
Sec.de Justiça, Set.1906-Jan.1925)
Roberto Moreira
Mário Bastos Cruz (substituído pelo Sec.
de Justiça, Março-Dez.1930, depois pelo
Sec.de Segurança até 30.7.1931)

16.11.1889-14.10.1890
14.10.1890-7.3.1891
(7.3.1891-2.6.1891)
2.6.1891-23.11.1891
(23.11.1891-15.12.1891)
(15.11.1891-19.12.1891)
(19.12.1891-26.1.1892)
26.1.1892-26.11.1895
26.11.1895-26.5.1896
26.5.1896-4.3.1897
31.5.1897-10.11.1898
10.11.1898-1.5.1900
1.5.1900-1.1.1902
(1.1.1902-6.1.1902)
6.1.1902-31.3.1903
31.3.1903-11.8.1903
11.8.1903-20.4.1905
20.4.1905-6.7.1906
(6.7.1906-17.9.1906)
12.1.1925-14.7.1927
14.7.1927-17.3.1930

Eurico Sodré	(30.7.1931-13.8.1931)
Oswaldo Cordeiro de Farias	13.8.1931-5.5.1932
Antônio Bráulio de Mendonça Filho	(6.5.1932-28.5.1932)
Tirso Queirolo Martins de Sousa	28.5.1932-27.9.1932
Durval Vilalva	(28.9.1932)
Brasílio Taborda	(29.9.1932-3.10.1932)
Edgard Pereira Armond	(3.10.1932-6.10.1932)
Oswald Cordeiro de Farias	(7.10.1932-10.11.1932)
José de Sousa Carvalho	(10.11.1932-11.11.1932)
Danton Coelho	(11.11.1932-28.11.1932)
José de Sousa Carvalho	(22.11.1932-28.12.1932)
Bento Borges da Fonseca	28.12.1932-20.5.1933
Viriato Carneiro Lopes	(20.5.1933-22.5.1933)
Olimpio Falconieri da Cunha	(22.5.1933-22.7.1933)
Júlio Limeira da Silva	(22.7.1933-21.8.1933)
Durval Vilalva	(21.8.1933-22.8.1933)
Mário Guimarães	22.8.1933-22.3.1934
Vicente de Paula Vicente de Azevedo	22.3.1934-10.8.1934
Artur Leite de Barros Junior	(11.8.1934-16.8.1934)
Cristiano Altenfelder Silva	16.8.1934-30.12.1934
(substituído pelo Sec.de Segurança pelo restante do período)	

Presidentes de bancos associados ao governo

a) Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola

Ferdinand Pierre*	14.6.1909-30.4.1924
Altino Arantes Marques	30.4.1924-4.11.1926

b) Banco do Estado de São Paulo

Altino Arantes Marques	4.11.1926-12.11.1930
José Joaquim Cardoso Melo Neto	12.11.1930-1931(?)
Antônio de Queiroz Teles	1931(?)-14.12.1931
José Martiniano Rodrigues Alves	14.12.1931-18.4.1933
Múcio Whitaker	18.4.1933-30.8.1933
Eliseu Teixeira Camargo	30.8.1933-4.9.1934
Antônio Carlos de Assunção	4.9.1934-3.6.1938

Presidentes do Instituto de Café, 1924 (cargo automaticamente ocupado pelo Sec. da Fazenda até 1930)

Antônio Manuel Alves de Lima	7.1.1931-1931(?)
Cesário Coimbra	1931(?)-1932(?)
Luís Américo de Freitas	Maio 1932-Set.1932
Afrodísio Sampaio Coelho	Set.(?)1932-Dez.1932
Luís Vicente Figueira de Melo	1933(?)-1934(?)
Cesário Coimbra	7.7.1934-10(?) .11.1937

Presidentes do Senado Estadual

Luís Pereira Barreto	Agosto 1891-Nov.1891
Ezequiel de Paula Ramos	Abril 1892-Junho 1894

* Ferdinand Pierre não era cidadão brasileiro, não sendo, então, parte da elite política tal como definida no apêndice A. O banco em tela era empreendimento essencialmente francês, controlado por Paris.

Para o efeito desta Dissertação, as considerações sobre a elite política paulista encontram-se no Capítulo I.

José Alves Guimarães Júnior
 Francisco de Assis Peixoto Gomide
 Ezequiel de Paula Ramos
 José Alves de Cerqueira César
 Francisco de Assis Peixoto Gomide
 Manuel Antônio Duarte de Azevedo
 João Alvares Rubião Júnior
 Jorge Tibiriçá
 (Antônio)Dino da Costa Bueno(o senado não
 funcionou na legislatura de 1935-37)

Julho 1894-Julho 1895
 Agosto 1895-Abril 1896
 Maio 1896-Março 1898(?)
 Abril 1898-Abril 1901
 Set.1901-Abril 1905
 Abril 1906-Julho 1912
 Nov.1912-Agosto 1915
 Nov.1915-Julho 1924(?)
 Agosto 1924-24.10.1930

Presidentes da Câmara dos Deputados do Estado

Augusto César de Miranda Azevedo
 Antônio Francisco Paula Sousa
 Luís de Toledo Piza e Almeida
 Carlos Augusto Pereira Guimarães
 Antônio de Pádua Sales
 João Alvares Rubião Júnior
 Carlos de Campos
 Antônio Álvares Lobo
 Artur de Aguiar Whitaker(após 1930,assembléia
 não se reunir até 1935)
 Laerte Teixeira de Assunção
 Henrique Smith Bayma

1891-92
 1892
 1892-99
 1899-1901
 1901-3
 1903-6
 1907-15
 1915-26
 1927-24.10.1930
 1935
 1936-37

Líderes da Maioria na Câmara Estadual

Aureliano Oliveira Coutinho
 Júlio de Mesquita
 Álvaro da Costa Carvalho
 Rivadávia Correia
 José Manuel Azevedo Marques
 (Uladislau) Herculano de Freitas
 João Álvares Rubião Júnior
 Júlio de Mesquita
 Antônio Martins Fontes Júnior
 Washington Luís Preira de Sousa
 João Sampaio
 Antônio Martins Fontes Júnior
 Mário Tavares
 Júlio Prestes de Albuquerque
 Armando (da Silva) Prado
 Henrique Smith Bayma
 Ernesto Morais Leme

Julho(?) - Dez.(?)1891
 1892(?)
 1893(?)
 1894(?)
 1898-1900(?)
 1900(?) - 3(?)
 1903(?) - 6(?)
 1907(?) - 12(?)
 1913(?)
 1914(?)
 1915(?)
 1915(?)
 1916(?) - 21(?)
 1921-24
 1928(?) - 30
 1935
 1936-10.11.1937

Presidente do Tribunal da Justiça do Estado

Carlos Augusto de Sousa Lima
 Frederico Dabney de Avelar Brotero
 José Xavier de Toledo
 Ignácio José de Oliveira Arruda
 Pedro Oliveira Ribeiro
 Canuto José Saraiva
 Augusto de Couto Delgado
 José Xavier de Toledo
 Francisco da Silva Saldanha
 Firmino Antônio da Silva Whitaker
 Benedito Filadelfo de Castro
 João Batista Pinto de Toledo

1891-97
 1897(?) - 1900
 1900-1901
 1901
 1902
 1903-5(?)
 1905
 1906-18
 1918-21
 1921-23
 1924(?) - 26
 1926

Urbano Marcondes de Moura	1927
Luís Aires de Almeida Freitas	1928
Eliseu Guilherme Cristalino	Dez. 1928-1929
Manuel Policarpo Moreira de Azevedo Júnior	1929-31
Manuel da Costa Manso	1932-33
Francisco de Paula e Silva	1933-34
Silvio Portugal	1934-35
Afonso José de Carvalho	1935-36
Júlio César de Faria	1936-Maio 1937
Aquiles de Oliveira Ribeiro	1937-38
Comissão Executiva, Partido Republicano Paulista, 1889-1930	
Manuel Ferraz de Campos Sales	1889; 1893-95
Adolfo da Silva Gordo *	1889-90; 1907-11; 1913-15
Manuel Lopes de Oliveira *	1889; 1892-97; 1904-9; 1912-16
Francisco Glicério Cerqueira Leite	1889-90
Domingos Correira de Moraes *	1889-90; 1899
Vitorino Gonçalves Carmilo *	1890-1892
Luís Pereira Barreto *	1891
Antônio Ulhoa Cintra, Barão de Jaguará *	1891
José da Costa Machado e Sousa *	1891
Joaquim Lopes Chaves *	1891
Rodrigo Lobato Marcondes Machado *	1891
Joaquim Celidônio Gomes dos Reis *	1891
Martinho (da Silva) Prado Júnior *	1891
Brásílio Rodrigues dos Santos *	1891
Francisco Antônio de Sousa Queiróz *	1891
Elias Antônio Pacheco Chaves *	1891
Antonio Carlos Arruda Botelho, Conde do Pinhal*	1891
João Carlos Leite Penteado *	1891
Prudente de Moraes Barros	1892-93
Bernardino de Campos	1892; 1896; 1899-1900; 1907-14
Cesário Mota	1892
Júlio de Mesquita	1892-94; 1896
Francisco de Paula Rodrigues Alves	1892-94; 1899; 1917
José Alves Guimarães Júnior	1893-94; 1901
Alfredo Ellis	1893-94
José Álvares Rubião Júnior	1896-97; 1899-1900; 1902-15
João Batista de Melo Oliveira	1896-97; 1899-1900; 1903
Manuel Pessoa de Siqueira Campos	1897; 1904-10
José Paulino Nogueira	1897
Luís de Toledo Piza e Almeida	1898
Antônio Carlos Ferrz Sales	1898-1900
Ricardo Soares Batista	1898
Carlos Pereira Guimarães	1898
Alfredo Guedes	1898-1901
Frederico de Abranches	1901-03
Antônio de Pádua Sales	1901-2; 1907-9; 1916-18; 1923-3
Antônio de Lacerda Franco	1901-6; 1914-27
Francisco de Assis Peixoto Gomide	1903
Fernando Prestes de Albuquerque	1903-6; 1914-22
Cesário da Silva Bastos	1907-15
Jorge Tibiriçá	1908-24
(Antônio) Dino da Costa Bueno	1908-9; 1919-30
Manuel Joaquim Albuquerque Lins	1914-25
Virgílio Rodrigues Alves	1916-19
Carlos de Campos	1916-24

* Foi atingido pelo expurgo de 1891 ou pelo contra-expurgo de 1892.

O expurgo citado aqui é reflexo da 1ª Dissidência do PRP, analisada no Capítulo II dessa Dissertação.

Rodolfo Miranda	1917-30
Olavo Egídio de Sousa Aranha	1917-23; 1925
Altino Arantes Marques	1920-23; 1925; 1927-30
Arnolfo Azevedo	1925-30
Ataliba Leonel	1925-30
(Uladislau) Herculano de Freitas	1925
Washington Luís Pereira de Sousa	1925
Silvio de Campos	1928-30
Manuel Pedro Vilaboim	1928-30
Artur de Aguiar Whitaker	1928-30

**Membros da Comissão Executiva, fase do PRP
na oposição, 1931-36 ***

Alberto Whatley	1933-36
Antônio Carlos de Sales Júnior	1933-34
Antônio Martins Fontes Júnior	1933
Francisco de Assis Vieira	1933
Heitor Teixeira Penteado	1933-1936
João Sampaio	1933-34
José Alcântara Machado	1933
Oscar Rodrigues Alves	1933-34
Leônidas Vieira	1933
Fernando Prestes de Albuquerque **	1934
Altino Arantes Marques **	1934
Ataliba Leonel **	1934
Silvio de Campos **	1934
Manuel Pedro Vilaboim **	1934-36
Elói Chaves	1934
Francisco Cunha Junqueira	1934
José Levy Sobrinho	1934
Luís Américo de Freitas	1934
Mário Tavares	1934-36
Rafael de Abreu Sampaio Vidal	1934
César Vergueiro	1936
Raul Rocha Medeiros	1936
Luís Rodolfo Miranda	1936
Eduardo Rodrigues Alves	1936

**Membros da Comissão Executiva do Partido
Constitucionalista, 1934-37**

Valdemar Ferreira *	1934-37
Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho	1934
Cesário Coimbra *	1934
Oscar Stevenson	1934; 1937
Luís Toledo Piza Sobrinho	1934
Francisco de Assis Vieira **	1934
Silvio de Andrade Coutinho	1934; 1937

* Para este órgão, bem como para os dois seguintes, não se dispõem de dados em determinados anos (1935, para o PRP e o PC; 1928, para o PD). Partiu da suposição de que o político permaneceu membro da comissão, sem interrupção, sempre que dela fazia parte no ano anterior e no seguinte. Não há dados sobre a composição da Comissão Executiva do PRP em 1931-32, período de ilegalidade do partido. Não computei os dados de 1937, ano em que a organização cindiu-se. (Aqui, o PC refere-se ao Partido Constitucionalista).

** Serviram antes de 1931.

Membros da Comissão Executiva do Partido Democrático, 1926-34

Antônio da Silva Prado	1926-27
Francisco Morato	1926; 1930-31-1933-34
Luís de Queiroz Aranha	1926-27; 1930
Luís Barbosa Gama Cerqueira	1926-27; 1930; 1934
José Adriano Marrey Júnior	1926-27; 1930-31
José Joaquim Cardoso Neto	1926-30; 1932-34
Valdemar Ferreira	1926-30
Paulo de Moraes Barros	1926; 1930-31; 1933-34
Paulo Nogueira Filho	1926-30
Antônio Cajado de Lemos	1926
Prudente de Moraes Neto	1926-31
Henrique de Sousa Queiroz	1928-30; 1934
Joaquim Sampaio Vidal	1929-31; 1933-34
Manfredo Antônio da Costa	1930; 1932
Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho	1931-32; 1934
Elias Machado de Almeida	1931-32
Antônio Carlos Abreu Sodré	1931-32; 1934
José Pinto Antunes	1932
Miguel Capalbo	1932-34
Antônio Prudente de Moraes	1932-34
Nicolau Moraes Barros	1932
Aureliano Leite	1933
Francisco Mesquita	1933
Cesário Coimbra	1933
Carlos Moraes Andrade	1934
Vicente Rao	1934
José Ferreira da Rocha Filho	1934
Henrique Smith Bayma	1934
Carlos de Sousa Nazaré	1934
Maria Teresa Nogueira de Azevedo	1934
Luís Sérgio Brito Bastos	1934
Bento Abreu Sampaio Vidal	1934; 1937
Vicente de Paula Vicente de Azevedo	1934
Laerte Teixeira de Assunção	1934
Benedito Montenegro	1934
Alarico Caiuby	1934
Domício Pacheco e Silva	1934
Fábio da Silva Prado	1934
José Joaquim Cardoso de Melo Neto *	1936
Antônio Carlos Abreu Sodré *	1936-37
Henrique Smith Bayma *	1936-37
José Alcântara Machado **	1936
Ernesto de Moraes Leme	1936
Gastão Vidigal	1936
Valdomiro Silveira	1936
Paulo de Moraes Barros *	1937
Elias Machado de Almeida *	1937
Armando de Sales Oliveira	1937
Carolino Mota e Silva	1937
Marcos Mélega	1937
Adalberto Bueno Neto	1937
Oscar Pirajá Martins	1937
Plínio de Queiroz	1937
Aristides Macedo Filho	1937
Celso Torquato Junqueira	1937

* Vide folha anterior

Postos Federais**Presidentes da República**

Prudente de Moraes Barros
 Manuel Ferraz de Campos Sales
 Francisco de Paula Rodrigues Alves
 Washington Luís Pereira de Souza

15.11.1894-15.11.1898
 15.11.1898-15.11.1902
 15.11.1902-15.11.1906
 15.11.1918-18.1.1919
 15.11.1926-24.10.1930

Ministros da Justiça

Manuel Ferraz de Campos Sales
 (Uladislau) Herculano de Freitas
 Vicente Ráo
 José Carlos de Macedo Soares

15.11.1889-22.1.1891
 11.8.1913-15.11.1914
 24.7.1934-6.1.1937
 3.6.1937-8.11.1937

Ministros da Fazenda

Francisco de Paula Rodrigues Alves
 Bernardino de Campos
 Rafael de Abreu Sampaio Vidal
 José Maria Whitaker

23.11.1891-30.8.1892
 15.11.1894-20.11.1896
 20.11.1896-15.11.1898
 15.11.1922-Jan.1925
 4.11.1930-Dez.1931

Ministros da Agricultura

Francisco Glicério Cerqueira Leite
 (Antônio) Cândido Rodrigues
 Rodolgo Miranda
 Pedro de Toledo
 Antônio de Pádua Sales
 José Pires do Rio
 Paulo de Moraes Barros (que chefiou, simultaneamente, o Ministério da Viação e Obras Públicas)

31.1.1890-22.1.1891
 21.6.1909-26.11.1909
 29.11.1909-15.11.1910
 15.11.1910-24.5.1912
 12.12.1918-27.6.1919
 26.7.1922-15.11.1922
 (25.10.1930-4.11.1930)

Ministros das Relações Exteriores

Antônio Francisco de Paula Sousa
 José Manuel de Azevedo Marques
 José Carlos de Macedo Soares

17.12.1892-22.4.1893
 28.7.1919-15.11.1922
 26.7.1934-Jan.1937

Presidentes do Banco do Brasil, 1906-37

José Cardoso de Almeida
 José Maria Whitaker
 Cincinato Braga
 José da Silva Gordo
 Marcos de Sousa Dantas
 Américo Brasiliense (de Almeida e Melo)
 Canuto José Saraiva
 João Mendes de Almeida Júnior
 (Uladislau) Herculano de Freitas
 Francisco Cardoso Ribeiro
 Firmino Antônio da Silva Whitaker
 Rodrigo Otavio Landgaard Menezes
 Laudo Ferreira de Camargo
 Manuel da Costa Manso

Agosto 1919-12.11.1919
 20.12.1920-22.12.1922
 21.2.1923-2.1.1925
 3.6.1929-Set.1929
 (23.7.1934-27.7.1934)
 24.11.1894-25.3.1896
 Maio 1908-25.5.1919
 Jan.1917-24.10.1922
 Jan.1926-14.5.1926
 25.5.1927-16.5.1932
 6.6.1927-5.3.1934
 8.2.1929-7.2.1934
 9.6.1932-1951
 25.8.1933-3.5.1939

Vice-Presidente do Senado

Prudente de Moraes Barros 18.6.1891-Maio 1894

Presidente da Assembléia Constituinte

Prudente de Moraes Barros 21.11.1890-24.2.1891

Presidentes da Câmara dos Deputados

Bernardino de Campos 31.10.1891-18.8.1892
Arnolfo Azevedo 16.5.1921-30.3.1927

Líderes da Maioria na Câmara dos Deputados

Francisco Glicério Cerqueira Leite Abril 1892-Maio 1897
(Antônio) Dino da Costa Bueno 1901
Fernando Prestes de Albuquerque (Maio 1905-Junho 1905)
Carlos de Campos Dez.1919-Maio 1921
Júlio Prestes de Albuquerque 1926(?) -Maio 1927
Manuel Vilaboim Maio 1928-Jan.1930
José Cardoso de Almeida Jan.1930-24.10.1930

Líderes da representação estadual na Câmara dos Deputados

Francisco Glicério Cerqueira Leite Abril 1892-Maio 1897
(Antônio) Dino da Costa Bueno 1900-1902(?)
(Antônio) Cândido Rodrigues 1903-5(?)
Fernando Prestes de Albuquerque (Maio 1905-Junho 1905)
José Galeão Carvalhal 1910-15(?)
Álvaro da Costa Carvalhal 1916(?) -1918(?)
Carlos de Campos 1919-23(?)
(Uladislau) Herculano de Freitas 1924-25
Júlio Prestes de Albuquerque 1926(?) -Maio 1927
Manuel Vilaboim Maio 1927-Jan.1930
José Cardoso de Almeida Jan.1930-24.10.1930
José de Alcântara Machado 1933-35
José Joaquim Cardoso Melo Neto 1935-Jan.1937

Presidentes do Conselho Nacional do Café e do Departamento Nacional do Café

Paulo (da Silva) Prado 16.6.1931-1932
Marcos de Sousa Dantas 1932
Luís Toledo Piza Sobrinho 5.11.1936-4.5.1937
Fernando Costa 4.5.1937-13.11.1937

Prefeitos do Distrito Federal

Joaquim Xavier da Silveira Júnior Out.1901-Set.1902
Antônio (da Silva) Prado Júnior 16.11.1926-24.10.1930

Juízes do Supremo Tribunal Federal

Joaquim de Toledo Piza e Almeida 1.4.1891-22.4.1908
Bernardino Ferreira da Silva 10.10.1894-24.10.1905

ANEXO 2

PARTIDO OPERÁRIO DE SÃO PAULO (1)
(1890)

Como se acha perfeitamente de acordo com o nosso, publicamos abaixo o programa que o diretório do Partido Operário Paulista recomenda como bandeira das classes operárias no Estado de São Paulo.

Como se vê, os nossos correligionários dali, mantidos conosco os indispensáveis laços de solidariedade, formularam o seu programa de acordo com o partido nesta capital e com as necessidades da classe naquele Estado.

Eis o programa:

"Os abaixo assinados, eleitos em reunião efetuada anteontem, 15, no salão do teatro São José, para direção organizadora do Partido Operário de São Paulo, depois de reunirem-se, resolveram apresentar às classes operárias, que se reuniam no domingo, 22 do corrente, no mesmo teatro, à 1 hora da tarde, a fim de ser discutido e aprovado o seguinte:

PROGRAMA

1º - Influir para que não sejam admitidos nas oficinas aprendizes analfabetos, salvo provando freqüência nas aulas noturnas; medida esta urgentíssima para melhorar a educação dos filhos dos operários.

2º - Promover a fixação de 8 horas para o trabalho.

3º - Promover remuneração equivalente às habilitações dos operários.

4º - Tomar todas as medidas preventivas sobre imposições dos proprietários e patrões, salvo quando a estes assistir inteira justiça.

5º - Tomar medidas tendentes a obter a diminuição dos impostos dos gêneros de primeira necessidade e, bem assim, combater pela imprensa e especialmente pelo seu órgão, Diário do Comércio, todos os impostos que por falta de equidade pesarem sobre o operário.

6º - Organizar um montepio dos operários pelo qual elês fiquem resguardados de qualquer infelicidade, invalidez ou velhice.

7º - promover a criação de impostos elevados sobre manufaturas estrangeiras similares às nossas.

(1) CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros: Discurso e Praxis dos seus Programas. Brasília, Ed.UnB, 1981, p.291 e 292.

- 8º - Promover a criação de escolas teóricas e práticas.
- 9º - Promover a criação de um banco para democratização dos capitais.
- 10 - Promover a construção de casas para operários, com aluguéis baratos, confortáveis e higiênicas, e direito à aquisição das mesmas por meio de quotas de amortização pagas mensalmente com o respectivo aluguel.
- 11 - promover a abolição de todos os privilégios e monopólios prejudiciais à classe operária.
- 12 - Eleger representantes que vão ao parlamento defender os interesses dos operários e promover a realização de medidas de interesse da classe.
- 13 - A diretoria do partido resolverá todas as questões suscitadas, evitando as greves e desordens que, além de prejudicar os interesses da classe, servem somente para esbanjar as economias.

São Paulo, 17 de junho de 1890.

Francisco José Cascão, presidente; Miguel Ribeiro, 1º secretário; Carlos Hermida, 2º secretário.

ANEXO 3

MANIFESTO DO CONGRESSO DO PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA DE 1873⁽¹⁾

A repercussão do Manifesto Republicano de 1870 teve maior intensidade na Província de São Paulo. Muito cedo os republicanos da Corte receberam a adesão paulista da capital e do interior. A 17 de janeiro de 1872 realizou-se na residência de Américo Brasiliense a primeira reunião com a finalidade de ser fundado o Partido Republicano da Província paulista. Posteriormente, após as trocas de correspondência e contatos, a cidade de Itu, em 1873, sediou uma convenção republicana que contou com a presença de representantes de várias cidades do interior, onde foram assentadas as normas básicas para o congresso que veio a se realizar na capital provincial, em julho do mesmo ano. Na cidade de São Paulo, os congressistas traçaram as linhas mestras que deveriam ser adotadas pelos correligionários republicanos em terras paulistas, as quais foram divulgadas através do manifesto abaixo transcrito.

O texto que se segue foi extraído do opúsculo "Cincoentenário da República" publicado pelo "Correio Paulistano" em março de 1940, páginas 40 a 42.

"A COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO REPUBLICANO À PROVINCIA DE S. PAULO - A Comissão Permanente eleita hoje pelo Congresso Republicano de São Paulo, faz publico, em desempenho de seus deveres, que o CONGRESSO aprovou em sessão de hontem o Manifesto, que lhe foi apresentado por diversos representantes de municípios, nos termos abaixo declarados. - São Paulo, 3 de julho de 1873 - João Tibiriçá Piratininga, presidente da Comissão - Americo de Campos, secretario - João Tobias - Campos Salles - Martinho Prado Junior - Antonio Augusto da Fonseca e Americo Brasiliense.

"MANIFESTO DO CONGRESSO REPUBLICANO — Nós os representantes de diversos municípios desta provincia de São Paulo, reunidos em congresso pelos suffragios de nossos concidadãos - correligionarios, afim de consultarmos sobre os interesses e bases da organização do partido republicano, attentando na tela dos factos que se abre em volta do paiz aos olhos de quantos estudam e observam o seu estado actual em face das aspirações e crenças, que se elevam para o porvir, entendemos que na primeira ordem de coisas está o melindroso assumpto do elemento servil, sobre o qual os polemistas da imprensa monarchica, tanto quanto a critica recolhida no recesso das discussões particulares, nos cha

(1) PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. Idéia Republicana no Brasil Através dos Documentos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973, p.63 a 64.

mam de momento a momento.

E por isso vimos sobre este objecto apresentar desde logo o nosso pensamento.

No intuito de obstar os progressos da propaganda democratica, tem-se attribuido alternativamente ao partido republicano, ora tendencias exaggeradas no sentido da emancipação, ora o pensamento de manter o estado servil.

Com a primeira imputação pretende-se manifestamente arredar de nossas fileiras os possuidores de escravos, principalmente os agricultores, ao passo que com a segunda intenta-se embaraçar a marcha do partido apresentando-se como illógico e contradictorio com as suas doutrinas.

Nos extremos porém dos dois aleives, nessas alternativas tão diametralmente oppostas entre si, está a implicita confissão de que a deslealdade tomou o lugar ao cavalheirismo que nos era devido pelos nossos adversarios.

Na circular de 18 de janeiro de 1872, redigida de accôrdo com a deliberação vencida em uma reunião de diversos amigos politicos, que se achavam nesta capital, foi nosso pensamento amplamente externado da forma seguinte:

"Sendo certo que o partido republicano não pôde ser indifferente á uma questão altamente social, cuja solução affecta todos os interesses, é mister, entretanto, ponderar que elle não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo estará ella definida por um dos partidos monarchicos. E quando porventura ao partido republicano viesse a responsabilidade de um acto tão importante, a sua propria organização seria uma garantia efficaz de que elle não se afastaria das vistas da Nação, que neste caso seria chamada a pronunciar-se livre e soberanamente.

.....

"Fique portanto bem firmado que o Partido Republicano, tal como consideramos, capaz de fazer a felicidade do Brasil, quanto a questão do estado servil, fita desassombrado o futuro, confiado na indole do povo e nos meios de educação, os quaes unidos ao todo harmonico de suas reformas e do seu modo de ser hão de facilitar-lhe a solução mais justa, mais pratica e moderada, sellada com o cunho da vontade nacional".

Parece que esta declaração seria sufficiente para apagar todas as duvidas.

A questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não politica: está no dominio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarchistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhal-o amanhã, estabelecer os meios do seu desfecho pratico.

E se os nossos contrarios politicos presagiam para um futuro demasidamente remoto o estabelecimento no paiz, do systema governamental que preten-

demos, o que vem interpellar-nos hoje e desde já sobre esses meios?

Se elles por seu turno, querem procrastinar tanto tempo a materia, como devem ser entendidas, perguntamos nós, as suas promessas?

Entretanto como quer que seja, se o negocio fôr entregue a nossa deliberação, nós chegaremos a elle do seguinte modo:

1º - Em respeito ao principio da união federativa cada provincia realizará a reforma de accôrdo com os seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

2º - Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de facto com o principio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indemnização e o resgate.

Estas são as nossas idéias expostas em toda franqueza da convicção sincera.

E consignando-as por esta forma explicita temos em mira dizer mais uma vez que não se podendo aferir por este lado as dimensões de nossa bandeira, porque trata-se de um ponto de alcance collectivo para todas as opiniões, e para todos os homens, todavia sobre elle, como sobre todas as fibras do corpo nacional existente, temos doutrinas claras e definidas, que não podem ser outras senão aquellas firmadas na consciência dos povos entre a razão e o direito.

Sala das sessões do Congresso aos 2 de julho de 1873 - Antonio Augusto da Fonseca - Americo de Campos - Francisco Emygdio da Fonseca Pacheco - M.F. de Campos Salles - João Tibiriçá Piratininga - A.F. de Paula Sousa - Francisco Quirino dos Santos - José A. de Cerqueira Cesar - Manuel de Moraes Barros - Antonio Francisco de Araujo Cintra - Bernardino de Campos - Martinho Prado Jr. - Francisco Glycerio - A. de Araujo Ferreira Jacobina - Raphael Aguiar Paes de Barros - João Tobias - Jorge Miranda - J.M. de Lima e Silva - J. R. de Azevedo Marques - João Fernandes da Silva Júnior - Diogo Antonio de Barros - Olympio da Paixão - Antonio Joaquim Leme - Joaquim Roberto de Azevedo Marques Filho - Joaquim Tacques Alvim".

ANEXO 4

MANIFESTO DO CLUBE REPUBLICANO DO PARÁ - 1886^(1)

Na Província do Pará, apesar da existência de manifestações isoladas em solidariedade ao Manifesto Republicano de 1870 do Rio de Janeiro em fevereiro de 1871, somente no ano de 1886 é que veio a ser organizado, em Belém, um Clube Republicano. A orientação dos republicanos paraenses foi sintetizada no manifesto abaixo publicado, originariamente divulgado em um opúsculo, de onde nós extraímos o seu texto. Emmanuel Sodré, em seu livro Lauro Sodré na História da República (páginas 35 e 36), assim se refere ao documento da província marajoara: "A 31 de maio de 1886 veio a lume o primeiro manifesto do Clube e Paes de Carvalho, que já o presidia em sua terceira reunião, efetuada na residência de Paes, um sobrado de azulejo à rua de São Vicente, quase em frente à sacristia de Sant'Ana, declarou que o trabalho, tão entusiasmaticamente aplaudido, era da lavra do tenente Lauro Sodré". Por sua vez, George Boehrer (Da Monarquia à República, pág.234, em nota de rodapé) o considera como a primeira manifestação partidária influenciada pelo positivismo.

AOS NOSSOS CONCIDADÃOS.

Coagidos pelos nobres e violentos impulsos do patriotismo; arrastados pelo sentimento da dignidade pessoal, que se não compadece com as praticas do absolutismo, é que desfraldamos resoluta e desassombradamente nas terras da Amazonia o estandarte da Republica federativa.

Podem o scepticismo de um ou o servilismo de outros lançar este nosso tentamen, que é para nós o cumprimento de um dever sagrado, á conta de utopia.

Também no passado e na historia registrão-se gloriosos feitos e maravilhosas conquistas realizadas por batalhadores ousados, a quem a geração coetanea desdenhosa appellidara de sonhadores e visionarios.

Sem conta são as utopias, que, ao passar do tempo, têm sido transformadas em realidades.

E nós pisamos terreno seguro quando, continuando as tradições gloriosas da história do nosso paiz, vimos erguer o labaro sacrosanto arvorado outr'ora

(1) PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. A Idéia Republicana no Brasil, Através dos Documentos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973, p.67 a 83.
Especial atenção, às últimas páginas deste Manifesto, para o tom claramente abolicionista, em contraste com os Anexos 3 e 5 (paulistas).

pelos martyres sublimados da idéa republicana.

Quem somos? Nós somos os descendentes da raça de athletas, em cujo seio o despotismo nunca poudes crear raizes. Nós somos os representantes, na época decorrente, d'esses audazes e venerandos patriotas, que desde o passado seculo iniciaram a obra ingente da libertação da patria.

O laço estreito da solidariedade historica prende-nos aos arrojados conspiradores de 1787, aos valentes luctadores de 1817, de 1824 a 1848, que legarão ás porvindouras gerações a tarefa de vingar o seu sangue vertido na peleja honrosa em prol da independencia da patria.

"Somos da America e queremos ser americanos."

Ahi está o movel poderoso que nos leva a este ousado commetimento de querer apagar do mappa do continente de Colombo o borrão que nós figuramos como a unica monarchia d'este mundo novo, ao que parece, fadado para ser o asylo da liberdade.

Nosso fim é a eliminação da realeza, que para nós representa a causa do nosso atrazo, e a determinante principal do nosso actual estado.

Levantamo-nos como um protesto eloquente contra a nossa forma de governo, que nos faz recuar enorme estadio na larga vereda da historia. No derradeiro periodo do seculo grandioso, que passa para o futuro com a denominação de seculo da luz, somos ainda regidos pelas normas atrazadas de um systema de governação, que só assenta em uma sociedade apenas embryonaria.

Queremos e devemos tomar um lugar de honra no banquete das nações emancipadas. Queremos e devemos cessar de ser essa triste nota dissonante no concerto dos povos americanos.

Ainda batem-nos os ouvidos os éccos derradeiros das catastrophes medonhas, que derão em resultado a constituição das nacionalidades modernas, e cujo estampido violento chegou até nós reflectido nas quebradas ingremes da história.

Até no cimo altaneiro onde estava Deus subio o grito da razão humana; e a Convenção, abolindo a realeza e o christianismo, tentou a reorganisação social sem Deus e sem rei.

É que aos solios regios subira o projectil despejado pelo canhão da civilisação, contra o qual não ha muralha que resista, e Franklim poudes arrancar o raio a Deus e o sceptro aos tyrannos.

As enneas e pesadas grades da Bastilha houverão de cahir diante da onda da revolução triumphante; e a cabeça de Luiz XVI, batida nos degrãos do patibulo, é a mais incontestável demonstração da intensidade das forças soci-

aes. Ahí ficava clara e evidente a inanidade das velhas theorias politicas baseadas no systema de philosophia theologica, que fazião do chefe da nação um semi-Deus.

Por virtude da evolução, essa lei eterna, que rege todos os phenomenos da natureza, que vae do microcosmo ao macrocosmo, do atomo differencial ao grande todo chamado Universo, a luz da civilisação poude penetrar os antros do despotismo e varrer da superficie da terra a sombra dos autocratas. As paredes frias e pesadas das masmorras, alumiadas pelo facho vermelho da revolução, contarão com aquella eloquencia maravilhosa dos monumentos a historia medonha dos crimes perpetrados durante o reinado tantas vezes secular do despotismo, como ao soar dos hymnos de victoria do nihilismo hão de no futuro os steppes gelados da Siberia restituir ás gerações, que hão de vir, as ossadas mudas mas eloquentes das victimas do czarismo slavo.

Por toda a parte ha de a noite ser vencida pelo dia.

É este o ensinamento da historia.

É ao passado que pertencem as paginas do reinado do despotismo.

Tempo houve em que o subdito fiel e humilde curvava a cabeça diante do rei soberano, e resignado submettia-se ao aresto de morte considerado como de inspiração divina. Do mesmo modo que na ordem religiosa os povos primitivos, como os que hoje representão esse estado da civilisação atrazada, abatiam-se diante dos fetiches, objecto da sua adoração e do seu culto, assim na ordem politica era o chefe considerado como uma divindade suprema, cuja vontade absoluta se revestia da força de um decreto omnipotente.

Toda outra é, porém, a idéa que hoje têm do poder as nações cultas. Com o andar dos tempos as idéas houveram de padecer modificações, e cada vez mais se accrescentava e crescia a esphera da liberdade a proporção que minguava a da tyrannia. Não mais Deuses e semideuses, não mais descendentes de Deuses, os reis passaram a ser considerados como meros delegados do ser supremo.

É a theoria do direito divino, cujo imperio estendeo-se largamente por toda a idade média. D'essa doutrina vetusta se derivão as fórmãs de governo, que, como a que nos rege, se resumem na vontade absoluta de um só individuo, cujo poder não é uma delegação da nação. Essa submissão de um povo a um homem é para ser considerada como um diagnostico seguro de um padecimento moral. É ella, como reconheceu H. Spencer, um attestado de baixeza de caracter, e o que é mais, no chefe e no subdito; em um ha um egoismo frio, em outro uma abdicação vil e covarde dos direitos do homem.

A proporção que as sociedades evoluem esse governo rude tende a ser eli-

minado. É esta crença que nos alenta e que determina a nossa aparição. Creemos que para nós é chegada a hora da transformação, que ha de trazer-nos como fructo a substituição da realza pela Republica, a queda do poder divino diante do poder humano, a successão da soberania do rei, pela soberania do povo.

Que importa que nessa chamada carta, que nos foi doada pelo sr. Pedro I, se ache consagrado o principio, que representa a conquista brilhante da liberdade contra a autocracia; e se declare nesse papel sem significação, sem moralidade e sem valia, que todos os poderes são delegações da nação, se foi por um crime sem qualificação, por uma usurpação cynica, que, apoiado na força das bayonetas, o filho de d. João VI, príncipe refalsado, irresoluto, suspeito e poltrão, na phrase de Timandro, avocou a si o exercicio do poder supremo que só cabe ao povo, - único soberano reconhecido pelo Direito?

Que importa que nesse amalgama de principios antagonicos, contradictorios, incompativeis, se reconheça á nação o direito de intervir na gestão dos publicosnegocios, pela criação dos poderes legislativos, executivo e judicial, se, para annullal-os todos pela acintosa e discricionaria demissão dos ministros, pela eleição e dissolução arbitraria do parlamento, pela escolha caprichosa dos senadores, pela designação e remoção dos juizes, ahi está o poder moderador, essa invenção machiavelica, esse garrote mais forte da liberdade dos povos na linguagem de frei Caneca?

Diante desse poder committido ao imperador desaparecem como nada diante do tudo, como sombras diante da realidade todos os outros chamados poderes. E fica só e de pé como a unica realidade tangível essa expressa consagração do absolutismo.

Disserão-n'o antes de nós os valentes iniciadores do moderno movimento democratico no Brazil:

- "N'este paiz, que se presume constitucional, e onde só deverão ter acção poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do systema, que só ha um poder activo omnimodo, omnipotente, perpetuo, superior á lei e á opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolavel e irresponsavel."-

Que importa que esse manto recosido de retalhos variegados e multicôres se intitule o livro glorioso das nossas liberdades, se com elle se acoberta o espectro do despotismo, se elle é de facto o retabulo, que emoldura a figura execranda da realza?

Que importa que nessa denominada carta de alforria, que é para nós, o povo brasileiro, um verdadeiro escripto de venda, se decrete e se prometta o livre exercicio da liberdade, se prendem-nos a consciencia ás praticas da igreja catholica, se atão-nos cruel e duramente aos dogmas de uma religião revelada?

O que significa essa inviolabilidade dos direitos civis e politicos dos cidadãos, garantida no decantado art.179 da nossa Constituição sem Constituinte, quando "a liberdade de consciencia nullificada por uma igreja privilegiada; a liberdade economica sophismada por uma legislação restrictiva; a liberdade de imprensa subordinada á jurisdicção de funcionarios do governo; a liberdade de associação dependente do beneplacito de poder; a liberdade de ensino supprimida pela inspecção arbitraria do governo e pelo monopolio official, são praticamente as condições reaes do actual systema"?

É a nossa fórma de governo em si monstruosa e absurda.

Essa tentativa de consorciar elementos por sua natureza oppostos; esse esforço por vazar nos moldes das encanecidas e desbancadas práticas do regimen autoritario as novas idéas do liberalismo adiantado; esse vão desejo de levantar o vasto e magestoso edificio da democracia sobre os aluidos alicerces das instituições medievaes; essa pretensão utopista de cozer o futuro ao passado, fundindo-os no mesmo cadinho, não pôde gerar senão um organismo teratologico no mundo politico. Tal é a monarchia constitucional que nos foi imposta pela força material ao serviço de um aventureiro feliz.

Com mão segura Augusto Comte traçou o esboço dessa politica, que emprehende fixar a sociedade em uma situação contradictoria entre a retrogradação e a regeneração por uma vã ponderação mutua entre o instincto de ordem e o de progresso:

- "A politica estacionara faz altamente profissão de manter as bases essenciaes do regimen antigo, enquanto que entrava radicalmente, por um complexo de precauções methodias, as suas mais indispensaveis condições de existencia. Semelhantemente, depois de uma solemne adhesão aos principio geraes da philosophia revolucionaria, os quaes constituem a sua unica força logica contra a doutrina retrograda, ella se apressa a prevenir regularmente o seu exito effectivo, suscitando á sua applicação quotidiana obstaculos penosamente instituidos." -

Essa doutrina bastarda por natureza, contradictoria pôr essencia, em a qual de um lado se reconhece a realeza como a base fundamental do governo, cerceando-lhe, porém, a autoridade como o formula de modo cathegorico a celeberrima maxima metaphysica de Thiers; e de outro se reconhecem e proclamão os dogmas da moderna sociabilidade, pondo-lhes entraves e restricções, que os annullão, é na sua applicação levada necessariamente a consagrar a desordem em nome do progresso, e a retrogradação ou uma immobilidade equivalente em nome da ordem.

Destituída de principio basicos, a doutrina estacionaria, pela carencia

de idéas geraes, que possão produzir a synergia das forças individuaes, e de-terminar o accôrdo das vontades do interesse da collectividade, desenvolvendo a cultura dos sentimentos altruistas, erige pelo contrário a corrupção systematica em meio activo de governação. Tal é o traço caracteristico da nossa fôrma de governo. Tal é a grande, a superior virtude politica do actual imperante, esse principe conspirador. Cezar caricato, na phrase insuspeita de um vulto eminente do partido conservador da actualidade.

Os proprios partidarios da realeza, o mesmos servidores do paço exaltão esse tino e essa habilidade do amo em estragar o character nacional e corromper por todos os meios as consciencias immaculadas.

Parece que sua magestade se deleita com o spectaculo dessas immolações e desses sacrificios dos sectarios da idéa nova, sacrificios e immolações mil vezes peores do que as scenas horripilantes, que serviam de pasto aos bestiaes instinctos do filho de Agrippina; porque lá ... o sangue innocente das victimas fertilisava o sólo em que a verdade devia brotar e crescer, e a nova crença se fortalecia com esses martyrologios sublimes; e aqui ... é o desanimo e a descrença que invadem o coração d'aquelles que, sem convicções assás profundas, sentem-se indecisos diante da deserção dos caracteres menos elevados.

Quando nós falamos de corrupção, não é simplesmente de uma venalidade material e directa; o termo tem mais lata accepção e abrange em si o conjunto dos meios postos em acção pelo monarchismo, para, no intuito de prover á sua propria manutenção, fazer predominar o interesse particular sobre o interesse publico.

Sua magestade corrompe pondo em leilão as pastas miniteriaes e vendendo-as a quem mais se abaixe; sua magestade corrompe fazendo-se corretor, e negociando os títulos honoríficos e as condecorações, que, em lugar de serem um premio ao merito e uma animação á virtude, são uma paga ao aviltamento e um encorajamento ao vicio; sua magestade corrompe fazendo ao erario publico um seguro de vida para os que transigem com as suas crenças politicas, ou então matando á fome os que preferem as negruras da miseria e os espinhos do infortunio ao luzimento das riquezas e ás suavidades da ventura, quando estas são compradas a custa da honra e da dignidade.

Que é que havemos de esperar de uma semelhante instituição, que é como um levêdo, que fermentando estraga e deturpa o organismo da nação?

Si ao corpo humano amputaes o membro gangrenado no interesse de salvar o todo, como não extirpar o mal que nos ameaça, fazendo cessar a fonte do nosso padecer?

Façamos nossas ás palavras significativas de membros da parcialidade con-

servadora:

"Haverá ainda quem espere alguma coisa do sr. d. Pedro II?

"Para o monarca brasileiro só ha um virtude - o servilismo-!"

"Para os homens independentes e sinceros - o ostracismo: para os lacaios e instrumentos da sua grande politica - os títulos e as condecorações!"

* * *

Não nos levantamos para derramar a ruina ou plantar a desordem no seio da patria.

Conscios de que o progresso, de que somos obreiros, é o desenvolvimento da ordem, segundo o aphorismo da Escola Positivista, queremos que, batendo a trilha do natural progredir, o Brazil alcance a sua constituição definitiva, sacudindo o regimen decahido da organização theologico - militar, cujos detritos servem hoje de obices ao caminhamento das sociedades, e se organise segundo os principios do regimen scientifico - industrial, que caracteriza a phase historica que hoje atravessamos.

Assim é pelos meios brandos e pacificos que almejamos ver implantada no nosso paiz a fórmula republicana.

No manifesto de 3 de dezembro dizião os nossos co-religionarios:

"As normas da discussão, os instrumentos pacificos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a victoria da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria."

Cabe-nos porém a nós, agora e aqui, confessar com franqueza aos nossos concidadãos a convicção em que estamos de que não será sem commoção e sem abalo, que ha de desapparecer do paiz o throno dos Cezares.

Creemos firmemente que ha de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tyrannia consagrando os instrumentos da democracia.

Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição. Ha momentos em que os empêços levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social, têm de ser removidos pela força das multidões.

São factos naturaes na ordem social esses choques violentos chamados revoluções. E a historia registra em luzidas paginas essas victorias das forças progressivas contra os elementos da reacção.

Na evolução dos povos em demanda do melhor, em luta pela obtenção de fórmulas de organização aperfeiçoadas, são as agitações sociaes acontecimentos necessarios e inevitaveis.

Esses lutuosos dias, em que, ao explodir dos odios longamente contidos,

ao desabafar dos justos resentimentos da grande classe dos oprimidos, a sociedade inteira sente-se convulsionada, são o preludio dantesco do reinado da liberdade, e são a crise de transicção fatal entre a treva e a luz.

Como diz Laffite: "No curso dos acontecimentos politicos, quando uma organização temporaria tem prestado todos os serviços de que era susceptível, e logo que ella abusa, opprime, e torna-se um obstaculo definitivo á existencia regular e ao desenvolvimento de uma nação, a opposição a um semelhante regimen, a insurreição mesma, são necessarias, e esta pôde ser tão legitima com o golpe de Estado."

Tal se nos afigura ser a nossa situação politica quando, na phrase do valioso documento já citado: "As tradições do velho regimen, alliadas aos funestos preconceitos de uma escola politica meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas moraes do progresso e da liberdade invasões perigosas: para quem cada victoria dos principios democraticos se afigura uma usurpação criminosa, hão por tal fôrma trabalhado o espirito nacional, confundido todas as nações do direito moderno, anarchisado todos os principios tutelares da ordem social, transtornado todas as consciencias, corrompido todos os instrumentos de governo, sophismado todas as garantias da liberdade civil e politica, que o momento actual tem de ser forçosamente - ou a autora da regeneração social ou o occaso fatal das liberdades publicas."

Para um estado assim desesperado são inuteis os palliativos, improficuas as panacéas, e a therapeutica lança mão de meios energicos e violentos.

O passado e o presente, cheios de ensinamento, nos estão a demonstrar de modo cathgorico que é um sonho a tentativa de implantar n'um paiz regido por um absolutismo desmascarado qualquer dos grandes principios que formão o codigo da moderna sociabilidade.

Para nós é a forma republicana a um tempo um meio e um fim. A mudança da nossa fôrma de governo é condição sine qua para que possamos caminhar sem tregoas na larga senda do progresso.

Acreditamos com Lastarria que "a reforma politica é a condição absoluta e necessaria de toda reforma social, visto como ella fornece o unico meio de modificar, afastar ou impedir o phenomeno que perturba o regular andamento da matcha social, phenomeno que nasce da persistencia que apresentão na organização politica os vicios do antigo regimen."

Estamos cançados de ouvir o velho raciocinio usado e gasto de que não está o paiz preparado para a republica.

Nós não temos educação politica, dizem esses coriphêos de um liberalismo

falaz, que se escondem na capa da democracia para servir os interesses da realeza.

E para quando retardaes vós o acontecimento glorioso da nossa redempção? Até onde quereis prolongar este periodo preliminar da nossa escravidão, de que contaes que possa advir a regeneração do character nacional, ao mesmo tempo que confessaes com ingenua franqueza que "o governo, a nefasta politica do governo do imperador foi quem creou este estado desesperado em que nos achamos ... politica de proscricção, de corrupção, de venalidade e de cynismo."

Na ordem politica esse rasoamento da não preparação, esse banal e velho prejuizo da nossa errada educação politica, é o pendant da logica dos escravistas, que retardariam eternamente a aurora da libertação dos escravos até que por uma metamorphose impossivel o espirito dessas gerações abatidas pela crueldade dos senhores se erguesse á altura das consciencias livres. Como si fôra mais do que sonho crêr na reabilitação moral sob o regimen do azorrague e do tronco!

É do mesmo feitio a raciocinação dos que querem o advento da republica mantendo-nos sob a tutela de um governo corrupto e corruptor, que nós estraga dia a dia, e cuja vida só é possível com o abaixamento do character nacional.

A esses falsos apóstolos da idéia democratica, a esses republicanos do futuro poderíamos inquerir com o notavel publicista Courcelle Seneuil: "Quem nos tem afastado dos estudos que tem por objecto os altos problemas da socialidade? Quem, sobreexcitando as vaidades mesquinhas, extinguiu em nós as grandes ambições e um nobre orgulho? Quem, apoderando-se de todas as avenidas por onde pode passar a livre actividade, tem nos reduzido ao desespero, e tem nos inspirado odios violentos? Quem nos ensinou a desprezar a opinião publica, as relações sociaes, as leis e a fé jurada?"

Como quereis a regeneração d'este povo e fallaes na realização de reformas profundas e systematicas, si é justo affirmar com um oraculo do liberalismo que: - "No paiz o que há é somente a sombra do governo representativo: a substancia desapareceu"?

Não bastaram esses largos annos de dura e cruel experiencia para pôr em lume que é um improficuo trabalho de Sisipho a tentativa de quebrar o presente feito ao molde do passado sem desconjuntal-o pelo choque vulcanico da sociedade?

Confessemos que é desacertado o modo de pensar dos que tentão a conquista da liberdade pelos instrumentos do despotismo, dos que querem reconstruir o edificio social sem demolir os paredões gretados e carunchosos da realeza.

São de valia e merecem ser rememoradas aqui as palavras em que Tavares Bastos traduzio os seus conceitos seguros:

"Melhorarem as condições moraes do povo sob um systema de governo que as não favoreça ou que as corrompa é absurdo.

"Negão ao paiz aptidão para governar-se por si e o condemnam por isso á tutela de governo. E pretendem que adquiramos as qualidades e virtudes civicas, que certamente nos faltão, sob a acção estragadora de um regimen de educação politica que justamente gera e perpetua os vicios oppostos."

* * *

É tempo de caminhar. Queremos e devemos trabalhar para oppor a um passado que nos envergonha, e nos degrada aos olhos de todos, um futuro de que possamos vangloriar-nos. Que a hora actual seja a autora deslumbrante, cujos arreboes e cujas cambiantes de luz signifiquem um não duvidoso prenuncio do dia fulgurante que ha de succeder á noite sombria e tenebrosa que passou.

No lugar onde outr'ora se mantinha erecto o symbolo da monarchia hereditaria ha de surgir o estandarte da Republica electiva.

Condemmando as instituições imperialistas, nós condemnamos ao mesmo tempo os seus instrumentos de governação e seus apparatus de combate. A esse unitarismo atrophizador e mortificante, nós, os republicanos, oppomos a descentralisação, o grande e fecundo factor da vida das nações. Si ao despotismo só convém uma organisação politica, em que por laços estreitos e intrincados liames os multiplos e variados elementos cuja integração forma o todo chamado nação, se achem atados ao poder supremo personificado no Rei, a cujo nuto deve obedecer a collectividade; a Republica, ao revez, só é compativel com o regimen da descentralisação, que, mantendo a integridade da Patria, garanta em sua plenitude a vida dos differentes membros do corpo social.

O idéal supremo para que marchão as nações, que se constituem segundo os principio moderno da sciencia e sob o regimen da industria é a semecracia. Conforme conceituou um eminente publicista da America: "Da mesma sorte que a vida livre, para a qual tende irresistivelmente, a sociedade moderna pelo effeito de seu desenvolvimento physiologico, exige, como condição que os direitos primitivos que constituem a liberdade individual, sendo a base da personalidade do homem e da familia, assim como da independencia da esphera da actividade social, fiquem fóra do alcance da lei e da autoridade, ella exige igualmente que a organisação do poder politico não absorva nem limite a personalidade collectiva do municipio, despojando-o da gestão de seus interesses particulares porque a vida communal é a base do governo livre."

Outros antes de nós, e os proprios partidistas do imperialismo, têm de-

fendido a idéa grandiosa da descentralisação, o único seguro garante em que deve descansar a nação para subir. Cada dia que se escôa vem por assim dizer apontar mais um vicio inherente ao actual systema, e revelar os desastres que d'elle se originam.

É a história da civilisação como os annaes em que se registram os acontecimentos de uma luta ingente e sem tregoa. A grande e terrivel lei em que se bazêam as deduições da nova philosophia monistica, essa luta pela vida, que Darwin demonstrou como sendo o factor dominante na metamorphose das especies, é também extensiva ao mundo social e determina a formula do progresso garantido a victoria do mais forte n'esse duello universal, n'essa bellum omnium contra omnes.

É ahí, no archivo do passado, que nós encontramos como combatentes empenhados em um duello de morte o Individualismo e o Estado. A civilisação resume-se no triumpho assignalado da liberdade, que é a garantia do pleno exercicio das actividades individuais contra a autoridade, que é intervenção indebita e permanente do estado nas acções do individuo.

Como enunciou Theophilo Braga: "A medida que a educação publica se alarga, que a industria se multiplica, que as opiniões se racionalisam, o individuo adquire um maior grão da sua consciencia e procura affirmar por todas as formas a propria independencia. É n'esta phase de transformação que o Estado se immobilisa, concentrando a autoridade nos privilegios dynásticos, apoiando-se nas classes atrazadas, conservadoras por instincto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrophiadora chamada a centralisação administrativa."

A federação é a forma por meio da qual se affirma a força do individualismo e essa ha de ser no futuro, como se deduz da successão historica, o molde geral por via do qual se hão de reorganizar todas as nações livres.

Da substituição das idéas theologicas e methaphysicas pelas idéas positivas origina-se na ordem politica uma nova synthese, que consiste essencialmente na semecracia.

Como em quadro fiel ençontramos pintada no manifesto de 70 a figura do regimen unitario. "A centralisação, tal qual existe, representa o despotismo da força do poder pessoal que avassalla, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarchisa os espiritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbitrio de um só poder, nullifica de facto a soberania nacional, mata o estimulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das provincias, constituindo-as satellites obrigados do grande astro da côrte, centro absorvente e ompressor, que tudo corrompe e tudo concentra em si na ordem moral e politica, como na ordem economica e administrativa."

É contra um semelhante estado que nos levantamos hoje e lutaremos. Queremos o regimen da federação, que garanta a autonomia e independencia das provincias, e alargue a esphera das municipalidades. Queremos o movimento e a vida que é a descentralisação em lugar da paralytia e da morte que é a centralisação.

Na actualidade agita e trabalha a consciencia nacional um problema a cuja prompta e immediata soluçào prendem-se a felicidade e o futuro da nossa patria.

Referimo-nos á emancipaçào dos captivos.

Como cidadãos brasileiros e como americanos, é para nós um imperioso dever o nosso pronunciamento sobre essa questào de tão alta monta.

Empenhados na determinaçào dos meios praticos de pôr termo a essa questào social, que perturba de longa data a sociedade brasileira, ambos os partidos soi disant constitucionaes têm se reconhecido impotentes para debellar o mal que nos assoberba.

Cegos e passivos instrumentos do imperante, ainda quando os representantes do executivo subissem ao poder tendo por senha de combate a redempçào dos escravos, ahi estava para annullar-lhes a acçào, fazendo-os descer precipitados as escadarias de S.Christovão, a vontade absoluta do monarcha, que como o deus bifronte da fabula exhibe-se na Europa como um franco e decidido abolicionista, e figura no paiz como o ponto de apoio da escravidão.

Republica e escravidão são termos antitheticos, elementos que se repellem e repugnam, forças que se destroem. Pensar que no regimen republicano possa subsistir essa odiosa instituiçào, macula aviltante, nodoa indelevel, cuja extincçào é hoje a mais urgente e palpitante necessidade, é simplesmente um absurdo.

A unica monarchia da America é também a sua unica senzala. O recanto em que subsiste a hydra-realeza é igualmente a jaula em que vegeta o monstro - escravidão.

Nós somos assim como a renegada região em que se refugiaram os inimigos da liberdade batidos e rechassados de todos os angulos do continente novo.

É aqui o monturo das podridões. Com o sceptro do sr.Pedro de Alcantara em parelha á maravilha o chicote do fazendeiro. São dois symbolos do despotismo; dois depoimentos do mesmo crime - a usurpaçào da liberdade; dois tristes symptomas do mesmo padecimento - o abaixamento do character brasileiro.

A um rei cujos esbirros "continuamente ostentão a sua força, roubando impunemente, assaltando e destruindo typographias, assassinando em pleno dia", sem duvida que formam deslumbrante sequito os vendilhões de carne humana,

que sacião os seus instinctos á custa da honra e do sangue de uma raça e mandam os feitores bestiaes, por maldade requintada e brutal, assassinar pelo processo lento da vergasta ou pelo supplicio da fome, os seus irmãos, cujo grande crime é a côr escura do pigmento.

A republica, que é o reinado da luz, não pode deixar de ser a aurora da libertação dos nossos concidadãos.

Para quebrar o trono do rei é necessario despedaçar o tronco dos algozes.

Assim nós oppomos a uma monarchia de escravos a republica dos homens livres.

* * *

Abre-se-nos diante largo e extenso o campo em que havemos de empenhar as nossas actividades para a consecução do nosso desideratum.

Não nos illudimos, desconhecendo a somma de sacrificios que a cada um de nós custará o empenho de honra que encerra a adhesão ás idéas contidas n'este manifesto. É a confissão publica e eloquente de que antepomos aos nossos interesses privados os interesses da collectividade. É a moral altruista que oppomos aos credos do egoismo que pezam sobre a sociedade coeva. É um solemne compromisso tomado em face do paiz e por virtude do qual nós nos faremos soldados d'essa crusada santa em prol do engrandecimento e da prosperidade da patria. Aguarda-nos a luta, mas uma luta de que a sinceridade das nossas convicções e a justiça da nossa causa são o garante seguro da victoria que guarda para nós o porvir. Tambem é só pelo trabalho e pelo humano esforço que se realisam as grandes conquistas que formam os capitulos da historia. É sobre as ruinas e sobre os destroços do passado que se levantará o futuro. Progredir é construir, mas a construcção tem por preliminar indispensavel a demolição.

Por uma fatalidade immanente a humanidade não pode dar um passo para diante sem revolver o terreno por onde jornada. O bem, que é a sua derradeira e suprema aspiração, só lhe é dado alcançar com a condição de o conquistar enveredando por invios e perigosos caminhos.

Cheios de coragem e alentados pelo patriotismo estamos na estacada. Sentinellas avançadas do progresso denunciámos ao povo brasileiro o perigo imminente que o ameaça si, avigorado pelo sentimento da sua propria grandeza, elle se não levantar como um só homem para impedir que seja consumado esse crime de lesa-soberania, a nossa transferencia por herança a um estrangeiro.

Preparemo-nos todos para esse acontecimento extraordinario, que não está longe; para essa mudança politica, que tem forçosamente de operar-se em próximos dias, e que será para nós a gloriosa hegira, de onde datará a nossa vi-

da como nação livre e independente: a proclamação da republica.

Pará, 31 de maio de 1886.

O DIRECTORIO,

Dr. José Paes de Carvalho, Medico.

Bacharel Gentil de Moraes Bittencourt, Advogado.

Bacharel Justo Leite Chermont, Advogado.

Hildebrando Barjona de Miranda, Professor.

José Duarte Rodrigues Bentes, Negociante.

ANEXO 5

MANIFESTO DO CONGRESSO DO PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA DE 1888⁽¹⁾

No congresso dos republicanos paulistas realizado na capital da Provincia em maio de 1888, originário da lavra de Rangel Pestana, Américo de Campos e Silva Jardim, veio à tona esta "longa e notável peça política que tamanha impressão produziu no país". (Silva Jardim: Memórias e Viagens, pág. 91). O manifesto paulista, que reproduzimos abaixo, efetivamente deu um novo encaminhamento à propaganda republicana no Brasil. Pode mesmo ser considerado o marco inicial de uma maior objetividade no combate às possibilidades de um 3º reinado.

O texto que transcrevemos na íntegra foi publicado pelo jornal "A Provincia de São Paulo" (Ano XIV - nº 3948) em 27 de maio de 1888.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (Publicado inicialmente em 26.5.1888-nº 3.945) Anno XIV - n. 3.948 - 27 de maio de 1888 com as revisões: (a nova publicação foi motivada pelas incorreções do primeiro texto). Boletim Republicano (Manifesto Republicano)

Os abaixo assignados, membros da Comissão Permanente, eleita na última sessão do Congresso do partido, vem dar cumprimento ao mandato que recebeu de publicar, na forma do estylo, o Manifesto approved na sessão de 24 do corrente.

Entende a Comissão Permanente que interpreta o pensamento dos seus correligionários allí reunidos, dando á publicidade a primeira e última parte desse documento político, porque ellas se prendem pelo interesse da actualidade, deixando as outras, de valor histórico, para mais adiante, conforme determinou o Congresso.

Investida de plenos poderes para a direcção do partido, a Comissão Permanente comprehende bem a difficuldade do seu honroso mandato; mas, confiada na dedicação e patriotismo dos seus correligionários e na louvável disciplina com que elles sempre têm sabido entrar nas lutas partidárias, espera ver nas que se vão abrir mais significativos exemplos de civismo.

A Comissão recomenda a leitura do Manifesto de 24 de maio e pede para elle a attenção dos correligionários e de todos os seus comprovicianos.

(1) PESSOA, R.X.C. Op.cit., p.94 a 105.

Chamamos a attenção para o resquício de tom não abolicionista, mesmo depois da Lei de maio de 1888.

Cidadãos,

Um facto notável no domínio da monarchia veio exercer grande influência no progresso de nossa Pátria, e facilitar a propaganda das idéias republicanas e o advento de uma nova forma de governo que melhor concilia as difficuldades do momento histórico com a realização de refórmias importantes, que devem preparar o paiz para erguer: se politica e economicamente da triste posição a que tem sido levado pelos erros dos estadistas e pelas condições acanhadas das actuaes instituições, pouco compatíveis com a expansão da liberdade nas sociedades modernas.

O trabalho de extinguir a escravidão, a principio, lento como se verificava nas primeiras manifestações do sentimento nacional até 1871 e mais acelerado dahi em diante pela interferência constante dos poderes publicos, chegou a se completar. A Lei nº 3.353 de 13 de maio do corrente annoahi está em vigor.

Exprime esse acto legislativo, emanado dos poderes constitucionaes, parlamento e corôa, a solemne decretação de uma refórma dictada pela vontade popular, é certo, mas efficazmente apoiada pelo organ social que melhor traduz, nos paizes que se debatem na anarchia mental, a integração da Pátria - o exército.

Os acontecimentos que tiraram por duas vezes ao gabinete de 20 de Agosto o prestígio e a força moral para se conservar no governo do paiz, tiveram incontestável influência no facto que vai passar à história com as ovações à princeza regente.

Sem se negar a essa senhora a parte emocional que teve no acto glorioso de 13 de Maio, pôde-se affirmar, por amor à verdade, que na preterição de formulas regimentaes e na precipitação de legislar entraram cálculos egoísticos de interesse dynastico.

Facto grandioso na história da humanidade, a declaração soberanamente feita de estar extincta a escravidão no Brazil, é feita em plena paz, no meio de festas, sem luctas fratricidas, sem estímulos à guerra civil, é a affirmação de quanto o tempo, a corrente civilisadora e a influência das idéias liberaes e democráticas modificaram os velhos costumes.

A escravidão que só se podia manter pelos interesses escorados nos elementos estáticos da sociedade, porque representava uma feição conservadora bem caracterizada da nação brazileira, era por sua vez a forte muralha que defendia a monarchia assente nos antigos costumes e nos privilégios congengeres ao de utilizar-se o homem de outro homem ao seu bel-prazer, sujeitando-o ao jugo de sua vontade despótica.

Cahida a forte barreira, podemos avançar sobre os ultimos reductos da monarchia, os frageis privilégios nobiliarchicos que bem pouco têm de sério, tomados no seu antigo valor sociológico.

Nós os republicanos, acceitamos o facto no seu justo merecimento, admitida mesmamente a cooperação sentimentalista dos representantes da dynastia reinante e cobrimol-o com os nossos applausos.

Fomos também leaes cooperadores do acto de 13 de Maio, porque entramos como factor na operação lenta que deu o resultado da libertação dos escravos.

É de boa politica recordarmos hoje o modo pelo qual o partido republicano figurou, como collectividade, na formação da opinião que chegou a ser victoriosa.

Pode-se sustentar, sem receio de contestação, que o partido republicano nunca foi contrario ao movimento emancipador da raça escrava.

Uma questão de disciplina, a sua instituição politica, a sua comprehensão dos phenomenos sociaes e a sua previsão, não lhe davam a attitude falsamente partidaria de antepôr o exclusivismo de uma refôrma que devia enfraquecel-o nas luctas violentas e apaixonadas, ao seu immediato objectivo - a destruição da monarchia, batida no conjunto de suas garantias conservadoras.

O estudo dos acontecimentos e dos homens que sustentam a monarchia deixaram vêr claro que era preciso extinguil-a. O nosso papel politico está bem definido.

Até hoje temos representado no jogo dos partidos e no funcionamento das instituições o papel de organ propulsor, inutilizado em sua acção pelos outros dous como orgãos de recção ou de repressão. A experiênciã está feita.

Os 50 annos de um reinado meticoloso, esterial e suspeito que se fecha com a libertação dos escravos, idéa victoriosa por ser de vontade nacional, mas arteiramente realisada para servir na occasião de pedestal ao throno de nova soberana, é o início de uma phase nova.

Tomemos nella, cidadãos, o nosso lugar.

Já agora os chefes dos partidos monarchicos que nos apontam o caminho único para obra de régeneração da pátria. Elles mesmos, não se animando ainda a romper com a monarchia ameaçam-n'a; mas taes ameaças não já produzem effeito. Servem-nos, todavia, de bons conselhos.

O sr. Paulino de Souza, o mais illustre parlamentar que servia leal e dedicadamente à dynastia, annunciou com solemnidade ao paiz.

"Sirva o que neste momento occorre, de exemplo e lição no futuro. Chegou-se logo ao fim, houvesse ou não a intenção de não ir tão longe. Em taes condições, vendo-me sem meios efficazes de resistir, na esphera em que, por mais de um motivo, devo manter-me; convencido de que tudo se ia precipitar, como os factos estão justificando, antes que os meios dispostos pudessem sortir effeito para o seu fim especial, não tinha outro procedimento correcto e reflectido senão manter a maior reserva e prudência, para não ser arguido de ter provocado quaesquer demasias que apparecessem e deixar inteira a responsabilidade a quem de direito possa caber. E demais, sr. presidente, como resistir, se os que se achavam ao meu lado, na resistencia, estão hoje à frente da acção; se o ministério foi dominado e absorvido pelo partido abolicionista, se o partido liberal, accorde com os seus princípios e antecedentes, tem de receber, com a maior longanimidade a realisação da idéa que era sua, se todas as influencias, e entre ellas a mais alta e inesistível, todas se conjuraram e se conjuram para se fazer o que hoje será feito?"

Parece, sr. presidente, á vista de taes antecedentes, que ao partido liberal competia realisar a sua idéa. E como não foi assim, o que vemos? Perturbadas todas as nações até hoje recebidas na pratica do systema constitucional, confundidas todas as idéas, collocados os homens nas suas posições naturaes e anteriores, resolvida toda esphera em que se movem os partidos, vemos a mesma situação inaugurada a 20 de Agosto, com duas políticas diversas, a política conservadora e a política liberal.

Qual, sr. presidente, a posição dos meus illustres adversários? Aceitavam a que lhes foi imposta com longanimidade, digna certamente do maior elogio, mas que importa a sua suppressão como partido militante. O seu papel foi, durante o ministério último combater as idéas adversas, crear os maiores embaraços á sua realisação.

Que resguardo pôdem offerecer ao soberano, homens que pensaram hontem de um modo, e procedem hoje de outro; que politicamente não tem corpo para a responsabilidade, que cabe aos ministros nesta fórma de governo? É a responsabilidade dos partidos, personificada nos seus chefes leaes e coherentes no poder, que mantem uma das bases essenciaes da nossa fórma de governo. Os homens, que disseram hontem de uma fórma e procedem hoje de outra, poderão ser muito capazes e honrados, na vida particular, mas não têm, como disse o nobre senador pelo Rio Grande do Sul, a honorabilidade precisa para a missão do governo que, na fórma das nossas instituições, é a realisação das idéas com que se conquista perante a opinião nacional aquella ardua posição".

Collocado no ponto de vista das idéas e da disciplina do seu partido, desse partido que ouvira por tantos annos a sua palavra e os seus conselhos, o projecto estadista conservador, na força de suas convicções, sem dúvida

respeitáveis, exclamou no senado referindo-se ao governo republicano em 1848:

"Pois bem, sr. presidente, é o governo legal do Brazil que, em contraposição áquelle governo revolucionário, faz decretar, de um dia para outro, a abolição immediata, pura e simples, sem uma garantia para os proprietários, expoliando-os da propriedade legal, abandonando-os á sua sorte, nos ermos do nosso interior, entregando-os á ruina, expondo-os ás mais temerosas contingências, sem uma providência a bem daquelles, que vota em grande parte á misérias e ao extermínio, nos primeiros passos da liberdade, de que, não preparados convenientemente, difficilmente saberão usar para seu próprio beneficio".

O sr. barão de Cotegipe, summo pontífice da grey conservadora, o estadista indicado para ser o único chefe organisador do gabinete na situação que succedera á liberal do sr. Saraiva, despedido do serviço dynastico, do cargo de primeiro conselheiro da corôa, subordinando-se ás conveniências do parlamentarismo, disse:

"Tinha eu, senhores, razão para suppor ou acreditar que o ministerio teria de encontrar alguma nova exigência".

De facto, as encontrou e o ministerio, não querendo acquiescer a taes exigências, objectou que tinha a responsabilidade da administração.

O que realmente se passou não quiz narrar nas camaras o illustre presidente do gabinete de 20 de Agosto, limitou-se a dizer bem accentuadamente: - "Tive em resposta, com aquella amabilidade que é conhecida em sua alteza, que fazia disto questão".

A prova escripta que o velho estadista deixou nos annaes parlamentares attesta em evidencia o procedimento da Regente; e é a seguinte carta lida nas duas camaras:

"Gabinete do presidente do conselho - Rio de Janeiro, 7 de Março de 1888.

"Senhora - O meu collega ministro da justiça communicou-me, e eu apresentei ao conselho de ministros a carta que V.A. Imperial lhe dirigiu em data de 4 do corrente, sobre os disturbios occorridos n'estes ultimos dias.

"Resultando do seu contexto que a V.A. Imperial podem merecer mais credito outras informações que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionaes, não resta ao gabinete outro alvitre senão o de pedir como pede, respeitosamente a V.A. Imperial a sua demissão colectiva, sentindo contudo ter de tomar esta resolução actualmente, quando temos a consciencia de que nem nos falta o apoio da verdadeira opinião pública, nem os recursos necessários para manter a ordem.

"Julgo não dever entrar em justificações e explicações, por desnecessárias, visto como pareceriam ter por fim permanecer n'uma posição que aceitei unicamente por dedicação á causa pública e obediencia a S.M. o Imperador.

"Digne-se V.A.Imperial dar-me suas ordens.

"Sou, Senhora, com o mais profundo respeito - De V.A.Imperial, subdito muito reverente, Barão de Cotegipe".

A futura imperatriz quis fazer sentir ao mais illustre e venerado chefe do partido conservador que ella está disposta a escolher livremente os seus ministros. Abandonando os estylos do regimen parlamentar, ordenou apenas ao barão de Cotegipe que chamasse ao paço de S.Christovam o sr.conselheiro João Alfredo.

Assim o declarou o ex-presidente do conselho.

Replicando ás explicações do novo chefe do gabinete revolucionário, afirmou o sr.barão de Cotegipe:

"Alguem concluirá das explicações do meu honrado collega, senador e presidente do conselho de ministros, que eu lhe occultei as causas da retirada do ministério.

O sr.João Alfredo (presidente do conselho): - Não disse isto.

O sr.barão de Cotegipe: - Alguem concluirá.

Se eu não disse tudo, na occasião, declarei sem duvida a causa immediata, que era a demissão do chefe de policia.

O sr.João Alfredo (presidente do conselho): - Tres dias depois da organisação do ministerio.

O sr. barão de Cotegipe: - Depois, em conversa, communiquei-lhe tudo quanto se havia passado.

Outra rectificação a esta mais importante.

Diss's. exc. que a Regente lhe havia declarado que a demissão do ministério era prevista em Maio... naturalmente por sua Alteza.

Com o mais profundo respeito, mais para ressalvar a minha dignidade e ressalvar os principio constitucionaes declaro que nenhum motivo havia para semelhante affirmação.

O sr.Affonso Celso: - Isto é grave.

O sr.barão de Cotegipe: - Com effeito, por mais de uma vez ...

O sr.João Alfredo (presidente do conselho): - Sua Alteza cogitava da retirada.

O sr.barão de Cotegipe: - Cogitava... isto de cogitar não é estar assentado.

Como dizia, sr.presidente, por mais de uma vez Sua Alteza havia insinuado

que conviria que o ministério fizesse alguma coisa em relação a questão do elemento servil ... fizesse alguma coisa.

Eu, que já sou um pouco prático dessa navegação (riso), não podia deixar de perceber onde ia tocar o ponto. Respondia que o ministério tinha de cumprir uma lei, que tinha compromissos a satisfazer, mas que não se recusava ao estudo da questão, principalmente depois do movimento da província de São Paulo, que podia alterar os termos de qualquer proposta que o ministério quizesse apresentar. Portanto eu aguardava a aproximação da reunião das camaras para apresentar qualquer projeto que o ministério tivesse combinado; ou a declarar que nenhum apresentava.

Eis como se pôde cogitar, e eu cogitava.

Far-se-ia da demissão do ministério uma questão em ponto capital, em que a corôa e o gabinete podiam divergir.

Este era o meu procedimento, e porque assim praticaria é que reclamo pelos princípios constitucionaes".

O sr. senador Affonso Celso, com aquella habilidade que tanto o distingue, manifestou-se n'estes termos:

"Evidentemente, das palavras proferidas pelo sr. barão de Cotegepe, conclue-se que na opinião do s. exc. achamo-nos em face de uma situação anormal, é que na despedida do ministério de 20 de Agosto e organização do que ora se apresenta ao senado, deixaram de ser observados os verdadeiros princípios constitucionaes (Apoiados). No conceito de s. ex., quer em um, quer em outro facto houve offensa das boas normas, transgressão do systema representativo, falseamento das instituições. (Apoiados).

Este ponto deve ser esclarecido. É esta uma aprovação pessoal do nobre senador, ou está de accordo com os outros correligionários seus do senado?

Aqui têm assento os illustres chefes do partido conservador que não podem esquivar-se a pronunciarem-se com franqueza sobre a questão.

São ss. excs. solidários com o nobre barão? Pensam também que o actual ministério está governando com sacrificio e em menoscabo da doutrina constitucional que compete-lhes zelar?

É necessário que se expliquem (Apoiado). Convém saber-se como julgam dos factos e aquilatam a severa censura formulada por um estadista da importância do nobre ex-presidente do conselho, especialmente os illustres senadores que sempre o acompanharam, quebraram lanços em seu apoio, foram seus mais poderosos defensores e sabidamente aconselhavam a política que s. exc. adoptou (Apoiados).

Não era ao orador que cabia vir á Tribuna após o illustrado senador pelo Rio Grande do Sul; mas alguns d'esses nobres chefes do partido conservador, íntimos e protectores do ministério do cahido pois corria-lhes o dever de manifestarem-se ácerca da importante transformação politica que se operou á sombra de sua bandeira (Apoiados)".

Apenas Paulino de Souza respondeu acompanhando o ex-presidente do conselho e s.exc. confessou-se vencido e só".

O sr. senador Silveira Martins naquelle tom violento de suas orações verberou a nova ordem de cousas:

"A opinião do nobre ex-presidente do conselho não pôde siquer ser applicada ao perdão dos criminosos".

Já no 14º século, em 1353, Eduardo III da Inglaterra, que aliás foi um grande príncipe, havendo abusado da faculdade de perdoar, recebeu da camara dos commons uma mensagem em que se lhe observou o perigo de tal abuso. Então o monarcha inglez (e passava-se isto no século XIV) respondeu que d'ahi em diante só usaria da sua prerrogativa tendo-se em vista a honra e o bem do paiz. Sendo assim, como é que no último quartel do século XIX, em um paiz da América, estas idéas encontram contraditores e infractores naquelles mesmos que mais lucram com as actuaes instituições, e que por consequente deveriam ser os primeiros a mantel-as! E porque, segundo as declarações que o senado acaba de ouvir, o nosso systema de governo não é outro senão o de Izabel II de Hespanha.

Está claro que o ministério passado não pediu propriamente sua exoneração; elle foi demittido. Sua Alteza não pedia, como é do estylo nessas occasiões, que o presidente do conselho demissionario aconselhou a corôa sobre a escolha do seu successor.

O sr. barão de Cotegipe: - Não pediu, não senhor.

O sr. Silveira Martins diz que, sendo assim o nobre ex-presidente do conselho ficou inhibido de dar conselho sobre a materia. Tudo isto confirma o asserto do orador: o gabinete de 20 de Agosto foi demittido.

Entretanto, se foi omittida a leitura da carta de Sua Alteza, pela resposta se revelou ao senado e á nação o que em verdade se passou. Foi o que na Turquia e também na Hespanha se chama - uma conspiração do palácio. O nobre ex-presidente do conselho alludiu, na sua carta á informações que tivera Sua Alteza recebido de outra origem que não dos conselheiros da corôa, e foram essas informações as que prevalesceram ás do ministério:

O facto é gravissimo: e, denotando nas altas regiões do poder uma radical mudança de idéas, impunha logicamente, não uma simples mudança de ministé-

rio, mas também de partido. E, todavia, isto não se fez. Destruído o ministério que estava de posse plena da confiança na camara dos deputados, como muito bem fez sentir um nobre ex-presidente do conselho, foi a corôa procurar um mesmo partido outro chefe, perturbando dest'arte a economia interna dos partidos na qual não deve ter entrada o chefe do Estado.

Um sr. Senador: - E o partido conservador toma a responsabilidade.

O sr. Silveira Martins: - No dia em que se accentuar o esfacelamento de principios já em começo, as instituições actuaes não poderão resistir, porque em vez de estímulo a honra e a dignidade cívicas, tel-as-ão abatido, promovendo o desbriu.

Nesse dia conclue o orador, o seu logar será junto da liberdade porque livre e digna pôde ser a patria fóra das instituições vigentes. (muito bem, muito bem)."

Ahi está, cidadãos, o processo iniciado do 3º reinado e depuzeram como testemunhas chefes notáveis dos partidos monarchicos.

Entrementes, esses partidos, antes do julgamento, tentam expedientes em que se hão emmaranhar sem vantagem para elevação moral da Patria.

O novo gabinete affaga a popularidade com um programa liberal e os liberaes procuram ganhar o terreno perdido, apelando para a federação feita pelos meios constitucionaes, como se isso fosse possível pela transifencia da monarchia até hoje armada de todos os meios de ambaraçar as refórmias mais simples como aquellas que temos pedido durante tantos annos!

Não cidadãos! o futuro da patria não deve sahir dos desconjuntados moldes da política das mystificações que consiste nas largas promessas da opposição e nas estreitas concessões do poder.

O terceiro reinado está préviamente julgado e com ele a monarchia no Brazil.

Quanto ao partido republicano não mais lhe cabe representar a função pública como simples cooperador das refórmias que operam por parte a eliminação da monarchia (*).

Queremos a República como a solução mais prompta á crise social.

Portanto:

não podemos receber com sympathias o 3º reinado que não é capaz de responder nem ás aspirações dos conservadores;

(*) Programa dos Candidatos de 1881.

recusamo-lhes qualquer apoio por menos indirecto que seja;
 declaramo-nos por todos os meios em franca hostilidade;
 havemos de combatel-o em todos os terrenos.

No meio da dispersão dos elementos conservadores da sociedade brasileira, o nosso trabalho neste momento é de integração das forças revolucionárias e consequentemente só temos hoje um postulado:

A Republica.

Assim, o partido republicano, pelos seus representantes reunidos em congresso, para tornar efficaz esse trabalho de integração das forças revolucionárias, resolveu:

I - Combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circumstancias o colloque.

II - Entrar em acção mais vigorosa, combinando todos os esforços e meios de leval-a effeito - talentos, actividades, recursos pecuniarios, sympathias populares, influencia da tribuna da imprensa e dos "meetings", e levando o exemplo, o auxilio e a protecção a todos os pontos onde sua acção possa e deva chegar.

III - Investir a autoridade directora do partido de plenos poderes para coordenareesses esforços, levantar e combinar os meios de acção e imprimir na vida do partido mais vigor, mais animação, mais enthusiasmo por maior curso de todas as classes sociaes.

Trazendo a público a patriotica resolução do Congresso, dirigimos aos nosos concidadãos esta exortação que condiz com os nossos sentimentos e com os do povo brasileiro.

Cidadãos!

A acção intelligente, bem dirigida, bem combinada!

São Paulo, 24 de Maio de 1888.

Manoel Ferraz de Campos Salles, Presidente

Bernardino de Campos, Secretario

Manoel Lopes de Oliveira, Thesoureiro

Victorino Gonçalves Carmillo

Francisco Glycério

ANEXO 6

AOS REPUBLICANOS DE SÃO PAULO^(1)

Vimos narrar, com escrupoloso respeito á verdade, sem paixão e, principalmente, em perfeita paz de consciencia, a historia da scisão do partido republicano de S. Paulo

A scisão vem de longe. Data dos primeiros mezes do governo do dr. Manoel Ferraz de Campos Salles. Promoveram-na e realisaram-na os que aqui se encarregaram de averiguar onde estava o incondicionalismo absoluto, cego, de que o presidente da Republica queira, e quer, que se fórme o apoio, não ás instituições, mas á situação que dirige, e, especialmente, ás suas idéas e á sua pessoa.

Pouco depois de inaugurado o actual quatriennio, o dr. Prudente de Moraes deixou de ser ouvido sobre os assumptos graves e sobre os incidentes insignificantes da nossa vida partidaria. O dr. Cerqueira Cesar e o sr. Ferraz de Salles eram da Commissão Central, mas, quando os seus companheiros os procuravam, para consultal-os a respeito de qualquer deliberação, frequentemente já essa deliberação estava tomada. A consulta era uma simples formalidade.

Assim corriam as coisas até que surgiu a candidatura do dr. Rodrigues Alves á presidencia da Republica. Em pleno e franco exercicio da sua dictadura, o dr. Campos Salles, que já tinha designado o seu successor na União, immediatamente determinou que aqui succedesse ao dr. Rodrigues Alves o dr. Bernardino de Campos. E a todos foi transmitida a ordem do verdadeiramente unico e soberano director da politica brasileira: aos chefes do partido - em particular, ao partido em geral - pelas columnas do Correio Paulistano.

Houve, como é natural, um movimento de reacção nas nossas fileiras, e nós, os abaixo assignados, alguns directamente, e outros por intermedio do presidente do Estado e dos chefes do partido, pedimos ao presidente da Republica que não desprezasse, com tanta ostentação, as boas normas democraticas pelas quaes sempre nos regemos. Era ao partido que competia a indicação do successor do dr. Rodrigues Alves.

Responderam-nos aqui que tinhamos razão, e nada mais, mas do Rio disseram-nos que o futuro presidente do Estado seria o dr. Bernardino de Campos, houvesse o que houvesse.

Foi então que veiu de Piracicaba a esta capital, pela primeira vez, o dr. Prudente de Moraes. Representando o pensamento de todos nós, o dr. Prudente foi ao palacio e, numa longa conferencia com o dr. Rodrigues Alves, ponderando ao seu velho amigo que a continuação daquelle regimen de inabalavel prepotencia provavelmente determinaria uma scisão no partido, rogou-

(1) Manifesto da Dissidência do PRP, publicado na edição de 8 de setembro de 1901, em "O Estado de S. Paulo", p.1.

-lhe que, com a sua alta auctoridade, influísse juncto ao sr. presidente da Republica para que se retirasse do peito dos republicanos paulistas a mão de ferro que os opprimia. Ficou resolvido então que fôsse ao Rio de Janeiro, conferenciár com o sr. presidente da República, o sr. Ferraz de Salles, que para tal fim tinha recebido, por carta, um convite de s.exa. já informado, quando a escreveu, do que aqui se passava.

O sr. Ferraz de Salles foi. Conferenciou com o sr. presidente da República, e este lhe asseverou que não desejava, nem devia intervir na politica do Estado. Concordou em que tinha sido irregular a apresentação da candidatura do dr. Bernardino de Campos, e declarou que, por seu voto, o dr. Prudente de Moraes e o dr. Rodrigues Alves resolveriam, com poderes illimitados, a crise partidaria.

Este alvitre foi acceito por todos nós com immensa satisfação.

Tornou a vir de Piracicaba o dr. Prudente de Moraes, desta vez a chamado do dr. Rodrigues Alves e, numa conferencia, a que assistiu o sr. Ferraz de Salles, propoz ao dr. Rodrigues Alves que - retirada, como estava, a candidatura do dr. Bernardino de Campos, firmando-se assim o principio de que candidatos do partido á presidencia do Estado só o partido livremente os pode indicar - se recommendasse aos amigos do interior a organização de uma nova Comissão Central que, por sua imparcialidade e seu prestigio, pudesse restabelecer a harmonia nas nossas fileiras. Tres nomes nos parecia (e o sr. Ferraz de Salles lembrou-os ao dr. Rodrigues Alves) que se impunham para o desempenho desta missão de concordia: os drs. Prudente de Moraes, Cerqueira Cesar e Bernardino de Campos, tres velhos revestidos de auctoridade geralmente reconhecida e respeitada. Como cinco é o numero dos membros da Comissão Central, eram tambem por nós lembrados os dos coroneis Virgilio Rodrigues Alves e Fernando Prestes, o primeiro residente no Norte e segundo no Sul do Estado. Não impugnariamos outros, comtanto que os tres primeiros fôsem recommendados aos amigos do interior.

O dr. Rodrigues Alves não concordou, e disse ao dr. Prudente e ao sr. Ferraz de Salles que achava preferivel que a Comissão Central se formasse com cinco representantes dos cinco chefes de mais vasta influencia no Estado. O dr. Prudente de Moraes e o sr. Ferraz de Salles combateram tal organização - e é facil calcular com que superioridade. Em certos momentos, auctoridade só a exerce quem realmente a tem. Em determinadas condições, auctoridade por delegação não é auctoridade.

O dr. Rodrigues Alves consultou o dr. Campos Salles, e este, que ao sr. Ferraz de Salles asseverara que não queria, nem devia, intervir na politica de S. Paulo, immediatamente fez saber, por telegramma, a quem o consultava, que o alvitre do dr. Rodrigues Alves era magnifico, indicando, no mesmo telegram-

ma, o dr. Padua Salles para represental-o na nova *Commissão Central*.

O dr. Prudente de Moraes (obedecendo sempre ao nosso desejo) insistiu pela sua proposta, modificou-a suggerindo a conveniencia da reunião de um congresso do partido nesta capital, insistiu neste ponto, mas, não conseguindo demover o dr. Rodrigues Alves, fel-o juiz supremo da situação e prometeu-lhe que nos subodinaríamos, contentes, á sua decisão.

Organisou o dr. Rodrigues Alves a nova *Commissão Central*: dr. Frederico Abranches, seu representante, José Alves Guimarães Junior, do dr. Prudente de Moraes, Alfredo Guedes, do dr. Cerqueira Cesar, Padua Salles, do dr. Campos Salles, e coronel Antonio Lacerda, do dr. Bernardino de Campos.

Receiosos, como toda a gente, desta extranha combinação, depositavamos, entretanto, inteira confiança no dr. Rodrigues Alves, e esperavamos que a crise se resolvesse em paz.

Infelizmente, não tardaram as desillusões. Ainda a nova *Commissão* não tinha sido empossada, e já o dr. Cerqueira Cesar era derrotado na eleição da mesa do Congresso Constituinte, não tendo nenhum de nós offerecido qualquer motivo para que, naquella occasião, se travasse uma lucta. Na antevespera da derrota, viera do Rio o dr. Bernardino de Campos. Na vespera, alguns congressistas, que antes de votar quizeram ouvir o dr. Rodrigues Alves, declaravam nos corredores a quem os consultava que votariam no dr. Lopes Chaves.

Empossada a nova *Commissão*, o dr. Alfredo Guedes, representante do dr. Cerqueira Cesar, indicou para presidente o dr. Frederico Abranches, representante do dr. Rodrigues Alves. Aceita esta indicação, o dr. Frederico Abranches indicou para vice-presidente o dr. Padua Salles, representante do dr. Campos Salles. O outro cargo, que é o de thesoureiro, foi confiado ao coronel Antonio Lacerda, representante do dr. Bernardino de Campos.

Dias depois, foi preciso escolher dois correligionarios que representassem o partido na *Convenção Federal*, que, dentro em poucos dias, ha de dizer ao paiz quem será o futuro presidente da Republica. Em conversa com o dr. Padua Salles, o dr. Alfredo Guedes disse-lhe que os dois nomes naturalmente em relevo para tão honrosa *commissão* eram os dos drs. Bernardino de Campos e Cincinato Braga. Este já representara o partido na *Convenção* de 1897. O dr. Frederico Abranches consultou o dr. Rodrigues Alves e o nome do dr. Cincinato Braga foi substituído pelo do dr. Dino Bueno. -

Mas, o mais grave não é isto, nem o são outros factos da mesma natureza, que deixamos de narrar. Narral-os para que? Basta-nos recordar a quem nos lê o tom aggressivo dos primeiros editoriaes do *Correio Paulistano* na ultima phase desta folha, isto é, depois que o *Correio* passou a ser organ official do partido e do pensamento politico dos drs. Campos Salles e Rodrigues Alves.

Quando trabalhava a *commissão* encarregada pelo Congresso de lhe apresen-

tar um projecto de revisão da constituição de 1891, o dr. Juliô Mesquita ouviu do dr. Rubião Junior que o governo e o partido fechariam a questão do quadriennio presidencial. Sabe-se por que.

Chegando este facto ao conhecimento do dr. Alfredo Guedes, este pediu ao dr. Frederico Abranches uma reunião da Comissão Central e perguntou aos seus companheiros se effectivamente havia o proposito, ou o projecto, de se fecharem questões no Congresso Constituinte, poder supremo do Estado. Responderam-lhe que não.

Começam, porém, as votações no Congresso, e ninguém deixou de notar que a maioria rejeitava systematicamente as emendas da minoria, apesar desta votar as da maioria, sem preoccupações de alguma especie, sómente como mandava a sua consciencia de representante do povo paulista. E assim, até a emenda que pedia a eleição por districtos, com voto uninominal, foi rejeitada, sendo approvada, entretanto, os senadores e deputados de S. Paulo para exercerem comissões do governo - remuneradas.

Veu afinal o dia em que o Congresso tinha de resolver definitivamente a questão do quadriennio. A minoria (como, ha tres mezes apenas, era opinião de TODOS OS CHEFES e de TODOS OS CONGRESSISTAS) votava pela suppressão do cargo de vice-presidente. Dada a vaga de presidente, o presidente do senado, dentro de quarenta dias, presidiria a nova eleição, governando o eleito por quatro annos:

- 1º: realisava-se alguma economia;
- 2º: poupava-se ao eleitorado o trabalho fatigante de algumas eleições;
- 3º: cortava-se pela raiz o perigo, sempre imminente, de perturbações na administração, porque os vice-presidentes dos Estados são frequentemente os chefes de movimentos e agitações contrarias á orientação dos presidentes;
- 4º: apontava-se de S. Paulo ao legislador federal a necessidade urgente de se supprimir o cargo de vice-presidente da Republica.

A maioria votava pela conservação do cargo de vice-presidente e quadriennio para o presidente e vice-presidente, ainda que disso resultasse, como resultava, este absurdo que não devia figurar na Constituição de S. Paulo: desencontro das eleições dos dois funcionarios, o presidente investido do seu cargo num anno e o vice-presidente noutro anno!

Pois, bem. Apesar de que já se tinha deliberado, por iniciativa do dr. Alfredo Guedes, que não se fechassem questões no Congresso Constituinte, o dr. Frederico Abranches, na ante-vespera da votação, convocou outra reunião da Comissão Central e, desta vez, propôz, em nome do dr. Rodrigues Alves, que se fechasse a questão. Votaram a favor da proposta o dr. Frederico Abranches, o dr. Padua Salles e o coronel Antonio Lacerda. Votaram contra os drs. Guimarães Junior e Alfredo Guedes:

Dois dias depois, no Congresso, o dr. Frederico Abranches solennemente de-

clarava que a questão era fechada.

A taça estava mais que cheia. Tinha de transbordar, e transbordou. Tudo tolerámos paciente, resignadamente, subjugados pelo temor das consequências de uma scisão no partido republicano de S. Paulo, em hora tão afflictiva para a Republica. O sacrificio, porém, não podia ir além. Chegara o momento em que nos convenceramos de que o nosso silencio seria um crime, porque verdadeiro, grande perigo para as instituições passava a ser a falta de um protesto contra tamanha e tão caprichosa série de violencias, que, antes de nos ferirem, feriam as normas de liberdade e democracia, que são as veias por onde corre o generoso sangue das instituições.

O sr. presidente da Republica, depois de ter propositalmente desorganizado o partido que o elegeu, rematou em São Paulo o seu plano de aggremiar á volta de sua pessoa outro partido, ou que melhor nome tenha, com o unico intuito de perpetuar a sua direcção na politica do Brasil. Os deploraveis factos, que hoje, vencendo repugnancias bem sinceras, minuciosamente trazemos a publico não são mais do que uma reprodução do que já succedeu em Matto-Grosso, no Rio de Janeiro, no Pará, na Capital Federal, em todos os Estados, enfim, em todas as zonas da terra brasileira em que houvesse possibilidade de não medrar a odiosa pratica das exclusões, a infeliz doutrina do crê ou morre!

O dr. Rodriguês Alves enveredou pela mesma trilha funesta. A maioria da Comissão Central applaude-os.

A elles, as responsabilidades. A nós, a convicção de que estamos com a Republica e de que nos acompanham as sympathias muito evidentes da immensa maioria dos paulistas.

Somos (é absolutamente fôra de duvida) o partido republicano de S. Paulo.

Amanhan, chamar-nos-emos os dissidentes. Mas, ha dissidencias e dissidencias. Nós dissentimos da orientação do presidente da Republica, do presidente do Estado e da maioria da Comissão Central. Elles disentem das crenças do partido e das suas tradições!

* * *

Dentro em poucos dias, uma commissão, que provisoriamente dirigirá a Dissidencia, ha de convocar representantes dos nossos amigos dos municipios para uma convenção, que se reunirá nesta capital, á semelhança da que, no memoravel anno de 1873, se reuniu na, por varios titulos, historica cidade de Itu.

Publicaremos depois o nosso programma.

Entretanto, dos que hoje assignam este documento, os que têm assento no Congresso do Estado promettem começar desde já o seu esforço para que se conquiste uma lei eleitoral que desperte o elcitorado paulista do marrasmo em que jaz.

é, não deve ser campo de sombras, esteril, abandonado e amortecido: de oligarchias e dictaduras sem estímulos, sem ideias, sem horizontes.

S. Paulo, 7 de setembro de 1901.

Prudente de Moraes

J. A. de Cerqueira Cesar

Ferraz de Salles

José Alves Guimarães Junior

Alfredo Guedes

Manoel de Moraes Barros

Adolpho Gordo

Antonio Cajado

Antonio Cintra

Bueno de Andrada

Cincinato Braga

Joaquim Alvaro

Miranda Azevedo

Cesario Bastos

Ezequiel Ramos

Ricardo Baptista

Carlos Guimarães

Alfredo Pujol

Antonio Mercado

Antonio de Moraes Barros

Candido Motta

Carlos Villalva

Cleofano Pitaguary

Eduardo Canto

Eugenio Egas

Estevam Marcolino

Gabriel Prestes

Julio de Mesquita

Pereira de Queiroz

Silvestre de Lima.

ANEXO 7 (1)

Carlos,

S. Paulo, 13 junho 1901

O senhor foi a volta do Piauí e chegou a Bernardino acabrunhado de cansaço — chorando até, e dizendo que não era candidato e que se limitaria muito uma aproximação com o Prudente. O Sr. Lally nem tentou resistir — queixava-se de apanhar, fazia-se de vítima do lado. Estavam bem organizados da nossa força em Estrela e a bancada federal estava bem bem (os nossos amigos) em Estrela.

(1) Carta enviada por Júlio Mesquita a Carlos Guimarães, em 13 de junho de 1901, quando este último se encontrava na Fazenda Santana do Baguassú, em Pirassununga, de propriedade de seu sogro Coronel Floriano. Original em posse de Carlos Augusto Pereira Guimarães Neto.

Ahi palestraremos
 Com vapor, Vou amanha
 Com o Guedes a Tamburi.
 De la' daremos a uma
 chegada a esse decantado
 Pagnassi.

Adem, Lembranca,
 as Florians e respeito a's
 Dras

Desp
 Julio

Exmo. Snr.

A directoria do Centro dos Lavradores Paulistas, de accôrdo com as resoluções tomadas em sua primeira sessão de 27 de Março p. p., tem a honra de pedir á directoria do Club de que V. Ex.^a é dignissimo presidente:

- 1.º—Que empenhe todo o seu esforço para conseguir o augmento do numero dos socios do Club.
- 2.º—Que envie á directoria do Centro, com a maior brevidade possivel, uma relação dos socios já inscriptos e uma copia da acta da sessão de installação do Club.
- 3.º—Que empregue sua influencia para conseguir que o commercio e a industria do municipio se aggreiem em associações que trabalhem de harmonia e solidariamente com a lavoura na defesa dos seus interesses communs.
- 4.º—Que dê providencias para ser confeccionada e remetida á directoria do Centro a estatistica das plantações de character permanente e da producção e exportação do municipio.
- 5.º—Que providencie sobre a eleição do delegado e supplentes do Club, seus representantes no Centro dos Lavradores Paulistas, durante o anno de 1899, de accôrdo com artigo 23 dos Estatutos.
- 6.º—Que se esforce por obter da Camara Municipal uma contribuição annual razoavel para que o Centro da Lavoura possa iniciar, com meios sufficientes e real proveito para a lavoura e para o Estado, um serviço completo de informações e de propaganda das nossas principaes produções agricolas.
- 7.º—Que procure ampliar a circulação do «Lavoura e Commercio», proclamado orgão da lavoura e do Centro dos Lavradores, angariando o maior numero possivel de assignaturas.

Campinas, 4 de Abril de 1899.

Barão de Ataliba.

PRESIDENTE

Dr. Eduardo Guimarães.

1.º SECRETARIO

(1) Manifesto da Directoria do Centro dos Lavradores Paulistas de 4 de abril de 1899, onde se vê o chamamento da "Lavoura" á agremiação da industria e comércio. Foi enviado aos Clubes de Lavradores em municípios de São Paulo.

122
1

Patronato Agrícola

Lei n. 1299-A de 27 de Dezembro de 1911

Crêa o Patronato Agrícola

O Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado de S. Paulo:

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

CAPITULO I

Creação do Patronato — Suas atribuições

Art. 1.º

É creado no Estado de S. Paulo o Patronato Agrícola, destinado a auxiliar as execuções das leis federaes e estaduaisas no que concerne á defeza dos direitos e interesses dos operarios agricolas.

Art. 2.º

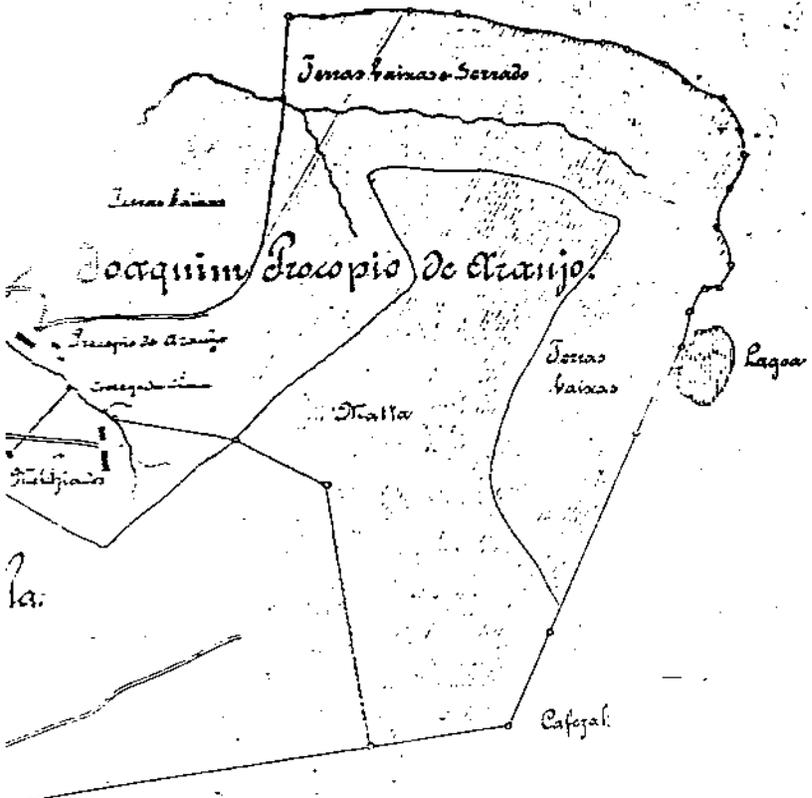
O Patronato Agrícola será subordinado ao Secretario da Agricultura e terá a sua séde nesta Capital.

Art. 3.º

São attribuições do Patronato Agrícola:

I — Promover por todos os meios ao seu alcance a fiel execução do decreto federal n. 6.437, de 27 de Março de 1907, e mais disposições sobre colonização e immigração

(1) Caderneta Agrícola de Lázaro Moreno Rodrigues contendo a Lei do Patronato Agrícola, sua regulamentação e outras informações afins, em português e espanhol. Havia outras carteiras sempre em linguagem que os imigrantes compreendessem.

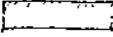
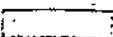
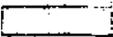


Copia

Da planta da Divisao
judicial da fazenda

BAGNASSIM.

Convenções.

- 1. Procopio de Araujo 
- 2. Machados e Machados 
- 3. Emenciano Alves de Moraes 
- 4. Jurdenciana e Machados 
- 5. Ausentes. 

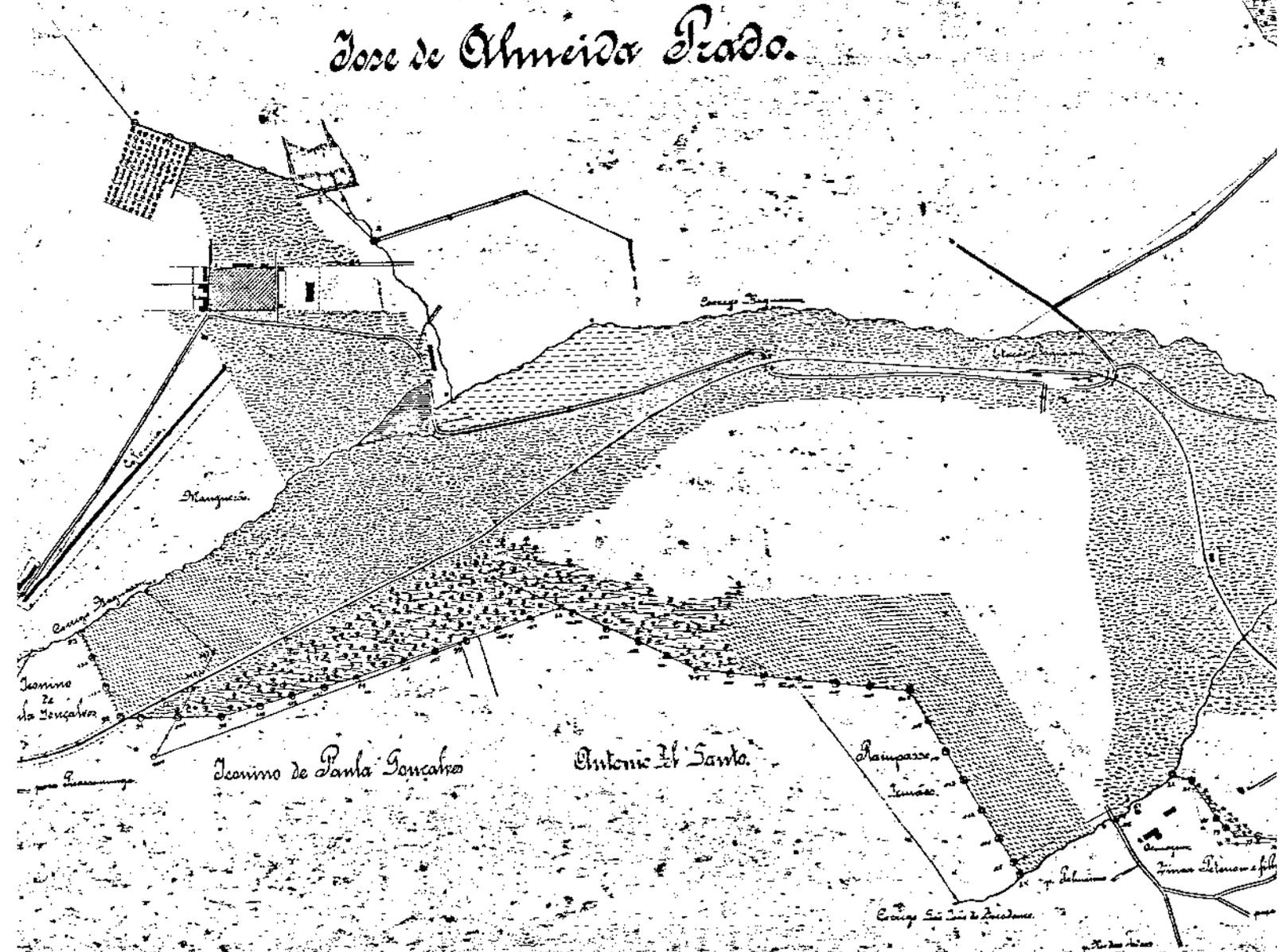
Recopilado para o presente copiar
 for a habilitação municipal quebra-se no
 modo de divisão da fazenda Bag. 11, em
 propriedade, e a propriedade de J. Fernandes
 (filho de J. Fernandes), conforme o art. 1.º
 da Lei nº 12 de 18 de Maio de 1917. C. J. P. M. 1917.

Inscricao nº 12 de Maio de 1917
 supra, com fei. *[Signature]*
 12 de Maio de 1917
[Signature]

FUNDAÇÃO SANTA ANA DO BAGUAIS

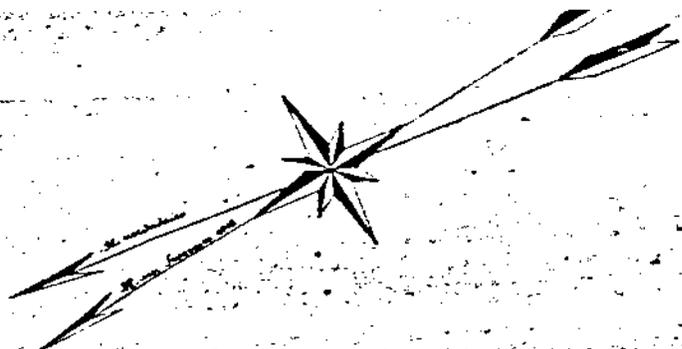
PLANTA DAS SUAS DIVISAS

Fazenda São Luiz.
de
Jose de Almeida Prado.



Procuradoria 24 de Dezembro de 1811
Georg Schmidt

U



Fazenda Caixeira.

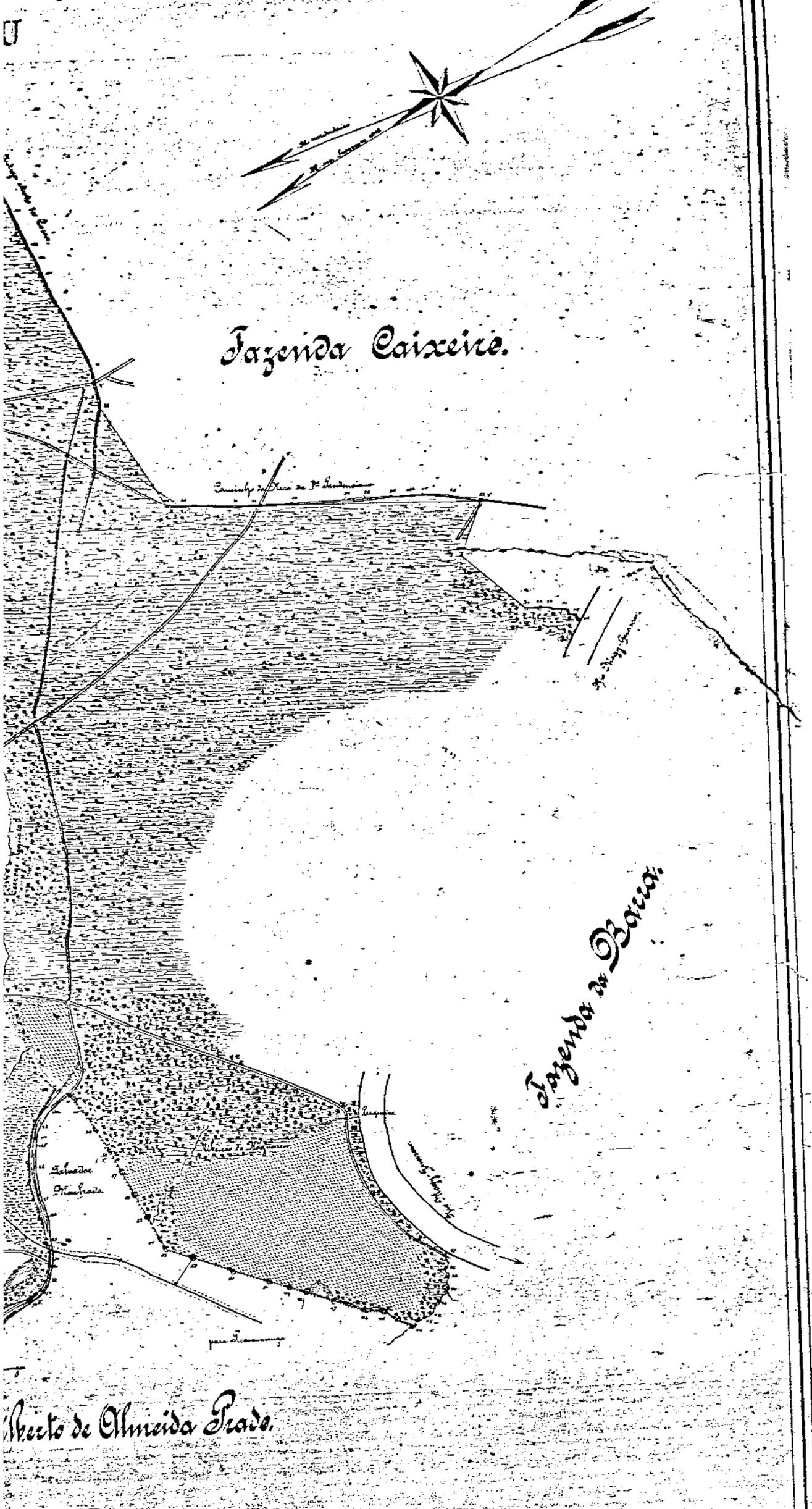
Canal de Foz de S. Sebastião

de S. Sebastião

Fazenda de Barra.

Salvador
Machado

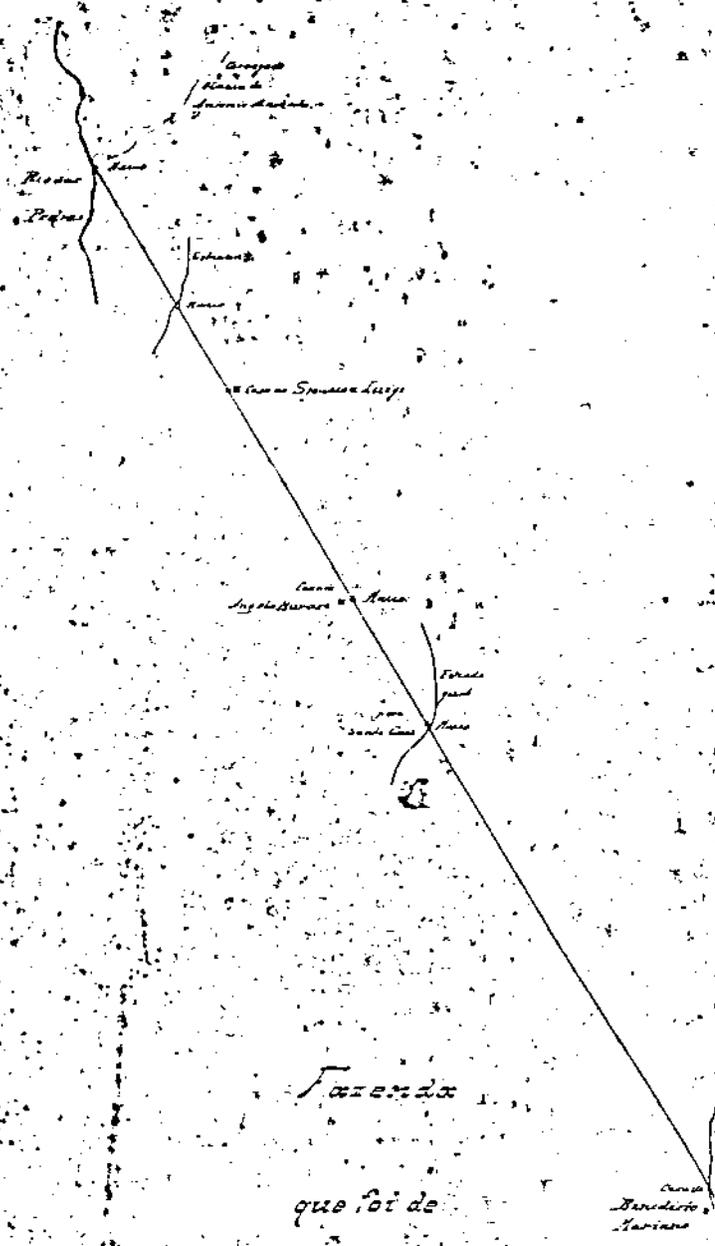
Arco de Almeida Prado.



ANEXO 12 (I)

(I) Planta da divisa dos municípios de Pirassununga e Santa Cruz das Palmeiras, vendo-se ao centro a propriedade de Floriano Álvaro de Souza Camargo. Datada de 23 de abril de 1900. Original nos arquivos da Fazenda Santana do Baguassú.

ANEXO 12 (1)



Condições.

Comarca de Firassununga

em Santa Cruz das Palmeiras.

Antonio Jose Dix de Nio

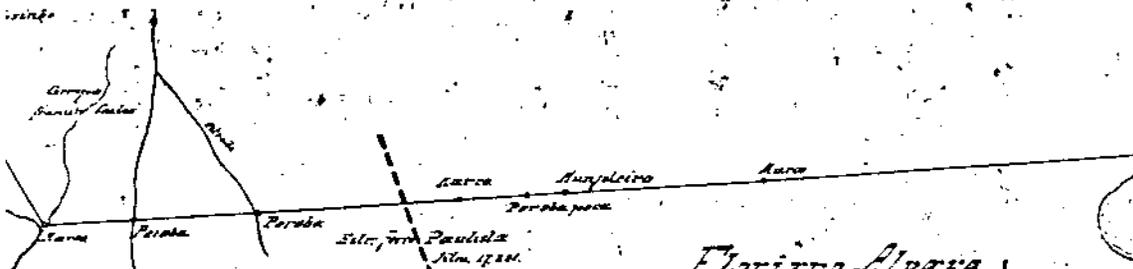
Planta

de uma parte de Jivissas entre as Comarcas
Pirassununga e Santa Cruz das Frlas,
livrada da Planta geral, feita pelo Dr. Timotheo Pereira da Rosa.

Escala 1:10000

Fazenda Sa

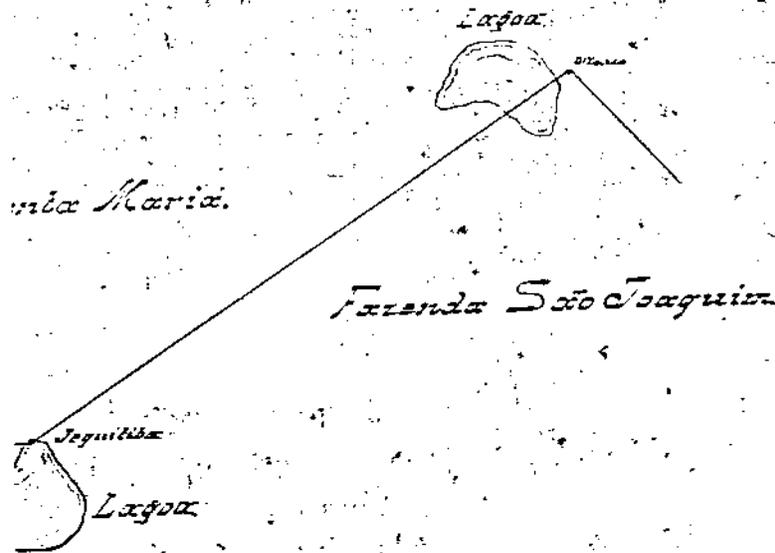
Campo alegre



Floriano Alvares
de Souza Camargo.

reas de
meiras.

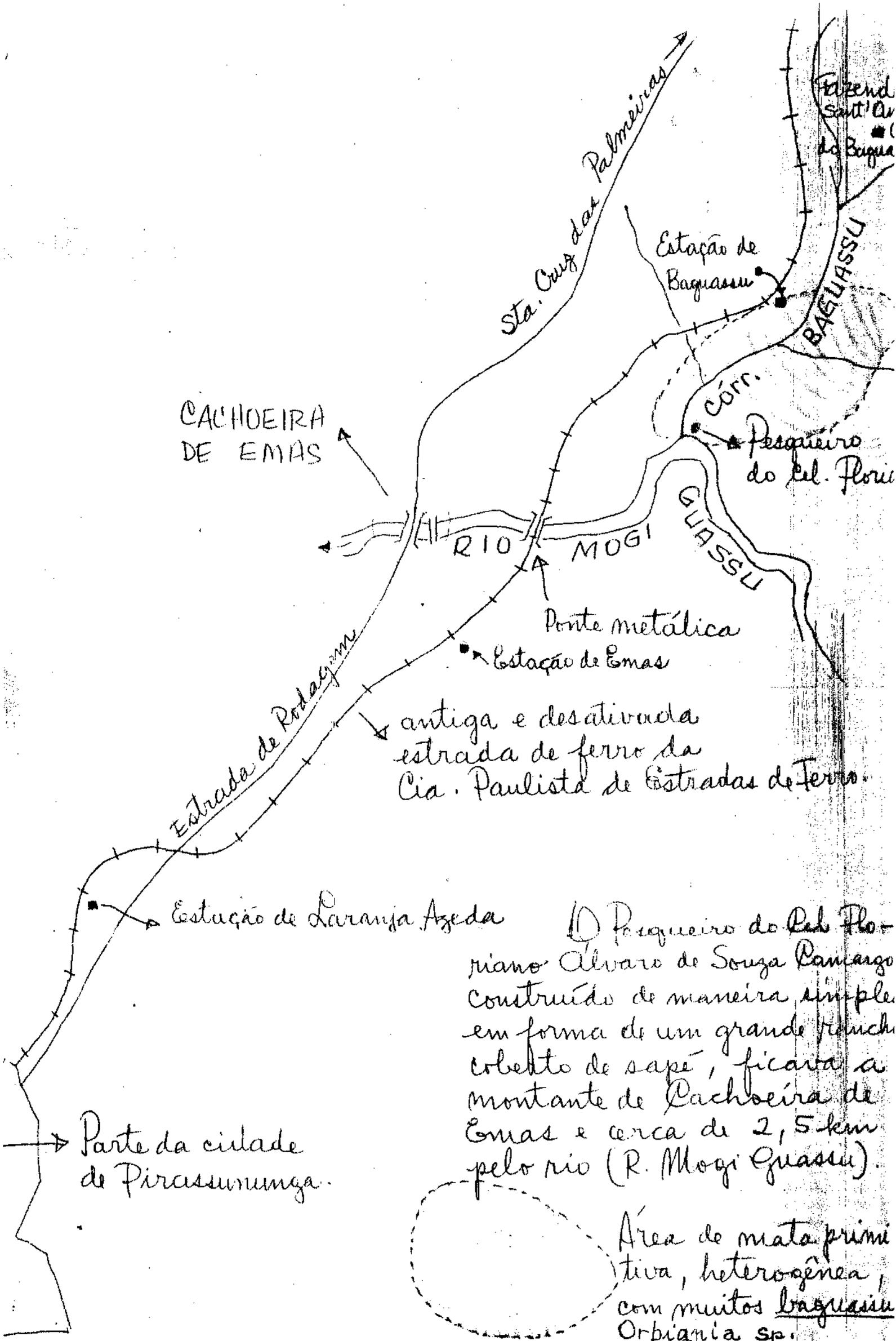
de 1891



Recenseamento de 1900
Geografia

ANEXO 13 (1)

-
- (1) Mapa das estações ferroviárias do ramal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que ia até a Fazenda Santana do Baguassú e do pesqueiro do Coronel Floriano, existente praticamente intacto até nossos dias. Planta preparada especialmente para esta Dissertação por M.P.de GODOY.



O Pesqueiro do Cel. Floriano Alvaro de Souza Ramalho construído de maneira simples em forma de um grande ranchinho coberto de sapé, ficava a montante de Cachoeira de Emas e cerca de 2,5 km pelo rio (R. Mogi Quassu).

Área de mata primitiva, heterogênea, com muitos baguaçu Orbignia sp.

ANEXO 1A

-
- (1) Trechos do Processo nº 443, Campinas, 1894, onde Francisco Perpétuo Saraiva é o suplicante e Joaquim Ferreira de Camargo Andrade e outros os suplicados. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Apelação Cível, Ministro Dr. Pinheiro Lima. P. 35:139, passim. Carlos Guimarães é o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Campinas. Escrivão Bel. Luis F.R. de Freitas. Atualmente este processo encontra-se arquivado no CMU/UNICAMP.

O doutor Carlos Augusto Pereira Guimarães, juiz de ausentes da primeira vara da comarca de Campinas, etc.
 Faço saber aos que o presente edital virem, que da publicação deste a vinte dias, isto é, no dia seis de Maio proximo futuro, em seguida á audiéncia deste juizo serão levados a praça de venda e arrematação os bens seguintes: 12 mil pés de café das pedras, a 1\$800, 21:600\$000, 18 mil pés de café velho a 1\$500, 27:000\$000; uma casa de morada por 4:000\$000; um pomar por 2:000\$000; tres tulhas velhas por 1:500\$000; um terreiro e lavador por 1:000\$000; uma tulha por 800\$000; dois quartos velhos unidos ás senzalas, por cincoenta mil reis (50\$000); uma casa de senzala por 350\$000; uma machina a vapor e machinismo para beneficio de café, inclusive a casa por 10:000\$000; dois quartos unidos a esta por 400\$000; e uma estribaria por 100\$000; bens estes existentes na chacara «Tres Barras» penhorados ao Capitão João Ferraz de Campos Souza e mulher na execução hypothecaria que lhes move Francisco Perpetuo Sarai-va.

E assim serão os referidos bens arrematados por quem mais der e maior lance offerecer no dia supra declarado em frente o edificio da camara municipal e sala das audiéncias.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguem allegue ignorancia mandei lavar o presente que será publicado pela imprensa e affixado no lugar do costume.

Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 14 de Abril de 1893.

Em Joaquim de Pontes, escrivão escrevi—Carlos Augusto Pereira Guimarães.

Sellado
M

*Campinas, 17 de Abril de 1893
 B. de Oliveira*



M. Sr. D. Juiz de Direito da 1.ª Vara

Junta de autos, intimação de as partes

Camp 3 Fev 1893

Carlos Junqueira

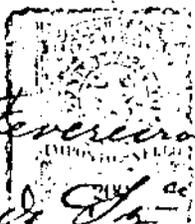
Diz o Tenente Coronel Antonio Alvaro de Souza Camargo que, tendo sido nomeado avaliador, na execução que move o B. de Ybitinga ao Cap. João Ferraz de Campos Souza, com o seu cunhado Antonio Barros do Amaral Lapa, e sendo este seu parentesco com o segundo avaliador, impedimento legal, vem pela presente pedir-las excusa, juntando-se esta aos autos, e intimando-se as partes. E por ser de justiça,

P. deprimendo

R. N. M. de

Campinas 3 de Fevereiro de 1893

Antonio Alvaro de Souza Camargo



Nos abaixo assignados avaliadores juramentados
 em execução que Joaquim Ferreira de Camargo Au-
 drade move contra João Ferey de Campos Souza
 e mulher declaramos que vimos a chacara dos
 executados, e ahí por apresentacão de depositarios
 fizemos a avaliação dos seus pechos dos pela
 forma seguinte - Avaliamos dez mil pes
 de café na frente da casa a mil e quin-
 hentos reis cada um, ou quinze centos de
 reis ao todo; doze mil pes de café deovini-
 nados, das pedras, a mil reis cada um
 ou doze centos de reis o todo; quatro mil
 pes de café do marmoso, a mil quin-
 hentos reis cada um ou seis centos de reis
 o todo; quatro mil pes de café novo, a
 mil e setecentos reis cada um ou seis
 centos e oitocentos mil reis o todo; dez mil
 e quinhentos pes de café vellos, a no-
 ve centos reis cada um; ou dezesseis centos seis
 centos e circuenta mil reis o todo; tres mil
 e quinhentos pes deste ultimo café - a mil
 e setecentos reis cada um ou cinco centos
 nove centos e circuenta mil reis o todo.
 Avaliamos mais: o pomar por um cento
 e quinhentos mil reis: tres luthas das

-quase uma em rivas por tres centos e
seis centos mil reis: o terreno de cafe
e lavador por dois centos e quinhentos
mil reis: uma outra tubha por quinhentos
mil reis: dois pequenos quartos por duzentos
mil reis: uma casa velha de singalos por
por um cento e duzentos mil reis: uma
casa de machina e tubha amesa por qua-
tra centos de reis. dois quartos juntos a
machina por seiscentos mil reis: uma estada-
ria por duzentos mil reis: uma casa de
tijellos coberta de zinco por duzentos e
cincoenta mil reis. Um vapor de fôrça
de seis cavallos, (Robey) por cinco centos
de reis: uma machina de Aires por cinco
centos de reis um separado por oitenta
mil reis. Um ventilador de esse Lidgewood
por seiscentos e cincoenta mil reis; a casa
de morada por seis centos de reis.

Esta forma damos por concluida a avali-
açãõ dos ditz bens que nos foram apresentadas.
E para constar em Antonio Carlos do Amaral
Lapa escrevi este laudo que com os ditz
avaliadores assino.

Campeiros, 20 de Março de 1893

Jose Correia de Moraes
~~Quiz An. Couto Barboza~~
 Antonio Carlos do social haps

Mextermine de Juiz de Direito 1ª Vara
e designa o dia 26 de corrente as 11 horas, em
Cartorio, passando-se o preciso mandado.

Campinas, 23 Set 1893

Carlos Sumarê

Diz, por seu pro. Juaz de Direito de
Aridade, Barão de Itatinga, em execu-
cao contra Juaz de Direito de Campinas
que tendo vindo em sua contestação
embargos de Francisco Perpetuo Barão
que dar prova aos seus atos, e serem
de cunho estranho a dita probatoria, re-
quer que se dignem de mandado a ser
atrasado e impedido para em
dita, lugar e hora designada, arrem-
er por sob pena de desobediencia,
feitas as demais intimacoes precisas

Paulo de Souza

D. José Manuel Lobo

D. Antonio Alvares Lobo

Antonio Bayense

Juaz de Direito de Campinas

Passando-se mandado de prisão para C. B. Weller

Camp., 23 de Setembro 1893

Ant. Alves de Castro Cavalho

ANEXO 15 (1)

ADHESÃO

Adheriu ao partido republicano, na cidade de Campinas, o sr.dr. Antonio Alvares Lobo, estimavel cavalheiro que, no seu fervor de catolico, ao formar-se parecia approximar-se do partido conservador.

Filho de bom e sincero republicano, o dr. Alvares Lobo encontrava em casa exemplos de abnegação e firmeza, estudando na vida dos partidos militantes os factos e os programmas, não podia dedicar o seu talento e serviços ao velho agrupamento politico que julgava offerecer melhores moldes para a realisação de suas ideias.

Reconhecendo que a Republica dá garantias ás suas crenças religiosas, o dr. Alvares Lobo affirma a sua adhesão nestes termos:

"O abatimento moral de minha patria revella a mais funda decadencia.

Fizeram-na chegar a este estado homens sem patriotismo que antepoem seus interesses privados aos grandes interesses nacionaes da communhão brasileira. Nesse regimen os caracteres limpos foram considerados objecto de escarneo e de riso.

Ergueu-se um culto á dobrez dos homens e fez-se uma turba de destruidores para armarem-se em janizaros contra a virtude publica e privada que existe fora de seu gremio.

Nunca julguei a Republica uma fôrma de governo ilegitima, nem que o fosse para o Brasil. Tão pouco não supuz que o Brazil tivesse dias nefastos com a transformação politica radical das instituições que ainda hoje imperam entre nós.

Por muito tempo affigurou-se-me possivel a reconstrucção moral desta patria com os elementos velhos. Vacillei, e minha hesitação tornou-me profundamente sceptico.

Minha indiferença foi então trabalhada na contemplação dessa degradação sempre maior e sempre mais desoladora de que nos dá exemplo inolvidavel e a um tempo repugnante a nossa actualidade politica.

Verifiquei por mim mesmo que a sciencia politica reinante vive do servi-

(1) Adesão do politico Antonio Lôbo ao PRP em 5 de março de 1887, publicada na edição de 8 de março de 1887 d'"A Província de São Paulo". Chamamos a atenção para o conflito entre um católico como Lôbo e as ideias positivistas que permeiam o PRP. O politico campineiro tem atuação importante na politica bandeirante, presidindo a Câmara dos Deputados de São Paulo por 10 anos (1915-1926).

lismo e só póde-se entender com aquelles que acceitam tudo em nome do desconhecido, cujo norte é uma audaciosa interrogação.

A nova aggremação, que a principio, parece-me, havia imposto um doutrinamento ou atheista ou ante-religioso a seus adeptos, reconheceu bem cêdo, com lucidez e com acerto, que a unica propaganda devia ter como objectivo a destruição das instituições monarchicas existentes.

A Republica não repelle a ideia religiosa.

Mas este pobre paiz, levado de ruina em ruina, aneia por um governo que tenha por principio, por norma de proceder e por fim o patriotismo mais acendrado, que sempre creou a grandeza e a prosperidade nas nações.

O Imperio nunca o conseguirá.

Offereço, pois, inteira dedicação á causa dos que aspiram uma patria melhor com elementos novos.

Campinas, 5 de Março de 1887.

ANTONIO ALVARES LOBO "

ANEXO 16

CARTA DE FRANCISCO GLICÉRIO A ANTÔNIO LÔBO^(1)

"Rio, 7 de março de 1890

Lôbo

Respondo à sua carta de 3, de que o Campos Salles também recebeu cópia. Falamos imediatamente ao Deodoro e V.poderá ficar tranquilo quanto às medidas que pede, por que o Governo fará tudo quanto puder em benefício de Campinas até a completa extinção da epidemia. Entendemos, porém, que o Governador de S.Paulo deve tomar a iniciativa de fornecer socorros do Estado, sem esperar o que irá daqui; e deverá solicitar os créditos, que o Governo Provisório concederá sem demora.

Fale com o Prudente, a quem também escrevo. O Prudente é muito sovina, e para arrancar dêle 50 contos, será preciso pedir-lhe 100 ou 150 contos de réis.

Em fim, Vocês são ituanos, lá se entendem.

Adeus e até sempre

Teu am^o

Glicério"

(1) AMARAL, Antonio Barreto do. Prudente de Moraes - Uma Vida Marcada. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971, p.360. Nesta época, Francisco Glicério era Ministro da Agricultura e Antonio Lôbo, Intendente de Campinas.

ANEXO 17 (1)

(1) Cartas de Antonio Lobo a seu irmão José. Janeiro
a Fevereiro de 1894. Originais em posse do autor.

José,

3.º Janeiro 1894

A esquadra sahui hauteu qula
maucham plara Ilha Grande, da
Bahia, ali recebera' ordens de
vindo entrar hoje a' tarde
em amancham. Rui o Tempo
sobru esquadra norte americana.

Cuenta que em virtude do insulto á
bandeira americana - a esquadra
deu 48 horas aos insurgentes para
lumparem a bahia. O boato, mas
que mais tarde nosi verificou
Fallu se e cam vis de verdade
queo corpo diplomatico ja' se utiu
deu hoje como Marshal sobre
ruelios dos revoltosos - mediante
poupar se lles a vida e em
decreto de amnistia. Que typpa de
do glycerio isto; cuenta queo Ho-
raio respandera que se reduam
em compromisso por parte della.
J. Rio Apa pediu demissao por ter
sido desconsiderado pel um subalterno
apoiado pelo Marshal.

A cidade e o mar estao em
caluna, primicias de algum suc-
cesso importante.

O glycerio do Rio foi cam
Nilo Picanha e autor á secretaria
ria do Interior, quise que alguma
causa de importante sae se dar porque
nao me duri. Co' a tarde suberei

Farei junceiros a chava
 logo que algum successo
 se reveller.

O 2o batalhão segue para
 São Paulo, e eis o val de
 Itararé; segue mais outro
 em mais 2.

Ha enorme abarrocamento
 contra o indio - por causa
 da miúta assunção de esta
 fazenda - esta revolta e tão
 antipathica que ainda se tem
 ella e' irreparavel -

Entive com Felisberto Trivez,
 fui ver despachos do faz
 e encaminhar a causa - não
 manda entregar a Alcayala o
 sobre - empacado foi ministro

1 Fev.

José,
 Contam-me que no dia da entrada da
 Esquadra, e os navios romperam fogo -
 sahendo as suas gente armada para
 dar casa aos rebeldes, matando-os.
 Não sei o q' ha de verdadeiro nisso, contam-me
 o J. Almeida.

Ha divergencia de todo mundo contra
 o homem; felizmente todos defendem
 a Republica. Bem seria que elle
 não esperre, ainda mesmo vencendo a
 revolta e prendendo o Custodio, pois está se
 incompatibilizando com todo mundo.
 Nas baterias de Vitharay - chamam n'ó o
 Dargentas.

Aclm
 M. B.

Município de João

Floraus arripone as ustrac
cas para elevar a feitura
e do presidente e vice presidente
direto da República e
um pacto com o presidente
Os Estados não queriam
admitir.

A esquadra acesa a
entrou a 2.ª noite.
Mas se conferir a revolta
do 9.º Regimento nem precis
de officios - foram presos
Setha Costa e Barão de
Monteiro por terem dado dinheiro
da Princeza a Salazar e
naquelle Barata e outros por
pretendem tirar o presidente
nos novos fortificadores
do soldado do Dr. Barassim?
1-2-34 Alô

João

o pço de da Libeira João
nomem da conferencia
Floraus, segundo declarou,
esse coutra me que a
esquadra só sabe de
Bahia por estes dias
voto João João
por Pedro João
O diabo os munda
e guerra os seguir.

Quem não sabe a guerra
por Barão de Monteiro
deintelligencia profunda em
os elementos dirigidos da
política. Aguardemos
acertamentos em reser
João

Chi 3 Janeiro 1814

Jose

Recbe. Tira carta. As docu-
mentos do Sr. Co. Bernardes
estas nos maos: o doc. titu-
le de deposito do Major
Jose' Alvaro F. Andrad e esta
entre os titulos -, as cartas
nos maos de entidaes ou de
documentos particulares e a
cert. da Thome, no maos
de entidaes

O dia hoje tem sido tremendo
desde pela manha - o caeha tem
especto avir. E' uma muerria
dehente dos maos de guerra
estrangeiros - as pautarias de nros

artilheiros
O Flor. e' um subarado
para entucas dessa praça.
mas confia' de murguim' de
soste que todos desconfiam
dele. Em todo caso o
havem que defender a
Republica e trabalhar para
esse. Puro que nos
estamos em vesperas de
grandes acontecimentos. Comta
se o Agudalau prepara-se p'
saber: apun' de atacar Santos.
Os mofijos continuam muerivel-
mente a proteger os muerretos.
Amudade a todos. Do m' e m'
Antonio Eolo

Rio 6 de Fev.º 1894

M. José

do hontem recebi tua carta de 31 e a pro-
curação de Maffei e cartas.

Devoto a do Amicus para mostrar
nos ao Peto Eurico porque tem ideias
com respeito da hontem casa de
Mascara.

Devoto a do Valério Dias de
Cartho. No verso vai tudo exposto.

Não case o Jyenis neither me
case o Banco sobre respeito do
Lucioy e escrevi a esta.

Alantem tive longa conferencia
com Kemp e gum Jalli no
domingo paraceo na rua.

Tive despacho de advocacia para

829

casar 2.000 bot. de terras; tem pro-
priedade e encaminha no Banco da
Republica - um infestivo, sob
a protecção do Estibello; ama-
riham au 5.º feira me chra' de-
finitivamente se e' iravel. au
Madrinha. me a liberdade de
accusar, pois, no declarar,
mas podia pedir nada mais -;
se elle puzer me passar uma
letra a praso de 30 dias. e
juror excludor - ainda accito a
transaccão, si Jyenis accorder.
Nao hoji a causa do Rebasitas.
afim de combini com elle;
du - th. si que eu contracto por
5% e dare - he 2 1/2 %,
em caso de mais judicial.

sabo si mudar a o presidente
da directoria. B. de Alalá.
Muita coisa a' mais tarde
em a noite te dei carta
escrvo aqui p' mas voltar
a' noite p' por no correio
carta.

Mã' fozera. Com fuzalo
de Cacho os papai, mas
acharam mas com proce-
rur. Van escrever as famia
intimando a pagar o
venc de citalo.

Mãde procuraco Magalhã
preparatura (accos) Phyl
que vacha cam pronta
cão stã tratã do confertus
de cartas por aparch um
carta minha em telegram

4

Nada di novo man
Fãndr d a todo

soffo
João

deputa a Goltien.

Os negocios não vão bem. O haumen esta incompatibilizado e incompatibilizado. e cam todo mundo; os 3 ministros estas camand. as postas por mere patriotismo. elle não aceita em nenhum e tem commutido toda sorte de inmeras; a esquadra esta frangida e e' exellente; ella não entra porque o haumen não quer; e fazer de declaracões em contrarios das aulas; parece que em dezo e' denar inacha o Paul J. não haer ah elias presidenciais, porque ha guerra surda entre o vice presidente, punci palomente, M. P. Victoria - haendo um candidato R. de palacio que não se sabe cuido quem e' - Lucas Torres.

P. factos, euaes todos, tratamham pelo Quedite, mas em to apreas se trabalha pelo M. P. Victoria, pare- cuido que e' proposito do governo collocar na vice presidencia ho- mem da confianca de Itanay... Por outra parte as farsas da terra são cansando porque não aco de ferro e um toco as lincas ja os vapores o appellidam - carpenter - Lem- Pm. entantam não porque susanna rectoridade constitucional.

Todos estas se andando dell. Curra; haunter, que o Jeyeris esta em ordem de furos, tudo a cidade por mensagem. E' inexacto.

em seu ponto máximo e a resultante
 da ser decidida brevemente
 aqui: Os navios estão em linha
 e combate ao largo do littoral
 de Cape' até: Ilha das
 Póbras; os mercantes atrás
 delles; apuz os canoadas e
 os meios da Bahia sendo a
 entrada da Baía - e vigiando
 o Canal entre Ilha de Namim
 e Ubeayne - tão distante que
 só as baterias da Ilha do
 Formador o alcançam.
 Em nos vi' ainda bombardas
 contra Ubeayne - pelo forte
 daes.
 Os navios estão todos artilhados

Comtudo já' a opinião, claramente,
 se' divorciada dell.
 O homem está furioso como Jly -
 porque este foi quem revelou
 a situação de Parana' obrigando-o
 a tomar as medidas que tem
 tomado p: defesa de S. Paulo,
 visto como os outros desistim
 nada haver de a fazer toda
 aolia já' pelo Corpus e os
 ingleses -
 Emfim os republicanos estão
 aguçados de Ham. por
 tudo, visto nos querem fazer
 papel de 2 de Spaw.
 Em todo caso a presi está

e praepto p.^a entrar em accão
Caetano a entrada a 8 de julho
mulher do Castellat, mas é uma
simples ciumenta, também descrevem
do Pyeris gesso Archuelo
sabim de Pauline a 14
de Janeiro de modo vir. com
a esquadra, mais eu: e é real.
Lendo os minutinhos de nada
sabem como nos queramos
saber.

A esquadra americana cantina
de fogos accessos e o Protophate
do Men. Tort e Francisco
rengam-se a nante; parece que
elles têm recuo de uma suply.
F. parte dos revoltos.

Adem; saudado ao amigo e agrade-
cido pelas noticias de meus filhos -
pedindo por continue.

Saudado, ao Teus e a

abraço do Amigo
Antonio

ANEXO 18

QUADRO COMPARATIVO DO PROGRESSO DE SÃO PAULO DE 1889 A 1930^(1)

	1889	1930
População (Estado)	1.150.000	6.200.000
População da capital	70.000	1.000.000
Café-produção sacos	2.000.000	19.489.000
Produção industrial	10.000:000\$000	1.850.000:000\$000
Produção agrícola-valor	200.000:000\$000	2.452.000:000\$000
Produção de tecidos-valor	4.600:000\$000	562.900:000\$000
Importação-valor	32.000:000\$000	1.400.000:000\$000
Exportação-valor	143.000:000\$000	2.100.000:000\$000
Renda do Estado	5.000:000\$000	450.000:000\$000
Renda Federal	20.000:000\$000	(+ou-) 650.000:000\$000
Movimento Bancário	1.000.000:000\$000	10.000.000:000\$000
Imigrantes entrados(até 1889)	205.000	2.350.000
Escolas primarias	1.292	(2) 3.000
Grupos escolares		(3) 297
Escolas municipais		(4) 370
Despesa com a instrução	3.000:000\$000	62.000:000\$000
Prédio da capital ligados à rede de abastecimento de água	5.000	85.000
Prédios da capital ligados à rede de esgotos	4.000	80.000
Comarcas existentes	80	120
Municípios	-	260
Vias férreas	1.700 (kilometros)	7.200
Estradas de Rodagem	- (kilometros)	3.000

(1) CASALECCHI, J.E. Op.cit., 1985, p.320

(2) Com 195.520 alunos matriculados (reunidas e primárias)

(3) Com 191.320 alunos

(4) Com 15.702 alunos

(O número total de alunos matriculados, em 1929, incluindo 44.465 de escolas particulares, era de 447.051).